



Declaração de Informações Adicionais

1 de março de 2024

Esta Declaração de Informações Adicionais ("SAI") não é um prospecto. Ele deve ser lido em conjunto com o Prospecto atual (cada um um "Prospecto" e, coletivamente, os "Prospectos") para os seguintes Fundos ("Fundos") da Global X Funds® ("Trust"), pois tal Prospecto pode ser revisto ou complementado de tempos em tempos:

Global X MSCI Colômbia ETF (GXG)	ETF Global X E-commerce (EBIZ)
Global X MSCI China Consumer Discretionary ETF (CHIQ)	Global X S&P Catholic Values Desenvolvido ex-EUA ETF (CEFA)
ETF Global X MSCI Noruega (NORW)	Global X NASDAQ 100® Colar 95-110 ETF (QCLR)
Global X FTSE Sudeste Asiático ETF (ASEA)	Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF (QTR)
ETF Global X MSCI Argentina (ARGT)	ETF Global X S&P 500® Collar 95-110 (XCLR)
Global X MSCI Grécia ETF (GREGO)	ETF Global X S&P 500® Tail Risk (XTR)
Global X MSCI Nigéria ETF (NGE)	ETF Global X Materiais Disruptivos (DMAT)
Global X MSCI Next Emerging & ETF de fronteira (EMFM)	ETF de Chamadas Cobertas Global X S&P 500® (XYLD)
ETF Global X DAX Alemanha (DAX)	Global X NASDAQ 100® ETF de Chamada Coberta (QYLD)
Global X MSCI Vietnã ETF (VNAM)	Global X Russell 2000 ETF de Chamada Coberta (RYLD)
ETF Global X Mineradoras de Cobre (COPX)	Global X Nasdaq 100® Covered Call & ETF de crescimento (QYLG)
ETF Global X Silver Miners (SIL)	Global X S&P 500® Covered Call & ETF de Crescimento (XYLG)
ETF Global X Gold Explorers (GOEX)	Global X NASDAQ 100® ETF de Renda Gerenciada de Risco (QRMI)
ETF Global X Urânio (URA)	ETF Global X S&P 500® de Renda Gerenciada de Risco (XRMI)
Global X Lithium & Bateria Tech ETF (LIT)	ETF Global X Dow 30® Covered Call (DJIA)
ETF Global X SuperDividend® (SDIV)	Global X Russell 2000 Covered Call & ETF de crescimento (RYLG)
ETF Global X Mídia Social (SOCL)	Global X Financials Covered Call & ETF de crescimento (FYLG)
ETF Global X Guru® Index (GURU)	Global X Health Care Covered Call & ETF de crescimento (HYLG)
ETF Global X SuperIncome™ Preferred (SPFF)	Global X Tecnologia da Informação Chamada Coberta & ETF de
Global X SuperDividendo® U.S. ETF (DIV)	Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF (QYLE)
Global X MSCI SuperDividend® ETF de Mercados Emergentes	Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF (XYLE)
Global X SuperDividendo® REIT ETF (SRET)	Global X Dow 30® Chamada Coberta & ETF de Crescimento (DYLG)
ETF Global X Produtores de Energia Renovável (RNRG)	Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF (EMCC)
ETF Global X S&P 500® Valores Católicos (CATH)	Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF (CAGG) *
Global X MSCI SuperDividendo® EAFE ETF (EFAS)	

* Não aberto para investimento.

O Prospecto de cada Fundo é datado de 1º de março de 2024. Os termos em maiúsculas aqui utilizados que não estão definidos têm o mesmo significado que no Prospecto, salvo indicação em contrário. As demonstrações financeiras e notas contidas no Relatório Anual do Fundo e no Relatório Anual de cada um dos Fundos Predecessores (conforme definido abaixo) são incorporadas por referência e são consideradas como fazendo parte desta ISC

https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1432353/000093041324000064/c107641_ncsr.htm

https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1432353/000093041324000065/c107642_ncsr.htm

https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1432353/000093041324000066/c107592_ncsr.htm.

Uma cópia do Prospecto e dos Relatórios Anuais pode ser obtida gratuitamente escrevendo para a SEI Investments Global Funds Services, One Freedom Valley Drive Oaks, PA 19456, ligando para 1-888-493-8631 ou visitando www.globalxetfs.com. ("NYSE Arca") é a principal bolsa de valores nacional dos EUA na qual todos os fundos operacionais (exceto o Global X DAX Alemanha ETF, Global X Social Media ETF, Global X SuperDividend® REIT ETF, Global X Renewable Energy Producers ETF, Global X S&P 500® Catholic Values ETF, Global X MSCI SuperDividend® EAFE ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, Global X E-commerce ETF,

Global X S&P Catholic Values Desenvolvido ex-EUA ETF, Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF, Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF, Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X Disruptive Materials ETF e Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF) identificados neste SAI. O Global X DAX Alemanha ETF, Global X Social Media ETF, Global X SuperDividend® REIT ETF, Global X Renewable Energy Producers ETF, Global X S&P 500® Catholic Values ETF, Global X MSCI SuperDividend® EAFE ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, Global X E-commerce ETF, Global X S&P Catholic Values Developed ex-U.S. ETF, Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF, Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF, Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X Disruptive Materials ETF e Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF estão listados na NASDAQ Stock Market LLC ("NASDAQ"). A NYSE Arca e a NASDAQ são respectivamente referidas aqui como a "Bolsa".

ÍNDICE

DESCRIÇÃO GERAL DO FUNDO FIDUCIÁRIO E DOS FUNDOS	1
INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE INVESTIMENTOS	3
LISTAGEM E NEGOCIAÇÃO EM BOLSA	3
OBJETIVO, ESTRATÉGIAS E RISCOS DO INVESTIMENTO	4
GIRO DA CARTEIRA	26
INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES E OS PROVEDORES DE ÍNDICES	29
RESTRICÇÕES AO INVESTIMENTO	27
LIMITAÇÕES ATUAIS DA LEI DE 1940	52
OFERTA CONTÍNUA	52
PARTICIPAÇÕES EM CARTEIRAS	54
GESTÃO DO TRUST	55
CONSELHO CURADOR E DIRETORIA	55
COMITÊS PERMANENTES DO CONSELHO	59
PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA E DIRETORA DAS COTAS DO FUNDO	59
PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS DO CONSULTOR E EMPRESAS COLIGADAS	60
REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR	61
CÓDIGO DE ÉTICA	61
ASSESSOR DE INVESTIMENTOS	61
GESTORES DE PORTFÓLIO	67
OPERAÇÕES DE CORRETAGEM	69
VOTAÇÃO POR PROCURAÇÃO	71
SUBADMINISTRADOR	71
DISTRIBUIDOR	72
CUSTODIANTES E AGENTES DE TRANSFERÊNCIA	72
AGENTES DE CRÉDITO DE VALORES MOBILIÁRIOS	73
DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	75
SISTEMA SOMENTE ESCRITURAL	78
COMPRA E RESGATE DE UNIDADES DE CRIAÇÃO	79
TRANSAÇÕES EM UNIDADES DE CRIAÇÃO	79
AGREGAÇÕES DE UNIDADES DE CRIAÇÃO	79
COMPRA E EMISSÃO DE AGREGAÇÕES DE UNIDADES DE CRIAÇÃO	79
RESGATE DE UNIDADES DE CRIAÇÃO	84
IMPOSTOS	89
ACIONISTA DOS EUA	89
TRIBUTAÇÃO DE FUNDOS	90
ARTIGOS 351.º E 362.º	91
IMPOSTOS ESTRANGEIROS	91
TRIBUTAÇÃO DAS DISTRIBUIÇÕES DE FUNDOS	92
EXCESSO DE RENDA DE INCLUSÃO	93
TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS DE DETERMINADOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	93
VENDA DE AÇÕES	98
RELATÓRIO DE BASE DE CUSTOS	99
RELATÓRIOS	99
RETENÇÃO DE BACKUP	99
OUTROS IMPOSTOS	99
TRIBUTAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO AMERICANOS	99
VALOR PATRIMONIAL LÍQUIDO	100
PLANO DE DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS	101
DIVIDENDOS E DISTRIBUIÇÕES	102
POLÍTICAS GERAIS	102
SERVIÇO DE REINVESTIMENTO DE DIVIDENDOS	102
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	102
OUTRAS INFORMAÇÕES	102
PESSOAS DE CONTROLO E PRINCIPAIS TITULARES DE VALORES MOBILIÁRIOS	102
CONSELHEIRO FIDUCIÁRIO INDEPENDENTE	115
EMPRESA INDEPENDENTE DE CONTABILIDADE PÚBLICA REGISTRADA	115
AGENTES DE CRÉDITO DE VALORES MOBILIÁRIOS	116
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	116
APÊNDICE A	117

DESCRIÇÃO GERAL DO FUNDO FIDUCIÁRIO E DOS FUNDOS

Em 1º de fevereiro de 2024, o Trust era composto por 113 carteiras, das quais 109 estavam operacionais. O Trust foi formado como um Delaware Statutory Trust em 6 de março de 2008 e está autorizado a ter várias séries ou carteiras. O Trust é uma empresa de investimento de gestão aberta, registrada sob o Investment Company Act de 1940, conforme alterado ("1940 Act"). A oferta de ações do Trust é registrada sob o Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act"). Cada Fundo (exceto o Global X MSCI Next Emerging & Frontier ETF, Global X S&P 500® Covered Call ETF, Global X Russell 2000 Covered Call ETF, Global X S&P 500 Covered Call & Growth ETF, Global X S&P 500 Risk Managed Income ETF, Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF, Global X SuperDividend® ETF, Global X Guru® Index ETF, Global X SuperIncome Preferred ETF, Global X SuperDividend™® U.S. ETF, Global X MSCI SuperDividend® Emerging Markets ETF, Global X SuperDividend® REIT ETF, Global X S&P 500® Catholic Values ETF, Global X MSCI SuperDividend® EAFE ETF, Global X S&P Catholic Values Developed ex-U.S. ETF, Global X S&P 500 Collar 95-110 ETF, Global X S&P 500 Tail Risk ETF e Global X Gold Explorers ETF) é "não diversificado" e, como tal, os investimentos do Fundo não são necessários para atender a certos requisitos de diversificação sob a Lei de 1940. Esta ISC refere-se apenas aos seguintes fundos:

Global X MSCI Colômbia ETF (GXG)	ETF Global X E-commerce (EBIZ)
Global X MSCI China Consumer Discretionary ETF (CHIQ)	Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF (QTR)
ETF Global X MSCI Noruega (NORW)	Global X NASDAQ 100® Colar 95-110 ETF (QCLR)
Global X FTSE Sudeste Asiático ETF (ASEA)	ETF Global X S&P 500® Tail Risk (XTR)
ETF Global X MSCI Argentina (ARGT)	ETF Global X S&P 500® Colar 95-110 (XCCLR)
Global X MSCI Grécia ETF (GREGO)	ETF Global X Materiais Disruptivos (DMAT)
Global X MSCI Nigéria ETF (NGE)	ETF de Chamadas Cobertas Global X S&P 500® (XYLD)
Global X MSCI Next Emerging & ETF de fronteira (EMFM)	Global X NASDAQ 100® ETF de Chamada Coberta (QYLD)
ETF Global X DAX Alemanha (DAX)	Global X Russell 2000 ETF de Chamada Coberta (RYLD)
Global X MSCI Vietnã ETF (VNAM)	Global X Nasdaq 100® Covered Call & ETF de crescimento (QYLG)
ETF Global X Mineradoras de Cobre (COPX)	Global X S&P 500® Covered Call & ETF de Crescimento (XYLG)
ETF Global X Silver Miners (SIL)	Global X NASDAQ 100® ETF de Renda Gerenciada de Risco (QRMI)
ETF Global X Urânio (URA)	ETF Global X S&P 500® de Renda Gerenciada de Risco (XRMI)
Global X Lithium & Bateria Tech ETF (LIT)	ETF Global X Dow 30® Covered Call (DJIA)
ETF Global X SuperDividend® (SDIV)	Global X Russell 2000 Covered Call & ETF de crescimento (RYLG)
ETF Global X Mídia Social (SOCL)	Global X Financials Covered Call & ETF de crescimento (FYLG)
ETF Global X Guru® Index (GURU)	Global X Health Care Covered Call & ETF de crescimento (HYLG)
	Global X Tecnologia da Informação Chamada Coberta & ETF de Crescimento (TYLG)
ETF Global X SuperIncome™ Preferred (SPFF)	Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF (QYLE)
Global X SuperDividendo® U.S. ETF (DIV)	
Global X MSCI SuperDividendo® ETF de Mercados Emergentes (SDEM)	Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF (XYLE)
Global X SuperDividendo® REIT ETF (SRET)	Global X Dow 30® Chamada Coberta & ETF de Crescimento (DYLG)
ETF Global X Produtores de Energia Renovável (RNRG)	Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF (EMCC)
ETF Global X S&P 500® Valores Católicos (CATH)	Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF (CAGG) *
Global X MSCI SuperDividendo® EAFE ETF (EFAS)	

Os seguintes fundos operacionais mudaram de nome nos últimos cinco anos:

O Global X MSCI China Consumer Discretionary ETF em 2018 (anteriormente conhecido como Global X China Consumer ETF)
O ETF Global X MSCI Next Emerging & Frontier em 2019 (anteriormente conhecido como Global X Next Emerging & Frontier ETF)

O ETF Global X Renewable Energy Producers em 2021 (anteriormente conhecido como Global X YieldCo e Renewable Energy Income ETF até 31 de janeiro de 2021 e antes de 2018 anteriormente conhecido como Global X YieldCo Index ETF)

O Global X MSCI Noruega ETF em 2021 (anteriormente conhecido como Global X FTSE Nordic Region ETF)

O Global X Disruptive Materials ETF em 2022 (anteriormente conhecido como Global X Advanced Materials ETF)

Em 29 de outubro de 2021, o Global X MSCI Norway ETF (o "Fundo Adquirido") foi reorganizado no Global X FTSE Nordic Region ETF (o "Fundo de Adquirência"), cada um uma série separada do Trust (juntos, o "Fundo Combinado") e o Fundo Combinado foi renomeado para Global X MSCI Norway ETF. Como resultado da Reorganização a partir do fechamento dos negócios em 29 de outubro de 2021, o Fundo Combinado assumiu o desempenho e o histórico contábil do Fundo Adquirido.

O ETF Global X DAX Alemanha, o ETF Global X NASDAQ 100® Covered Call e o Global X S&P 500® Covered Call ETF (cada um, um "Fundo Sucessor") são os sucessores do Horizons DAX Germany ETF, Horizons NASDAQ 100® Covered Call ETF e Horizons S&P 500® Covered Call ETF, respectivamente (cada um, um "Fundo Predecessor"), cada uma uma série de Horizons ETF Trust I. Os Fundos Predecessores foram geridos pela Horizons ETFs Management (US) LLC (o "Conselheiro Antecessor"). Cada Fundo Sucessor aplicável tem o mesmo objetivo de investimento e estratégias de investimento que os do respectivo Fundo Antecessor. Cada Fundo Sucessor adquiriu os ativos e assumiu todos os passivos do Fundo Predecessor aplicável em 24 de dezembro de 2018 (a "Reorganização").

O objetivo de investimento de cada Fundo é fornecer resultados de investimento que correspondam geralmente ao desempenho de preço e rendimento, antes de taxas e despesas, de um índice de referência especificado ("Índice Subjacente"). O objetivo de investimento de um Fundo e o Índice Subjacente podem ser alterados sem a aprovação dos acionistas. Os cotistas serão avisados com 60 dias de antecedência de qualquer alteração no objetivo de investimento do Fundo. Se a Global X Management Company LLC, consultora de investimentos dos Fundos ("GXMC" ou "Consultor"), alterar o Índice Subjacente, o nome do Fundo também poderá ser alterado. Cada Fundo é gerido pelo Consultor.

Os Fundos oferecem e emitem cotas pelo valor patrimonial líquido por ação ("NAV") apenas em agregações de um número especificado de cotas (cada uma, uma "Unidade de Criação" ou uma "Agregação de Unidade de Criação"), geralmente em troca de uma cesta de títulos incluídos no Índice Subjacente de cada Fundo ("Títulos de Depósito"), juntamente com o depósito de um pagamento em dinheiro especificado ("Componente de Caixa"). As cotas dos Fundos ("Ações") estão, ou serão, listadas e deverão ser negociadas na NYSE Arca, NASDAQ ou Cboe BZX.

As ações são negociadas no mercado secundário e em outros lugares a preços de mercado que podem estar em, acima ou abaixo do NAV. As ações são resgatáveis apenas em Agregações de Unidade de Criação e, geralmente, em troca de títulos de carteira e um Componente de Caixa. O número de Cotas por Unidade de Criação de cada Fundo é o seguinte:

Fundo	Número de Ações por Unidade de Criação
ETF Global X MSCI Colômbia	10,000
Global X MSCI China Consumidor Discricionário ETF	10,000
ETF Global X MSCI Noruega	10,000
ETF Global X FTSE Sudeste Asiático	10,000
Global X MSCI Argentina ETF	10,000
Global X MSCI Grécia ETF	10,000
ETF Global X MSCI Nigéria	10,000
Global X MSCI Next Emerging & ETF de fronteira	10,000
ETF Global X DAX Alemanha	10,000
Global X MSCI Vietnã ETF	10,000
ETF Global X Mineradoras de Cobre	10,000
Global X Silver Miners ETF	10,000
Global X Gold Explorers ETF	10,000
Global X Uranium ETF	10,000
Global X Lithium & Battery Tech ETF	10,000
ETF Global X SuperDividend®	10,000
Global X Social Media ETF	10,000

Fundo	Número de Ações por Unidade de Criação
ETF Global X Guru® Index	10,000
ETF Global X SuperIncome™ Preferred	10,000
Global X SuperDividend® ETF dos EUA	10,000
ETF de Chamadas Cobertas Global X S&P 500®	10,000
ETF Global X NASDAQ 100® Covered Call	10,000
ETF Global X MSCI SuperDividend® Mercados Emergentes	10,000
ETF Global X SuperDividend® REIT	10,000
ETF Global X Produtores de Energia Renovável	10,000
Global X S&P 500® ETF Valores Católicos	10,000
ETF Global X MSCI SuperDividend® EAFE	10,000
Global X E-commerce ETF	10,000
Global X Russell 2000 Covered Call ETF	10,000
Global X S&P Catholic Values Desenvolvido ex-EUA ETF	10,000
Global X Nasdaq 100® Chamada Coberta & ETF de Crescimento	10,000
Global X S&P 500® Covered Call & ETF de crescimento	10,000
ETF Global X S&P 500® Tail Risk	10,000
ETF Global X S&P 500® de Renda Gerenciada por Risco	10,000
ETF Global X S&P 500® Collar 95-110	10,000
Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF	10,000
Global X NASDAQ 100® ETF de Renda Gerenciada por Risco	10,000
ETF Global X NASDAQ 100® Collar 95-110	10,000
ETF Global X Materiais Disruptivos	10,000
ETF Global X Dow 30® Covered Call	10,000
Global X Russell 2000 Chamada Coberta & ETF de Crescimento	10,000
Global X Financials Covered Call & ETF de crescimento	10,000
Global X Health Care Covered Call & Crescimento ETF	10,000
Global X Tecnologia da Informação Chamada Coberta & ETF de Crescimento	10,000
Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF	10,000
Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF	10,000
Global X Dow 30® Chamada Coberta & ETF de Crescimento	10,000
Global X MSCI Mercados Emergentes Coberto Call ETF	10,000
Global X S&P Catholic Values ETF de títulos agregados dos EUA	10,000

O Trust reserva-se o direito de oferecer uma opção "em dinheiro" para criações e resgates de Ações. As ações podem ser emitidas antes do recebimento de Títulos de Depósito sujeitos a várias condições, incluindo a exigência de manter em depósito no Trust caixa igual a 110% do valor de mercado dos Títulos de Depósito em falta. O montante necessário do depósito pode ser alterado pelo Consultor de tempos em tempos. Veja a seção "Compra e Resgate de Unidades de Criação" desta SAI para uma discussão mais aprofundada. Em cada caso de tais criações ou resgates em dinheiro, podem ser impostas taxas de transação que serão adicionais às taxas de transação associadas a criações ou resgates em espécie. Em todos os casos, tais condições e taxas serão limitadas de acordo com os requisitos da Securities and Exchange Commission ("SEC") aplicáveis às empresas de investimento de gestão que oferecem valores mobiliários resgatáveis.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE INVESTIMENTOS

LISTAGEM E NEGOCIAÇÃO EM BOLSA

Uma discussão sobre listagem em bolsa e assuntos de negociação associados a um investimento em cada Fundo está contida no Prospecto aplicável. A discussão abaixo complementa, e deve ser lida em conjunto com essa seção do referido Prospecto.

As cotas de cada Fundo são listadas para negociação na Bolsa e negociadas ao longo do dia na Bolsa e em outros mercados secundários. Não pode haver garantia de que cada Fundo continuará a cumprir os requisitos de listagem da Bolsa na qual está listado. A Bolsa pode, mas não é obrigada a, remover as Cotas de um Fundo de sua listagem se (1) após o período inicial de doze meses que começa no início da negociação do Fundo, houver menos de cinquenta (50) registros e/ou beneficiários efetivos do Fundo por trinta (30) ou mais dias consecutivos de negociação, (2) o valor do Índice Subjacente no qual o Fundo se baseia não estiver mais calculado ou disponível, ou (3) qualquer outro evento ou condição que, na opinião da Bolsa, torne desaconselháveis novas negociações na Bolsa. A Bolsa removerá as Cotas de um Fundo da listagem e negociação após o término do Fundo.

Como no caso de outros títulos negociados publicamente, as comissões das corretoras sobre as transações serão baseadas em taxas de comissão negociadas em níveis habituais.

A fim de fornecer informações adicionais sobre o valor indicativo das Cotas de cada Fundo, a Bolsa ou um provedor designado de "valor de carteira otimizado indicativo" ("IOPV") divulga a cada quinze segundos, por meio das instalações da Consolidated Tape Association, um IOPV atualizado para cada Fundo, conforme calculado por um provedor de informações ou um fornecedor de dados de mercado. O Trust não está envolvido ou é responsável por qualquer aspecto do cálculo ou disseminação das IOPVs e não faz nenhuma representação ou garantia quanto à precisão das IOPVs.

Uma IOPV tem um componente de valor de títulos e um componente de caixa. Os valores dos títulos incluídos em uma IOPV são os valores dos Títulos de Depósito para o Fundo aplicável. O IOPV é geralmente determinado usando as cotações atuais do mercado e/ou cotações de preços obtidas de corretoras que podem negociar os títulos da carteira detidos por um Fundo. As cotações de certas participações do Fundo podem não ser atualizadas durante o horário de negociação dos EUA se tais participações não forem negociadas nos Estados Unidos. Embora o IOPV reflita o valor de mercado atual dos Títulos de Depósito que devem ser depositados em conexão com a compra de uma Agregação de Unidade de Criação, ele não reflete necessariamente a composição precisa da carteira atual de títulos detidos pelo Fundo aplicável em um determinado momento, porque a carteira atual do Fundo pode incluir títulos que não fazem parte dos Títulos de Depósito. Além disso, o IOPV não captura certos itens, como acréscimos de responsabilidade fiscal, que podem ocorrer para investimentos do Fundo em certas jurisdições estrangeiras. Portanto, o IOPV de cada Fundo divulgado durante o horário de negociação da Bolsa não deve ser visto como uma atualização em tempo real do NAV do Fundo, que é calculado apenas uma vez por dia.

Além da componente de títulos descrita no parágrafo anterior, a IOPV para cada Fundo inclui uma componente de caixa que consiste em dividendos acumulados estimados e outras receitas, menos despesas. Se aplicável, cada IOPV também reflete as mudanças nas taxas de câmbio entre o dólar americano e a moeda estrangeira aplicável.

O Trust reserva-se o direito de ajustar os preços das ações dos Fundos no futuro para manter intervalos de negociação convenientes para os investidores. Quaisquer ajustes seriam realizados por meio de desdobramentos de ações ou desdobramentos reversos de ações, que não teriam efeito sobre os ativos líquidos do Fundo aplicável.

OBJETIVO, ESTRATÉGIAS E RISCOS DO INVESTIMENTO

Cada Fundo busca atingir seu objetivo investindo principalmente em títulos emitidos por empresas que compõem o Índice Subjacente relevante e por meio de transações que proporcionam exposição substancialmente semelhante aos títulos do Índice Subjacente. Cada Fundo opera como um fundo de índice e não será gerido ativamente. O desempenho adverso de um título na carteira de um Fundo normalmente não resultará na eliminação do título da carteira do Fundo. Cada Fundo investe pelo menos 80% de seus ativos totais nos títulos de seu Índice Subjacente e, se aplicável, em American Depositary Receipts ("ADRs") e Global Depositary Receipts ("GDRs") (coletivamente "Depositary Receipts") com base nos títulos de seu Índice Subjacente. Cada Fundo também pode investir até 20% de seus ativos em determinados contratos futuros, opções e swap, caixa e equivalentes de caixa, bem como em ações não incluídas em seu Índice Subjacente, mas que o Consultor acredita que ajudarão o Fundo a rastrear seu Índice Subjacente.

Todos os Fundos (exceto o Global X Russell 2000 Covered Call ETF, o Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF e o Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF, cada um dos quais usa uma estratégia de amostragem representativa) usam uma estratégia de replicação. Uma estratégia de replicação é uma estratégia de indexação que envolve o investimento nos títulos do Índice Subjacente em aproximadamente as mesmas proporções que no Índice Subjacente. No entanto, um Fundo pode utilizar uma estratégia de amostragem representativa em relação ao seu Índice Subjacente quando uma estratégia de replicação pode ser prejudicial para seus acionistas, como quando há dificuldades práticas ou custos substanciais envolvidos na compilação de uma carteira de títulos para seguir seu Índice Subjacente, ou, em certos casos, quando os títulos no Índice Subjacente se tornam temporariamente ilíquidos, indisponível ou menos líquido, ou devido a restrições legais (como requisitos de diversificação que se aplicam aos Fundos, mas não ao Índice Subjacente).

Devido a possíveis restrições que podem surgir para a compra de todos os títulos do Índice Subjacente, o Global X Russell 2000 Covered Call ETF, o Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF e o Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF podem não comprar todos os títulos do Índice Subjacente aplicável. Em vez disso, o Consultor utilizará uma estratégia de amostragem representativa em um esforço para manter uma carteira de títulos com geralmente as mesmas características de risco e retorno que o Índice Subjacente aplicável.

Cada Fundo adotou uma política de investimento não fundamental para investir, em circunstâncias normais, pelo menos 80% do valor de seus ativos líquidos, mais o montante de quaisquer empréstimos contraídos para fins de investimento, em títulos do Índice Subjacente do Fundo e em Depositary Receipts com base em títulos do Índice Subjacente. Um Fundo também pode ter adotado uma política adicional não fundamental para investir pelo menos 80% de seus ativos totais em valores mobiliários, conforme divulgado em seu Prospecto. Cada Fundo também adotou uma política para fornecer aos seus acionistas pelo menos 60 dias de antecedência por escrito uma mudança em seu objetivo de investimento. Se, após um investimento, o requisito de 80% não for mais atendido, os investimentos futuros de um Fundo serão feitos de forma a colocar o Fundo em conformidade com essa política.

O seguinte complementa as informações contidas no Prospecto relativas aos objetivos e políticas de investimento dos Fundos.

RISCO DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA. Com o aumento do uso de tecnologias como a Internet para a realização de negócios, cada Fundo está suscetível a riscos operacionais, de segurança da informação e relacionados. Em geral, os incidentes cibernéticos podem resultar de ataques deliberados ou eventos não intencionais. Os ataques cibernéticos incluem, mas não estão limitados a, obter acesso não autorizado a sistemas digitais (por exemplo, por meio de "hacking" ou codificação de software mal-intencionado) para fins de apropriação indevida de ativos ou informações confidenciais, corrompendo dados ou causando interrupção operacional. Os ataques cibernéticos também podem ser realizados de uma maneira que não exija a obtenção de acesso não autorizado, como causar ataques de negação de serviço em sites (ou seja, esforços para tornar os serviços de rede indisponíveis para os usuários pretendidos). Falhas ou violações de segurança cibernética sofridas pelo consultor, distribuidor e outros provedores de serviços de um Fundo (incluindo, mas não limitado a, provedores de índices, contadores de fundos, custodiantes, agentes de transferência e administradores), criadores de mercado, Participantes Autorizados (conforme definido abaixo) e os emissores de títulos nos quais os Fundos investem têm a capacidade de causar interrupções e impactar as operações de negócios potencialmente resultando em perdas financeiras, interferência com a capacidade de um Fundo de calcular seu NAV, impedimentos à negociação, incapacidade dos acionistas do Fundo de realizar negócios, violações da privacidade aplicável e outras leis, multas regulatórias, penalidades, danos à reputação, reembolso ou outros custos de compensação ou custos adicionais de conformidade. Além disso, custos substanciais podem ser incorridos para prevenir quaisquer incidentes cibernéticos no futuro. Embora os Fundos tenham estabelecido planos de continuidade de negócios em caso de ataques cibernéticos e sistemas de gerenciamento de riscos para prevenir tais ataques cibernéticos, há limitações inerentes a esses planos e sistemas, incluindo a possibilidade de que certos riscos não tenham sido identificados. Além disso, os Fundos não podem controlar os planos e sistemas de segurança cibernética implementados por prestadores de serviços aos Fundos e emissores nos quais os Fundos investem,

formadores de mercado ou Participantes Autorizados. Os Fundos e seus acionistas podem ser impactados negativamente como resultado de quaisquer incidentes cibernéticos que afetem tais partes.

CERTIFICADOS DEPOSITÁRIOS. ADRs são recibos que são negociados nos Estados Unidos evidenciando a propriedade dos títulos estrangeiros subjacentes e são denominados em dólares americanos. GDRs são recibos emitidos por um não-E.U.A. instituição financeira que evidencia a propriedade de títulos subjacentes estrangeiros ou norte-americanos e geralmente são denominados em moedas estrangeiras. As GDR não podem ser denominadas na mesma moeda que os títulos que representam. Geralmente, as GDRs são projetadas para uso nos mercados de valores mobiliários estrangeiros.

Na medida em que cada Fundo investir em ADRs, esses ADRs serão listados em uma bolsa de valores nacional. Na medida em que cada Fundo investe em GDRs, tais GDRs serão listadas em uma bolsa estrangeira. Os Fundos não investirão em nenhum Depositary Receipt não listado ou em qualquer Depositary Receipt para o qual as informações de preços não estejam prontamente disponíveis. Geralmente, todos os Depositary Receipts devem ser patrocinados. Os Fundos, no entanto, podem investir em Depositary Receipts não patrocinados em determinadas circunstâncias limitadas. Um depositário não patrocinado não pode fornecer as mesmas informações aos acionistas que um depositário patrocinado é obrigado a fornecer ao abrigo do seu acordo contratual com o emitente. Portanto, pode haver menos informações disponíveis sobre tais emissores e pode não haver correlação entre tais informações e o valor de mercado dos Depositary Receipts.

RISCO DE NÃO DIVERSIFICAÇÃO. O risco de não diversificação é o risco de um fundo não diversificado poder ser mais suscetível a desenvolvimentos financeiros, econômicos ou outros adversos que afetem um único emitente e mais suscetível a maiores perdas devido a estes desenvolvimentos. Cada Fundo (exceto o Global X MSCI Next Emerging & Frontier ETF, Global X S&P 500® Covered Call ETF, Global X Russell 2000 Covered Call ETF, Global X S&P 500 Covered Call & Growth ETF, Global X S&P 500 Risk Managed Income ETF, Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF, Global X SuperDividend® ETF, Global X Guru® Index ETF, Global X SuperIncome Preferred ETF, Global X SuperDividend™® U.S. ETF, Global X MSCI SuperDividend® Emerging Markets ETF, Global X SuperDividend® REIT ETF, Global X S&P 500® Catholic Values ETF, Global X MSCI SuperDividend® EAFE ETF, Global X S&P Catholic Values Developed ex-U.S. ETF, Global X S&P 500 Collar 95-110 ETF, Global X S&P 500 Tail Risk ETF e Global X Gold Explorers ETF) é classificado como "não diversificado" para fins da Lei de 1940. Uma classificação "não diversificada" significa que um Fundo não está limitado pela Lei de 1940 no que diz respeito à porcentagem de seus ativos que podem ser investidos em títulos de um único emissor. Os títulos de um determinado emissor podem dominar o Índice Subjacente de um Fundo e, conseqüentemente, a carteira de investimentos de um Fundo. Cada Fundo também pode concentrar seus investimentos em um determinado setor ou grupo de indústrias, conforme observado na descrição do Fundo. Os títulos de emissores de setores específicos podem dominar o Índice Subjacente de tal Fundo e, conseqüentemente, a carteira de investimentos do Fundo. Isso pode afetar adversamente seu desempenho ou sujeitar as Cotas do Fundo a uma volatilidade de preço maior do que a experimentada por empresas de investimento menos concentradas.

Cada Fundo pretende manter o nível necessário de diversificação e, de outra forma, conduzir suas operações de modo a se qualificar como uma "empresa de investimento regulamentada" para fins do Código da Receita Federal de 1986, conforme alterado (o "Código"), e para isentar o Fundo de qualquer responsabilidade pelo imposto de renda federal na medida em que seus lucros sejam distribuídos aos acionistas. O cumprimento dos requisitos de diversificação do Código pode limitar a flexibilidade de investimento de certos Fundos e pode tornar menos provável que esse Fundo cumpra o seu objetivo de investimento.

INSTRUMENTOS DE CURTO PRAZO E INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS. Na medida em que seja consistente com as suas políticas de investimento, cada Fundo pode investir em instrumentos de curto prazo, incluindo instrumentos do mercado monetário, numa base contínua para fornecer liquidez ou por outras razões. Os instrumentos do mercado monetário são geralmente investimentos de curto prazo que podem incluir, mas não estão limitados a: (i) cotas de fundos do mercado monetário; (ii) obrigações emitidas ou garantidas pelo governo dos EUA, suas agências ou instrumentos (incluindo empresas patrocinadas pelo governo ("GSE")); (iii) certificados de depósito negociáveis ("CDs"), aceites bancários, depósitos a prazo fixo, notas e outras obrigações de bancos americanos e estrangeiros (incluindo filiais estrangeiras) e instituições similares; (iv) papel comercial classificado na data de compra "Prime-1" pela Moody's Investors Service, Inc. (v) títulos de dívida corporativa não conversíveis (por exemplo, títulos e debêntures) com vencimentos remanescentes na data de compra não superiores a 397 dias e que satisfaçam

os requisitos de classificação estabelecidos na Regra 2a-7 da Lei de 1940; (vi) contratos de recompra; e (vii) obrigações de curto prazo denominadas em dólares dos EUA de bancos estrangeiros (incluindo filiais dos EUA) que, na opinião do Consultor, são de qualidade comparável às obrigações de bancos dos EUA que podem ser compradas por um Fundo. Qualquer um desses instrumentos pode ser comprado em uma base corrente ou liquidada a prazo.

De acordo com as emendas adotadas pela SEC em julho de 2014, os regulamentos de fundos do mercado monetário exigem que os fundos do mercado monetário que não atendam às definições de um fundo do mercado monetário de varejo ou fundo do mercado monetário do governo transacionem a um NAV flutuante por ação (semelhante a todos os outros fundos mútuos não do mercado monetário), em vez de a um preço de ação estável de US\$ 1, bem como permitir (ou, em certas circunstâncias, exigir) que os fundos do mercado monetário imponham taxas de liquidez e portões de resgate para uso em momentos de estresse do mercado. Qualquer impacto na negociação e no valor dos instrumentos do mercado monetário como resultado desses regulamentos de fundos do mercado monetário pode afetar negativamente o rendimento e o potencial de retorno de um Fundo.

Os depósitos a prazo são depósitos inegociáveis mantidos em instituições bancárias por períodos de tempo especificados a taxas de juro indicadas. As aceitações dos banqueiros são saques a prazo sacados em bancos comerciais pelos mutuários, geralmente em conexão com transações internacionais. O papel comercial representa notas promissórias de curto prazo, sem garantia, emitidas ao portador por bancos ou holdings bancárias, corporações e sociedades financeiras. Certificados de depósito são certificados negociáveis emitidos contra fundos depositados em um banco comercial por um período de tempo determinado e ganhando um retorno especificado. As aceitações dos banqueiros são saques negociáveis ou letras de câmbio, normalmente sacados por um importador ou exportador para pagar uma mercadoria específica, que são "aceitos" por um banco, significando, na verdade, que o banco concorda incondicionalmente em pagar o valor nominal do instrumento no vencimento. Os depósitos a prazo fixos são obrigações bancárias a pagar numa data de vencimento determinada e acrescidas de juros a uma taxa fixa. Os depósitos a prazo fixos podem ser levantados à ordem pelo investidor, mas podem estar sujeitos a penalidades de levantamento antecipado que variam em função das condições de mercado e do prazo restante da obrigação. Não existem restrições contratuais ao direito de transferir um interesse benéfico num depósito a prazo fixo para terceiros. As cédulas geralmente são classificadas como juniores para depositar passivos dos bancos e pari passu com outras obrigações seniores e não garantidas do banco. As notas de banco são classificadas como "outros empréstimos" no balanço de um banco, enquanto as notas de depósito e os certificados de depósito são classificados como depósitos. As notas de banco não são seguradas pelo FDIC ou por qualquer outra seguradora.

Cada Fundo pode investir uma parte de seus ativos nas obrigações de bancos estrangeiros e filiais estrangeiras de bancos nacionais. Tais obrigações incluem Certificados de Depósito em Eurodólar ("ECDs"), que são certificados de depósito denominados em dólares americanos emitidos por escritórios de bancos estrangeiros e domésticos localizados fora dos Estados Unidos; Eurodollar Time Deposits ("ETDs"), que são depósitos denominados em dólares americanos em uma filial estrangeira de um banco dos EUA ou de um banco estrangeiro; Depósitos a Prazo Canadenses ("CTDs"), que são essencialmente os mesmos que ETDs, exceto que são emitidos por escritórios canadenses dos principais bancos canadenses; Schedule Bs, que são obrigações emitidas por filiais canadenses de bancos estrangeiros ou nacionais; Yankee Certificates of Deposit ("Yankee CDs"), que são certificados de depósito denominados em dólares americanos emitidos por uma filial americana de um banco estrangeiro e mantidos nos Estados Unidos; e Yankee Bankers' Acceptances ("Yankee BAs"), que são aceitações de banqueiros denominadas em dólares americanos emitidas por uma filial americana de um banco estrangeiro e mantidas nos Estados Unidos.

Os papéis comerciais comprados pelos Fundos podem incluir papel comercial lastreado em ativos. O papel comercial lastreado em ativos é emitido por uma sociedade de propósito específico que está organizada para emitir o papel comercial e comprar recebíveis comerciais ou outros ativos financeiros. A qualidade de crédito do papel comercial lastreado em ativos depende principalmente da qualidade desses ativos e do nível de qualquer suporte de crédito adicional.

EQUITY SWAPS, SWAPS DE TAXA TOTAL DE RETORNO E SWAPS CAMBIAIS. Cada Fundo (exceto o ETF Global X MSCI Colômbia) pode investir até 20% de seus ativos totais em contratos de swap.

Um swap é um acordo que envolve a troca por um Fundo com outra parte de seus respectivos compromissos de pagar ou receber pagamentos em datas especificadas com base ou calculado por referência a mudanças em preços ou taxas especificadas (por

exemplo, taxas de juros no caso de swaps de taxa de juros) com base em um valor especificado (o valor "nocial"). Alguns swaps atualmente são, e outros no futuro serão, negociados em bolsa e compensados centralmente. Exemplos de contratos de swap incluem, mas não estão limitados a, equity equity, index ou outros swaps de retorno total e swaps de moeda estrangeira.

Cada Fundo pode celebrar contratos de troca de ações para investir em um mercado sem possuir ou assumir a custódia física de valores mobiliários em circunstâncias nas quais o investimento direto é restrito por razões legais ou é impraticável. Estes instrumentos proporcionam uma grande flexibilidade. Por exemplo, uma contraparte pode concordar em pagar a um Fundo o montante, se houver, pelo qual o valor noional do contrato de troca de ações teria aumentado de valor se tivesse sido investido em ações específicas (ou um índice de ações), mais os dividendos que teriam sido recebidos sobre essas ações. Nesses casos, um Fundo pode concordar em pagar à contraparte o montante, se houver, pelo qual esse montante noional teria diminuído de valor se tivesse sido investido nas ações. Portanto, o retorno a um Fundo em qualquer contrato de troca de ações deve ser o ganho ou perda sobre o valor noional mais dividendos sobre as ações menos os juros pagos pelo Fundo sobre o valor noional. Em outros casos, a contraparte e o Fundo podem concordar em pagar ao outro a diferença entre os desempenhos relativos de investimento que teriam sido alcançados se o valor noional do contrato de troca de ações tivesse sido investido em ações (ou índices de ações) diferentes.

Os swaps de taxa total de retorno são contratos que obrigam uma parte a pagar ou receber juros em troca do pagamento pela outra parte do retorno total gerado por um título, uma cesta de títulos, um índice ou um componente do índice. Os Fundos também podem entrar em swaps de moeda, que envolvem a troca dos direitos dos Fundos e de outra parte para fazer ou receber pagamentos em moedas específicas. Os swaps cambiais envolvem a troca de direitos dos Fundos e de outra parte para fazer ou receber pagamentos em moedas específicas.

Algumas operações de swaps são realizadas numa base líquida, ou seja, os dois fluxos de pagamento são compensados, com um Fundo a receber ou a pagar, consoante o caso, apenas o montante líquido dos dois pagamentos. Um Fundo entrará em swaps de ações apenas em uma base líquida. Os pagamentos podem ser efectuados aquando da celebração de um contrato de swap de capitais próprios ou periodicamente durante a sua vigência. Os swaps de capital não envolvem a entrega de títulos ou outros ativos subjacentes. Por conseguinte, o risco de perda no que diz respeito aos swaps de capital próprio é limitado ao montante líquido dos pagamentos que esse Fundo está contratualmente obrigado a fazer. Se a outra parte de um swap de ações, ou qualquer outro swap celebrado em uma base líquida, entrar em default, o risco de perda de um Fundo consiste no valor líquido dos pagamentos que esse Fundo tem o direito contratual de receber, se houver. Em contrapartida, outras operações de swaps podem envolver o pagamento do montante bruto devido. Por exemplo, os swaps de divisas geralmente envolvem a entrega de todo o montante principal de uma moeda designada em troca da outra moeda designada. Por conseguinte, a totalidade do valor principal de um swap cambial está sujeita ao risco de a outra parte no swap não cumprir as suas obrigações contratuais de entrega. Na medida em que o montante a pagar por um Fundo ao abrigo de um swap esteja coberto por numerário segregado ou activos líquidos, os Fundos e o Consultor acreditam que as transacções não constituem títulos seniores ao abrigo da Lei de 1940 e, consequentemente, não as tratarão como estando sujeitas às restrições de contracção de empréstimos dos Fundos.

Os swaps compensados centralmente estão sujeitos à solvabilidade das organizações de compensação envolvidas na transacção. Por exemplo, um Fundo pode perder os pagamentos de margem que depositou na organização de compensação, bem como o montante líquido de ganhos ainda não pagos pela organização de compensação se violar o seu acordo com o Fundo ou se tornar insolvente ou entrar em falência. Em caso de falência da organização de compensação, o Fundo pode ter direito ao montante líquido de ganhos que o Fundo tem direito a receber, acrescido do retorno da margem que lhe é devida apenas na proporção do montante recebido pelos outros clientes da organização de compensação, potencialmente resultando em perdas para o Fundo.

Na medida em que um swap não é compensado centralmente, a utilização de swaps também envolve o risco de que uma perda possa ser sustentada como resultado da insolvência ou falência da contraparte ou do incumprimento pela contraparte dos pagamentos exigidos ou de qualquer outra forma os termos do acordo.

Um Fundo não entrará em nenhuma transacção de swap, a menos que o papel comercial não garantido, a dívida sênior ou a capacidade de pagamento de sinistros da outra parte seja classificado como A, ou A-1 ou melhor pela S&P ou Fitch Ratings ("Fitch"), ou A ou Prime-1 ou melhor pela Moody's, ou tenha recebido uma classificação comparável de outra organização que

seja reconhecida como uma organização de classificação estatística reconhecida nacionalmente ("NRSRO") ou, se não for classificada por essa organização de classificação, é determinada como sendo de qualidade comparável pelo Consultor. Se a solvabilidade de uma contraparte diminuir, o valor do swap pode diminuir, potencialmente resultando em perdas para um Fundo. A alteração das condições numa determinada área de mercado, diretamente relacionada ou não com os ativos de referência subjacentes ao acordo de swap, pode ter um impacto adverso na solvabilidade da contraparte. Por exemplo, a contraparte pode ter sofrido perdas como resultado da sua exposição a um setor do mercado que afetem negativamente a sua solvabilidade. Se houver um inadimplemento da outra parte em tal transação, um Fundo terá recursos contratuais de acordo com os acordos relacionados à transação. Tais recursos contratuais, no entanto, podem estar sujeitos às leis de falência e insolvência que podem afetar os direitos do Fundo como credor (por exemplo,, o Fundo pode não receber o montante líquido dos pagamentos que contratualmente tem direito a receber). O mercado de swap tem crescido substancialmente nos últimos anos, com um grande número de bancos e empresas de banco de investimento atuando tanto como mandantes quanto como agentes utilizando documentação padronizada de swap. Consequentemente, o mercado de swap tornou-se relativamente líquido em comparação com os mercados de outros instrumentos similares que são negociados no mercado interbancário.

O uso de equivalência patrimonial, taxa total de retorno e swaps cambiais é uma atividade altamente especializada que envolve técnicas de investimento e riscos diferentes daqueles associados às operações ordinárias de títulos em carteira.

Em conexão com a posição de um Fundo em um contrato de swaps, o Fundo segregará ativos líquidos ou cobrirá sua posição de acordo com os requisitos aplicáveis da SEC.

TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA. Na medida consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode investir em contratos de câmbio a termo e contratos futuros de moeda estrangeira. Nenhum Fundo, no entanto, espera se envolver em transações cambiais para fins especulativos ou com o propósito de se proteger contra quedas no valor dos ativos de um Fundo denominados em moeda estrangeira. Um Fundo pode celebrar contratos de câmbio a termo de moeda estrangeira e contratos futuros de moeda estrangeira para facilitar liquidações locais ou para proteger contra exposição cambial em conexão com suas distribuições aos acionistas.

Os contratos de câmbio de moeda estrangeira envolvem a obrigação de comprar ou vender uma moeda específica em uma data futura a um preço definido no momento do contrato. Os contratos de moeda a termo não eliminam as flutuações nos valores dos títulos da carteira, mas permitem que um Fundo estabeleça uma taxa de câmbio para um ponto no tempo futuro. Os contratos futuros de moeda estrangeira envolvem a obrigação de entregar ou adquirir a quantidade especificada de uma moeda específica, a um preço especificado e a um momento futuro especificado. Esses contratos futuros podem ser liquidados numa base de pagamento líquido em numerário, e não pela venda e entrega da moeda subjacente. Um Fundo pode incorrer em custos relacionados com contratos futuros e cambiais a termo e conversões de moedas estrangeiras e dólares americanos.

Os ativos líquidos iguais à quantidade de ativos de um Fundo que poderiam ser necessários para consumir contratos a termo serão segregados, exceto na medida em que os contratos estejam "cobertos". Os ativos segregados serão avaliados pelo valor de mercado ou justo. Se o valor de mercado ou justo de tais ativos diminuir, ativos líquidos adicionais serão segregados diariamente para que o valor dos ativos segregados seja igual ao montante de tais compromissos pelo Fundo. Um contrato a termo para vender uma moeda estrangeira é "coberto" se um Fundo possuir a moeda (ou títulos denominados na moeda) subjacente ao contrato, ou possuir um contrato a termo (ou opção de compra) que permita ao Fundo comprar a mesma moeda a um preço que (i) não seja superior ao preço do Fundo para vender a moeda ou (ii) maior do que o preço do Fundo para vender a moeda, desde que o Fundo separe os ativos líquidos em o valor da diferença. Um contrato a termo para comprar uma moeda estrangeira é "coberto" se um Fundo possuir um contrato a termo (ou opção de compra) que permita ao Fundo vender a mesma moeda a um preço que seja (i) tão alto ou superior ao preço do Fundo para comprar a moeda ou (ii) inferior ao preço do Fundo para comprar a moeda, desde que o Fundo separe os ativos líquidos no valor da diferença.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS – GERAL. Na medida em que seja consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode investir em títulos estrangeiros. O investimento em títulos estrangeiros envolve riscos especiais. Estes incluem o risco de mercado, o risco de taxa de juro e os riscos de investir em títulos de emitentes estrangeiros e de empresas cujos valores mobiliários são principalmente negociados fora dos Estados Unidos em bolsas estrangeiras ou mercados de balcão estrangeiros e

em investimentos denominados em moedas estrangeiras. O risco de mercado envolve a possibilidade de que os preços das ações caiam em períodos curtos ou mesmo prolongados. Os mercados de ações tendem a ser cíclicos, com períodos de preços geralmente em alta e períodos de preços geralmente em declínio. Esses ciclos afetarão o valor de um Fundo na medida em que ele investe em ações estrangeiras. Além disso, o desempenho dos investimentos em títulos denominados em moeda estrangeira dependerá da força da moeda estrangeira frente ao dólar norte-americano e do ambiente de taxas de juros no país emissor da moeda. Na ausência de outros eventos que poderiam afetar o valor de um título estrangeiro (como uma mudança no clima político ou na qualidade de crédito de um emissor), pode-se esperar que a valorização do valor da moeda estrangeira geralmente aumente o valor de um título denominado em moeda estrangeira em termos de dólares americanos. Um aumento nas taxas de juros estrangeiros ou queda no valor da moeda estrangeira em relação ao dólar dos EUA geralmente pode ser esperado para deprimir o valor de um título denominado em moeda estrangeira.

Existem outros riscos e custos envolvidos no investimento em títulos estrangeiros, que se somam aos riscos usuais inerentes aos investimentos domésticos. O investimento em títulos estrangeiros envolve custos mais altos do que o investimento em títulos dos EUA, incluindo custos de transação e custódia mais altos, bem como a imposição de impostos adicionais por governos estrangeiros. Os investimentos estrangeiros também envolvem riscos associados ao nível das taxas de câmbio, informações financeiras menos completas sobre os emissores, menor liquidez do mercado, maior volatilidade do mercado e instabilidade política. Desenvolvimentos políticos e econômicos futuros, a possível imposição de impostos retidos na fonte sobre a renda de dividendos, a possível apreensão ou nacionalização de participações estrangeiras, o possível estabelecimento de controles cambiais ou a adoção de outras restrições governamentais podem afetar negativamente um investimento em títulos estrangeiros. Além disso, os bancos estrangeiros e as sucursais estrangeiras de bancos nacionais estão sujeitos a requisitos de reserva menos rigorosos e a diferentes requisitos de contabilidade, auditoria e manutenção de registros. Além disso, os recursos legais para investidores podem ser mais limitados do que os recursos disponíveis nos EUA.

Embora um Fundo possa investir em títulos denominados em moedas estrangeiras, seus títulos de carteira e outros ativos são avaliados em dólares americanos. As taxas de câmbio podem flutuar significativamente durante curtos períodos de tempo, causando, juntamente com outros fatores, que o NAV de um Fundo também flutue. As taxas de câmbio podem ser afetadas de forma imprevisível pela intervenção ou pela falha em intervir por governos ou bancos centrais dos EUA ou estrangeiros, ou por controles cambiais ou desenvolvimentos políticos nos EUA ou no exterior. Na medida em que os ativos totais de um Fundo, ajustados para refletir a posição líquida de um Fundo após a efetivação de transações cambiais, sejam denominados em moedas de países estrangeiros, um Fundo estará mais suscetível ao risco de desenvolvimentos econômicos e políticos adversos nesses países.

Os emissores de títulos estrangeiros também podem sofrer com a instabilidade social, política e econômica. Essa instabilidade pode levar à iliquidez ou à volatilidade dos preços dos títulos estrangeiros negociados nos mercados afetados. Os emitentes estrangeiros podem estar sujeitos ao risco de que, durante determinados períodos, a liquidez dos valores mobiliários de um determinado emitente ou indústria, ou de todos os valores mobiliários de uma determinada região, seja afetada negativamente por acontecimentos econômicos, de mercado ou políticos, ou por percepções adversas dos investidores, que possam causar uma desvalorização temporária ou permanente dos valores mobiliários relevantes. Além disso, se um mercado de títulos estrangeiros fechar como resultado de tal instabilidade, pode ser mais difícil obter preços precisos de origem independente para os títulos negociados nesses mercados e pode ser difícil avaliar os títulos estrangeiros afetados por longos períodos de tempo.

Um Fundo também está sujeito à possível imposição de regulamentos de controle cambial ou congelamentos na conversibilidade da moeda. Além disso, através do uso de contratos de câmbio a termo com outros instrumentos, quaisquer posições cambiais líquidas dos Fundos podem expô-los a riscos independentes de suas posições em valores mobiliários.

Um Fundo estará sujeito a impostos estrangeiros retidos na fonte com relação a certos dividendos ou juros recebidos de fontes em países estrangeiros, e ganhos de capital em títulos de certos países estrangeiros podem estar sujeitos a tributação. Na medida em que tais impostos não sejam compensados por créditos ou deduções permitidos aos investidores sob a lei federal de imposto de renda dos EUA, eles podem reduzir o retorno líquido aos acionistas.

Os custos atribuíveis ao investimento no exterior geralmente são mais altos do que os investimentos em títulos nacionais por várias razões, tais como o maior custo da pesquisa de investimento, custos mais altos de custódia de títulos estrangeiros, comissões mais altas pagas em transações comparáveis em mercados estrangeiros e custos adicionais decorrentes de atrasos na liquidação de transações envolvendo títulos estrangeiros.

Os mercados estrangeiros também têm procedimentos de compensação e liquidação diferentes e, em certos mercados, houve momentos em que as liquidações não conseguiram acompanhar o volume de transações de títulos, dificultando a realização de tais transações. Tais atrasos na liquidação podem resultar em períodos temporários em que uma parte dos ativos de um Fundo permanece não investida e nenhum retorno é obtido sobre esses ativos. A incapacidade de um Fundo de fazer compras ou vendas de títulos pretendidos devido a problemas de liquidação pode resultar em perdas para um Fundo devido a declínios subsequentes no valor dos títulos da carteira ou, se um Fundo tiver celebrado um contrato para vender os títulos, pode resultar em possível responsabilidade para o comprador.

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS – MERCADOS EMERGENTES. Os países com mercados emergentes estão geralmente localizados nas regiões da Ásia e do Pacífico, Oriente Médio, Europa Oriental, América Central, América do Sul e África. Na medida permitida por suas políticas de investimento, os Fundos podem investir seus ativos em países com economias emergentes ou mercados de valores mobiliários.

Os mercados de valores mobiliários de países emergentes são menos líquidos e sujeitos a maior volatilidade de preços, e têm uma capitalização de mercado menor, do que os mercados de valores mobiliários de países mais desenvolvidos. Em certos países, pode haver menos títulos negociados publicamente e o mercado pode ser dominado por algumas emissões ou setores. Emissores e mercados de valores mobiliários em tais países não estão sujeitos a requisitos contábeis, financeiros e outros requisitos de relatórios tão extensos e frequentes ou a regulamentações governamentais tão abrangentes quanto os emissores e os mercados de valores mobiliários nos EUA. Em particular, os ativos e lucros que aparecem nas demonstrações financeiras de emissores de países emergentes podem não refletir sua posição financeira ou resultados operacionais da mesma maneira que as demonstrações financeiras de emissores dos EUA. Substancialmente menos informações podem estar disponíveis publicamente sobre emissores de países emergentes do que sobre emissores nos Estados Unidos.

Os mercados de valores mobiliários de países emergentes são tipicamente marcados por uma alta concentração de capitalização de mercado e volume de negociação em um pequeno número de emissores representando um número limitado de indústrias, bem como uma alta concentração de propriedade de tais títulos por um número limitado de investidores. Os mercados de valores mobiliários em certos países emergentes encontram-se nas primeiras fases do seu desenvolvimento. Mesmo os mercados de valores mobiliários relativamente amplamente negociados em países emergentes podem não ser capazes de absorver, sem interrupções de preços, um aumento significativo no volume de negociação ou negociações de um tamanho habitualmente realizado por investidores institucionais nos mercados de valores mobiliários de países desenvolvidos. A dimensão limitada de muitos destes mercados de valores mobiliários pode fazer com que os preços sejam erráticos por razões alheias a factores que afectam a solidez e a competitividade dos emitentes de valores mobiliários. Por exemplo, os preços podem ser indevidamente influenciados por comerciantes que controlam grandes posições nesses mercados. Além disso, as atividades de criação de mercado e arbitragem são geralmente menos extensas nesses mercados, o que pode contribuir para o aumento da volatilidade e redução da liquidez desses mercados. A liquidez limitada de títulos de países emergentes também pode afetar a capacidade de um Fundo de avaliar com precisão seus títulos de carteira ou de adquirir ou alienar títulos ao preço e no momento em que deseja fazê-lo ou para atender às solicitações de resgate.

Alguns países de mercados emergentes podem ter sistemas jurídicos antiquados, o que pode impactar negativamente os Fundos. Por exemplo, enquanto a responsabilidade potencial de um acionista de uma corporação dos EUA em relação a atos da corporação é geralmente limitada ao valor do investimento do acionista, a noção de responsabilidade limitada é menos clara em certos países de mercado emergente. Da mesma forma, os direitos dos investidores em empresas de mercados emergentes podem ser mais limitados do que os dos acionistas em corporações dos EUA.

Os custos de transação, incluindo comissões de corretagem ou mark-ups de dealers, em países emergentes podem ser mais altos do que nos mercados de valores mobiliários desenvolvidos. Além disso, as leis e regulamentos existentes são frequentemente

aplicados de forma inconsistente. À medida que os sistemas jurídicos nos países emergentes se desenvolvem, os investidores estrangeiros podem ser afetados negativamente por leis e regulamentos novos ou alterados. Em circunstâncias em que existam leis adequadas, pode não ser possível obter uma aplicação rápida e equitativa da lei.

Alguns países de mercados emergentes podem restringir ou controlar investimentos estrangeiros em seus mercados de valores mobiliários. Essas restrições podem limitar o investimento de um Fundo em determinados países emergentes e podem aumentar as despesas desse Fundo. Alguns países emergentes exigem aprovação governamental antes de investimentos por pessoas estrangeiras ou limitam o investimento de pessoas estrangeiras a apenas uma porcentagem especificada dos títulos em circulação de um emissor ou a uma classe específica de valores mobiliários que podem ter condições menos vantajosas (incluindo preço) do que os títulos da empresa disponíveis para compra por nacionais. Além disso, a repatriação de rendimentos de investimento e capital de países emergentes pode estar sujeita a restrições que exigem consentimentos governamentais ou proíbem totalmente o repatriamento por um período de tempo. Mesmo quando não existe uma restrição total ao repatriamento de capital, a mecânica do repatriamento pode afetar certos aspectos do funcionamento de um Fundo. Um Fundo pode ser obrigado a estabelecer custódia especial ou outros arranjos antes de investir em determinados países emergentes.

Certos emissores em países de mercado emergente podem utilizar esquemas de bloqueio de ações. O bloqueio de ações refere-se a uma prática, em certos mercados estrangeiros, em que os direitos de voto relacionados aos valores mobiliários de um emissor são baseados no impedimento de negociação desses valores mobiliários no nível de custodiante ou subcustodiante, por um período de tempo em torno de uma assembleia de acionistas. Estas restrições têm por efeito impedir a compra e venda de certos títulos com direito a voto num determinado número de dias antes e, em certos casos, após uma assembleia de accionistas em que será efectuado um voto de accionistas. O bloqueio de ações pode impedir que um Fundo compre ou venda títulos por um período de tempo. Durante o tempo em que as ações estiverem bloqueadas, as negociações desses títulos não serão liquidadas. O período de bloqueio pode durar até várias semanas. O processo para que uma restrição de bloqueio seja levantada pode ser bastante oneroso, com os requisitos específicos variando amplamente de acordo com o país. Além disso, em alguns países, o bloqueio não pode ser removido. Como resultado das ramificações das cédulas de voto em mercados que permitem o bloqueio de ações, o Consultor, em nome de um Fundo, reserva-se o direito de se abster de votar nesses mercados.

Os países emergentes podem estar sujeitos a um grau substancialmente maior de instabilidade e perturbação econômica, política e social do que os países mais desenvolvidos. Essa instabilidade pode resultar, entre outras coisas, do seguinte: (i) governos autoritários ou envolvimento militar na tomada de decisões políticas e econômicas, incluindo mudanças ou tentativas de mudanças de governos por meios extraconstitucionais; (ii) agitação popular associada a demandas por melhores condições políticas, econômicas ou sociais; (iii) insurgências internas; (iv) relações hostis com os países vizinhos; (v) descontentamento ou conflito étnico, religioso e racial; (vi) a ausência de estruturas jurídicas desenvolvidas que regulem os investimentos privados estrangeiros e a propriedade privada; (vii) a pequena dimensão atual dos mercados desses valores mobiliários e o volume de negociação atualmente baixo ou inexistente, que resultam em falta de liquidez e em maior volatilidade de preços; (viii) certas políticas nacionais que podem restringir as oportunidades de investimento de um Fundo, incluindo restrições ao investimento em emissores ou setores considerados sensíveis ao interesse nacional; (ix) tributação estrangeira; (x) a ausência, em alguns casos, de uma estrutura de mercado de capitais ou de uma economia orientada para o mercado; e (xi) a possibilidade de que os desenvolvimentos econômicos possam ser retardados ou revertidos por eventos políticos ou sociais imprevistos nesses países. Essa instabilidade econômica, política e social pode perturbar os principais mercados financeiros nos quais um Fundo pode investir e afetar negativamente o valor dos ativos do Fundo. Os investimentos de um Fundo também podem ser afetados negativamente por qualquer aumento de impostos ou por desenvolvimentos políticos, econômicos ou diplomáticos.

As economias dos países emergentes podem sofrer com crescimento desfavorável do Produto Interno Bruto, taxas de inflação, reinvestimento de capital, recursos, autossuficiência e balanço de pagamentos. Muitos países emergentes experimentaram no passado, e continuam a experimentar, altas taxas de inflação. Em certos países, a inflação acelerou, por vezes, rapidamente para níveis hiperinflacionistas, criando um ambiente negativo de taxas de juro e corroendo drasticamente o valor dos activos financeiros pendentes nesses países. Outros países emergentes, por outro lado, sofreram pressões deflacionárias e estão em recessão econômica. Além disso, muitos países emergentes também são altamente dependentes do comércio internacional e das exportações, incluindo exportações de petróleo e outras commodities para sustentar seu crescimento econômico. Como resultado, os países emergentes são particularmente vulneráveis a crises da economia mundial.

Uma parte dos investimentos de um Fundo pode ser em títulos e instrumentos russos. Em resultado dos recentes acontecimentos, os Estados Unidos e a União Económica e Monetária da União Europeia, juntamente com as entidades reguladoras de vários países, incluindo o Japão, a Austrália, a Noruega, a Suíça e o Canadá, impuseram sanções económicas e renovaram as sanções económicas existentes, que consistem em proibir certas transacções de valores mobiliários, proibir certas transacções privadas no sector da energia, congelamento de bens, e proibição de todos os negócios, contra certos indivíduos russos e entidades corporativas russas. As sanções anunciadas em fevereiro e março de 2022 incluem medidas contra o setor financeiro russo e restrições aos negócios nas regiões de Donetsk e Luhansk, na Ucrânia. Os Estados Unidos e outras nações ou organizações internacionais podem impor sanções económicas adicionais e mais amplas ou tomar outras ações que possam afetar negativamente os emissores relacionados à Rússia no futuro. Essas sanções, quaisquer sanções futuras ou outras ações, ou mesmo a ameaça de novas sanções ou outras ações, podem afetar negativamente o valor e a liquidez dos investimentos de um Fundo. Por exemplo, um Fundo pode ser proibido de investir em valores mobiliários emitidos por empresas sujeitas a tais sanções. Além disso, as sanções podem exigir que um Fundo congele seus investimentos existentes em empresas russas, proibindo o Fundo de comprar, vender ou transacionar esses investimentos. A Rússia pode empreender contramedidas ou ações retaliatórias, o que pode prejudicar ainda mais o valor e a liquidez da carteira de um Fundo e potencialmente interromper suas operações. Além disso, se um título afetado for incluído no Índice Subjacente de um Fundo, o Fundo poderá, quando possível, procurar eliminar suas participações no título afetado empregando ou aumentando sua estratégia de amostragem representativa para buscar acompanhar os resultados de investimento de seu Índice Subjacente. O uso (ou o aumento do uso de) uma estratégia de amostragem representativa pode aumentar o risco de erro de rastreamento de um Fundo. Essas sanções também podem levar a alterações no Índice Subjacente de um Fundo. O provedor de índices de um Fundo pode remover títulos do Índice Subjacente ou implementar limites máximos para os títulos de determinados emissores que tenham sido sujeitos a sanções económicas recentes. Nesse caso, espera-se que um Fundo reequilibre sua carteira para alinhá-la ao seu Índice Subjacente como resultado de tais alterações, o que pode resultar em custos de transação e aumento do erro de rastreamento.

Por essas ou outras razões, um Fundo pode tentar suspender os resgates de Unidades de Criação, inclusive no caso de existir uma emergência na qual não seja razoavelmente viável para o Fundo alienar seus títulos ou determinar seu valor patrimonial líquido. Um Fundo também poderia, entre outras coisas, limitar ou suspender criações de Unidades de Criação. Durante o período em que as criações ou resgates forem afetados, as Ações poderão ser negociadas com um prêmio ou desconto significativo em relação ao seu valor patrimonial líquido. No caso de um período durante o qual as criações são suspensas, um Fundo pode experimentar resgates substanciais, o que pode fazer com que o Fundo experimente custos de transação maiores e faça maiores distribuições tributáveis aos acionistas de um Fundo. Um Fundo pode liquidar todos ou parte de seus ativos, que podem estar a preços desfavoráveis. Um Fundo também pode alterar seu objetivo de investimento, por exemplo, buscando rastrear um índice alternativo.

Os investimentos em A-Shares chineses podem representar riscos adicionais em relação aos riscos de investir em títulos de mercados emergentes em geral. As A-Shares são emitidas por empresas constituídas na China continental e são negociadas em Renminbi ("RMB") na Bolsa de Valores de Xangai e na Bolsa de Valores de Shenzhen. Historicamente, a participação direta no mercado de A-Shares tem sido limitada aos investidores da China continental. Os investidores estrangeiros têm sido capazes de investir nos mercados de valores mobiliários da China continental através de certos programas de acesso ao mercado. Entre outros programas, os investidores estrangeiros podem investir em A-Shares listadas e negociadas na Bolsa de Valores de Xangai e na Bolsa de Valores de Shenzhen por meio dos programas Shanghai - Hong Kong e Shenzhen - Hong Kong Stock Connect ("Programas Stock Connect"), lançados em 2014 e 2016, respectivamente. Esses programas Stock Connect são novos, e os reguladores chineses podem alterar ou eliminar esses programas a qualquer momento. Os Programas Stock Connect são programas de negociação e compensação de valores mobiliários entre a Bolsa de Valores de Xangai ("SSE") ou a Bolsa de Valores de Shenzhen ("SZSE") e a Bolsa de Valores de Hong Kong Limited ("SEHK"), a China Securities Depository and Clearing Corporation Limited e a Hong Kong Securities Clearing Company Limited. Os Programas Stock Connect são projetados para permitir o acesso mútuo ao mercado de ações entre a China continental e Hong Kong, permitindo que os investidores negociem e liquidem ações em cada mercado por meio de suas bolsas locais. A negociação através dos Programas Stock Connect está sujeita a uma quota diária ("Quota Diária"), que limita o máximo de compras líquidas diárias em qualquer dia específico por investidores de Hong Kong (e investidores estrangeiros que negociem através de Hong Kong) que negociem títulos cotados na China continental e investidores chineses do continente que negociem títulos cotados em Hong Kong através do Programa Stock

Connect relevante. Dessa forma, os investimentos diretos em A-Shares serão limitados pela Cota Diária que limita o total de compras por meio dos Programas Stock Connect. A Cota Diária é utilizada por todos os investidores de fora da China continental por ordem de chegada. Como tal, as ordens de compra de A-Shares seriam rejeitadas assim que a Quota Diária fosse excedida (embora os investidores tivessem permissão para vender A-Shares independentemente do saldo da Quota Diária). A Cota Diária pode restringir a capacidade de um Fundo de investir em A-Shares por meio dos Programas Stock Connect em tempo hábil, o que pode afetar a capacidade dos Fundos de prosseguir efetivamente sua estratégia de investimento. A Cota Diária também está sujeita a alterações.

Além disso, os investimentos feitos por meio da Stock Connect estão sujeitos a procedimentos de negociação, compensação e liquidação que ainda são relativamente não testados na China continental, o que pode representar riscos para um Fundo. Além disso, as A-Shares adquiridas através de um Programa Stock Connect geralmente não podem ser vendidas, compradas ou transferidas de outra forma que não seja através do Programa Stock Connect de acordo com as regras aplicáveis. Uma característica principal dos Programas Stock Connect é a aplicação das leis e regras do mercado doméstico aplicáveis aos investidores em A-Shares (ou seja, na China continental). Portanto, os investimentos de um Fundo em A-Shares por meio dos Programas Stock Connect estão sujeitos aos regulamentos de valores mobiliários chineses e regras de listagem, entre outras restrições. Embora as A-Shares devam ser designadas como elegíveis para serem negociadas sob um Programa de Conexão de Ações (tais Ações A elegíveis listadas no SSE, os "Títulos SSE" e tais Ações A elegíveis listadas no SZSE, os "Valores Mobiliários SZSE"), essas A-Ações também podem perder tal designação e, se isso ocorrer, tais A-Shares podem ser vendidas, mas não podem mais ser adquiridas por meio do Programa de Conexão de Ações aplicável. Além disso, os Programas Stock Connect só funcionarão nos dias em que os mercados chinês e de Hong Kong estiverem abertos para negociação e quando os serviços bancários estiverem disponíveis em ambos os mercados nos dias de liquidação correspondentes. Portanto, um investimento em A-Shares através dos Programas Stock Connect pode sujeitar um Fundo ao risco de flutuações de preços em dias em que os mercados chineses estão abertos, mas o SEHK não está. Cada um dos programas SEHK, SSE e SZSE reserva-se o direito de suspender a negociação ao abrigo dos Programas Stock Connect em determinadas circunstâncias. Quando tal suspensão de negociação for efetuada, a capacidade de um Fundo de acessar A-Shares por meio dos Programas Stock Connect será afetada negativamente.

Os investimentos de um Fundo em A-Shares através de um Programa de Conexão de Ações são mantidos por seu custodiante em contas no Sistema Central de Compensação e Liquidação ("CCASS") mantido pela Hong Kong Securities Clearing Company Limited ("HKSCC"), que, por sua vez, detém as A-Shares, como detentor indicado, por meio de uma conta omnibus de valores mobiliários em seu nome registrada no CSDCC. A natureza precisa e os direitos de um Fundo como beneficiário efetivo da SSE Securities ou da SZSE Securities através da HKSCC como nomeado não estão bem definidos pela lei chinesa. Há uma falta de uma definição clara e distinção entre propriedade legal e propriedade efetiva sob a lei chinesa e houve poucos casos envolvendo uma estrutura de conta indicada nos tribunais chineses. A natureza exata e os métodos de execução dos direitos e interesses de um Fundo sob a lei chinesa também são incertos, e existe a possibilidade de que os SSE Securities ou SZSE Securities não possam ser considerados como detidos para a propriedade efetiva de um Fundo no caso de um evento de crédito em relação ao HKSCC, o custodiante do Fundo ou outros participantes do mercado.

Não obstante o facto de a HKSCC não reivindicar participações de propriedade na SSE Securities ou na SZSE Securities detidas na sua conta omnibus stock na CSDCC, a CSDCC, enquanto entidade de registo de acções das empresas cotadas na SSE ou na SZSE, continuará a tratar a HKSCC como um dos accionistas quando tratar de acções societárias relativas a esses valores mobiliários SSE ou SZSE Securities. A HKSCC monitora as acções societárias que afetam a SSE Securities e a SZSE Securities e mantém os participantes da CCASS informados de todas essas acções societárias que exigem que os participantes da CCASS tomem medidas para participar delas. Um Fundo dependerá, portanto, do HKSCC tanto para a liquidação quanto para a notificação e implementação de acções corporativas.

Outros programas de acesso ao mercado, cada um dos quais pode apresentar riscos diferentes, também podem ser usados para fornecer aos investidores não chineses exposição a A-Shares. Na medida em que os Fundos não utilizam esses outros programas de acesso ao mercado, quaisquer interrupções em um Programa de Conexão de Ações teriam maior probabilidade de afetar a capacidade dos Fundos de acessar a exposição a A-Shares.

DERIVADOS. Em outubro de 2020, a SEC adotou a Regra 18f-4 sob a Lei de 1940 ("Regra 18f-4"), que impõe novos requisitos e restrições ao uso de derivativos pelos Fundos e elimina a estrutura de segregação de ativos anteriormente usada pelos fundos, incluindo os Fundos, para cumprir a Seção 18 da Lei de 1940 fazer pagamentos ou incorrer em obrigações adicionais no futuro. De acordo com a Regra 18f-4, o investimento dos Fundos em tais derivativos é limitado por meio de um teste de valor em risco ou "VaR". Os fundos cujo uso de tais derivativos é superior a um valor de exposição especificado limitado são obrigados a estabelecer e manter um programa de gerenciamento de risco de derivativos, sujeito à supervisão do Conselho de Curadores do Trust, e nomear um gerente de risco de derivativos para implementar tal programa. Na medida em que a conformidade de um Fundo com a Regra 18f-4 altere a forma como o Fundo usa derivativos, a Regra 18f-4 pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e/ou aumentar os custos relacionados ao uso de derivativos pelo Fundo.

CONTRATOS FUTUROS E OPÇÕES SOBRE CONTRATOS FUTUROS. Na medida consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo (exceto o ETF Global X MSCI Colômbia) pode investir até 20% de seus ativos totais (menos qualquer porcentagem dos ativos do Fundo investidos em outros derivativos) em contratos futuros dos EUA ou estrangeiros e pode comprar e vender opções de compra e venda em contratos futuros. Esses contratos futuros e opções serão usados para simular o investimento total no respectivo Índice Subjacente, para facilitar a negociação ou reduzir os custos de transação. Um Fundo só celebrará contratos futuros e opções sobre contratos futuros que sejam negociados em uma bolsa dos EUA ou estrangeira. Um Fundo não usará futuros ou opções para fins especulativos. Em conexão com a posição de um Fundo em um contrato futuro ou opção relacionada, o Fundo segregará ativos líquidos ou cobrirá sua posição de acordo com os requisitos aplicáveis da SEC.

Contratos Futuros. Cada Fundo (exceto o Global X MSCI Colombia ETF) pode entrar em certas transações de futuros, índices e moedas, bem como outras transações de futuros que se tornam disponíveis nos mercados. Ao utilizar tais contratos futuros, os Fundos podem obter exposição a determinadas ações, índices e moedas sem realmente investir em tais instrumentos. Os futuros de índice podem ser baseados em índices amplos, como o S&P 500, ou índices mais estreitos. Um contrato futuro em moeda estrangeira cria uma obrigação vinculante para uma parte de entregar, e uma obrigação correspondente para outra parte de aceitar a entrega de uma quantidade declarada de moeda estrangeira por um valor fixado em dólares americanos. Os futuros de moeda estrangeira podem ser usados por um Fundo para ajudar o Fundo a acompanhar o desempenho do preço e do rendimento de seu Índice Subjacente.

Alguns contratos futuros são negociados em bolsas organizadas reguladas pela SEC ou Commodity Futures Trading Commission ("CFTC"), e as transações sobre eles são compensadas por meio de uma corporação de compensação, que garante o desempenho das partes do contrato. Se reguladas pela CFTC, essas bolsas podem ser designadas mercados de contratos ou instalações de execução de swaps.

Um Fundo também pode se envolver em transações em futuros de índices de ações estrangeiras, que podem ser negociados em bolsas estrangeiras. A participação em operações de futuros e opções estrangeiras no exterior envolve a execução e compensação de negociações em ou sujeitas às regras de uma junta comercial estrangeira. Nem a National Futures Association ("NFA") nem qualquer bolsa doméstica regula as atividades de qualquer organização desse tipo, mesmo que esteja formalmente vinculada a um mercado doméstico. Além disso, as leis e regulamentos estrangeiros e as transações executadas sob tais leis e regulamentos podem não ter direito a certas das medidas de proteção fornecidas internamente. Além disso, o preço de futuros estrangeiros ou contratos de opções estrangeiras pode ser afetado por qualquer variação na taxa de câmbio entre o momento em que uma ordem é colocada e o momento em que é liquidada, compensada ou exercida.

Ao contrário das compras ou vendas de títulos da carteira, nenhum preço é pago ou recebido por um Fundo na compra ou venda de um contrato futuro. Inicialmente, um Fundo será obrigado a depositar na corretora ou em uma conta segregada em um custodiante ou subcustodiante uma quantidade de ativos líquidos, conhecida como margem inicial, com base no valor do contrato. A natureza da margem inicial nas operações de futuros é diferente da da margem nas operações de títulos, na medida em que a margem do contrato futuro não envolve a tomada de empréstimos pelo cliente para financiar as transações. Em vez disso, a margem inicial tem a natureza de uma garantia de desempenho ou depósito de boa-fé no contrato, que é devolvido ao Fundo após a rescisão do contrato futuro, assumindo que todas as obrigações contratuais foram satisfeitas. Os pagamentos subsequentes, chamados de margem de variação, de e para a corretora, serão feitos diariamente à medida que o preço dos instrumentos subjacentes flutua, tornando as posições compradas e vendidas no contrato futuro mais ou menos valiosas, um processo conhecido

como "marcação a mercado". Por exemplo, quando um Fundo comprou um contrato futuro e o preço do contrato aumentou em resposta a um aumento nos instrumentos subjacentes, essa posição terá aumentado de valor e o Fundo terá direito a receber da corretora um pagamento de margem de variação igual a esse aumento de valor. Por outro lado, quando um Fundo comprou um contrato futuro e o preço do contrato futuro diminuiu em resposta a uma diminuição nos instrumentos subjacentes, a posição seria menos valiosa e o Fundo seria obrigado a fazer um pagamento de margem de variação ao corretor. Antes do vencimento do contrato futuro, o Consultor pode optar por fechar a posição assumindo uma posição oposta, sujeita à disponibilidade de um mercado secundário, que operará para encerrar a posição do Fundo no contrato futuro. Uma determinação final da margem de variação é então feita, dinheiro adicional é necessário para ser pago ou liberado para o Fundo, e o Fundo realiza uma perda ou ganho.

Existem vários riscos relacionados com a utilização de futuros por um Fundo. Um risco surge devido à correlação imperfeita entre os movimentos no preço dos futuros e os movimentos no preço dos instrumentos que são objeto do hedge. O preço do futuro pode mover-se mais ou menos do que o preço dos instrumentos que estão a ser protegidos. Se o preço dos futuros se mover menos do que o preço dos instrumentos que são objeto do hedge, o hedge não será totalmente eficaz, mas, se o preço dos instrumentos que estão sendo cobertos tiver se movido em uma direção desfavorável, o Fundo estaria em uma posição melhor do que se não tivesse feito hedge. Se o preço dos instrumentos que estão sendo protegidos tiver se movido em uma direção favorável, essa vantagem será parcialmente compensada pela perda nos futuros. Se o preço dos futuros se mover mais do que o preço dos instrumentos protegidos, o Fundo envolvido experimentará uma perda ou ganho nos futuros, que não será completamente compensado por movimentos no preço dos instrumentos que são objeto do hedge. Para compensar a correlação imperfeita entre os movimentos no preço dos instrumentos que estão sendo protegidos e os movimentos no preço dos contratos futuros, um Fundo pode comprar ou vender contratos futuros em um montante em dólar maior do que a quantidade em dólares dos instrumentos que estão sendo cobertos se a volatilidade durante um determinado período de tempo dos preços de tais instrumentos tiver sido maior do que a volatilidade durante esse período de tempo dos futuros, ou se de outra forma considerado apropriado pelo Conselheiro. Por outro lado, um Fundo pode comprar ou vender menos contratos futuros se a volatilidade durante um determinado período de tempo dos preços dos instrumentos que estão sendo protegidos for menor do que a volatilidade ao longo desse período de tempo do contrato futuro que está sendo usado, ou se de outra forma considerado apropriado pelo Consultor.

Além da possibilidade de haver uma correlação imperfeita, ou nenhuma correlação, entre os movimentos nos futuros e os instrumentos que estão sendo protegidos, o preço dos futuros pode não se correlacionar perfeitamente com o movimento no mercado à vista devido a certas distorções do mercado. Em vez de atender aos requisitos adicionais de depósito de margem, os investidores podem fechar contratos futuros por meio de operações de compensação, o que poderia distorcer a relação normal entre os mercados à vista e futuros. Em segundo lugar, no que diz respeito aos contratos financeiros futuros, a liquidez do mercado futuro depende de os participantes celebrarem operações de compensação em vez de fazerem ou receberem entregas. Na medida em que os participantes decidam fazer ou receber a entrega, a liquidez no mercado futuro pode ser reduzida, produzindo distorções. Em terceiro lugar, do ponto de vista dos especuladores, os requisitos de depósito no mercado de futuros são menos onerosos do que os requisitos de margem no mercado de valores mobiliários. Portanto, o aumento da participação dos especuladores no mercado futuro também pode causar distorções temporárias de preços. Devido à possibilidade de distorção de preços no mercado futuro, e devido à correlação imperfeita entre os movimentos no mercado à vista e os movimentos no preço dos futuros, uma previsão correta das tendências gerais do mercado ou dos movimentos das taxas de juros pelo Consultor ainda pode não resultar em uma operação de hedge bem-sucedida em um curto período de tempo.

Em geral, as posições em futuros podem ser fechadas apenas em uma bolsa, junta comercial ou outro estabelecimento de negociação que forneça um mercado secundário para tais futuros. Embora cada Fundo pretenda comprar ou vender futuros apenas em instalações de negociação onde parece haver mercados secundários ativos, não há garantia de que existirá um mercado secundário líquido em qualquer facilidade de negociação para qualquer contrato específico ou em qualquer momento específico. Nesse caso, pode não ser possível fechar uma posição de contrato futuro e, em caso de movimentos adversos de preços, um Fundo continuaria a ser obrigado a fazer pagamentos diários em dinheiro da margem de variação. No entanto, caso os contratos futuros tenham sido usados para proteger os títulos da carteira, esses títulos não podem ser vendidos até que o contrato futuro possa ser rescindido. Em tais circunstâncias, um aumento no preço dos títulos, se houver, pode compensar parcial ou totalmente as perdas no contrato futuro. No entanto, como descrito acima, não há garantia de que o preço dos títulos de fato se correlacione com os movimentos de preços no contrato futuro e, portanto, forneça uma compensação em um contrato futuro.

Além disso, deve-se notar que a liquidez de um mercado secundário em um contrato futuro pode ser afetada negativamente pelos "limites diários de flutuação de preços" estabelecidos pelas bolsas de mercadorias, que limitam a quantidade de flutuação no preço de um contrato futuro durante um único dia de negociação. Uma vez atingido o limite diário no contrato, nenhuma negociação poderá ser realizada a um preço além do limite, impedindo assim a liquidação de posições futuras em aberto. A negociação de contratos futuros também está sujeita ao risco de paralisações de negociação, suspensões, falhas de equipamentos de câmbio ou câmara de compensação, intervenção governamental, insolvência de uma corretora ou câmara de compensação ou outras interrupções da atividade normal de negociação, o que poderia por vezes dificultar ou impossibilitar a liquidação de posições existentes ou recuperar pagamentos de margem de variação excedentes.

O uso bem-sucedido de futuros por um Fundo está sujeito à capacidade do Consultor de prever corretamente os movimentos na direção do mercado. Além disso, em tais situações, se um Fundo tiver caixa insuficiente, ele pode ter que vender títulos para atender aos requisitos de margem de variação diária. Essas vendas de títulos podem ser, mas não necessariamente serão, a preços mais elevados que refletem a ascensão do mercado. Um Fundo pode ter que vender títulos em um momento em que pode ser desvantajoso fazê-lo.

Opções sobre Contratos Futuros. Um Fundo (que não seja o Global X MSCI Colombia ETF) pode comprar e escrever opções nos contratos futuros descritos acima. Uma opção de futuros dá ao titular, em troca do prêmio pago, o direito de receber e executar um contrato futuro longo (se a opção for uma chamada) ou um contrato futuro curto (se a opção for uma put) a um preço especificado a qualquer momento durante o período da opção. Como o comprador ou vendedor de um contrato futuro, o titular, ou escritor, de uma opção tem o direito de encerrar sua posição antes do vencimento programado da opção, vendendo ou comprando uma opção da mesma série, momento em que a pessoa que entra na transação de fechamento perceberá um ganho ou perda. Cada Fundo será obrigado a depositar margem inicial e margem de variação com relação a opções de compra e venda em contratos futuros escritos por ele de acordo com os requisitos das corretoras semelhantes aos descritos acima. Os prêmios líquidos de opções recebidos serão incluídos como depósitos de margem inicial.

Os investimentos em opções de futuros envolvem algumas das mesmas considerações que estão envolvidas em conexão com investimentos em contratos futuros (por exemplo, a existência de um mercado secundário líquido). Além disso, a compra ou venda de uma opção também implica o risco de que as alterações no valor do contrato futuro subjacente não correspondam a alterações no valor da opção adquirida. Dependendo do preço da opção em comparação com o contrato futuro em que se baseia, ou do preço dos títulos que estão sendo protegidos, uma opção pode ou não ser menos arriscada do que a propriedade do contrato futuro ou de tais títulos. Em geral, pode-se esperar que os preços de mercado das opções sejam mais voláteis do que os preços de mercado no contrato futuro subjacente. Em comparação com a compra ou venda de contratos futuros, no entanto, a compra de opções de compra ou venda em contratos futuros pode frequentemente envolver menos risco potencial para um Fundo, porque o valor máximo em risco é o prêmio pago pelas opções (mais os custos de transação). A subscrição de uma opção sobre um contrato futuro envolve riscos semelhantes aos riscos relativos à compra ou venda de contratos futuros.

REGULAMENTO CFTC. O Trust, em nome de cada Fundo, reivindicou uma exclusão da definição de operador de pool de commodities ("CPO") sob a Lei de Troca de Mercadorias ("CEA"), e o Consultor reivindicou uma isenção de registro como consultor de negociação de commodities ("CTA") sob a CEA. Portanto, cada Fundo e o Consultor não estão sujeitos a registro como CPO ou CTA. De acordo com esta exclusão do CPO, um Fundo só pode usar uma quantidade de minimis de juros de commodities (como contratos futuros, opções sobre contratos futuros e swaps) que não seja para fins de hedge de boa-fé (conforme definido pela CFTC). Um montante de minimis é definido como um montante tal que a margem inicial agregada e os prêmios necessários para estabelecer essas posições (depois de ter em conta os lucros não realizados e as perdas não realizadas em tais posições e excluindo o montante pelo qual as opções estão "em dinheiro" no momento da compra) não podem exceder 5% do valor líquido dos ativos de um Fundo ou, alternativamente, o valor nocional líquido agregado dessas posições, determinado no momento em que a posição mais recente foi estabelecida, não pode exceder 100% do valor patrimonial líquido de um Fundo (depois de levar em conta os lucros não realizados e as perdas não realizadas em tais posições). Atualmente, os Fundos e o Consultor estão envolvidos apenas num montante de minimis dessas transações e, por conseguinte, nem os Fundos nem o Consultor estão atualmente sujeitos ao registro e à maioria dos requisitos regulamentares aplicáveis aos CPOs e CTAs, respetivamente. Não pode haver certeza de que os Fundos ou o Consultor continuarão a se qualificar sob a exclusão ou isenção

aplicável, pois os investimentos de cada Fundo podem mudar ao longo do tempo. Se um Fundo ou o Consultor estiver sujeito ao registro da CFTC, ele poderá incorrer em custos adicionais ou estar sujeito a requisitos regulatórios adicionais.

INTERVENÇÃO DO GOVERNO NOS MERCADOS FINANCEIROS. O valor das participações de um Fundo está geralmente sujeito ao risco de futuras perturbações econômicas locais, nacionais ou globais com base em fraquezas desconhecidas nos mercados em que o Fundo investe. No caso de tal perturbação, os emissores de títulos detidos pelo Fundo podem experimentar quedas significativas no valor de seus ativos e até mesmo cessar as operações ou podem receber assistência do governo acompanhada de maiores restrições às suas operações comerciais ou outra intervenção governamental. Os governos ou suas agências podem adquirir ativos em dificuldades de instituições financeiras e adquirir participações acionárias nessas instituições. As implicações da propriedade e disposição do governo desses ativos não são claras, e tal programa pode ter efeitos positivos ou negativos sobre a liquidez, avaliação e desempenho das participações em carteira de um Fundo.

A instabilidade passada durante a crise financeira de 2008-2009 levou o governo dos EUA, outros governos e reguladores financeiros e prudenciais a tomar uma série de ações sem precedentes destinadas a apoiar certas instituições financeiras e segmentos dos mercados financeiros que experimentaram extrema volatilidade e, em alguns casos, falta de liquidez. Não é certo que o Governo dos EUA intervenha em resposta a uma futura perturbação do mercado e o efeito de qualquer intervenção futura não pode ser previsto. É difícil para os emissores se prepararem para o impacto de futuras crises financeiras, embora as empresas possam buscar identificar e gerenciar incertezas futuras por meio de programas de gerenciamento de riscos.

TÍTULOS ILÍQUIDOS OU RESTRITOS. Na medida em que seja consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode investir até 15% de seus ativos líquidos em títulos ilíquidos (calculados no momento do investimento). Os Fundos cumprem a Regra 22e-4 da Lei de 1940 na gestão de investimentos ilíquidos. Um Fundo pode comprar papel comercial emitido de acordo com a Seção 4(2) da Lei de Valores Mobiliários, bem como títulos que não estão registrados sob a Lei de Valores Mobiliários, mas podem ser vendidos a "compradores institucionais qualificados" de acordo com a Regra 144A sob a Lei de Valores Mobiliários. Esses valores mobiliários não serão considerados ilíquidos enquanto o Conselheiro determinar, de acordo com diretrizes aprovadas pelo Conselho de Curadores do Trust, que existe um mercado de negociação adequado. Essa prática pode aumentar o nível de iliquidez durante qualquer período em que compradores institucionais qualificados se tornem desinteressados em comprar esses títulos.

EMPRESAS DE INVESTIMENTO. Sujeito às limitações estatutárias e regulatórias aplicáveis descritas abaixo, cada Fundo pode investir em ações de outras empresas de investimento, incluindo empresas de investimento abertas e fechadas, empresas de desenvolvimento de negócios e outros fundos negociados em bolsa ("ETFs"). Um investimento numa sociedade de investimento está sujeito aos riscos associados aos títulos da carteira dessa sociedade de investimento. Como o valor de outras cotas de empresas de investimento ou ETF depende do NAV ou da demanda no mercado, respectivamente, o Consultor pode não ser capaz de liquidar as participações de um Fundo nessas ações no momento ideal, afetando negativamente o desempenho do Fundo. Os investimentos em fundos fechados podem implicar o risco adicional de que o valor de mercado desses investimentos possa ser substancialmente inferior ao seu valor patrimonial líquido. Na medida em que um Fundo investe em ações de outra empresa de investimento, o Fundo arcará indiretamente com uma parcela proporcional das taxas de consultoria dessa empresa de investimento e outras despesas operacionais. Essas taxas se somam às taxas de administração e outras despesas operacionais incorridas diretamente pelos Fundos. Além disso, os Fundos podem incorrer em uma taxa de venda em conexão com a compra de um título de empresa de investimento ou uma taxa de resgate no momento do resgate de tal título.

A Seção 12(d)(1)(A) da Lei de 1940 prevê que um fundo não pode comprar ou adquirir de outra forma os títulos de outras sociedades de investimento se, como resultado de tal compra ou aquisição, possuir: (i) mais de 3% do total de ações votantes em circulação da sociedade de investimento adquirida; (ii) valores mobiliários emitidos por qualquer sociedade de investimento com valor superior a 5% do total dos ativos do fundo; ou (iii) valores mobiliários emitidos por todas as sociedades de investimento com valor agregado superior a 10% dos ativos totais do fundo. Essas limitações estão sujeitas a certas isenções estatutárias e regulamentares, incluindo a regra 12d1-4 sob a Lei de 1940 ("Regra 12d1-4"). A regra 12d1-4 permite que um Fundo invista em outras empresas de investimento além dos limites estatutários, sujeito a certas condições. Entre outras condições, a Regra 12d1-4 proíbe um fundo de adquirir o controle de outra empresa de investimento (que não seja uma empresa de investimento do mesmo grupo de empresas de investimento), inclusive adquirindo mais de 25% de seus títulos com direito a voto. Além disso, a regra

12d1-4 impõe certos requisitos de voto quando a propriedade de um fundo de outra empresa de investimento excede determinados limites. Se as quotas de um fundo forem adquiridas por outra sociedade de investimento, o fundo "adquirido" não pode comprar ou adquirir de outra forma os valores mobiliários de uma sociedade de investimento ou de um fundo privado se, imediatamente após essa compra ou aquisição, os títulos das sociedades de investimento e dos fundos privados detidos por esse fundo adquirido tiverem um valor agregado superior a 10% do valor dos activos totais do fundo, salvo certas exceções. Essas restrições podem limitar a capacidade dos Fundos de investir em outras empresas de investimento na medida desejada. Além disso, outras sociedades de investimento não afiliadas podem impor outras limitações de investimento ou restrições de reembolso que também podem limitar a flexibilidade dos Fundos no que diz respeito à realização de investimentos nessas sociedades de investimento não afiliadas.

VEÍCULOS DE INVESTIMENTO AGRUPADOS. Os Fundos podem investir em títulos de veículos agrupados que não sejam empresas de investimento e, portanto, não sejam obrigados a cumprir as disposições da Lei de 1940. Como acionista desses veículos agrupados, os Fundos não terão todas as proteções aos investidores oferecidas pela Lei de 1940. Esses veículos agrupados podem, no entanto, ser obrigados a cumprir as disposições de outras leis federais de valores mobiliários, como a Lei de Valores Mobiliários. Esses veículos agrupados normalmente possuem moeda ou commodities, como ouro ou petróleo, ou outra propriedade que não é um título. Se um Fundo investir e, portanto, for acionista de um veículo agrupado, os acionistas do Fundo arcarão indiretamente com a parte proporcional do Fundo das taxas e despesas pagas pelo veículo agrupado, incluindo quaisquer taxas de administração aplicáveis, além das taxas de administração pagas diretamente pelo Fundo ao Consultor e as outras despesas que o Fundo arca diretamente em conexão com suas próprias operações. Além disso, o investimento de um Fundo em veículos de investimento agrupados pode ser considerado ilíquido e sujeito às restrições do Fundo sobre investimentos ilíquidos.

PRODUTOS ESTRUTURADOS. Os Fundos podem investir em produtos estruturados, incluindo Exchange Traded Notes ("ETNs") e instrumentos atrelados a ações. Estes tipos de produtos estruturados são títulos de dívida não subordinados seniores, não garantidos, emitidos por um banco de subscrição que são concebidos para fornecer retornos que estão ligados a um determinado índice de referência menos as taxas dos investidores. Os produtos estruturados têm data de vencimento e, geralmente, são lastreados apenas pela solvabilidade do emissor. Como resultado, o valor de um produto estruturado pode ser influenciado pelo tempo até o vencimento, volatilidade e falta de liquidez no mercado subjacente (por exemplo, o mercado de commodities), mudanças nas taxas de juros aplicáveis e mudanças na classificação de crédito do emissor e eventos econômicos, legais, políticos ou geográficos que afetam o mercado referenciado. Produtos estruturados também podem estar sujeitos ao risco de crédito. O valor de um ETN também pode estar sujeito ao nível de oferta e demanda do ETN.

ALAVANCAGEM. De acordo com a Lei de 1940, um Fundo pode tomar emprestado de um banco até 33 1/3% de seus ativos líquidos totais para fins de curto prazo ou emergência. Cada Fundo pode tomar dinheiro emprestado no final do trimestre fiscal para manter o nível de diversificação necessário para se qualificar como um RIC para fins do Código. Como resultado, um Fundo pode estar exposto aos riscos de alavancagem, o que pode ser considerado uma técnica de investimento especulativo. A alavancagem amplia o potencial de ganho e perda dos valores investidos e, portanto, aumenta os riscos associados ao investimento nos Fundos. Se o valor dos ativos de um Fundo aumentar, a alavancagem fará com que o NAV do Fundo aumente mais acentuadamente do que teria se o Fundo não tivesse sido alavancado. Por outro lado, se o valor dos ativos de um Fundo diminuir, a alavancagem fará com que o NAV do Fundo caísse mais acentuadamente do que teria se o Fundo não tivesse sido alavancado. Os Fundos podem incorrer em despesas adicionais relacionadas com empréstimos.

RISCO MLP. Investimentos em títulos de MLPs envolvem riscos que diferem de um investimento em ações ordinárias. Os detentores de unidades de participação de MLPs têm direitos de controle mais limitados e direitos limitados de voto em assuntos que afetam o MLP em comparação com os detentores de ações de uma corporação. Por exemplo, os detentores de unidades de participação MLP não podem eleger o sócio geral ou os diretores do sócio geral e os detentores de unidades de participação MLP têm capacidade limitada para remover o sócio geral de um MLP. Um MLP é controlado por seu sócio geral, que geralmente tem conflitos de interesse e deveres fiduciários limitados ao MLP, o que pode permitir que o sócio geral favoreça seus próprios interesses em detrimento dos MLP's. Um Fundo que investe em MLPs derivará o fluxo de caixa associado a esse investimento de investimentos em títulos de capital de MLPs. A quantidade de dinheiro que cada Fundo que investe em MLPs terá disponível para pagar ou distribuir aos acionistas depende inteiramente da capacidade dos MLPs que cada Fundo possui de fazer distribuições para seus parceiros e do caráter tributário dessas distribuições. Nem os Fundos que investem em MLPs nem o Consultor têm

controle sobre as ações dos MLPs subjacentes. A quantidade de caixa que cada MLP individual pode distribuir aos seus parceiros dependerá da quantidade de caixa que gera com as operações, que variará de trimestre para trimestre, dependendo dos fatores que afetam o mercado de infraestrutura de energia em geral e dos fatores que afetam as linhas de negócios específicas do MLP. O caixa disponível também dependerá do nível de custos operacionais das MLPs (incluindo distribuições de incentivos ao parceiro geral), nível de despesas de capital, requisitos de serviço da dívida, custos de aquisição (se houver), flutuações nas necessidades de capital de giro e outros fatores. O benefício derivado de um investimento em um MLP também depende de o MLP ser tratado como uma parceria para fins de imposto de renda federal, que geralmente não paga imposto de renda federal dos EUA no nível da parceria, sujeito à aplicação das regras de auditoria de parceria. Uma mudança na legislação tributária atual, ou uma mudança no mix de negócios subjacente de um determinado MLP, poderia resultar em um MLP que anteriormente optou por ser tributado como uma parceria sendo tratado como uma corporação para fins de imposto de renda federal dos EUA, o que resultaria em tal MLP sendo obrigado a pagar imposto de renda federal dos EUA sobre sua renda tributável. A classificação de um MLP como uma corporação para fins de imposto de renda federal dos EUA teria o efeito de reduzir a quantidade de caixa disponível para distribuição pelo MLP. Assim, na medida em que qualquer um dos MLPs aos quais o Fundo tem exposição seja tratado como uma corporação para fins de imposto de renda federal dos EUA, isso poderia resultar em uma redução no valor do investimento do Fundo e diminuir a renda do Fundo. O Fundo também pode investir em MLPs que optam por ser tributados como corporações, o que teria o efeito de reduzir a quantidade de dinheiro disponível para distribuição pelo MLP.

Certos MLPs dependem de suas entidades controladoras ou patrocinadoras para a maioria de suas receitas. Se as suas entidades-mãe ou patrocinadoras não efetuarem tais pagamentos ou não cumprirem as suas obrigações, as receitas e os fluxos de caixa desses MLP e a capacidade desses MLP de efetuarem distribuições aos detentores de unidades de participação, como um Fundo, serão afetados negativamente.

Os MLPs estão sujeitos a várias leis ambientais federais, estaduais e locais e leis de saúde e segurança, bem como leis e regulamentos específicos para suas atividades específicas. Essas leis e regulamentos abordam: normas de saúde e segurança para a operação de instalações, sistemas de transporte e manuseio de materiais; requisitos e normas em matéria de poluição do ar e da água; requisitos de disposição de resíduos sólidos; requisitos de recuperação de terras; e requisitos relativos ao manuseamento e eliminação de matérias perigosas. As MLPs estão sujeitas aos custos de conformidade com tais leis aplicáveis a elas, e mudanças em tais leis e regulamentos podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

As MLPs estão sujeitas a inúmeros riscos relacionados aos negócios, incluindo: deterioração dos fundamentos de negócios reduzindo a lucratividade devido ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia, entre outras coisas, sentimento do consumidor, mudança demográfica nos mercados atendidos, mudanças inesperadamente prolongadas e precipitadas nos preços das commodities e aumento da concorrência que reduz a participação de mercado do MLP; a falta de crescimento de mercados que exigem crescimento por meio de aquisições; interrupções nos sistemas de transporte; a dependência de certos MLPs em relação a terceiros não relacionados; disponibilidade de capital para ampliação e construção das instalações necessárias; uma diminuição significativa da produção devido a preços deprimidos das matérias-primas ou de outra forma; a incapacidade dos MLPs de integrar com sucesso aquisições recentes ou futuras; e o nível geral da economia.

NOVOS RISCOS DO FUNDO. Alguns dos Fundos são fundos novos, com histórico operacional limitado ou inexistente, o que pode resultar em riscos adicionais para os investidores dos Fundos. Não pode haver garantia de que esses Fundos crescerão ou manterão um tamanho economicamente viável, caso em que o Conselho de Curadores pode determinar a liquidação dos Fundos. Embora os interesses dos acionistas sejam a consideração primordial, o momento de qualquer liquidação pode não ser favorável a certos acionistas individuais.

OPÇÕES. Na medida consistente com suas políticas de investimento, o Global X S&P 500® Covered Call ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, Global X Russell 2000 Covered Call ETF, Global X S&P 500® Covered Call & Growth ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call & Growth ETF, Global X S&P 500® Tail Risk ETF, Global X S&P 500® Risk Managed Income ETF, Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF, Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X Dow 30® Covered Call ETF, Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, Global X Financials Covered Call & Growth ETF, Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call

ETF, Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF, Global X Dow 30® Covered Call & Growth ETF e Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF pode investir em opções de venda e comprar opções de compra e escrever opções de compra cobertas e garantidas que o Consultor acredita que ajudarão o Fundo a rastrear seu Índice Subjacente. Na medida em que seja consistente com suas políticas de investimento, cada outro Fundo (exceto o ETF Global X MSCI Colômbia) pode investir até 20% de seus ativos líquidos (menos qualquer porcentagem dos ativos do Fundo investidos em outros derivativos) em opções de venda e opções de compra e pode escrever opções de compra cobertas e garantidas que o Consultor acredita que ajudarão o Fundo a rastrear seu Índice Subjacente. Tais opções podem estar relacionadas a valores mobiliários específicos, índices de ações nacionais e estrangeiros, instrumentos financeiros, moedas estrangeiras ou o diferencial de rendimento entre dois títulos ("opções de curva de rendimento") e podem ou não ser listadas em uma bolsa de valores nacionais ou estrangeiras ou emitidas pela Corporação de Compensação de Opções. Uma opção de compra para um determinado título ou moeda dá ao comprador da opção o direito de comprar, e a um escritor a obrigação de vender, o título subjacente ao preço de exercício declarado antes do vencimento da opção, independentemente do preço de mercado do título ou moeda. O prêmio pago ao autor é contraprestação pela execução da obrigação prevista no contrato de opção. Uma opção de venda para um determinado título ou moeda dá ao comprador o direito de vender o título ou moeda ao preço de exercício declarado antes da data de expiração da opção, independentemente do preço de mercado do título ou moeda. Em contraste com uma opção sobre um determinado título, uma opção sobre um índice fornece ao titular o direito de fazer ou receber uma liquidação em dinheiro após o exercício da opção. O valor dessa liquidação será igual à diferença entre o preço de fechamento do índice no momento do exercício e o preço de exercício da opção expresso em dólares, vezes um múltiplo especificado.

A negociação de opções é uma atividade altamente especializada, que envolve risco maior do que o risco de investimento comum. As opções sobre determinados valores mobiliários podem ser mais voláteis do que os instrumentos subjacentes e, por conseguinte, numa base percentual, um investimento em opções pode estar sujeito a uma flutuação maior do que um investimento nos próprios instrumentos subjacentes.

Os Fundos escreverão opções de compra somente se estiverem "cobertas". No caso de uma opção de compra em um título ou moeda, a opção é "coberta" se o Fundo possuir o título ou moeda subjacente à chamada ou tiver o direito absoluto e imediato de adquirir esse título sem contraprestação adicional em dinheiro (ou, se for necessária uma contraprestação adicional em dinheiro, ativos líquidos em tal montante são segregados) após a conversão ou troca de outros títulos detidos por ele. Para uma opção de compra em um índice, a opção é coberta se o Fundo mantiver com seu custodiante uma carteira de títulos que reproduza substancialmente o índice, ou ativos líquidos iguais ao valor do contrato. Uma opção de compra também é coberta se o Fundo realizar uma chamada no mesmo título, moeda ou índice que a chamada escrita, quando o preço de exercício da chamada realizada for (i) igual ou menor que o preço de exercício da chamada escrita, ou (ii) maior do que o preço de exercício da chamada escrita, desde que o Fundo separe os ativos líquidos no valor da diferença.

Todas as opções de venda escritas por um Fundo seriam cobertas, o que significa que esse Fundo segregará ativos em dinheiro ou líquidos com um valor pelo menos igual ao preço de exercício da opção de venda ou usará os outros métodos descritos na próxima frase. Uma opção de venda também é coberta se o Fundo detiver uma opção de venda no mesmo título ou moeda que a opção escrita, quando o preço de exercício da opção detida for (i) igual ou superior ao preço de exercício da opção escrita, ou (ii) inferior ao preço de exercício da opção escrita, desde que o Fundo separe os ativos líquidos no valor da diferença.

Com relação às opções de curva de rendimento, uma opção de compra (ou put) é coberta se um Fundo possuir outra opção de compra (ou put) sobre o spread entre os mesmos dois títulos e segregar ativos líquidos suficientes para cobrir o passivo líquido do Fundo sob as duas opções. Portanto, a responsabilidade do Fundo por tal opção coberta geralmente é limitada à diferença entre o valor da responsabilidade do Fundo sob a opção escrita pelo Fundo menos o valor da opção detida pelo Fundo. As opções de curva de rendimento também podem ser cobertas de outra maneira que possa estar de acordo com os requisitos da contraparte com a qual a opção é negociada e as leis e regulamentos aplicáveis.

A obrigação de um Fundo de vender sujeito a uma opção de compra coberta escrita por ele, ou de comprar um título ou moeda sujeita a uma opção de venda garantida escrita por ele, pode ser encerrada antes da data de expiração da opção pela execução pelo Fundo de uma transação de compra de fechamento, que é efetuada pela compra em uma bolsa de uma opção da mesma série (*ou seja*., mesmo título ou moeda subjacente, preço de exercício e data de vencimento) como a opção escrita anteriormente. Tal

compra não resulta na propriedade de uma opção. Uma transação de compra de fechamento será normalmente efetuada para realizar um lucro sobre uma opção pendente, para evitar que um instrumento subjacente seja chamado, para permitir a venda do título ou moeda subjacente ou para permitir a escrita de uma nova opção contendo termos diferentes sobre esse título subjacente. O custo de tal compra de liquidação mais os custos de transação podem ser maiores do que o prêmio recebido na opção original, caso em que o Fundo terá incorrido em uma perda na transação. Não há garantias de que existirá um mercado secundário líquido para qualquer opção específica. Um escritor de opções, incapaz de efetuar uma transação de compra de fechamento, não poderá vender o título ou moeda subjacente (no caso de uma opção de compra coberta) ou liquidar os ativos segregados (no caso de uma opção de venda garantida) até que a opção expire ou o título ou moeda opcional seja entregue após o exercício, com o resultado de que o escritor em tais circunstâncias estará sujeito ao risco de declínio do mercado ou apreciação no instrumento durante esse período.

Quando um Fundo compra uma opção, o prêmio pago por ele é registrado como um ativo do Fundo. Quando um Fundo escreve uma opção, um valor igual ao prêmio líquido (o prêmio menos a comissão) recebido pelo Fundo é incluído na seção de passivo da demonstração de ativos e passivos do Fundo como um crédito diferido. O valor desse ativo ou crédito diferido será posteriormente marcado a mercado para refletir o valor atual da opção comprada ou escrita. O valor atual da opção negociada é o último preço de venda ou, na ausência de venda, o preço de oferta atual. Se uma opção comprada por um Fundo expirar sem exercício, o Fundo realizará uma perda igual ao prêmio pago. Se um Fundo entrar em uma transação de venda de fechamento em uma opção comprada por ele, o Fundo obterá um ganho se o prêmio recebido pelo Fundo na transação de fechamento for maior do que o prêmio pago para comprar a opção, ou uma perda se for menor. Se uma opção escrita por um Fundo expirar na data de vencimento estipulada ou se um Fundo entrar em uma transação de compra de fechamento, ele realizará um ganho (ou perda se o custo de uma transação de compra de fechamento exceder o prêmio líquido recebido quando a opção for vendida) e o crédito diferido relacionado a tal opção será eliminado. Se uma opção escrita por um Fundo for exercida, o produto da venda será aumentado pelo prêmio líquido originalmente recebido e o Fundo realizará um ganho ou perda.

Existem vários riscos associados às transações em determinadas opções. Por exemplo, existem diferenças significativas entre os mercados de valores mobiliários, de moeda e de opções que podem resultar em uma correlação imperfeita entre esses mercados, fazendo com que uma determinada transação não atinja seus objetivos. Além disso, um mercado secundário líquido para determinadas opções, quer sejam negociadas no mercado de balcão ou numa bolsa, pode estar ausente por razões que incluem o seguinte: pode haver interesse de negociação insuficiente em certas opções; uma bolsa pode impor restrições à abertura ou ao encerramento de operações, ou a ambas; podem ser impostas interrupções de negociação, suspensões ou outras restrições em relação a classes ou séries específicas de opções ou valores mobiliários ou moedas subjacentes; circunstâncias incomuns ou imprevistas podem interromper as operações normais em uma bolsa; as facilidades de uma bolsa ou da Corporação de Compensação de Opções podem não ser sempre adequadas para lidar com o volume de negociação atual; ou uma ou mais bolsas poderiam, por razões econômicas ou outras, decidir ou ser obrigadas em alguma data futura a interromper a negociação de opções (ou uma classe ou série específica de opções), caso em que o mercado secundário nessa bolsa (ou nessa classe ou série de opções) deixaria de existir, embora as opções pendentes que haviam sido emitidas pela Corporação de Compensação de Opções como resultado de negociações nessa bolsa deixariam de existir, embora as opções pendentes que haviam sido emitidas pela Corporação de Compensação de Opções como resultado de negociações nessa bolsa deixariam de existir. continuam a ser exercitáveis de acordo com os seus termos.

CONTRATOS DE RECOMPRA. Na medida em que seja consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode concordar em comprar títulos de carteira de instituições financeiras sujeitos ao acordo do vendedor para recomprá-los em uma data e preço mutuamente acordados ("acordos de recompra"). Cada Fundo pode investir em acordos de recompra, desde que um Fundo não possa investir mais de 15% de seus ativos líquidos em títulos ilíquidos ou outros ativos ilíquidos (calculados no momento do investimento), incluindo contratos de recompra com vencimento em mais de sete dias. Os acordos de recompra são considerados empréstimos ao abrigo da Lei de 1940. Embora os títulos sujeitos a um acordo de recompra possam ter vencimentos superiores a um ano, a liquidação do acordo de recompra nunca será superior a um ano após a aquisição dos títulos pelo Fundo e, normalmente, será dentro de um período de tempo mais curto. Os títulos sujeitos a acordos de recompra normalmente são detidos pelo custodiante ou subcustodiante do Trust, ou no Sistema de Escrituração do Federal Reserve/Treasury. O vendedor ao abrigo de um acordo de recompra será obrigado a manter o valor dos títulos sujeitos ao acordo num montante superior ao preço de recompra (incluindo juros vencidos). O incumprimento por parte do vendedor exporia, no entanto, um Fundo a possíveis

perdas devido a uma ação adversa do mercado ou a um atraso relacionado com a disposição das obrigações subjacentes. No caso de uma falência ou outro inadimplemento de um vendedor de um contrato de recompra, um Fundo pode sofrer atrasos na liquidação do título subjacente e perdas, incluindo: (a) possível declínio no valor do título subjacente durante o período enquanto o Fundo procura fazer valer seus direitos a ele; b) Eventuais níveis subnormais de rendimento e falta de acesso ao rendimento durante este período; e (c) despesas de efetivação de seus direitos.

CONTRATOS DE RECOMPRA REVERSA. Na medida em que seja consistente com suas políticas de investimento, cada Fundo pode tomar empréstimos vendendo títulos de portfólio para instituições financeiras, como bancos e corretoras/distribuidoras, e concordando em comprá-los em uma data e preço mutuamente especificados ("acordos de recompra reversa"). Os Fundos podem usar os recursos de acordos de recompra reversa para comprar outros títulos com vencimento ou sob um acordo de revenda, em uma data simultânea ou anterior ao vencimento do contrato de recompra reversa. Os acordos de recompra reversa são considerados empréstimos de acordo com a Lei de 1940. Os acordos de recompra reversa envolvem o risco de que o valor de mercado dos títulos vendidos por um Fundo possa cair abaixo do preço de recompra. Os Fundos pagarão juros sobre os valores obtidos de acordo com um acordo de recompra reversa. Enquanto os contratos de recompra reversa estiverem pendentes, o Fundo aplicável segregará os ativos líquidos em um montante pelo menos igual ao valor de mercado dos títulos, acrescido de juros acumulados, sujeito ao acordo.

EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS. As garantias para empréstimos de títulos da carteira feitos por um Fundo podem consistir em dinheiro, equivalentes de caixa, títulos emitidos ou garantidos pelo governo dos EUA ou suas agências ou cartas de crédito bancárias irrevogáveis (ou qualquer combinação delas). O tomador de títulos será obrigado a manter o valor de mercado da garantia em pelo menos o valor de mercado dos títulos emprestados, e esse valor será monitorado diariamente. Quando um Fundo empresta seus títulos, ele continua a receber pagamentos iguais aos dividendos e juros pagos sobre os títulos emprestados e, simultaneamente, pode ganhar juros sobre o investimento da garantia em dinheiro. Investir a garantia sujeita-a à depreciação ou valorização do mercado, e cada Fundo é responsável por qualquer perda que possa resultar de seu investimento em garantia emprestada. Um Fundo terá o direito de rescindir um empréstimo a qualquer momento e recuperar os títulos emprestados dentro do tempo normal e habitual de liquidação para transações de títulos. Embora os direitos de voto, ou direitos de consentimento, associados aos títulos de empréstimo passem para o mutuário, tais empréstimos podem ser chamados para que os títulos possam ser votados por um Fundo se um evento relevante que afete o investimento ocorrer. Tal como acontece com outras extensões de crédito, existem riscos de atraso na recuperação, ou mesmo perda de direitos, da garantia caso o mutuário dos títulos falhe financeiramente.

VARIÂNCIA DE RASTREAMENTO. Conforme discutido no Prospecto, os Fundos estão sujeitos ao risco de rastrear a variância (também conhecido como risco de erro de rastreamento). O rastreamento da variação pode resultar de compras e resgates de ações, custos de transação, despesas e outros fatores. As compras e resgates de ações podem exigir a compra e venda de títulos por um Fundo e os custos de transação resultantes, que podem ser substanciais devido ao número e às características dos títulos detidos. Além disso, os custos de transação são incorridos porque as vendas de títulos recebidos em conexão com spin-offs e outras reorganizações societárias são feitas para adequar as participações de cada Fundo ao seu objetivo de investimento. A variação de rastreamento também pode ocorrer devido a fatores como o tamanho de um Fundo, a manutenção de uma reserva de caixa pendente de investimento ou para atender aos resgates esperados, alterações feitas no índice designado pelo Fundo ou a maneira como o índice é calculado ou porque a abordagem de indexação e investimento do Consultor não produz o objetivo pretendido do Fundo. O acompanhamento da variância é monitorado pelo Conselheiro pelo menos trimestralmente. Caso o desempenho de um Fundo não seja comparável ao desempenho de seu índice designado, o Conselho de Curadores avaliará as razões do desvio e a disponibilidade de medidas corretivas.

MANDADOS. Na medida consistente com suas políticas de investimento, um Fundo pode comprar bônus de subscrição e direitos semelhantes, que são privilégios emitidos por corporações que permitem aos proprietários subscrever e comprar um número especificado de ações da corporação a um preço especificado durante um período de tempo especificado. Os preços dos bônus de subscrição não se correlacionam necessariamente com os preços das ações subjacentes. A compra de bônus de subscrição envolve o risco de que o Fundo aplicável possa perder o valor de compra de um warrant se o direito de subscrever ações adicionais não for exercido antes do vencimento do warrant. Além disso, a compra de warrants envolve o risco de que o preço efetivo pago pelo

warrant adicionado ao preço de subscrição do título relacionado possa exceder o valor do preço de mercado do título subscrito, por exemplo, quando não houver movimento no nível do título subjacente.

TÍTULOS DE DÍVIDA CORPORATIVA. Um Fundo pode investir em títulos de dívida corporativa de grau de investimento de qualquer classificação ou vencimento. Os títulos corporativos grau de investimento são aqueles classificados como BBB ou melhor pela S&P® ou Baa ou melhor pela Moody's. Os títulos classificados como BBB pela S&P® são considerados grau de investimento, mas a Moody's considera que os títulos classificados como Baa têm características especulativas. Consulte o Apêndice A para obter uma descrição das classificações de títulos corporativos. Um Fundo também pode investir em títulos não classificados.

Os títulos de dívida corporativa são títulos de renda fixa emitidos por empresas para financiar suas operações, embora os instrumentos de dívida corporativa também possam incluir empréstimos bancários a empresas. Notas, títulos, debêntures e commercial paper são os tipos mais comuns de títulos de dívida corporativa, sendo a principal diferença seus vencimentos e status garantido ou não garantido. O papel comercial tem o prazo mais curto e geralmente não tem garantia.

A ampla categoria de títulos de dívida corporativa inclui dívidas emitidas por empresas nacionais ou estrangeiras de todos os tipos, incluindo aquelas com pequenas, médias e grandes capitalizações. A dívida corporativa pode ser classificada como grau de investimento ou abaixo do grau de investimento e pode ter taxas de juros variáveis ou flutuantes.

Devido à ampla gama de tipos e vencimentos de títulos de dívida corporativa, bem como à variedade de solvabilidade de seus emissores, os títulos de dívida corporativa têm potenciais de retorno e perfis de risco muito variados. Por exemplo, o papel comercial emitido por uma grande empresa nacional estabelecida com grau de investimento classificado pode ter um retorno modesto sobre o principal, mas acarreta um risco relativamente limitado. Por outro lado, uma nota corporativa de longo prazo emitida por uma pequena corporação estrangeira de um país de mercado emergente que não tenha sido classificada pode ter o potencial de retornos relativamente grandes sobre o principal, mas carrega um grau relativamente alto de risco.

Os títulos de dívida corporativa carregam tanto o risco de crédito quanto o risco de taxa de juros. O risco de crédito é o risco de um Fundo perder dinheiro se o emissor de um título de dívida corporativa não conseguir pagar juros ou reembolsar o principal quando ele for devido. Alguns títulos de dívida corporativa que são classificados abaixo do grau de investimento são geralmente considerados especulativos porque apresentam um risco maior de perda, incluindo inadimplência, do que títulos de dívida de qualidade superior. O risco de crédito do título de dívida de um determinado emitente pode variar em função da sua prioridade de reembolso. Por exemplo, os títulos de dívida de classificação mais alta (sênior) têm uma prioridade mais alta do que os títulos de classificação mais baixa (subordinados). Isto significa que o emitente pode não efectuar pagamentos sobre títulos subordinados enquanto continua a efectuar pagamentos sobre títulos seniores. Além disso, em caso de falência, os detentores de títulos seniores de nível superior podem receber montantes de outra forma a pagar aos detentores de títulos mais juniores. O risco de taxa de juros é o risco de que o valor de certos títulos de dívida corporativa tenda a cair quando as taxas de juros sobem. Em geral, os títulos de dívida corporativa com prazos mais longos tendem a cair mais de valor quando as taxas de juros sobem do que os títulos de dívida corporativa com prazos mais curtos.

JUNK BONDS. Um Fundo pode investir em títulos de dívida de classificação mais baixa, incluindo títulos na categoria de classificação de crédito mais baixa, de qualquer vencimento, também conhecidos como "junk bonds".

Os junk bonds geralmente oferecem um rendimento atual mais alto do que o disponível para emissões de grau mais alto. No entanto, os títulos com notação mais baixa implicam riscos mais elevados, na medida em que estão especialmente sujeitos a alterações adversas nas condições económicas gerais e nos sectores em que os emitentes estão envolvidos, a alterações na situação financeira dos emitentes e a flutuações de preços em resposta a alterações das taxas de juro. Durante períodos de recessão económica ou de subida das taxas de juro, os emitentes altamente alavancados podem sofrer tensões financeiras que podem afetar negativamente a sua capacidade de efectuar pagamentos de juros e capital e aumentar a possibilidade de incumprimento. No passado, os preços de muitos títulos de dívida com notação mais baixa diminuíram substancialmente, reflectindo uma expectativa de que muitos emitentes desses títulos pudessem enfrentar dificuldades financeiras. Como resultado, os rendimentos dos títulos de dívida com notação mais baixa aumentaram drasticamente, mas esses rendimentos mais elevados não reflectiram o valor do

fluxo de rendimentos que os detentores desses títulos esperavam, mas sim o risco de os detentores desses títulos perderem uma parte substancial do seu valor em resultado da reestruturação financeira ou do incumprimento dos emitentes. Não pode haver garantia de que tais declínios não se repetirão.

O mercado de emissões de dívida com classificação mais baixa geralmente é mais fino e menos ativo do que o de títulos de maior qualidade, o que pode limitar a capacidade do Fundo de vender esses títulos pelo valor justo em resposta a mudanças na economia ou nos mercados financeiros. A publicidade adversa e as percepções dos investidores, sejam baseadas em análise fundamentalista, também podem diminuir os valores e a liquidez de títulos de menor classificação, especialmente em um mercado pouco negociado. Mudanças por serviços de rating reconhecidos em sua classificação de um título de renda fixa podem afetar o valor desses investimentos. O Fundo não necessariamente disporá de um título quando sua classificação for reduzida abaixo de sua classificação no momento da compra. No entanto, o Consultor monitorará o investimento para determinar se o investimento contínuo no título ajudará a atingir o objetivo de investimento do Fundo.

TÍTULOS PÚBLICOS DOS EUA. Um Fundo pode investir em títulos emitidos ou garantidos pelo governo dos EUA ou suas agências ou instrumentos em busca de seu objetivo de investimento, a fim de depositar tais títulos como margem inicial ou de variação, como "cobertura" para as técnicas de investimento que emprega, como parte de uma reserva de caixa ou para fins de liquidez. Os títulos do governo dos EUA, como títulos do Tesouro, notas e títulos e títulos lastreados em hipotecas garantidos pela Associação Nacional de Hipotecas do Governo ("Ginnie Mae"), são apoiados pela fé e crédito total dos Estados Unidos; outros são apoiados pelo direito do emissor de tomar empréstimos do Tesouro dos EUA; outros são apoiados pela autoridade discricionária do governo dos EUA para comprar as obrigações de uma agência; e ainda outros são suportados apenas pelo crédito do órgão emissor, instrumentalidade ou empresa.

Embora as empresas patrocinadas pelo governo dos EUA, como a Federal Home Loan Mortgage Corporation ("Freddie Mac®") e a Federal National Mortgage Association ("Fannie Mae®") possam ser fretadas ou patrocinadas pelo Congresso, elas não são financiadas por apropriações do Congresso, e seus títulos não são emitidos pelo Tesouro dos EUA nem apoiados pela fé e crédito total do governo dos EUA. A responsabilidade potencial máxima dos emissores de alguns títulos do governo dos EUA detidos por um Fundo pode exceder em muito seus recursos atuais, incluindo qualquer direito legal de apoio do Tesouro dos EUA. É possível que os emissores de títulos do governo dos EUA não tenham fundos para cumprir suas obrigações de pagamento no futuro. Não há garantia de que o governo dos EUA forneceria apoio financeiro a suas agências e instrumentos no futuro, se não fosse obrigado a fazê-lo, embora o governo dos EUA tenha fornecido apoio financeiro a certas empresas patrocinadas pelo governo dos EUA no passado durante períodos de extremidade. Fannie Mae e Freddie Mac têm operado sob tutela, com a Administração Federal de Financiamento Habitacional ("FHFA") atuando como seu conservador, desde setembro de 2008. As entidades dependem do apoio contínuo do Tesouro dos EUA e da FHFA para continuar suas operações comerciais. Esses fatores, entre outros, podem afetar o status e o papel futuros da Fannie Mae e da Freddie Mac e o valor de seus títulos e dos títulos que eles garantem. Além disso, o governo dos EUA e suas agências e instrumentos não garantem os valores de mercado de seus títulos, que podem flutuar.

As agências e instrumentos do governo dos EUA que emitem ou garantem títulos incluem a FHFA, a Fannie Mae, a Farmers Home Administration, o Export-Import Bank of the United States, a Small Business Administration, a Ginnie Mae, a General Services Administration, o Central Bank for Cooperatives, o Federal Home Loan Banks, Freddie Mac, os Farm Credit Banks, a Maritime Administration, a Tennessee Valley Authority, a Resolution Funding Corporation e a Student Loan Marketing Association ("Sallie Mae®").

CONDIÇÕES RECENTES DE MERCADO. Embora cada Fundo procure acompanhar seu Índice Subjacente, o desempenho dos Índices Subjacentes e dos Fundos está sujeito às condições gerais de mercado. A economia dos EUA tem sido altamente resiliente nos últimos doze meses, com um mercado de trabalho apertado impulsionando tendências de consumo favoráveis. Embora a economia dos EUA tenha permanecido resiliente, sinais de suavização dos dados econômicos dos EUA estão começando a surgir. A relação entre emprego e consumo continua sendo um foco fundamental à medida que o crescimento econômico dos EUA desacelera. Embora o crescimento econômico deva desacelerar nos Estados Unidos, não está claro se a economia americana evitará uma recessão em 2024.

Em dezembro de 2023, o Federal Reserve Board (Fed) indicou que espera reduzir as taxas de juros em 75 pontos-base ao longo de 2024, embora o Fed também tenha indicado que adotará uma abordagem equilibrada para cortes de juros. Os mercados internacionais, e os mercados emergentes em particular, podem se beneficiar de um afastamento da retórica agressiva do Fed. O crescimento econômico pode ser mais sincronizado globalmente, com certas regiões continuando a experimentar um crescimento econômico sólido, enquanto outras regiões podem enfrentar forças recessivas. As projeções para o crescimento europeu são fracas, com potencial de recessão, enquanto as projeções de crescimento econômico chinês permanecem incertas. A incerteza regulatória, as preocupações persistentes relacionadas ao endividamento do desenvolvimento imobiliário e a atividade moderada do consumidor limitaram os benefícios da reabertura da China pós-COVID-19. O apoio do governo chinês é uma consideração fundamental para o potencial de melhoria do crescimento econômico chinês.

As expectativas em torno da desaceleração, mas resiliente, do crescimento econômico e das taxas de juros mais baixas nos Estados Unidos se baseiam na expectativa de que a inflação retornará à meta. No entanto, vários eventos em curso têm o potencial de impactar negativamente os mercados globais. A economia global continua a se recuperar de paralisações relacionadas à COVID-19 e interrupções no comércio, mas as respostas do governo a futuros surtos podem afetar o crescimento. Os preços da energia continuam a ser uma fonte potencial de preocupação que pode aumentar as pressões inflacionistas. O conflito no Oriente Médio e os ataques à atividade de transporte marítimo do Mar Vermelho podem aumentar os tempos e custos de transporte, ao mesmo tempo em que potencialmente também afetam os preços do petróleo bruto. Além disso, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia está em curso e continua a contribuir para a elevação dos preços da energia, e a imposição de sanções contra a Rússia pode afetar negativamente os mercados financeiros globais. Escaladas em qualquer um desses conflitos, bem como outros desenvolvimentos globais, podem potencialmente pesar no sentimento do mercado e aumentar a volatilidade. É impossível prever os efeitos destes ou de eventos semelhantes no futuro no desempenho dos Fundos, embora seja possível que estes ou eventos semelhantes possam ter um impacto adverso significativo no NAV e/ou no perfil de risco de um Fundo.

GIRO DA CARTEIRA

Para o exercício social encerrado em 31 de outubro de 2023, a taxa de giro da carteira para cada um dos seguintes Fundos variou da taxa de giro da carteira desse Fundo para os exercícios findos em 31 de outubro de 2022 e 31 de outubro de 2021, devido à aplicação da respectiva metodologia de índice de cada Fundo:

	2021	2022	2023
ETF Global X MSCI Colômbia	16.08%	50.35%	36.17%
Global X MSCI China Consumidor Discricionário ETF	34.56%	22.64%	15.93%
ETF Global X MSCI Noruega*	9.74%	15.58%	10.01%
ETF Global X FTSE Sudeste Asiático	13.46%	13.92%	11.40%
Global X MSCI Argentina ETF	31.35%	44.70%	36.49%
Global X MSCI Grécia ETF	38.42%	24.34%	29.17%
ETF Global X MSCI Nigéria	5.79%	1.95%	7.17%
Global X MSCI Next Emerging & ETF de fronteira	28.62%	20.09%	16.65%
ETF Global X DAX Alemanha*	24.22%	10.74%	16.81%
Global X MSCI Vietnã ETF	N/A	78.28%	44.49%
ETF Global X Mineradoras de Cobre	20.13%	30.46%	23.73%
Global X Silver Miners ETF	15.61%	17.72%	19.72%
Global X Gold Explorers ETF	18.30%	30.04%	19.87%
Global X Uranium ETF	30.01%	26.47%	20.03%
Global X Lithium & Battery Tech ETF	39.09%	38.73%	19.76%
ETF Global X SuperDividend®	82.37%	91.10%	91.59%
Global X Social Media ETF	30.89%	21.59%	29.09%
ETF Global X Guru® Index	121.91%	111.39%	100.70%
ETF Global X SuperIncome™ Preferred	98.47%	39.39%	109.60%
Global X SuperDividend® ETF dos EUA	60.53%	38.51%	63.24%

	2021	2022	2023
ETF de chamada coberta Global X S&P 500®*	4.84%	15.60%	7.90%
ETF Global X NASDAQ 100® Covered Call *	19.99%	31.11%	38.93%
ETF Global X MSCI SuperDividend® Mercados Emergentes	102.27%	101.78%	87.06%
ETF Global X SuperDividend® REIT	59.44%	82.67%	92.84%
ETF Global X Produtores de Energia Renovável	55.97%	18.33%	12.68%
Global X S&P 500® ETF Valores Católicos	8.29%	6.79%	6.70%
ETF Global X MSCI SuperDividend® EAFE	88.53%	34.00%	37.00%
Global X E-commerce ETF	14.64%	25.82%	26.67%
Global X Russell 2000 Covered Call ETF	8.94%	186.48%	19.24%
Global X S&P Catholic Values Desenvolvido ex-EUA ETF	17.17%	12.83%	13.64%
Global X Nasdaq 100® Chamada Coberta & ETF de Crescimento	11.21%	18.12%	28.03%
Global X S&P 500® Covered Call & ETF de crescimento	12.17%	9.36%	5.25%
ETF Global X S&P 500® Tail Risk	6.21%	7.40%	2.71%
ETF Global X S&P 500® de Renda Gerenciada por Risco	7.08%	21.62%	4.85%
ETF Global X S&P 500® Collar 95-110	6.44%	8.96%	3.09%
Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF	1.71%	13.88%	19.43%
Global X NASDAQ 100® ETF de Renda Gerenciada por Risco	2.16%	27.40%	22.73%
ETF Global X NASDAQ 100® Collar 95-110	2.11%	9.89%	18.56%
ETF Global X Materiais Disruptivos	N/A	25.34%	36.55%
ETF Global X Dow 30® Covered Call	N/A	8.82%	6.67%
Global X Russell 2000 Chamada Coberta & ETF de Crescimento	N/A	0.00%	5.48%
Global X Financials Covered Call & ETF de crescimento	N/A	N/A	16.45%
Global X Health Care Covered Call & Crescimento ETF	N/A	N/A	6.85%
Global X Tecnologia da Informação Chamada Coberta & ETF de	N/A	N/A	13.93%
Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF	N/A	N/A	11.82%
Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF	N/A	N/A	13.87%
Global X Dow 30® Chamada Coberta & ETF de Crescimento	N/A	N/A	0.21%
Global X MSCI Mercados Emergentes Coberto Call ETF	N/A	N/A	N/A

* Reflete o volume de negócios da carteira do fundo antecessor.

Para o ano fiscal encerrado em 31 de outubro de 2023, foi antecipado que o Global X Russell 2000 Covered Call ETF experimentaria menor volume de negócios em comparação com o ano anterior devido à transição finalizada de investir principalmente em um ETF subjacente não afiliado para investir principalmente em títulos de ações. Para o ano fiscal encerrado em 31 de outubro de 2023, o ETF Global X SuperIncome™ Preferred experimentou um volume de negócios de carteira acima da média em conexão com sua mudança de índice subjacente.

RESTRICÕES AO INVESTIMENTO

Cada Fundo está sujeito às políticas de investimento enumeradas nesta seção, que podem ser alteradas em relação a um determinado Fundo apenas pelo voto dos detentores da maioria das Ações em circulação desse Fundo, que é definida pela Lei de 1940 como: (i) mais de 50% das ações em circulação do Fundo; ou (ii) 67% ou mais das cotas do Fundo presentes em uma reunião de acionistas, se mais de 50% das ações em circulação do Fundo estiverem representadas na reunião pessoalmente ou por procuração, o que for menor.

Os Fundos:

1. Não pode emitir qualquer título sênior, exceto conforme permitido pela Lei de 1940, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos;

2. Não pode pedir dinheiro emprestado, exceto conforme permitido pela Lei de 1940, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos;
3. Não pode atuar como subscritor de valores mobiliários na acepção da Lei de Valores Mobiliários, exceto conforme permitido pela Lei de Valores Mobiliários, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos. Entre outras coisas, na medida em que um Fundo possa ser considerado um subscritor na acepção da Lei dos Valores Mobiliários, tal permitiria ao Fundo agir como subscritor de valores mobiliários em ligação com a compra e venda de títulos da sua carteira no decurso normal da prossecução do seu objectivo de investimento, políticas de investimento e programa de investimento;
4. Não pode comprar ou vender imóveis ou quaisquer interesses neles contidos, exceto conforme permitido pela Lei de 1940, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos. Não obstante esta limitação, um Fundo pode, entre outras coisas: (i) adquirir ou arrendar espaço de escritório para seu próprio uso; (ii) investir em valores mobiliários de emissores que invistam em imóveis ou participações nos mesmos; (iii) investir em títulos relacionados a hipotecas e outros títulos garantidos por imóveis ou participações neles contidas; ou (iv) deter e vender imóveis adquiridos pelo Fundo como resultado da propriedade de valores mobiliários;
5. Não pode comprar mercadorias físicas ou contratos relacionados a mercadorias físicas, exceto conforme permitido pela Lei de 1940 e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos;
6. Não pode fazer empréstimos, exceto conforme permitido pela Lei de 1940, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição, de tempos em tempos; e
7. Não pode "concentrar" seus investimentos em uma determinada indústria ou grupo de indústrias: (I) exceto que um Fundo se concentrará aproximadamente na mesma medida em que seu Índice Subjacente se concentra nos títulos de tal indústria ou grupo de indústrias em particular; e (II) exceto conforme permitido pela Lei de 1940, e conforme interpretado ou modificado pela autoridade reguladora com jurisdição de tempos em tempos, desde que, sem limitar a generalidade do precedente: (a) essa limitação não se aplicará aos investimentos de um Fundo em: (i) títulos de outras empresas de investimento; (ii) títulos emitidos ou garantidos quanto ao principal e/ou juros pelo governo dos EUA, suas agências ou instrumentos; (iii) contratos de recompra (garantidos pelos instrumentos descritos na cláusula (ii)) ou (iv) títulos de governos estaduais ou municipais e suas subdivisões políticas não são considerados emitidos por membros de qualquer indústria; b) As sociedades financeiras de propriedade integral serão consideradas como pertencendo às indústrias das suas empresas-mãe se as suas actividades estiverem principalmente relacionadas com as actividades de financiamento das empresas-mãe; e (c) as concessionárias serão divididas de acordo com seus serviços, por exemplo, gás, transmissão de gás, eletricidade e gás, elétrica e telefonia serão considerados uma indústria separada.

Não obstante essas restrições fundamentais de investimento, cada Fundo pode comprar títulos de outras empresas de investimento na extensão máxima permitida pela Seção 12 ou qualquer outra disposição da Lei de 1940 (ou qualquer disposição sucessora da mesma) ou sob qualquer regulamento ou ordem da SEC.

Se uma limitação percentual for satisfeita no momento do investimento, um aumento ou diminuição posterior em tal porcentagem resultante de uma mudança no valor dos investimentos de um Fundo não constituirá uma violação de tal limitação, exceto que qualquer empréstimo pelo Fundo que exceda as limitações fundamentais de investimento declaradas acima deve ser reduzido para atender a tais limitações dentro do período exigido pela Lei de 1940 (atualmente três dias). Um Fundo não pode adquirir nenhum investimento ilíquido se, imediatamente após a aquisição, o Fundo tiver investido mais de 15% de seus ativos líquidos em investimentos ilíquidos. Além disso, se as participações de um Fundo em títulos ilíquidos excederem 15% dos ativos líquidos devido a mudanças no valor dos investimentos do Fundo, o Fundo agirá de acordo com a Regra 22e-4 sob a Lei de 1940 e tomará medidas para reduzir suas participações em títulos ilíquidos dentro de um prazo razoável considerado no melhor interesse do Fundo. Caso contrário, um Fundo pode continuar a deter um título mesmo que isso faça com que o Fundo exceda uma limitação percentual devido à flutuação no valor dos ativos do Fundo.

Qualquer restrição de investimento que envolva um percentual máximo (diferente da restrição estabelecida acima na restrição de investimento nº 2) não será considerada violada, a menos que um excesso sobre o percentual ocorra imediatamente após e seja causado por uma aquisição ou oneração de títulos ou ativos de um Fundo. A Lei de 1940 exige que, se a cobertura de ativos para empréstimos contraídos a qualquer momento cair abaixo dos limites previstos na Lei de 1940 descrita na restrição de investimento nº 2, um Fundo irá, dentro de três dias após (não incluindo domingos e feriados), reduzir o montante de seus empréstimos de forma que a cobertura líquida de ativos de tais empréstimos deve estar em conformidade com tais limites.

INFORMAÇÕES SOBRE OS ÍNDICES E OS PROVEDORES DE ÍNDICES

Índice MSCI All Colombia Select 25/50

O índice MSCI All Colombia Select 25/50 aplica telas de liquidez adicionais no índice MSCI All Colombia, que é projetado para representar o desempenho do amplo universo de ações da Colômbia. O amplo universo de ações da Colômbia inclui títulos classificados na Colômbia de acordo com a metodologia MSCI Global Investable Market Index, juntamente com empresas com sede ou listadas na Colômbia e que realizam a maioria de suas operações na Colômbia. Uma metodologia específica de limitação é aplicada para facilitar o cumprimento das regras que regem a listagem de produtos financeiros em bolsas nos Estados Unidos. O índice tem como alvo um mínimo de 25 títulos e 20 emissores na construção. O índice é projetado para levar em conta as restrições de concentração de 25% e 50% necessárias para que um fundo se qualifique como um RIC sob o Código nos Estados Unidos. Em cada reequilíbrio trimestral, nenhum componente do índice pode exceder 25% do peso do índice, e a soma de todos os constituintes com pesos de índice superiores a 5% não pode exceder 50%. O índice é mantido pelo MSCI.

MSCI China Índice de Consumo Discricionário 10/50

O MSCI China Consumer Discretionary 10/50 Index acompanha o desempenho das empresas no MSCI China Index (o "Índice Controlador") que são classificadas como envolvidas no setor de consumo discricionário, conforme definido pela MSCI, Inc., fornecedora do MSCI China Consumer Discretionary 10/50 Index. O Índice Mãe é um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado ao free float projetado para medir o desempenho de títulos que são classificados como operando na China de acordo com a metodologia MSCI Global Investable Markets Index, e que satisfazem os limites mínimos de capitalização de mercado e liquidez. Os títulos elegíveis para inclusão no MSCI China Consumer Discretionary 10/50 Index incluem H-Shares (títulos de empresas constituídas na China denominados em dólares de Hong Kong e listados na Bolsa de Valores de Hong Kong (o "HKSE")), B-Shares (títulos de empresas denominados em dólares americanos ou dólares de Hong Kong e listados na Bolsa de Valores de Xangai (o "SSE") ou na Bolsa de Valores de Shenzhen (o "SZSE")), Red Chips (títulos de empresas com a maioria de suas operações comerciais na China continental e que são controlados pelo governo nacional ou governos locais da China, negociados no HKSE em dólares de Hong Kong), P-Chips (títulos de empresas com a maioria de suas operações comerciais na China continental e controlados por indivíduos na China, mas que são constituídos fora da China), A-Shares (títulos de empresas constituídas na China continental que negociam em bolsas chinesas em renminbi) que são acessíveis através do programa Shanghai-Hong Kong Stock Connect ("Shanghai Connect") ou do programa Shenzhen-Hong Kong Stock Connect ("Shenzhen Connect", e juntamente com o Shanghai Connect, "Stock Connect Programs"), e listagens estrangeiras, como American Depositary Receipts ("ADRs"). De tempos em tempos, outras bolsas de valores na China podem participar do Stock Connect, e as ações A listadas e negociadas em tais outras bolsas de valores e acessíveis por meio do Stock Connect podem ser adicionadas ao Índice MSCI China Consumer Discretionary 10/50, conforme determinado pela MSCI.

O MSCI China Consumer Discretionary 10/50 Index segue uma metodologia baseada em regras que é projetada para selecionar componentes do Índice Matriz que são classificados no setor discricionário do consumidor sob o Sistema Global de Classificação da Indústria (GICS). O Índice MSCI China Consumer Discretionary 10/50 é ponderado de acordo com a capitalização de mercado ajustada em free float de cada componente, mas é modificado para que, a partir da data de reequilíbrio, nenhuma entidade do grupo (definida pelo Provedor do Índice como empresas com uma participação de controle de propriedade de uma entidade) constitua mais de 10% do Índice MSCI China Consumer Discretionary 10/50 e de modo que, no agregado, as entidades individuais do grupo que representariam mais de 5% do MSCI China Consumer Discretionary 10/50 Index não representam mais

de 50% do MSCI China Consumer Discretionary 10/50 Index ("10/50 Cap"). O índice MSCI China Consumer Discretionary 10/50 é reconstituído e reponderado trimestralmente. O MSCI China Consumer Discretionary 10/50 Index pode incluir empresas de grande e média capitalização. Em 31 de dezembro de 2023, o MSCI China Consumer Discretionary 10/50 Index tinha 79 componentes.

Índice MSCI Noruega IMI 25/50

O índice MSCI Norway IMI 25/50 foi projetado para medir o desempenho dos segmentos de grande, média e pequena capitalização do mercado norueguês. Aplica certos limites de investimento que são impostos aos RICs sob o Código. Com 69 componentes em 31 de dezembro de 2023, o índice cobre aproximadamente 99% da capitalização de mercado ajustada ao free float na Noruega. O índice é mantido pelo MSCI.

Índice FTSE/ASEAN 40

O índice FTSE/ASEAN 40 acompanha o desempenho das ações das 40 maiores empresas nas cinco regiões da ASEAN: Cingapura, Malásia, Indonésia, Tailândia e Filipinas. O índice é ajustado em free float e ponderado pela capitalização de mercado modificada e projetado usando ações elegíveis dentro do universo FTSE All-World. As ações são rastreadas de liquidez para garantir que o índice seja negociável. O índice é mantido pelo FTSE.

Índice MSCI All Argentina 25/50

O índice MSCI All Argentina 25/50 foi projetado para representar o desempenho do amplo universo acionário da Argentina, incluindo um número mínimo de componentes. O amplo universo acionário argentino inclui títulos classificados na Argentina de acordo com a metodologia MSCI Global Investable Market Index, juntamente com empresas sediadas ou listadas na Argentina e que realizam a maioria de suas operações na Argentina. O índice tem como alvo um mínimo de 25 títulos e 20 emissores na construção. O índice é projetado para levar em conta as restrições de concentração de 25% e 50% necessárias para que um fundo se qualifique como uma empresa de investimento regulamentada ("RIC") de acordo com o Código nos Estados Unidos. Em cada reequilíbrio trimestral, nenhum componente do índice pode exceder 25% do peso do índice, e a soma de todos os constituintes com pesos de índice superiores a 5% não pode exceder 50%. O índice é mantido pelo MSCI.

MSCI All Greece Select 25/50 Índice

O índice MSCI All Greece Select 25/50 foi concebido para representar o desempenho do Broad Greece Equity Universe, ao mesmo tempo que inclui componentes com níveis mínimos de liquidez. O Broad Greece Equity Universe inclui títulos classificados na Grécia de acordo com a metodologia MSCI Global Investable Market Index, empresas com sede ou cotadas na Grécia e que realizam a maioria das suas operações na Grécia e empresas com exposição econômica superior a 20% à Grécia, conforme definido na metodologia de dados de exposição econômica da MSCI. Uma metodologia específica de limitação é aplicada para facilitar o cumprimento das regras que regem a listagem de produtos financeiros em bolsas nos Estados Unidos. O índice é mantido pelo MSCI.

Índice MSCI All Nigeria Select 25/50

O índice MSCI All Nigeria Select 25/50 foi projetado para representar o desempenho do amplo universo de ações da Nigéria, incluindo um número mínimo de constituintes. O amplo universo de ações da Nigéria inclui títulos que são classificados na Nigéria de acordo com a metodologia MSCI Global Investable Market Index, juntamente com empresas que estão sediadas ou listadas na Nigéria e realizam a maioria de suas operações na Nigéria. Além disso, o índice inclui apenas títulos com um limite mínimo de liquidez de US\$ 100.000 de valor médio diário negociado, sujeito à inclusão de 20 componentes no índice. Caso contrário, os títulos são adicionados em ordem decrescente do valor médio diário negociado até que 20 títulos sejam selecionados. O índice tem como meta um mínimo de 20 títulos na construção. O índice é mantido pelo MSCI.

MSCI Select Índice de Acesso a Mercados Emergentes e de Fronteira

O MSCI Select Emerging and Frontier Markets Access Index foi projetado para refletir o desempenho acionário de mercados emergentes selecionados e empresas de mercados de fronteira, mantendo a diversificação entre países, setores e emissores individuais. O MSCI Select Emerging and Frontier Markets Access Index é construído a partir do MSCI EFM ex BRICKT (Brasil, Rússia, Índia, China, Coreia do Sul e Taiwan) Index (o "Índice Principal"). Os títulos do Índice Mãe são classificados em países de mercados emergentes e países de mercados de fronteira com base na abordagem de classificação de mercado da MSCI, o provedor do índice. Os constituintes dentro da classificação de países de mercados emergentes são ponderados pela capitalização de mercado ajustada em free-float e os constituintes dentro da classificação de países de mercados de fronteira são ponderados por sua capitalização de mercado ajustada de free float duplo, sujeito, em cada caso, às restrições aplicáveis de país, setor e limite do emissor. Em 31 de dezembro de 2023, o MSCI Select Emerging and Frontier Markets Access Index tinha 205 componentes dos seguintes países: Indonésia, Malásia, México, Filipinas, Polônia, Catar, Arábia Saudita, África do Sul, Tailândia, Turquia, Emirados Árabes Unidos e Vietnã. O objetivo de investimento do Fundo e o Índice Subjacente podem ser alterados sem a aprovação dos acionistas.

Índice DAX

O índice DAX acompanha o segmento das maiores e mais ativamente negociadas empresas - conhecidas como blue chips - no mercado de ações alemão. Ele contém as ações das 30 maiores e mais líquidas empresas admitidas na Bolsa de Valores de Frankfurt no segmento Prime Standard. O índice DAX representa cerca de 80% da capitalização de mercado em circulação autorizada na Alemanha.

MSCI Vietnã Select 25/50 Índice

O índice MSCI Vietnam Select 25/50 é projetado para representar o desempenho do amplo universo de ações do Vietnã, incluindo um número mínimo de componentes, conforme definido pela MSCI, Inc. O amplo universo de ações do Vietnã inclui títulos que são classificados no Vietnã de acordo com a metodologia MSCI Global Investable Market Index, juntamente com empresas que estão sediadas ou listadas no Vietnã e realizam a maioria de suas operações no Vietnã, conforme determinado exclusivamente pelo MSCI. A classificação de país de uma empresa é geralmente determinada pela MSCI usando o país de constituição da empresa e a listagem primária de seus valores mobiliários. A MSCI classificará uma empresa no país de constituição se seus valores mobiliários tiverem uma listagem primária nesse país. Nesses casos, quando os valores mobiliários de uma empresa têm uma listagem primária fora do país de constituição, critérios adicionais, como a localização da sede da empresa e a distribuição geográfica de suas operações (por exemplo, ativos e receitas), gestão e base de acionistas são considerados pelo Provedor de Índice para fins de classificação. O índice MSCI Vietnam Select 25/50 segue uma metodologia baseada em regras que é projetada para selecionar todos os títulos que satisfazem os critérios acima e que têm uma capitalização de mercado maior ou igual ao percentil 85 dos títulos de mercado de fronteira listados, têm um índice de valor negociado anual (uma medida de liquidez calculada pelo MSCI) maior ou igual a 15%, e ter negociado em mais ou igual a 50% dos dias de negociação nos últimos doze meses.

O índice MSCI Vietnam Select 25/50 é ponderado de acordo com a capitalização de mercado ajustada de flutuação livre de cada componente. A capitalização de mercado ajustada ao free-float mede a capitalização de mercado de uma empresa descontada pelo percentual de suas ações prontamente disponíveis para serem negociadas pelo público em geral no mercado aberto ("free float"). Além disso, é aplicado um fator de desconto de liquidez com base no índice de valor negociado anual do título ("ATVR"). ATVR é uma métrica de liquidez calculada pelo MSCI. O fator de desconto de liquidez é aplicado à capitalização de mercado em circulação de cada empresa para fins de cálculo do peso do índice alocado para cada componente, de modo que o peso do índice alocado seja menor para títulos menos líquidos (e maior para títulos mais líquidos) do que seria de outra forma. Os pesos são ainda modificados para fins de diversificação, de modo que, a partir da data de reequilíbrio, nenhuma entidade do grupo (definida pela MSCI como empresas que são controladas conjuntamente por uma única empresa-mãe) constitua mais de 25% do Índice MSCI Vietnam Select 25/50 e de modo que, no agregado, as entidades individuais do grupo que representariam mais de 5% do Índice MSCI Vietnam Select 25/50 não representem mais de 50% do Índice MSCI Vietnã Seleção Índice 25/50 ("Cap 25/50"). O índice MSCI Vietnam Select 25/50 e o Fundo são reconstituídos e reponderados trimestralmente. O índice MSCI Vietnam Select 25/50 pode incluir empresas de grande e média capitalização. Em 31 de dezembro de 2023, o Índice Subjacente estava

concentrado no setor de gestão e desenvolvimento imobiliário e tinha exposição significativa ao setor imobiliário e tinha 56 componentes.

Índice de Retorno Total das Mineradoras de Cobre Solactive Global

O Solactive Global Copper Miners Total Return Index acompanha o desempenho das maiores e mais líquidas empresas listadas que estão ativas em algum aspecto da indústria de mineração de cobre, como mineração, refino ou exploração de cobre. O índice é calculado como um índice de retorno total em dólares americanos e ajustado semestralmente. As ações são avaliadas quanto à liquidez e ponderadas de acordo com a capitalização de mercado em circulação modificada. Uma metodologia específica de capping é usada no momento da revisão semestral do índice para buscar assegurar o cumprimento das regras que regem a listagem de produtos financeiros em bolsas nos Estados Unidos. O índice é mantido pela Solactive AG.

Índice de Retorno Total da Solactive Global Silver Miners

O Solactive Global Silver Miners Total Return Index acompanha o desempenho das maiores e mais líquidas empresas listadas que estão ativas em algum aspecto da indústria de mineração de prata, como mineração, refino ou exploração de prata. O índice é calculado como um índice de retorno total em dólares americanos e ajustado semestralmente. As ações são avaliadas quanto à liquidez e ponderadas de acordo com a capitalização de mercado em circulação modificada. Uma metodologia específica de capping é usada no momento da revisão semestral do índice para buscar assegurar o cumprimento das regras que regem a listagem de produtos financeiros em bolsas nos Estados Unidos. O índice é mantido pela Solactive AG.

Solactive Global Gold Explorers & Developers Índice de Retorno Total

O Solactive Global Gold Explorers & Developers Total Return Index foi projetado para medir o desempenho do mercado de ações de base ampla de empresas globais envolvidas na exploração de ouro, incluindo empresas que estão envolvidas na exploração de ouro e níveis limitados de produção de ouro ("Desenvolvedores"). As ações são avaliadas quanto à liquidez e ponderadas de acordo com a capitalização de mercado em circulação modificada. Uma metodologia específica de capping é usada no momento da revisão semestral do índice para buscar assegurar o cumprimento das regras que regem a listagem de produtos financeiros em bolsas nos Estados Unidos.

Urânio Global Solativo & Índice de Retorno Total dos Componentes Nucleares

O Índice de Retorno Total de Componentes Nucleares Solactive Global Uranium é projetado para medir o desempenho do mercado de ações de base ampla de empresas globais envolvidas na indústria de urânio, incluindo empresas que estão envolvidas na mineração de urânio, exploração de urânio, tecnologias relacionadas à indústria de urânio e à produção de componentes nucleares, e fundo de investimento cujo objetivo principal é fornecer exposição ao urânio físico. As ações são avaliadas quanto à liquidez e ponderadas de acordo com a capitalização de mercado efetiva modificada, usando um esquema que leva em conta a liquidez na determinação dos pesos finais. Além disso, a Minerva Analytics Ltd. fará uma triagem das empresas quanto à exposição a "Armas Polêmicas". Uma empresa será considerada exposta a Armas Controversas se: (i) estiver envolvida na produção, desenvolvimento ou manutenção de minas antipessoal, armas biológicas ou químicas, munições cluster, urânio empobrecido, armas nucleares ou qualquer outra arma que viole os princípios humanitários através do uso normal; (ii) produz ou desenvolve componentes essenciais e dedicados para armas controversas; (iii) detém mais de 20% de participação em uma empresa envolvida em armas controversas; ou é detida em mais de 50% por uma empresa que está envolvida em armas controversas. Uma metodologia específica de capping é usada no momento da revisão semestral do índice para buscar assegurar o cumprimento das regras que regem a listagem de produtos financeiros em bolsas nos Estados Unidos. O índice é mantido pela Solactive AG.

Índice Global de Lítio Solactive

O Solactive Global Lithium Index acompanha o desempenho das maiores e mais líquidas empresas listadas que estão ativas na exploração e/ou mineração de lítio ou na produção de baterias de lítio. O índice é calculado como um índice de retorno total em

USD e ajustado semestralmente. As ações são avaliadas quanto à liquidez e ponderadas de acordo com a capitalização de mercado em circulação modificada. Uma metodologia específica de capping é usada no momento da revisão semestral do índice para buscar assegurar o cumprimento das regras que regem a listagem de produtos financeiros em bolsas nos Estados Unidos. O índice é mantido pela Solactive AG.

Índice Global SuperDividend® Solactive

O Solactive Global SuperDividend® Index acompanha o desempenho patrimonial de 100 empresas igualmente ponderadas que estão entre os títulos de ações com maior rendimento de dividendos do mundo. O Provedor de Índice aplica certos filtros de estabilidade de dividendos. O índice é mantido pela Solactive AG.

Índice de Retorno Total de Mídias Sociais Solactive

O Solactive Social Media Total Return Index foi projetado para refletir o desempenho patrimonial de empresas envolvidas no setor de mídia social, incluindo empresas que fornecem redes sociais, compartilhamento de arquivos e outros aplicativos de mídia baseados na web. As ações são avaliadas quanto à liquidez e ponderadas de acordo com a capitalização de mercado em circulação modificada. O Índice Subjacente é mantido pela Solactive AG.

Índice Solactive Guru

O Solactive Guru Index é composto pelas principais posições de ações listadas nos EUA relatadas no Formulário 13F por um grupo seletivo de entidades que a Solactive AG caracteriza como fundos de hedge. Os fundos de hedge são selecionados a partir de um conjunto de milhares de veículos de investimento agrupados oferecidos de forma privada com base no tamanho de suas participações acionárias relatadas e na eficácia de replicar suas posições divulgadas publicamente. Os fundos de hedge devem ter participações mínimas de US\$ 500 milhões em seu formulário 13F para serem considerados para o índice. Filtros adicionais são aplicados para eliminar fundos de hedge que têm altas taxas de rotatividade para participações acionárias. Apenas os fundos multimercados com participações concentradas são incluídos no processo de seleção.

Uma vez que o pool de fundos de hedge tenha sido determinado, o Provedor de Índice utiliza os registros do Formulário 13F para compilar as principais ações de cada um desses fundos de hedge. O Índice Subjacente é calculado como um índice de retorno total e ajustado trimestralmente. As ações são rastreadas quanto à liquidez e equal-weighted. O Índice Subjacente é mantido pela Solactive AG.

Global X U.S. High Yield Preferred Index

O Global X U.S. High Yield Preferred Index pertence e foi desenvolvido pela Global X Management Company LLC, o provedor do índice, que é uma afiliada do Fundo e também é o Consultor. Como é o caso de qualquer uso de um provedor de índice afiliado por qualquer ETF, essa relação apresenta potenciais conflitos. No entanto, a Global X Management Company LLC, como consultora de investimentos registrada, tomou medidas projetadas para garantir que esses conflitos potenciais sejam mitigados. O Global X U.S. High Yield Preferred Index acompanha o desempenho dos títulos preferenciais de maior rendimento nos Estados Unidos, conforme determinado pela Solactive AG, administradora do Global X U.S. High Yield Preferred Index. O Global X U.S. High Yield Preferred Index é composto por ações preferenciais que atendem a determinados critérios relacionados a tamanho, liquidez, concentração e classificação do emissor, vencimento e outros requisitos, conforme determinado pelo Administrador do Índice. O Global X U.S. High Yield Preferred Stock Index não busca refletir diretamente o desempenho das empresas emissoras das ações preferenciais.

Indxx SuperDividend® Índice de Baixa Volatilidade dos EUA

O Índice Subjacente é mantido pela Indxx, LLC. O Índice Subjacente acompanha o desempenho de 50 ações ordinárias igualmente ponderadas, MLPs e REITs que estão entre os títulos de ações com maior rendimento de dividendos nos Estados Unidos, conforme definido pela Indxx, LLC. Os componentes do Índice Subjacente pagaram dividendos consistentemente nos

últimos dois anos. O Índice Subjacente é composto por títulos que a Indxx, LLC determina ter menor volatilidade relativa (ou seja, beta baixo) do que o mercado.

MSCI Emerging Markets Top 50 Índice de Dividendos

O MSCI Emerging Markets Top 50 Dividend Index acompanha o desempenho de 50 empresas igualmente ponderadas que estão entre os títulos de ações com maior rendimento de dividendos em Mercados Emergentes, conforme definido pelo MSCI. O Índice Subjacente pode incluir componentes dos seguintes países: Brasil, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Egito, Grécia, Hungria, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Kuwait, Malásia, México, Peru, Filipinas, Polônia, Catar, Arábia Saudita, África do Sul, Taiwan, Tailândia, Turquia e Emirados Árabes Unidos. O MSCI Emerging Markets Top 50 Dividend Index começa com o MSCI Emerging Markets Index, que é um índice ponderado por capitalização, como seu universo inicial, e depois segue uma metodologia baseada em regras que é projetada para selecionar entre os títulos de ações de maior rendimento de dividendos do MSCI Emerging Markets Index. O MSCI Emerging Markets Top 50 Dividend Index é igualmente ponderado e rebalanceado anualmente.

Índice Global SuperDividend® REIT Solactive

O Solactive Global SuperDividend® REIT Index acompanha o desempenho dos REITs que estão entre os REITs de maior rendimento globalmente, conforme determinado pelo Provedor do Índice. O Índice Subjacente é mantido pela Solactive AG.

Índice de Produtores de Energia Renovável Indxx

O Indxx Renewable Energy Producers Index é projetado para fornecer exposição a empresas de capital aberto que produzem energia a partir de fontes renováveis, incluindo eólica, solar, hidrelétrica, geotérmica e biocombustíveis (incluindo empresas de capital aberto que são formadas para possuir ativos operacionais que produzem fluxos de caixa definidos ("YieldCos")) (coletivamente, "Empresas de Energia Renovável"), conforme definido pela Indxx LLC, o provedor do índice.

Ao construir o Indxx Renewable Energy Producers Index, a Indxx LLC primeiro identifica as FactSet Industries relacionadas à produção de energia renovável. As empresas desses setores, a partir da data de seleção, são revisadas pela Indxx LLC com base na receita relacionada à produção de energia renovável. Para ser elegível para o Indxx Renewable Energy Producers Index, uma empresa é considerada pela Indxx LLC como uma Empresa de Energia Renovável se a empresa gerar pelo menos 50% de suas receitas de produção de energia renovável, conforme determinado pela Indxx LLC. Indxx LLC classifica Empresas de Energia Renovável como aquelas empresas que produzem energia a partir de fontes renováveis, incluindo: eólica, solar, hidrelétrica, geotérmica e biocombustíveis (incluindo YieldCos), conforme determinado pela Indxx LLC.

Índice de valores católicos S&P 500®

O S&P 500® Catholic Values Index é projetado para fornecer exposição a títulos de ações dos EUA incluídos no Índice S&P 500®, mantendo o alinhamento com os ensinamentos morais e sociais da Igreja Católica. O Índice Subjacente é baseado no Índice S&P 500® e geralmente compreende aproximadamente 500 ou menos ações ordinárias listadas nos EUA. Todos os componentes do índice são membros do índice S&P 500® e seguem os critérios de elegibilidade para esse índice. A partir desse universo inicial, os constituintes são selecionados para excluir empresas envolvidas em atividades que são percebidas como inconsistentes com os valores católicos, conforme descrito nas Diretrizes de Investimento Socialmente Responsável da Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos ("USCCB"). A partir de 18 de setembro de 2023, as atividades selecionadas para exclusão de constituintes pelo Índice de Valores Católicos S&P 500® incluíam Aborto, Anticoncepcionais, Células-Tronco Embrionárias Humanas, Entretenimento Adulto, Armas Polêmicas, Contratação Militar, Jogos de Azar, Tabaco, Cannabis e Trabalho Infantil. O Índice Subjacente então repondera os componentes restantes para que as exposições setoriais do Índice Subjacente correspondam às exposições setoriais do Índice S&P 500®. O Índice Subjacente é patrocinado pela Standard & Poor's Financial Services LLC (o "Provedor do Índice"), que é uma organização independente e não afiliada ao Fundo e à Global X Management Company LLC, a consultora de investimentos do Fundo ("Consultor"). O Provedor do Índice determina as ponderações relativas

dos títulos no Índice Subjacente e publica informações sobre o valor de mercado do Índice Subjacente. Em 31 de dezembro de 2023, o Índice Subjacente tinha 436 constituintes.

MSCI EAFE Top 50 Índice de Dividendos

O MSCI EAFE Top 50 Dividend Index acompanha o desempenho de 50 empresas com peso igual que estão entre os títulos de ações com maior rendimento de dividendos na Europa, Australásia e Extremo Oriente, conforme definido pelo MSCI. O MSCI EAFE Top 50 Dividend Index começa com o MSCI EAFE Index, que é um índice ponderado por capitalização, e depois segue uma metodologia baseada em regras que é projetada para selecionar entre os títulos de ações de maior rendimento de dividendos do Índice MSCI EAFE. O MSCI EAFE Top 50 Dividend Index é igualmente ponderado e rebalanceado anualmente. Em 31 de dezembro de 2023, componentes dos seguintes países do mercado desenvolvido eram elegíveis para inclusão no MSCI EAFE Top 50 Dividend Index: Austrália, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Cingapura, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido. O MSCI EAFE Top 50 Dividend Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização. O MSCI EAFE Top 50 Dividend Index inclui principalmente componentes dos seguintes setores: Consumo Discricionário, Energia, Financeiro, Materiais, Imobiliário, Serviços de Telecomunicações e Serviços Públicos. Os componentes do MSCI EAFE Top 50 Dividend Index, e o grau em que esses componentes representam certos setores, provavelmente mudarão ao longo do tempo.

Índice Solactive E-commerce

O Solactive E-commerce Index é projetado para fornecer exposição a empresas listadas em bolsa que estão posicionadas para se beneficiar da crescente adoção do comércio eletrônico como um modelo de distribuição, incluindo, mas não limitado a, empresas cujo principal negócio é operar plataformas de comércio eletrônico, fornecer software e serviços de comércio eletrônico e/ou vender bens e serviços on-line (coletivamente, "Empresas de comércio eletrônico"), conforme definido pela Solactive AG, o provedor do Solactive E-commerce Index ("Provedor de Índice").

Ao construir o Solactive E-commerce Index, o Index Provider primeiro aplica um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que busca identificar e classificar empresas com exposição direta ao setor de comércio eletrônico com base em registros, divulgações e outras informações públicas (por exemplo, registros regulatórios, transcrições de lucros, etc.). As empresas identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural, a partir da data de seleção, são posteriormente revisadas pelo Provedor do Índice com base na receita relacionada às atividades de comércio eletrônico. Para ser elegível para o Índice de Comércio Eletrônico Solactive, uma empresa é considerada pelo Provedor de Índice como uma Empresa de Comércio Eletrônico se a empresa gerar pelo menos 50% de suas receitas de atividades de comércio eletrônico, conforme determinado pelo Provedor de Índice. Empresas de comércio eletrônico são as empresas que (i) operam plataformas de comércio eletrônico que ligam compradores e vendedores de bens e serviços através de mercados em linha, (ii) fornecem software, análises ou serviços de comércio eletrônico que facilitam o desenvolvimento e a melhoria de plataformas de comércio eletrônico e/ou (iii) vendem principalmente bens e serviços em linha e geram a maior parte da sua receita global a partir do retalho em linha, conforme determinado pelo Provedor de Índice.

Para fazer parte do universo elegível do Índice de E-commerce Solactive, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pelo Provedor do Índice, devem ser atendidos. A partir de 31 de dezembro de 2023, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 200 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 2 milhões para serem elegíveis para inclusão no Índice de Comércio Eletrônico Solactive e devem manter um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 1,4 milhão para ser elegível para permanecer no Índice de Comércio Eletrônico Solactive. Em 31 de dezembro de 2023, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Índice de Comércio Eletrônico Solactive: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hong Kong, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Cingapura, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

O Índice de Comércio Eletrônico Solactive é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente, sendo atribuído a cada título incluído um peso máximo de 4% e um

peso mínimo de 0,3% em relação a cada reequilíbrio semestral. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas. O Solactive E-commerce Index pode incluir empresas de grande, média ou pequena capitalização, e os componentes incluem principalmente tecnologia da informação e empresas de consumo discricionário.

S&P desenvolvido ex-EUA Índice de Valores Católicos

O S&P Desenvolvido ex-EUA O Índice de Valores Católicos é projetado para fornecer exposição a títulos de ações de mercado desenvolvidos fora dos EUA, mantendo o alinhamento com os ensinamentos morais e sociais da Igreja Católica. O S&P Desenvolvido ex-EUA O Catholic Values Index é baseado no S&P EPAC ex-Korea Large Cap Index, um índice de referência que fornece exposição ao segmento de grande capitalização de mercados desenvolvidos nas regiões da Europa e Ásia-Pacífico, excluindo a Coreia. O S&P EPAC ex-Korea Large Cap Index não visa nenhuma exposição setorial específica. Todos os componentes do índice são membros do S&P EPAC ex-Korea Large Cap Index e seguem os critérios de elegibilidade para esse índice. A partir desse universo inicial, os constituintes são selecionados para excluir empresas envolvidas em atividades que são percebidas como inconsistentes com os valores católicos, conforme descrito nas Diretrizes de Investimento Socialmente Responsável da Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos ("USCCB"). A partir de 18 de setembro de 2023, as atividades examinadas para exclusão de constituintes pelo S&P EPAC ex-Korea Large Cap Index incluíam aborto, contraceptivos, células-tronco embrionárias humanas, entretenimento adulto, armas controversas, contratação militar, jogos de azar, tabaco, cannabis e trabalho infantil. O S&P Desenvolvido ex-EUA Em seguida, o Catholic Values Index repondera os componentes restantes para que as exposições setoriais do Índice Subjacente correspondam às exposições setoriais atuais do S&P EPAC ex-Korea Large Cap Index. O Índice Subjacente é patrocinado pela Standard & Poor's Financial Services LLC (o "Provedor do Índice"), que é uma organização independente e não afiliada ao Fundo e à Global X Management Company LLC, a consultora de investimentos do Fundo ("Consultor"). O Provedor do Índice determina as ponderações relativas dos títulos no Índice Subjacente e publica informações sobre o valor de mercado do Índice Subjacente. Em 31 de dezembro de 2023, o Índice Subjacente tinha 406 constituintes.

Cboe S&P 500 Índice de Risco de Cauda

O Cboe S&P 500 Tail Risk Index mede o desempenho de uma estratégia de gerenciamento de risco que detém as ações subjacentes do Índice S&P 500® e aplica uma estratégia de put protetora (ou seja, opções de venda longas (compradas) no Índice S&P 500®. O Cboe S&P 500 Tail Risk Index reflete especificamente o desempenho dos títulos componentes do Índice S&P 500®, combinado com uma posição comprada em opções de venda out-of-the-money ("OTM") de 10% que correspondem ao valor da carteira de ações do Índice S&P 500®.

Em uma base trimestral, o Cboe S&P 500 Tail Risk Index assumirá posições compradas em opções de venda trimestrais com um preço de exercício geralmente 10% abaixo do preço de mercado predominante do índice S&P 500®. No entanto, se as opções de venda com esse preço de exercício preciso não estiverem disponíveis, o Cboe S&P 500 Tail Risk Index selecionará a opção de venda com o preço de exercício mais próximo, mas superior a 10% abaixo do preço de mercado prevalecente do Índice S&P 500®. Cada posição de opção será (i) negociada em uma bolsa de valores nacional; (ii) ser retido até a data de vencimento; (iii) expirar na data de vencimento (no trimestre civil seguinte); (iv) somente estar sujeito ao exercício na data de vencimento; e (v) ser liquidado em dinheiro.

O Índice S&P 500® é um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado por flutuação que contém títulos de ações de 500 empresas industriais, de tecnologia da informação, de serviços públicos e financeiras, entre outros setores do GICS®, considerados geralmente representativos do mercado de ações dos EUA. Um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado por flutuação pondera cada componente do índice de acordo com sua capitalização de mercado, usando o número de ações que estão prontamente disponíveis para compra no mercado aberto.

Cboe S&P 500 Colar de 3 meses 95-110 Índice

O Cboe S&P 500 3-Month Collar 95-110 Index mede o desempenho de uma estratégia de gerenciamento de risco que detém as ações subjacentes do Índice S&P 500® e aplica uma estratégia de colarinho de opções (ou seja, uma mistura de opções de compra vendidas e opções de venda compradas) no Índice S&P 500®. O Índice Cboe S&P 500 3-Month Collar 95-110 reflete especificamente o desempenho dos títulos componentes do Índice S&P 500®, combinado com uma posição comprada em opções de venda de 5% fora do dinheiro ("OTM") e uma posição vendida em opções de compra OTM de 10%, cada uma correspondendo ao valor da carteira de ações do Índice S&P 500®.

Em uma base trimestral, o Índice Cboe S&P 500 3-Month Collar 95-110 assumirá posições compradas em opções de venda trimestrais com um preço de exercício geralmente 5% abaixo do preço de mercado prevalecente do Índice S&P 500® e assumirá posições vendidas em opções de compra trimestrais com um preço de exercício geralmente 10% acima do preço de mercado prevalecente do Índice S&P 500®. No entanto, se as opções de venda e/ou compra com esses preços de exercício precisos não estiverem disponíveis, o Índice Cboe S&P 500 3-Month Collar 95-110 selecionará a opção de venda com o preço de exercício mais próximo, mas maior que 5% abaixo do preço de mercado prevalecente do Índice S&P 500®, e opções de compra com o preço de exercício mais próximo, mas superior a 10% acima do preço de mercado prevalecente do S&P Índice P 500®. Cada posição de opção será (i) negociada em uma bolsa de valores nacional; (ii) ser retido até a data de vencimento; (iii) expirar na data de vencimento (no trimestre civil seguinte); (iv) somente estar sujeito ao exercício na data de vencimento; e (v) ser liquidado em dinheiro.

O Índice S&P 500® é um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado por flutuação que contém títulos de ações de 500 empresas industriais, de tecnologia da informação, de serviços públicos e financeiras, entre outros setores do GICS®, considerados geralmente representativos do mercado de ações dos EUA. Um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado por flutuação pondera cada componente do índice de acordo com sua capitalização de mercado, usando o número de ações que estão prontamente disponíveis para compra no mercado aberto.

Nasdaq-100 Índice Trimestral Put 90

O Nasdaq-100 Quarterly Protective Put 90 Index mede o desempenho de uma estratégia de gerenciamento de risco que detém as ações subjacentes do Índice NASDAQ 100® e aplica uma estratégia de colocação protetora (ou seja, opções de venda longas (compradas) no Índice NASDAQ 100®. O Nasdaq-100 Quarterly Protective Put 90 Index reflete especificamente o desempenho dos títulos componentes do Índice NASDAQ 100®, combinado com uma posição comprada em opções de venda 10% out-of-the-money ("OTM") que correspondem ao valor da carteira de ações do Índice NASDAQ 100®. Em uma base trimestral, o Nasdaq-100 Quarterly Protective Put 90 Index assumirá posições compradas em opções de venda trimestrais com um preço de exercício geralmente 10% abaixo do preço de mercado predominante do índice NASDAQ 100®. No entanto, se as opções de venda com esse preço de exercício preciso não estiverem disponíveis, o Índice Nasdaq-100 Quarterly Protective Put 90 selecionará a opção de venda com o preço de exercício mais próximo, mas superior a 10% abaixo do preço de mercado prevalecente do Índice NASDAQ 100®. Cada posição de opção será (i) negociada em uma bolsa de valores nacional; (ii) ser retido até a data de vencimento; (iii) expirar na data de vencimento (no trimestre civil seguinte); (iv) somente estar sujeito ao exercício na data de vencimento; e (v) ser liquidado em dinheiro.

O Índice NASDAQ 100® é um índice ponderado por capitalização de mercado modificado que contém títulos de ações das 100 maiores empresas não financeiras listadas no NASDAQ Stock Market. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas.

O Índice Subjacente administrado pela Nasdaq, Inc., em conjunto com seu contribuidor terceirizado, Volos Portfolio Solutions, LLC., que são organizações independentes do Fundo e da Global X Management Company LLC, a consultora de investimentos do Fundo ("Consultor"). A Nasdaq determina as ponderações relativas dos títulos no Índice Subjacente e publica informações sobre o valor do Índice Subjacente.

Índice Nasdaq-100 Quarterly Collar 95-110

O Nasdaq-100 Quarterly Collar 95-110 Index mede o desempenho de uma estratégia de gerenciamento de risco que detém as ações subjacentes do Índice NASDAQ 100® e aplica uma estratégia de colarinho de opções (ou seja, uma mistura de opções de compra vendidas e opções de venda compradas (vendidas) no Índice NASDAQ 100®. O Índice Nasdaq-100 Quarterly Collar 95-110 reflete especificamente o desempenho dos títulos componentes do Índice NASDAQ 100®, combinado com uma posição comprada em opções de venda OTM de 5% e uma posição vendida em opções de compra OTM de 10%, cada uma correspondendo ao valor da carteira de ações do Índice NASDAQ 100®.

Em uma base trimestral, o Índice Nasdaq-100 Quarterly Collar 95-110 assumirá posições compradas em opções de venda trimestrais com um preço de exercício geralmente 5% abaixo do preço de mercado prevalecente do Índice NASDAQ 100® e assumirá posições vendidas em opções de compra trimestrais com um preço de exercício geralmente 10% acima do preço de mercado prevalecente do Índice NASDAQ 100®. No entanto, se as opções de venda e/ou compra com esses preços de exercício precisos não estiverem disponíveis, o Índice Nasdaq-100 Quarterly Collar 95-110 selecionará a opção de venda com o preço de exercício mais próximo de 5% abaixo do preço de mercado prevalecente do Índice NASDAQ®, e opções de compra com o preço de exercício mais próximo de 10% acima do preço de mercado prevalecente do Índice NASDAQ 100®. Cada posição de opção será (i) negociada em uma bolsa de valores nacional; (ii) ser retido até a data de vencimento; (iii) expirar na data de vencimento (no trimestre civil seguinte); (iv) somente estar sujeito ao exercício na data de vencimento; e (v) ser liquidado em dinheiro.

O Índice NASDAQ 100® é um índice ponderado por capitalização de mercado modificado que contém títulos de ações das 100 maiores empresas não financeiras listadas no NASDAQ Stock Market. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas.

O Índice Subjacente administrado pela Nasdaq, Inc., em conjunto com seu contribuidor terceirizado, Volos Portfolio Solutions, LLC., que são organizações independentes do Fundo e da Global X Management Company LLC, a consultora de investimentos do Fundo ("Consultor"). A Nasdaq determina as ponderações relativas dos títulos no Índice Subjacente e publica informações sobre o valor do Índice Subjacente.

Índice de Materiais Disruptivos Solativos

O Solactive Disruptive Materials Index foi projetado para fornecer exposição a empresas que produzem metais e outros materiais brutos ou compostos que foram identificados como essenciais para tecnologias disruptivas, como baterias de lítio, painéis solares, turbinas eólicas, células de combustível, robótica e impressoras 3D. Cada material foi determinado pela Solactive AG, o provedor do Solactive Disruptive Materials Index (o "Provedor do Índice") para ser instrumental para o desenvolvimento e materialização de uma ou mais tecnologias disruptivas. Tecnologias disruptivas referem-se àquelas tecnologias que são essenciais para o desenvolvimento e materialização de mudanças estruturais de longo prazo em produtos, serviços, indústrias ou setores existentes. Especificamente, o Solactive Disruptive Materials Index incluirá títulos emitidos por "Disruptive Materials Companies", conforme definido pela Solactive AG. Empresas de Materiais Disruptivos são aquelas empresas que obtêm pelo menos 50% de suas receitas agregadas da exploração, mineração, produção e/ou aprimoramento de uma ou mais das seguintes dez categorias de materiais: Fibra de Carbono, Cobalto, Cobre, Grafeno e Grafite, Lítio, Manganês, Níquel, Platina e Paládio, Elementos de Terras Raras e Zinco (coletivamente, "Categorias de Materiais Disruptivos"). As empresas envolvidas em exploração e mineração incluem aquelas empresas envolvidas na localização e extração de materiais disruptivos. As empresas envolvidas na produção incluem aquelas empresas envolvidas na fabricação, processamento e comercialização de materiais disruptivos para uso primário. As empresas envolvidas no aprimoramento incluem aquelas empresas envolvidas no refino, desenvolvimento e/ou fundição de materiais para extrair e purificar materiais disruptivos. Em 31 de dezembro de 2023, o Índice de Materiais Disruptivos Solativos tinha 50 componentes.

Para a categoria Lítio, as empresas que obtêm mais de 25%, mas menos de 50% da receita da produção e/ou processamento de lítio também são elegíveis para inclusão (coletivamente, "Empresas de Lítio Diversificadas"). Além disso, empresas com

operações comerciais primárias na exploração, mineração, produção e/ou aprimoramento de uma ou mais das Categorias de Materiais Disruptivos, mas que não estão gerando receita no momento, também são elegíveis para inclusão (coletivamente, "Empresas de Materiais Disruptivos Pré-Receita"). Para determinar se uma empresa tem operações comerciais primárias na exploração, mineração, produção e/ou aprimoramento de uma ou mais das Categorias de Materiais Disruptivos, a Solactive AG analisa as divulgações e registros financeiros públicos da empresa e identifica os produtos e segmentos de negócios divulgados nelas. Em seguida, a Solactive AG analisa a discussão e análise gerencial, bem como o nível de investimento que a empresa aloca nesses produtos e segmentos, para determinar se essas operações de negócios são as principais operações da empresa.

Ao construir o Solactive Disruptive Materials Index, a Solactive AG aplica um algoritmo proprietário de processamento de linguagem natural ao universo elegível, que busca identificar e classificar as empresas envolvidas em cada uma das Categorias de Materiais Disruptivos com base em arquivamentos, divulgações e outras informações públicas (por exemplo, registros regulatórios, transcrições de lucros, etc.). As empresas mais bem classificadas identificadas pelo algoritmo de processamento de linguagem natural em cada Categoria de Materiais Disruptivos, a partir da data de seleção, são posteriormente analisadas pela Solactive AG para confirmar que obtêm pelo menos 50% de suas receitas de uma das Categorias de Materiais Disruptivos, conforme descrito acima, derivam entre 25% e 50% de suas receitas da categoria Lítio no caso de Empresas de Lítio Diversificado, ou ter operações comerciais primárias na exploração, mineração, produção e/ou aprimoramento de uma ou mais das Categorias de Materiais Disruptivos, mas atualmente não geram receitas no caso de Empresas de Materiais Disruptivos Pré-Receita. As cinco empresas de materiais disruptivos mais bem classificadas e as empresas de materiais disruptivos de pré-receita de acordo com a capitalização de mercado em free float de cada categoria de materiais disruptivos estão incluídas no Índice de Materiais Disruptivos Solativos. Para a categoria Lítio, estão incluídas as cinco Empresas de Materiais Disruptivos mais bem classificadas, Empresas de Materiais Disruptivos Pré-Receita e Empresas de Lítio Diversificadas de acordo com a capitalização de mercado em free float. Se forem identificadas menos de cinco empresas que satisfaçam os critérios acima dentro de uma Categoria de Materiais Disruptivos, todas as empresas elegíveis serão selecionadas, e a categoria será composta por menos de cinco empresas.

Para fazer parte do universo elegível do Solactive Disruptive Materials Index, as empresas devem ser classificadas em uma das seguintes economias de acordo com a FactSet (um provedor líder de dados financeiros que mantém uma taxonomia estruturada abrangente projetada para oferecer uma classificação precisa de empresas globais e suas unidades de negócios individuais): Materiais Básicos, Industriais ou Tecnologia. Além disso, certos critérios mínimos de capitalização de mercado e liquidez, conforme definidos pela Solactive AG, devem ser cumpridos. A partir de 31 de dezembro de 2023, as empresas devem ter uma capitalização de mercado mínima de US\$ 100 milhões e um faturamento diário médio mínimo nos últimos 6 meses maior ou igual a US\$ 1 milhão para serem elegíveis para inclusão no Índice de Materiais Disruptivos Solativos. Em 31 de dezembro de 2023, as empresas listadas nos seguintes países eram elegíveis para inclusão no Índice de Materiais Disruptivos Solativos: Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, República Tcheca, Dinamarca, Egito, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hong Kong, Hungria, Indonésia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Kuwait, Malásia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Filipinas, Polônia, Portugal, Catar, Arábia Saudita, Singapura, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Taiwan, Tailândia, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos e Emirados Árabes Unidos. Em 31 de dezembro de 2023, o Solactive Disruptive Materials Index tinha exposição significativa a emissores chineses. O Fundo pode investir em China A-Shares, que são emitidas por empresas constituídas na China continental e negociadas em bolsas chinesas. O Fundo pode investir em títulos de emissores localizados em mercados emergentes.

O Índice de Materiais Disruptivos Solativos é ponderado de acordo com uma metodologia de ponderação de capitalização modificada e é reconstituído e reponderado semestralmente. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. Durante cada reequilíbrio, o peso máximo de uma empresa é limitado a 4%, e todos os componentes estão sujeitos a um peso mínimo de 0,3%. Além disso, as empresas de lítio diversificadas e as empresas de materiais disruptivos de pré-receita estão sujeitas a um limite de peso agregado de 10% em cada reequilíbrio semestral. De um modo geral, a ponderação de capitalização modificada limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação no nível da empresa. O Solactive Disruptive Materials Index pode incluir empresas de grande, média, pequena ou microcapitalização, e os componentes incluem principalmente empresas de materiais.

Índice S&P Agregado de Títulos Católicos dos EUA

O Índice Agregado de Títulos S&P dos Estados Unidos é projetado para fornecer exposição a títulos de grau de investimento dos EUA, mantendo o alinhamento com os ensinamentos morais e sociais da Igreja Católica. O S&P U.S. Catholic Values Aggregate Bond Capped Index inclui títulos do Tesouro dos EUA com grau de investimento, títulos relacionados ao governo dos EUA, títulos corporativos dos EUA e títulos lastreados em hipotecas dos EUA. Todos os títulos corporativos incluídos no S&P U.S. Catholic Values Aggregate Bond Capped Index são títulos de grau de investimento emitidos por componentes do Índice S&P 500, e os emissores seguem os critérios de elegibilidade para esse índice. Os títulos corporativos grau de investimento são aqueles classificados como BBB ou melhor pela S&P Global Ratings, Baa3 ou melhor pela Moody's Investors Service e BBB ou melhor pela Fitch Ratings. A partir desse universo inicial, os emissores de títulos corporativos são selecionados para excluir empresas envolvidas em atividades que são percebidas como inconsistentes com os valores católicos, conforme descrito nas Diretrizes de Investimento Socialmente Responsável da Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos ("USCCB"). O S&P U.S. Catholic Values Aggregate Bond Capped Index repondera os títulos corporativos restantes para que a exposição do S&P U.S. Catholic Values Aggregate Bond Capped Index a títulos corporativos corresponda à exposição agregada a títulos corporativos do S&P U.S. Aggregate Bond Index. O S&P U.S. Catholic Values Aggregate Bond Capped Index então repondera a exposição setorial dos títulos corporativos qualificados para corresponder à exposição setorial dos títulos corporativos do S&P U.S. Aggregate Bond Index. O S&P U.S. Aggregate Bond Index é projetado para medir o desempenho da dívida de grau de investimento denominada em dólar dos EUA de emissão pública e é ponderado com base no valor de mercado. O S&P U.S. Aggregate Bond Index inclui títulos do Tesouro dos EUA, quase-governos, empresas, títulos municipais tributáveis, agência estrangeira, supranacional, agência federal e não-EUA, debêntures, covered bonds e repasses de hipotecas residenciais. O S&P U.S. Catholic Values Aggregate Bond Capped Index é patrocinado pela Standard & Poor's Financial Services LLC, que é uma organização independente do Fundo e do Consultor. A Standard & Poor's Financial Services LLC determina as ponderações relativas dos títulos no S&P U.S. Catholic Values Aggregate Bond Capped Index e publica informações sobre o valor de mercado do S&P U.S. Catholic Values Aggregate Bond Capped Index. Em 31 de dezembro de 2023, o índice S&P U.S. Catholic Values Aggregate Bond Capped tinha 6216 componentes.

Índice CBOE S&P 500® BuyWrite

O CBOE S&P 500® BuyWrite Index é um índice de referência que mede o desempenho de uma carteira teórica que detém uma carteira das ações incluídas no Índice S&P 500® ("Índice S&P 500") e "escreve" (ou vende) uma sucessão de opções de compra cobertas pelo Índice S&P 500 de um mês.

Índice CBOE NASDAQ-100® BuyWrite V2

O CBOE NASDAQ-100® BuyWrite Index ("Índice BXN") é um índice de referência que mede o desempenho de uma carteira teórica que detém uma carteira de ações incluídas no Índice NASDAQ-100® ("Índice NASDAQ-100") e "escreve" (ou vende) uma sucessão de opções de compra cobertas pelo Índice NASDAQ-100 de um mês. O Índice CBOE NASDAQ-100® BuyWrite V2 ("Índice BXNT") replica a metodologia usada para calcular o Índice BXN, com uma exceção: as opções de compra cobertas pelo Índice NASDAQ-100® são mantidas até um dia antes da data de vencimento (ou seja, geralmente a quinta-feira anterior à terceira sexta-feira do mês) e são liquidadas a um preço médio ponderado por volume determinado no fechamento.

Cboe Russell 2000 Índice BuyWrite

O Cboe Russell 2000 BuyWrite Index mede o desempenho de uma carteira teórica que detém uma carteira das ações incluídas no Índice Russell 2000 e "escreve" (ou vende) uma sucessão de opções de compra cobertas por um mês no Índice de Referência. As opções de compra cobertas escritas no Índice Russell 2000 são mantidas até o vencimento. O Índice Russell 2000 é um benchmark de ações que mede o desempenho do setor de pequena capitalização do mercado de ações dos EUA, conforme definido pelo FTSE Russell.

Índice Cboe Nasdaq 100 Half BuyWrite V2

O Cboe Nasdaq 100 Half BuyWrite V2 Index mede o desempenho de uma carteira teórica que detém uma carteira das ações incluídas no Índice NASDAQ 100® e "escreve" (ou vende) uma sucessão de opções de compra cobertas por um mês no Índice NASDAQ 100®. As opções de compra cobertas escritas no Índice NASDAQ 100® correspondem a aproximadamente 50% do valor da carteira de ações do Índice NASDAQ 100®. As opções de compra cobertas escritas no índice NASDAQ 100® são mantidas até um dia antes do vencimento. O Índice NASDAQ 100® é um índice ponderado por capitalização de mercado modificado que contém títulos de ações das 100 maiores empresas não financeiras listadas no NASDAQ Stock Market. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas.

Cboe S&P 500 Índice Half BuyWrite

O Cboe S&P 500 Half BuyWrite Index mede o desempenho de uma carteira teórica que detém uma carteira das ações incluídas no Índice S&P 500 e "escreve" (ou vende) uma sucessão de opções de compra cobertas por um mês no índice S&P 500®. As opções de compra cobertas escritas no Índice S&P 500® correspondem a aproximadamente 50% do valor da carteira de ações do Índice S&P 500®. As opções de compra cobertas escritas no índice S&P 500® são mantidas até o vencimento. O Índice S&P 500® é um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado por flutuação que mede o desempenho dos títulos de ações de 500 empresas industriais, de tecnologia da informação, de serviços públicos e financeiras, entre outros setores do GICS®, considerados geralmente representativos do mercado de ações dos EUA. Um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado por flutuação pondera cada componente do índice de acordo com sua capitalização de mercado, usando o número de ações que estão prontamente disponíveis para compra no mercado aberto.

O Cboe S&P 500 Half BuyWrite Index é patrocinado pela S&P Dow Jones Indices LLC, que é uma organização independente do Fundo e do Consultor.

Cboe S&P 500 Índice de Renda Gerenciada de Risco

O Cboe S&P 500 Risk Managed Income Index mede o desempenho de uma estratégia de renda gerenciada por risco que detém as ações subjacentes do Índice S&P 500® e aplica uma estratégia de colarinho de opções (ou seja, uma mistura de opções de compra vendidas e opções de venda compradas (compradas) no Índice S&P 500®. O Cboe S&P 500 Risk Managed Income Index reflete especificamente o desempenho dos títulos componentes do Índice S&P 500®, combinado com uma posição comprada em opções de venda de 5% fora do dinheiro ("OTM") e uma posição vendida em opções de compra à vista ("ATM"), cada uma correspondendo ao valor da carteira de ações no Índice S&P 500®. O colar de opções busca gerar um crédito líquido, o que significa que o prêmio recebido pela venda das opções de compra será maior do que o prêmio pago ao comprar as opções de venda.

Mensalmente, o Cboe S&P 500 Risk Managed Income Index assumirá posições compradas em opções de venda mensais com um preço de exercício geralmente 5% abaixo do preço de mercado prevalecente do Índice S&P 500® e assumirá posições vendidas em opções de compra mensais com um preço de exercício geralmente ao preço de mercado predominante do Índice S&P 500®. No entanto, se as opções de venda e/ou compra com esses preços de exercício precisos não estiverem disponíveis, o Cboe S&P 500 Risk Managed Income Index selecionará a opção de venda com o preço de exercício mais próximo, mas maior que 5% abaixo do preço de mercado prevalecente do Índice S&P 500®, e opções de compra com o preço de exercício mais próximo, mas maior do que o preço de mercado prevalecente do Índice S&P 500®. Cada posição de opção será (i) negociada em uma bolsa de valores nacional; (ii) ser retido até a data de vencimento; (iii) expirar na data de vencimento (no mês civil seguinte); (iv) somente estar sujeito ao exercício na data de vencimento; e (v) ser liquidado em dinheiro.

O Índice S&P 500® é um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado por flutuação que contém títulos de ações de 500 empresas industriais, de tecnologia da informação, de serviços públicos e financeiras, entre outros setores do GICS®, considerados geralmente representativos do mercado de ações dos EUA. Um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado por flutuação pondera cada componente do índice de acordo com sua capitalização de mercado, usando o número de ações que estão prontamente disponíveis para compra no mercado aberto.

Nasdaq-100 Índice de Colar de Crédito Líquido Mensal 95-100

O Nasdaq-100 Monthly Net Credit Collar 95-100 Index mede o desempenho de uma estratégia de renda gerenciada por risco que detém as ações subjacentes do Índice NASDAQ 100® e aplica uma estratégia de colarinho de opções (ou seja, uma mistura de opções de compra curta (vendida) e opções de venda longa (comprada)) no Índice NASDAQ 100®. O Índice Nasdaq-100 Monthly Net Credit Collar 95-100 reflete especificamente o desempenho dos títulos componentes do Índice NASDAQ 100®, combinado com uma posição comprada em opções de venda de 5% fora do dinheiro ("OTM") e uma posição vendida em opções de compra à moeda ("ATM"), cada uma correspondendo ao valor da carteira de ações do Índice NASDAQ 100®. O colar de opções busca gerar um crédito líquido, o que significa que o prêmio recebido pela venda das opções de compra será maior do que o prêmio pago ao comprar as opções de venda.

Em uma base mensal, o Nasdaq-100 Monthly Net Credit Collar 95-100 Index assumirá posições compradas em opções de venda mensais com um preço de exercício geralmente 5% abaixo do preço de mercado predominante do Índice NASDAQ 100® e assumirá posições vendidas em opções de compra mensais com um preço de exercício geralmente ao preço de mercado predominante do Índice NASDAQ 100®. No entanto, se as opções de venda e/ou compra com esses preços de exercício precisos não estiverem disponíveis, o Índice de Crédito Líquido Mensal Nasdaq-100 Collar 95-100 selecionará a opção de venda com o preço de exercício mais próximo de 5% abaixo do preço de mercado prevalecente do Índice NASDAQ 100® e opções de compra com o preço de exercício mais próximo do preço de mercado prevalecente do Índice NASDAQ 100®. Cada posição de opção será (i) negociada em uma bolsa de valores nacional; (ii) ser retido até a data de vencimento; (iii) expirar na data de vencimento (no mês civil seguinte); (iv) somente estar sujeito ao exercício na data de vencimento; e (v) ser liquidado em dinheiro.

O Índice NASDAQ 100® é um índice ponderado por capitalização de mercado modificado que contém títulos de ações das 100 maiores empresas não financeiras listadas no NASDAQ Stock Market. A ponderação de capitalização modificada procura ponderar os constituintes principalmente com base na capitalização de mercado, mas sujeita a limites máximos sobre os pesos dos títulos individuais. De um modo geral, esta abordagem limitará a quantidade de concentração nas maiores empresas de capitalização de mercado e aumentará a diversificação ao nível das empresas.

O Índice Subjacente administrado pela Nasdaq, Inc., em conjunto com seu contribuidor terceirizado, Volos Portfolio Solutions, LLC., que são organizações independentes do Fundo e da Global X Management Company LLC, a consultora de investimentos do Fundo ("Consultor"). A Nasdaq determina as ponderações relativas dos títulos no Índice Subjacente e publica informações sobre o valor do Índice Subjacente.

DJIA Cboe BuyWrite v2 Índice

O DJIA Cboe BuyWrite v2 Index mede o desempenho de uma estratégia de chamada coberta que detém as ações subjacentes do Dow Jones Industrial Average® e "escreve" (ou vende) uma sucessão de opções de compra cobertas de um mês ("ATM") em um fundo que tem características econômicas substancialmente idênticas às características econômicas dos componentes do Dow Jones Industrial Average® ("Fundo de Referência"). O índice DJIA Cboe BuyWrite v2 reflete especificamente o desempenho dos títulos componentes do Dow Jones Industrial Average®, combinados com opções de compra ATM escritas (vendidas) correspondentes ao valor da carteira de ações no Dow Jones Industrial Average®.

O DJIA Cboe BuyWrite v2 Index é patrocinado pela S&P Dow Jones Indices LLC, que é uma organização independente do Fundo e do Consultor.

Cboe Russell 2000 Índice Half BuyWrite

O Cboe Russell 2000 Half BuyWrite Index mede o desempenho de uma estratégia de chamada coberta que detém uma carteira teórica das ações subjacentes do Russell 2000 Index "escreve" (ou vende) uma sucessão de opções de compra cobertas por um mês ("ATM") no Russell 2000 Index. As opções de compra cobertas escritas no Índice Russell 2000 correspondem a aproximadamente 50% do valor da carteira de ações no Índice Russell 2000. O Cboe Russell 2000 Half BuyWrite Index reflete

especificamente o desempenho dos títulos componentes do Russell 2000 Index combinado com opções de compra ATM escritas (vendidas) correspondentes ao valor de 50% do valor da carteira de ações no Russell 2000 Index. O Fundo investe nos títulos refletidos no Cboe Russell 2000 Half BuyWrite Index ou em investimentos (incluindo outros ETFs subjacentes) que têm características econômicas substancialmente idênticas às características econômicas de tais títulos componentes, e não pode investir diretamente no próprio Cboe Russell 2000 Half BuyWrite Index.

O Índice Russell 2000 é um benchmark de ações que mede o desempenho do setor de pequena capitalização do mercado de ações dos EUA, conforme definido pelo FTSE Russell, o provedor do índice.

Cboe S&P Financial Select Sector Half BuyWrite Índice

O Cboe S&P Financial Select Sector Half BuyWrite Index mede o desempenho de uma estratégia de chamada parcialmente coberta que detém uma carteira teórica dos títulos subjacentes do Financial Select Sector Index. O Cboe S&P Financial Select Sector Half BuyWrite Index "escreve" (ou vende) uma sucessão de opções de compra cobertas por um mês no Financial Select Sector SPDR® Fund, ou outro fundo que busca acompanhar o desempenho do Financial Select Sector Index, conforme determinado pela S&P Dow Jones Indices LLC. As opções de compra correspondem a aproximadamente 50% do valor dos títulos do Índice Setorial Seletivo Financeiro, representando, portanto, uma estratégia de compra parcialmente coberta. As opções de compra escritas (vendidas) pelo Fundo serão opções FLEXible EXchange ("FLEX"). O Fundo investe nos títulos refletidos no Índice Subjacente e não pode investir diretamente no próprio Índice Cboe S&P Financial Select Sector Half BuyWrite.

O Cboe S&P Financial Select Sector Half BuyWrite Index é patrocinado pela S&P Dow Jones Indices LLC, que é uma organização independente do Fundo e do Consultor.

Cboe S&P Health Care Select Sector Half BuyWrite Índice

O Cboe S&P Health Care Select Sector Half BuyWrite Index mede o desempenho de uma estratégia de chamada parcialmente coberta que detém uma carteira teórica dos títulos subjacentes do Health Care Select Sector Index. O Cboe S&P Health Care Select Sector Half BuyWrite Index "escreve" (ou vende) uma sucessão de opções de compra cobertas por um mês no Health Care Select Sector SPDR® Fund, ou outro fundo que busca acompanhar o desempenho do Health Care Select Sector Index, conforme determinado pela S&P Dow Jones Indices LLC. As opções de compra correspondem a aproximadamente 50% do valor dos títulos do Health Care Select Sector Index, representando, portanto, uma estratégia de call parcialmente coberta. As opções de compra escritas (vendidas) pelo Fundo serão opções FLEXible EXchange ("FLEX"). O Fundo investe nos títulos refletidos no Cboe S&P Health Care Select Sector Half BuyWrite Index e não pode investir diretamente no Cboe S&P Health Care Select Sector Half BuyWrite Index.

O Cboe S&P Health Care Select Sector Half BuyWrite Index é patrocinado pela S&P Dow Jones Indices LLC, que é uma organização independente do Fundo e do Consultor.

Cboe S&P Technology Select Sector Half BuyWrite Índice

O Cboe S&P Technology Select Sector Half BuyWrite Index mede o desempenho de uma estratégia de chamada parcialmente coberta que detém uma carteira teórica dos títulos subjacentes do Information Technology Select Sector Index. O Cboe S&P Technology Select Sector Half BuyWrite Index "escreve" (ou vende) uma sucessão de opções de compra cobertas por um mês no Information Technology Select Sector SPDR® Fund, ou outro fundo que busca acompanhar o desempenho do Information Technology Select Sector Index, conforme determinado pela S&P Dow Jones Indices LLC. As opções de compra correspondem a aproximadamente 50% do valor dos títulos do Índice Setorial de Tecnologia da Informação, representando, portanto, uma estratégia de compra parcialmente coberta. As opções de compra escritas (vendidas) pelo Fundo serão opções FLEXible EXchange ("FLEX"). O Fundo investe nos títulos refletidos no Cboe S&P Technology Select Sector Half BuyWrite Index e não pode investir diretamente no Cboe S&P Technology Select Sector Half BuyWrite Index.

O Cboe S&P Technology Select Sector Half BuyWrite Index é patrocinado pela S&P Dow Jones Indices LLC, que é uma organização independente do Fundo e do Consultor.

Índice Nasdaq-100 ESG BuyWrite

O Nasdaq-100 ESG BuyWrite Index busca fornecer longa exposição a uma carteira de ações que aplica um conjunto de critérios ambientais, sociais e de governança ("ESG") específicos como parte de seu processo de seleção de segurança, ao mesmo tempo em que vende opções de compra geralmente associadas a essa exposição. Especificamente, o Nasdaq-100 ESG BuyWrite Index mede o desempenho de uma estratégia de chamada coberta, também conhecida como estratégia de "buy-write", que busca fornecer longa exposição "comprando" os componentes subjacentes do Índice ESG Nasdaq-100 e gerar receita premium de opções "escrevendo" (vendendo) uma sucessão de opções de compra cobertas por um mês ("ATM") no Índice Nasdaq-100. Ao buscar acompanhar o Nasdaq-100 ESG BuyWrite Index, o Fundo investe nos títulos refletidos no Nasdaq-100 ESG BuyWrite Index comprando as participações subjacentes do Índice de Referência na proporção de seu peso no Nasdaq-100 ESG Index, e escrevendo sistematicamente (vendendo) uma sucessão de opções de compra cobertas por ATM de um mês no Índice Nasdaq-100. As implicações das opções de compra escritas (vendidas) são descritas em mais detalhes aqui:

Opções de compra – Quando o Fundo vende uma opção de compra, o Fundo recebe um prêmio em troca de uma obrigação de vender ações do índice Nasdaq-100 a um preço de exercício na data de vencimento, se o comprador da opção de compra a exercer. Se o índice Nasdaq-100 fechar acima do preço de exercício na data de vencimento e o comprador exercer a opção de compra, o investidor terá que pagar a diferença entre o valor do índice Nasdaq-100 e o preço de exercício. Se o índice Nasdaq-100 fechar abaixo do preço de exercício na data de vencimento, a opção de compra pode acabar sem valor e o investidor retém o prêmio. De um modo geral, uma opção de compra a dinheiro ("ATM") refere-se a uma opção em que o preço de exercício da opção é igual ao preço do ativo subjacente no momento em que a opção é escrita (vendida).

Mensalmente, o Nasdaq-100 ESG BuyWrite Index procura atingir seu objetivo escrevendo (vendendo) uma sucessão de opções de compra ATM de um mês no Índice Nasdaq-100 correspondendo a aproximadamente 100% do valor dos títulos no Índice de Referência, e cobrirá tais opções mantendo os títulos componentes do Índice ESG Nasdaq-100 na mesma proporção de ponderação que o Índice Nasdaq-100 ESG. Cada opção de compra escrita no índice Nasdaq-100 ESG BuyWrite terá um preço de exercício geralmente ao preço de mercado predominante do índice Nasdaq-100. No entanto, se as opções de compra com esses preços de exercício precisos não estiverem disponíveis, o índice Nasdaq-100 ESG BuyWrite selecionará as opções de compra com o preço de exercício mais próximo, mas acima do preço de mercado predominante do índice Nasdaq-100. Cada posição de opção na composição do índice Nasdaq-100 ESG BuyWrite será (i) negociada em uma bolsa de valores nacional; (ii) ser retido até a data de vencimento; (iii) expirar na data de vencimento; (iv) somente estar sujeito ao exercício na data de vencimento; e (v) ser liquidado em dinheiro.

O Índice Nasdaq-100 é composto por títulos emitidos por 100 das maiores empresas não financeiras listadas no Nasdaq Global Select Market ou Nasdaq Global Market (dois dos três níveis do Nasdaq Stock Market para os EUA com os requisitos de listagem mais rigorosos) por capitalização de mercado, conforme definido pela Nasdaq.

O Índice Nasdaq-100 ESG compreende os títulos incluídos no Índice Nasdaq-100 após a exclusão de certas empresas que estão: 1) envolvidas em atividades comerciais identificadas, 2) sujeitas a certas controvérsias e/ou 3) não cumprem certos princípios fundamentais. Especificamente, o Índice de Referência emprega telas negativas para excluir títulos de empresas com atividades comerciais que não atendem a certos critérios de elegibilidade ESG. Essas telas dependem de informações da Sustainalytics, um provedor independente mundialmente reconhecido de pesquisa, classificações e dados ESG. As atividades comerciais das empresas distinguem-se entre categorias com proibições absolutas (que não permitem qualquer envolvimento de uma empresa numa determinada actividade empresarial) e categorias que permitem um montante de minimis de uma determinada actividade empresarial (em geral, permitindo que uma empresa obtenha menos de 5% das suas receitas ou detenha menos de 10% de outra empresa que exerça, tal actividade). Exemplos de atividades comerciais com proibições absolutas incluem, mas não se limitam a, exploração de petróleo e gás no Ártico, produção de cannabis e armas controversas, enquanto exemplos de atividades

comerciais com proibições limitadas incluem, mas não se limitam a, bebidas alcoólicas, jogos de azar e produção de energia nuclear.

As empresas do índice ESG Nasdaq-100 são ponderadas por sua capitalização de mercado e ajustadas por sua pontuação de classificação de risco ESG Sustainalytics. O limite de pesos é empregado, quando necessário, para atender aos padrões de diversificação, conforme determinado pela Nasdaq. O índice Nasdaq-100 ESG está reequilibrado trimestralmente.

Índice Cboe S&P 500 ESG BuyWrite

O Cboe S&P 500 ESG BuyWrite Index busca fornecer longa exposição a uma carteira de ações que aplica um conjunto de critérios Ambientais, Sociais e de Governança ("ESG") específicos como parte de seu processo de seleção de segurança, ao mesmo tempo em que vende opções de compra geralmente associadas a essa exposição. Especificamente, o Cboe S&P 500 ESG BuyWrite Index mede o desempenho de uma estratégia de chamada coberta, também conhecida como estratégia de "buy-write", que busca fornecer longa exposição "comprando" os componentes subjacentes do Índice S&P 500 ESG e gerar receita premium de opções "escrevendo" (vendendo) uma sucessão de um mês, at-the-money ("ATM") cobriu opções de compra no índice S&P 500 ESG. Ao procurar acompanhar o Cboe S&P 500 ESG BuyWrite Index, o Fundo investe nos títulos refletidos no Índice Subjacente comprando as participações subjacentes do Índice S&P 500 ESG na proporção de seu peso no Índice S&P 500 ESG, e escrevendo sistematicamente (vendendo) uma sucessão de um mês, ATM cobriu opções de compra no índice S&P 500 ESG. As implicações das opções de compra escritas (vendidas) são descritas em mais detalhes aqui:

Opções de compra – Quando o Fundo vende uma opção de compra, o Fundo recebe um prêmio em troca de uma obrigação de vender ações do Índice de Referência a um preço de exercício na data de vencimento, se o comprador da opção de compra a exercer. Se o Índice de Referência fechar acima do preço de exercício na data de vencimento e o comprador exercer a opção de compra, o investidor terá que pagar a diferença entre o valor do Índice S&P 500 ESG e o preço de exercício. Se o Índice de Referência fechar abaixo do preço de exercício na data de vencimento, a opção de compra pode acabar sem valor e o investidor retém o prêmio. De um modo geral, uma opção de compra a dinheiro ("ATM") refere-se a uma opção em que o preço de exercício da opção é igual ao preço do ativo subjacente no momento em que a opção é escrita (vendida).

Mensalmente, a carteira do Cboe S&P 500 ESG BuyWrite Index escreverá (venderá) uma sucessão de opções de compra de um mês correspondentes ao valor dos títulos subjacentes do Índice de Referência e cobrirá tais opções mantendo os títulos componentes do Índice S&P 500 ESG. Cada opção de compra escrita na carteira do Índice Subjacente terá um preço de exercício geralmente ao preço de mercado predominante do Índice S&P 500 ESG. No entanto, se as opções de compra com esses preços de exercício precisos não estiverem disponíveis, a carteira do Índice Subjacente selecionará as opções de compra com o preço de exercício mais próximo, mas acima do preço de mercado prevalecente do Índice S&P 500 ESG. Cada posição de opção na carteira do Cboe S&P 500 ESG BuyWrite Index será (i) negociada em uma bolsa de valores nacional; (ii) ser retido até a data de vencimento; (iii) expirar na data de vencimento; (iv) somente estar sujeito ao exercício na data de vencimento; e (v) ser liquidado em dinheiro.

O Índice S&P 500 ESG é projetado para medir o desempenho de títulos que atendem a certos critérios de sustentabilidade (critérios relacionados a fatores ambientais, sociais e de governança ("ESG")), mantendo pesos globais semelhantes aos do Índice S&P 500, conforme determinado pela S&P (o "Provedor do Índice"). O Índice S&P 500 é um índice de referência de ações de capitalização de mercado ajustado por flutuação que é geralmente considerado como sendo representativo do segmento de grande capitalização do mercado de ações dos EUA. Um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado por flutuação pondera cada componente do índice de acordo com sua capitalização de mercado, usando o número de ações que estão prontamente disponíveis para compra no mercado aberto. O índice S&P 500 é rebalanceado anualmente.

Cboe DJIA Half BuyWrite Índice

O Cboe DJIA Half BuyWrite Index mede o desempenho de uma estratégia de chamada parcialmente coberta que detém uma carteira teórica das ações subjacentes do Dow Jones Industrial Average® (o "Índice de Referência"), e "escreve" (ou vende) uma

sucessão de opções de compra cobertas por um mês no Dow Jones Industrial Average®. As opções de compra correspondem a aproximadamente 50% do valor dos títulos no Dow Jones Industrial Average®, representando, portanto, uma estratégia de compra parcialmente coberta.

O Cboe DJIA Half BuyWrite Index é patrocinado pela S&P Dow Jones Indices LLC, que é uma organização independente do Fundo e do Consultor.

Cboe MSCI Emerging Markets IMI BuyWrite Índice

O Cboe MSCI Emerging Markets IMI BuyWrite Index mede o desempenho de uma carteira teórica que emprega uma estratégia de chamada coberta. Uma estratégia de chamada coberta é geralmente considerada uma estratégia de investimento na qual um investidor compra um título e "escreve" (ou vende) uma opção de compra sobre esse título na tentativa de gerar mais renda. Cada vez que um fundo escreve uma opção de compra coberta, o fundo recebe um pagamento de dinheiro do investidor que compra a opção do fundo, que é chamado de prêmio. Se o valor do fundo diminuir devido a uma queda no valor de um índice de referência, o prêmio que o fundo recebeu por escrever a opção de compra coberta compensa essa perda em alguma medida. A estratégia de chamada coberta do Cboe MSCI Emerging Markets IMI BuyWrite Index compra os títulos subjacentes de um índice de referência e "escreve" (ou vende) opções de compra cobertas nos títulos subjacentes de um fundo de referência. Especificamente, o Cboe MSCI Emerging Markets IMI BuyWrite Index detém uma carteira teórica dos títulos subjacentes do Cboe MSCI Emerging Markets Investable Market Index (o "Índice de Referência") e "escreve" (ou vende) uma sucessão de opções de compra cobertas por um mês ("ATM") no iShares Core Cboe MSCI Emerging Markets ETF ("Fundo de Referência"), ou outro fundo que busca acompanhar o desempenho do Cboe MSCI Emerging Markets Investable Market Index, conforme determinado pelo Provedor de Índice. As opções de compra escritas (vendidas) pelo Fundo serão opções FLEXible EXchange ("FLEX"). O Fundo investe nos títulos refletidos no Cboe MSCI Emerging Markets IMI BuyWrite Index ou em investimentos (incluindo outros ETFs subjacentes) que são substancialmente idênticos a esses títulos componentes e não podem investir diretamente no próprio Cboe MSCI Emerging Markets IMI BuyWrite Index. As implicações das opções de compra FLEX escritas (vendidas) são descritas em mais detalhes aqui:

Opções de compra – Quando o Fundo vende uma opção de compra, o Fundo recebe um prêmio em troca de uma obrigação de vender ações de um ativo de referência a um preço de exercício na data de vencimento, se o comprador da opção de compra a exercer. Se o ativo de referência fechar acima do preço de exercício na data de vencimento e o comprador exercer a opção de compra, o Fundo terá que pagar a diferença entre o valor do ativo de referência e o preço de exercício. Se o ativo de referência fechar abaixo do preço de exercício na data de vencimento, a opção de compra pode acabar sem valor e o Fundo retém o prêmio.

Opções FLEX – As opções FLEX são opções garantidas pela Options Clearing Corporation (OCC), que permitem aos investidores personalizar os principais termos do contrato, incluindo data de vencimento, estilo de exercício, preço de exercício e limites de posição expandidos.

Mensalmente, a carteira hipotética do Cboe MSCI Emerging Markets IMI BuyWrite Index escreverá (venderá) uma sucessão de opções de compra FLEX de um mês no Fundo de Referência correspondente a aproximadamente 100% do valor dos títulos no Cboe MSCI Emerging Markets Investable Market Index, e cobrirá tais opções mantendo investimentos (incluindo outros ETFs subjacentes) que são substancialmente idênticos a esses títulos componentes. O preço de exercício de cada opção de compra FLEX escrita é o preço de referência da opção listada mais próximo do Preço Médio Ponderado por Volume ("VWAP") do Fundo de Referência das 12:59 p.m. ET às 13:00 p.m. ET na data de rolagem ou, se o Fundo de Referência não negociar durante este período, o último preço médio do Fundo de Referência antes das 13:00 ET. A data de rolagem é um dia especificado de cada mês quando a posição de opções de compra aberta do índice Cboe MSCI Emerging Markets IMI BuyWrite é liquidada e uma nova posição de opção de compra é aberta que expirará a partir da próxima data de rolagem. A data de rolagem para o Cboe MSCI Emerging Markets IMI BuyWrite Index é o dia útil anterior à data de expiração da opção listada mensal padrão, sendo esta última normalmente a terceira sexta-feira de cada mês. Cada posição de opção será (i) mantida até um dia antes da data de vencimento (ou seja, geralmente a quinta-feira anterior à terceira sexta-feira do mês) e liquidada a um preço determinado às 14:00. ET; (ii) expirar na data de vencimento (no mês civil seguinte); e (iii) somente estar sujeito ao exercício na data de seu vencimento. Como

as opções FLEX podem não ser negociadas regularmente, o Cboe MSCI Emerging Markets IMI BuyWrite Index utilizará uma avaliação baseada em modelo para as opções FLEX que faz referência aos preços cotados para opções listadas no Fundo de Referência.

O MSCI Emerging Markets Investable Market Index é um benchmark de ações que mede o desempenho do mercado de ações de grande, média e pequena capitalização em Mercados Emergentes, conforme definido pela MSCI, Inc. O MSCI Emerging Markets Investable Market Index é um índice ponderado pela capitalização de mercado ajustado ao free float que inclui títulos classificados como Mercados Emergentes de acordo com o Provedor do Índice, que seleciona as empresas usando tamanho, liquidez e outros critérios para determinar o universo investidor. Em 31 de dezembro de 2023, as maiores exposições do MSCI Emerging Markets Investable Market Index eram a constituintes com exposição material à China, Índia e Taiwan, e a constituintes que representam os setores financeiro e de tecnologia da informação.

Isenções

Indxx é uma marca de serviço da Indxx e foi licenciada para uso para determinados fins pelo Consultor. Os Fundos não são patrocinados, endossados, vendidos ou promovidos pela Indxx. A Indxx não faz nenhuma representação ou garantia, expressa ou implícita, aos proprietários dos Fundos ou a qualquer membro do público sobre a conveniência de investir em valores mobiliários em geral ou nos Fundos em particular. A Indxx não tem obrigação de levar em consideração as necessidades do Consultor ou dos acionistas dos Fundos na determinação, composição ou cálculo dos Índices Subjacentes. A Indxx não é responsável e não participou da determinação do momento, quantidade ou precificação das Cotas do Fundo a serem emitidas ou da determinação ou cálculo da equação pela qual as Cotas do Fundo devem ser convertidas em dinheiro. A Indxx não tem nenhuma obrigação ou responsabilidade em relação à administração, comercialização ou negociação dos Fundos.

A Solactive AG é uma empresa líder no negócio de estruturação e indexação para clientes institucionais. A Solactive AG executa a plataforma de índice Solactive. Os índices Solactive são utilizados por emissores em todo o mundo como índices subjacentes para produtos financeiros. A Solactive AG não patrocina, endossa ou promove quaisquer Fundos e não está de forma alguma ligada a eles e não aceita qualquer responsabilidade em relação à sua emissão, operação e negociação.

Standard & Poor's®, S&P® e S&P 500 Stock Covered Call™ são marcas registradas da Standard & Poor's Financial Services LLC ("S&P") e foram licenciadas para uso pelo Consultor. Cada um dos Global X S&P 500® Catholic Values ETF, Global X S&P Catholic Values Developed ex-U.S. ETF, Global X S&P 500® Tail Risk ETF, Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF e Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF, Global X S&P 500® Covered Call ETF, Global X S&P 500® Covered Call & Growth ETF, Global X S&P 500® Risk Managed Income ETF e Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF ("ETF") é não patrocinado, endossado, vendido ou promovido pela Standard & Poor's e suas afiliadas ("S&P"). A S&P não faz nenhuma representação, condição ou garantia, expressa ou implícita, aos proprietários do ETF ou a qualquer membro do público em relação à conveniência de investir em títulos em geral ou no ETF em particular ou à capacidade do S&P 500® Catholic Values Index, S&P Developed ex-EUA. Catholic Values Index Cboe S&P 500 Tail Risk Index, Cboe S&P 500 3-Month Collar 95-110 Index e S&P U.S. Catholic Values Aggregate Bond Capped Index, CBOE S&P 500 BuyWrite Index, Cboe S&P 500 Half BuyWrite Index, Cboe S&P 500 Risk Managed Income Index e Cboe S&P 500 ESG BuyWrite Index (um "Índice") para acompanhar o desempenho de certos mercados financeiros e/ou suas seções e/ou de grupos de ativos ou classes de ativos. A única relação da S&P com o Consultor é o licenciamento de certas marcas e nomes comerciais e do índice que é determinado, composto e calculado pela S&P sem levar em conta o Consultor ou o ETF. A S&P não tem obrigação de levar em consideração as necessidades da Global X Management Company, LLC ou dos proprietários do ETF ao determinar, compor ou calcular o índice. A S&P não é responsável e não participou na determinação dos preços e montante do ETF ou no momento da emissão ou venda do ETF ou na determinação ou cálculo da equação pela qual as unidades do ETF devem ser convertidas em dinheiro. A S&P não tem nenhuma obrigação ou responsabilidade em relação à administração, marketing ou negociação do ETF.

Nem a S&P, suas afiliadas nem terceiros licenciados, garantem a precisão e/ou a integridade do índice ou de quaisquer dados nele incluídos e a S&P, suas afiliadas e seus licenciadores terceirizados, não terão qualquer responsabilidade por quaisquer erros, omissões ou interrupções nele. A S&P, suas afiliadas e licenciadores terceirizados não oferecem nenhuma garantia, condição ou representação, expressa ou implícita, quanto aos resultados a serem obtidos pelo Consultor, proprietários do ETF ou qualquer

outra pessoa ou entidade a partir do uso do índice ou de quaisquer dados nele incluídos. A S&P não oferece garantias, representações ou condições expressas ou implícitas, e renuncia expressamente a todas as garantias ou condições de comercialização ou adequação a uma finalidade ou uso específico e qualquer outra garantia ou condição expressa ou implícita com relação ao índice ou a quaisquer dados nele incluídos. Sem limitar qualquer um dos itens acima, em nenhum caso a S&P, suas afiliadas ou seus licenciadores terceirizados terão qualquer responsabilidade por quaisquer danos especiais, punitivos, indiretos ou consequenciais (incluindo lucros cessantes) resultantes do uso do índice ou de quaisquer dados nele incluídos, mesmo se notificados da possibilidade de tais danos.

O FTSE é líder mundial na criação e gestão de mais de 100.000 índices de ações, títulos e fundos de hedge. Com escritórios em Pequim, Londres, Frankfurt, Hong Kong, Boston, Xangai, Madri, Paris, Nova York, São Francisco, Sydney e Tóquio, o Grupo FTSE atende clientes em 77 países em todo o mundo. A FTSE é uma empresa independente detida pelo Financial Times e pela Bolsa de Valores de Londres. O FTSE não presta aconselhamento financeiro aos clientes, o que permite o fornecimento de informações de mercado verdadeiramente objectivas. Os índices FTSE são amplamente utilizados por investidores em todo o mundo, como consultores, proprietários de ativos, gestores de ativos, bancos de investimento, bolsas de valores e corretoras.

NENHUM FUNDO É PATROCINADO, ENDOSSADO, VENDIDO OU PROMOVIDO PELA MSCI INC ("MSCI"), QUALQUER UMA DE SUAS AFILIADAS, QUALQUER UM DE SEUS PROVEDORES DE INFORMAÇÕES OU QUALQUER OUTRO TERCEIRO ENVOLVIDO EM, OU RELACIONADO A, COMPILAÇÃO, COMPUTAÇÃO OU CRIAÇÃO DE QUALQUER ÍNDICE MSCI (COLETIVAMENTE, AS "PARTES MSCI"). OS ÍNDICES MSCI SÃO PROPRIEDADE EXCLUSIVA DO MSCI. OS NOMES MSCI E MSCI INDEX SÃO MARCA(S) DE SERVIÇO DA MSCI OU DE SUAS AFILIADAS E FORAM LICENCIADOS PARA USO PARA DETERMINADOS FINS PELO CONSULTOR. NENHUMA DAS PARTES MSCI FAZ QUALQUER REPRESENTAÇÃO OU GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, AO EMISSOR OU PROPRIETÁRIOS DESTE FUNDO OU QUALQUER OUTRA PESSOA OU ENTIDADE EM RELAÇÃO À CONVENIÊNCIA DE INVESTIR EM FUNDOS EM GERAL OU NESTE FUNDO EM PARTICULAR OU A CAPACIDADE DE QUALQUER ÍNDICE MSCI DE ACOMPANHAR O DESEMPENHO CORRESPONDENTE DO MERCADO DE AÇÕES. A MSCI OU SUAS AFILIADAS SÃO OS LICENCIANTES DE CERTAS MARCAS REGISTRADAS, MARCAS DE SERVIÇO E NOMES COMERCIAIS E DOS ÍNDICES MSCI QUE SÃO DETERMINADOS, COMPOSTOS E CALCULADOS PELA MSCI INDEPENDENTEMENTE DESTE FUNDO OU DO EMISSOR OU PROPRIETÁRIOS DESTE FUNDO OU DE QUALQUER OUTRA PESSOA OU ENTIDADE. NENHUMA DAS PARTES DO MSCI TEM QUALQUER OBRIGAÇÃO DE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO AS NECESSIDADES DO EMISSOR OU DOS PROPRIETÁRIOS DESTE FUNDO OU DE QUALQUER OUTRA PESSOA OU ENTIDADE NA DETERMINAÇÃO, COMPOSIÇÃO OU CÁLCULO DOS ÍNDICES MSCI. NENHUMA DAS PARTES DO MSCI É RESPONSÁVEL OU PARTICIPOU NA DETERMINAÇÃO DO CALENDÁRIO, PREÇOS OU QUANTIDADES DESTE FUNDO A EMITIR OU NA DETERMINAÇÃO OU CÁLCULO DA EQUAÇÃO POR OU DA CONSIDERAÇÃO EM QUE ESTE FUNDO É RESGATÁVEL. ALÉM DISSO, NENHUMA DAS PARTES DO MSCI TEM QUALQUER OBRIGAÇÃO OU RESPONSABILIDADE PARA COM O EMISSOR OU PROPRIETÁRIOS DESTE FUNDO OU QUALQUER OUTRA PESSOA OU ENTIDADE EM CONEXÃO COM A ADMINISTRAÇÃO, MARKETING OU OFERTA DESTE FUNDO. EMBORA O MSCI OBTENHA INFORMAÇÕES PARA INCLUSÃO OU PARA USO NO CÁLCULO DOS ÍNDICES MSCI DE FONTES QUE O MSCI CONSIDERE CONFIÁVEIS, NENHUMA DAS PARTES DO MSCI GARANTE OU GARANTE A ORIGINALIDADE, PRECISÃO E/OU A INTEGRIDADE DE QUALQUER ÍNDICE MSCI OU QUAISQUER DADOS INCLUÍDOS NELE. NENHUMA DAS PARTES DO MSCI DÁ QUALQUER GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO AOS RESULTADOS A SEREM OBTIDOS PELO EMISSOR DO FUNDO. PROPRIETÁRIOS DO FUNDO, OU QUALQUER OUTRA PESSOA OU ENTIDADE, A PARTIR DO USO DE QUALQUER ÍNDICE MSCI OU QUAISQUER DADOS INCLUÍDOS NELE. NENHUMA DAS PARTES MSCI TERÁ QUALQUER RESPONSABILIDADE POR QUAISQUER ERROS, OMISSÕES OU INTERRUPÇÕES DE OU EM CONEXÃO COM QUALQUER ÍNDICE MSCI OU QUAISQUER DADOS INCLUÍDOS NELE. ALÉM DISSO, NENHUMA DAS PARTES DA MSCI FAZ QUALQUER GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA DE QUALQUER TIPO. E AS PARTES MSCI RENUNCIAM EXPRESSAMENTE A TODAS AS GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO A UMA FINALIDADE ESPECÍFICA, COM RELAÇÃO A CADA ÍNDICE MSCI E QUAISQUER DADOS INCLUÍDOS NELE. SEM LIMITAR QUALQUER UM DOS ITENS ACIMA, EM NENHUM CASO QUALQUER UMA DAS PARTES MSCI TERÁ QUALQUER RESPONSABILIDADE POR QUAISQUER DANOS DIRETOS, INDIRETOS,

ESPECIAIS, PUNITIVOS, CONSEQUENCIAIS OU QUAISQUER OUTROS (INCLUINDO LUCROS CESSANTES), MESMO SE NOTIFICADOS DA POSSIBILIDADE DE TAIS DANOS.

Nenhum comprador, vendedor ou titular deste Fundo, ou qualquer outra pessoa ou entidade, deve usar ou se referir a qualquer nome comercial, marca comercial ou marca de serviço da MSCI para patrocinar, endossar, comercializar ou promover este Fundo sem primeiro entrar em contato com a MSCI para determinar se a permissão da MSCI é necessária. Sob nenhuma circunstância qualquer pessoa ou entidade pode reivindicar qualquer afiliação com a MSCI sem a permissão prévia por escrito da MSCI.

O Consultor celebrou um contrato de licença com a Qontigo Index GmbH ("Qontigo") para usar o Índice DAX. O Global X DAX Alemanha ETF tem permissão para usar o Índice DAX de acordo com um contrato de sublicença com o Consultor. Este instrumento financeiro não é patrocinado nem promovido, distribuído ou de qualquer outra forma apoiado pela Qontigo. A Qontigo não dá nenhuma garantia ou representação explícita ou implícita, nem em relação aos resultados decorrentes do uso do DAX Index e/ou da DAX Index Trademark nem em relação ao valor do DAX Index em um determinado momento no tempo ou em uma determinada data ou em qualquer outro aspecto. O índice DAX é calculado e publicado pela Qontigo. No entanto, na medida do permitido pela lei estatutária, a Qontigo não será responsável perante terceiros por potenciais erros no Índice DAX. Além disso, a Qontigo não é obrigada perante terceiros, incluindo investidores, a apontar potenciais erros no Índice DAX. Nem a publicação do Índice DAX pela Qontigo nem a concessão de uma licença em relação ao Índice DAX, bem como a Marca Registrada do Índice DAX para a utilização em conexão com o instrumento financeiro ou outros títulos ou produtos financeiros, que derivaram do Índice DAX, representam uma recomendação da Qontigo para um investimento de capital ou contêm de qualquer forma uma garantia ou opinião da Qontigo com relação à atratividade de um investimento neste produto. Na sua qualidade de único proprietário de todos os direitos sobre o DAX Index e o DAX Index Trademark Qontigo, licenciou exclusivamente ao emissor do instrumento financeiro a utilização do DAX Index e da DAX Index Trademark bem como qualquer referência ao DAX Index e à DAX Index Trademark em conexão com o instrumento financeiro.

"CBOE"® é uma marca registrada da Chicago Board Options Exchange, Incorporated ("CBOE"). NASDAQ,® NASDAQ-100® e NASDAQ-100 Index® são marcas registradas da Nasdaq, Inc. A NASDAQ concedeu ao Consultor ("Licenciado") uma licença para usar o Índice Nasdaq-100 Quarterly Protective Put 90 para fins do Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF do Licenciado, o Índice Nasdaq-100 Quarterly Collar 95-110 para fins do Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF DO LICENCIADO, CBOE NASDAQ-100® BuyWrite V2 Index para fins do Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF do Licenciado, o Índice Cboe Russell 2000 BuyWrite para fins do ETF Global X Russell 2000 Covered Call do Licenciado, o Índice Cboe Nasdaq 100 Half BuyWrite V2 para fins do ETF Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth do Licenciado, o Índice Nasdaq-100 Monthly Net Credit Collar 95-100 para fins do ETF Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income do Licenciado, o DJIA Cboe BuyWrite v2 Index para fins do Global X Dow 30® Covered Call ETF do Licenciado, o Cboe Russell 2000 Half BuyWrite Index para fins do Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF do Licenciado, o Cboe S&P Financial Select Sector Half BuyWrite Index para fins do Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Cboe S&P Health Care Select Sector Half BuyWrite Index para fins do Global X Health Care Covered Call & Growth ETF do Licenciado, o Cboe S&P Technology Select Sector Half BuyWrite Index para fins do Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Nasdaq-100 ESG BuyWrite Index para fins do Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF do Licenciado, e o Cboe DJIA Half BuyWrite Index ou o Global X Dow 30 Covered Call & Growth ETF do Licenciado. o Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call ETF, o Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF, o Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, o Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF e o Global X Dow 30 Covered Call & Growth ETF não são patrocinados, endossados, vendidos ou promovidos pela NASDAQ, CBOE ou suas afiliadas (NASDAQ e CBOE, coletivamente com suas afiliadas, são referidas como as "Corporações").

As Corporações não transmitiram a legalidade ou adequação de, ou a precisão ou adequação das descrições e divulgações relacionadas a, o Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, o Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call ETF, o Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF, o Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, o Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF e o Global X Dow 30 Covered Call & Growth ETF. As Corporações não fazem nenhuma representação ou garantia, expressa ou implícita, aos

proprietários do Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, do Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, do Global X Russell 2000 Covered Call ETF, do Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF, do Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, o Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF e o Global X Dow 30 Covered Call & Growth ETF ou qualquer membro do público em relação ao conveniência de investir em títulos em geral ou no Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, Global X Russell 2000 Covered Call ETF, Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF, Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, o Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF e o Global X Dow 30 Covered Call & Growth ETF particularmente, ou a capacidade do Nasdaq-100 Quarterly Protective Put 90 Index, Nasdaq-100 Quarterly Collar 95-110 Index, CBOE NASDAQ-100® BuyWrite V2 Index, Cboe Russell 2000 BuyWrite Index, Cboe Nasdaq 100 Half BuyWrite V2 Index, Nasdaq-100 Monthly Net Credit Collar 95-100 Index, DJIA Cboe BuyWrite v2 Index, Cboe Russell 2000 Half BuyWrite Index, Cboe S&P Financial Select Sector Half BuyWrite Index, Cboe S&P Health Care Select Sector Half BuyWrite Index, Cboe S&P Technology Select Sector Half BuyWrite Index, Nasdaq-100 ESG BuyWrite Index ou Cboe DJIA Half BuyWrite Index para acompanhar o desempenho geral do mercado de ações.

O único relacionamento das Corporações com a Global X Management Company LLC (o "Licenciado") está no licenciamento do Índice Nasdaq®, CBOE®, NASDAQ-100® e NASDAQ-100 e certos nomes comerciais das Corporações e no uso do Índice Nasdaq-100 Quarterly Protective Put 90, Nasdaq-100 Quarterly Collar 95-110 Index, CBOE NASDAQ-100® BuyWrite V2 Index, Cboe Russell 2000 BuyWrite Index,® Cboe Nasdaq 100 Half BuyWrite V2 Index, Nasdaq-100 Monthly Net Credit Collar 95-100 Index, DJIA Cboe BuyWrite v2 Index, Cboe Russell 2000 Half BuyWrite Index, Cboe S&P Financial Select Sector Half BuyWrite Index, Cboe S&P Health Care Select Sector Half BuyWrite Index, Cboe S&P Technology Select Sector Half BuyWrite Index, Nasdaq-100 ESG BuyWrite Index ou o Cboe DJIA Half BuyWrite Index que é determinado, composto e calculado pelas Corporações sem levar em conta o Licenciado ou o Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, o Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call ETF, o Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF, o Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, o Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF e o Global X Dow 30 Covered Call & Growth ETF. As Corporações não têm obrigação de atender às necessidades do Licenciado ou dos proprietários do Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, do Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, do Global X Russell 2000 Covered Call ETF, do Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF, o Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, o Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF e o Global X Dow 30 Covered Call & Growth ETF em consideração na determinação, composição ou cálculo do Nasdaq-100 Quarterly Protective Put 90 Index, Nasdaq-100 Quarterly Collar 95-110 Index, CBOE NASDAQ-100® BuyWrite V2 Index, Cboe Russell 2000 BuyWrite Index, Cboe Nasdaq 100 Half BuyWrite V2 Index, Nasdaq-100 Monthly Net Credit Collar 95-100 Index, DJIA Cboe BuyWrite v2 Index, Cboe Russell 2000 Half BuyWrite Index, Cboe S&P Financial Select Sector Half BuyWrite Index, Cboe S&P Health Care Select Sector Half BuyWrite Index, Cboe S&P Technology Select Sector Half BuyWrite Index, Nasdaq-100 ESG BuyWrite Index ou Cboe DJIA Half BuyWrite Index. As Corporações não são responsáveis e não participaram da determinação do momento, preços ou quantidades do Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, do Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, Global X Russell 2000 Covered Call ETF, Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF, o Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, o Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF e o Global X Dow 30 Covered Call & Growth ETF a serem emitidos ou na determinação ou cálculo da equação pela qual o Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, o Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call ETF, o Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF, o Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, o

Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF e o Global X Dow 30 Covered Call & Growth ETF devem ser convertidos em dinheiro. As Corporações não têm nenhuma responsabilidade em relação à administração, marketing ou negociação do Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, do Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, do Global X Russell 2000 Covered Call ETF, do Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF, do Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, o Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF e o Global X Dow 30 Covered Call & Growth ETF.

AS CORPORAÇÕES NÃO GARANTEM A PRECISÃO E/OU O CÁLCULO ININTERRUPTO DO ÍNDICE NASDAQ-100 QUARTERLY PROTECTIVE PUT 90, NASDAQ-100 QUARTERLY COLLAR 95-110 INDEX, CBOE NASDAQ-100® BUYWRITE V2 INDEX, CBOE RUSSELL 2000 BUYWRITE INDEX, CBOE NASDAQ 100 HALF BUYWRITE V2 INDEX, NASDAQ-100 MONTHLY NET CREDIT COLLAR 95-100 INDEX, DJIA CBOE BUYWRITE V2 INDEX, CBOE RUSSELL 2000 HALF BUYWRITE INDEX, CBOE S&P FINANCIAL SELECT SECTOR HALF BUYWRITE INDEX, CBOE S&P HEALTH CARE SELECT SECTOR HALF BUYWRITE INDEX, CBOE S&P TECHNOLOGY SELECT SECTOR HALF BUYWRITE INDEX, NASDAQ-100 ESG BUYWRITE INDEX OU CBOE DJIA HALF BUYWRITE INDEX OU QUAISQUER DADOS NELE INCLUÍDOS. AS CORPORAÇÕES NÃO OFERECEM NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO AOS RESULTADOS A SEREM OBTIDOS PELO LICENCIADO, PROPRIETÁRIOS DO GLOBAL X NASDAQ 100® TAIL RISK ETF, DO GLOBAL X NASDAQ 100® COLLAR 95-110 ETF, GLOBAL X NASDAQ 100® COVERED CALL ETF, DO GLOBAL X RUSSELL 2000 COVERED CALL ETF, DO GLOBAL X NASDAQ 100® COVERED CALL & GROWTH ETF, O GLOBAL X NASDAQ 100® RISK MANAGED INCOME ETF, O GLOBAL X DOW 30® COVERED CALL ETF, O GLOBAL X RUSSELL 2000 COVERED CALL & GROWTH ETF, O GLOBAL X FINANCIALS COVERED CALL & GROWTH ETF, O GLOBAL X HEALTH CARE COVERED CALL & GROWTH ETF, O GLOBAL X INFORMATION TECHNOLOGY COVERED CALL & GROWTH ETF, O GLOBAL X NASDAQ 100 ESG COBRIU O ETF DE CALL E O GLOBAL X DOW 30 COBRIU O ETF DE CALL & GROWTH OU QUALQUER OUTRA PESSOA OU ENTIDADE DO USO DO NASDAQ-100 QUARTERLY PROTECTIVE PUT 90 INDEX, NASDAQ-100 QUARTERLY COLLAR 95-110 INDEX, CBOE NASDAQ-100® BUYWRITE V2 INDEX, CBOE RUSSELL 2000 BUYWRITE INDEX, CBOE NASDAQ 100 HALF BUYWRITE V2 INDEX, NASDAQ-100 MONTHLY NET CREDIT COLLAR 95-100 INDEX, DJIA CBOE BUYWRITE V2 INDEX, CBOE RUSSELL 2000 HALF BUYWRITE INDEX, CBOE S&P FINANCIAL SELECT SECTOR HALF BUYWRITE INDEX, CBOE S&P HEALTH CARE SELECT SECTOR HALF BUYWRITE INDEX, CBOE S&P TECHNOLOGY SELECT SECTOR HALF BUYWRITE INDEX, NASDAQ-100 ESG BUYWRITE INDEX OU CBOE DJIA HALF BUYWRITE INDEX OU QUAISQUER DADOS NELE INCLUÍDOS. AS CORPORAÇÕES NÃO OFERECEM GARANTIAS EXPRESSAS OU IMPLÍCITAS E RENUNCIAM EXPRESSAMENTE A TODAS AS GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO OU ADEQUAÇÃO A UMA FINALIDADE OU USO ESPECÍFICO COM RELAÇÃO AO ÍNDICE NASDAQ-100 QUARTERLY PROTECTIVE PUT 90, NASDAQ-100 QUARTERLY COLLAR 95-110 INDEX, CBOE NASDAQ-100® BUYWRITE V2 INDEX, CBOE RUSSELL 2000 BUYWRITE INDEX, CBOE NASDAQ 100 HALF BUYWRITE V2 INDEX, NASDAQ-100 MONTHLY NET CREDIT COLLAR 95-100 INDEX, DJIA CBOE BUYWRITE V2 INDEX, CBOE RUSSELL 2000 HALF BUYWRITE INDEX, CBOE S&P FINANCIAL SELECT SECTOR HALF BUYWRITE INDEX, CBOE S&P HEALTH CARE SELECT SECTOR HALF BUYWRITE INDEX, CBOE S&P TECHNOLOGY SELECT SECTOR HALF BUYWRITE INDEX, NASDAQ-100 ESG BUYWRITE INDEX OU CBOE DJIA HALF BUYWRITE INDEX OU QUAISQUER DADOS NELE INCLUÍDOS. SEM LIMITAR QUALQUER UM DOS ITENS ACIMA, EM NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA AS CORPORAÇÕES TERÃO QUALQUER RESPONSABILIDADE POR QUAISQUER LUCROS CESSANTES OU DANOS ESPECIAIS, INCIDENTAIS, PUNITIVOS, INDIRETOS OU CONSEQUENCIAIS, MESMO SE NOTIFICADOS DA POSSIBILIDADE DE TAIS DANOS.

A Global X Management Company LLC detém todos os direitos sobre a marca registrada, nome e propriedade intelectual associados ao Global X U.S. High Yield Preferred Index. Nenhuma declaração é feita pela Global X Management Company LLC de que o Global X U.S. High Yield Preferred Index é preciso ou completo ou que o investimento no Global X U.S. High Yield Preferred Index ou no Fundo será lucrativo ou adequado para qualquer pessoa. O Global X U.S. High Yield Preferred Index é

administrado e calculado pela Solactive AG e a Global X Management Company LLC não terá qualquer responsabilidade por qualquer erro no cálculo do Global X U.S. High Yield Preferred Index. A Global X Management Company LLC não garante que o Global X U.S. High Yield Preferred Index ou a metodologia subjacente sejam precisos ou completos.

LIMITAÇÕES ATUAIS DA LEI DE 1940

EMPRÉSTIMO. As sociedades de investimento geralmente não podem pedir dinheiro emprestado, excepto que uma sociedade de investimento pode contrair empréstimos num montante não superior a 33 1/3% do total dos seus activos (incluindo o montante emprestado) menos os passivos (com excepção dos empréstimos contraídos).

SUBSCRIÇÃO. As sociedades de investimento não podem, em geral, actuar como subscritoras de valores mobiliários de outro emitente, excepto na medida em que uma sociedade de investimento possa ser considerada subscritora na acepção da Lei dos Valores Mobiliários no que respeita à compra ou venda de valores mobiliários de carteira.

IMÓVEIS. As sociedades de investimento não podem, em geral, comprar ou vender imóveis, a menos que sejam adquiridos em resultado da propriedade de valores mobiliários ou outros instrumentos (mas as sociedades de investimento podem comprar ou vender valores mobiliários ou outros instrumentos garantidos por imóveis ou por emitentes envolvidos em atividades imobiliárias).

EMPRÉSTIMOS. As sociedades de investimento geralmente não podem emprestar qualquer garantia ou fazer qualquer outro empréstimo se, em consequência, mais de 33 1/3% dos seus activos totais forem emprestados a outras partes, mas esta limitação não se aplica à compra de títulos de dívida ou a acordos de recompra, nem a aquisições de empréstimos, participações em empréstimos ou outras formas de instrumentos de dívida.

COMMODITIES FÍSICAS. As empresas de investimento geralmente não podem comprar ou vender mercadorias físicas, a menos que adquiridas como resultado da propriedade de valores mobiliários ou outros instrumentos (mas as empresas de investimento podem comprar ou vender opções, contratos futuros ou outros instrumentos derivados, e investir em valores mobiliários ou outros instrumentos lastreados em mercadorias físicas).

CONCENTRAÇÃO. Para efeitos do cálculo das percentagens de concentração, as sociedades de investimento que investem em a) sociedades de investimento afiliadas são obrigadas a examinar as participações das sociedades de investimento afiliadas e a incluir as participações nos cálculos das percentagens de concentração, e ii) as sociedades de investimento não afiliadas são obrigadas a incluir as participações das sociedades de investimento não afiliadas, na medida em que estejam concentradas nos cálculos das percentagens de concentração. Além disso, os títulos de renda são caracterizados pelo setor em que a receita é utilizada.

OFERTA CONTÍNUA

O método pelo qual as Agregações de Unidades de Criação de Ações são criadas e negociadas pode levantar certas questões de acordo com as leis de valores mobiliários aplicáveis. Como novas Agregações de Unidades de Criação de Ações são emitidas e vendidas pelos Fundos de forma contínua, a qualquer momento pode ocorrer uma "distribuição", como tal termo é usado na Lei de Valores Mobiliários. Os corretores e outras pessoas são advertidos de que algumas atividades de sua parte podem, dependendo das circunstâncias, resultar em serem considerados participantes em uma distribuição de uma maneira que poderia torná-los subscritores estatutários e sujeitá-los ao requisito de entrega de prospectos e às disposições de responsabilidade da Lei de Valores Mobiliários.

Por exemplo, uma corretora ou seu cliente pode ser considerado um subscritor estatutário se tomar Agregações de Unidade de Criação depois de fazer uma ordem com o Distribuidor, dividi-las em ações constituintes e vender essas ações diretamente aos clientes, ou se optar por associar a criação de uma oferta de novas ações a um esforço de venda ativo envolvendo solicitação de demanda de ações no mercado secundário. A determinação de que alguém é um subscritor para fins da Lei de Valores Mobiliários deve levar em conta todos os fatos e circunstâncias relativos às atividades do corretor ou de seu cliente no caso específico, e os

exemplos mencionados acima não devem ser considerados uma descrição completa de todas as atividades que poderiam levar a uma categorização como subscritor. As corretoras também devem observar que os corretores que não são "subscritores", mas estão efetuando transações em ações, participando ou não da distribuição de ações, geralmente são obrigados a entregar um prospecto. Isso ocorre porque a isenção de entrega de prospectos na Seção 4(a)(3) da Lei de Valores Mobiliários não está disponível em relação a tais transações como resultado da Seção 24(d) da Lei de 1940. As empresas que incorrem em uma obrigação de entrega de prospecto com relação a ações dos Fundos são lembradas de que, de acordo com a Regra 153 sob a Lei de Valores Mobiliários, uma obrigação de entrega de prospecto nos termos da Seção 5(b)(2) da Lei de Valores Mobiliários devida a um membro da bolsa em conexão com uma venda na Bolsa é satisfeita pelo fato de que o prospecto está disponível na Bolsa mediante solicitação. O mecanismo de entrega de prospectos previsto na regra 153 só está disponível no que diz respeito a transações numa bolsa.

O Consultor ou suas afiliadas (cada um, conforme aplicável, um "Acionista Vendedor") podem comprar Agregações de Unidade de Criação por meio de uma corretora para "semear" (no todo ou em parte) Fundos à medida que são lançados ou posteriormente, ou podem comprar ações de corretoras ou outros investidores que já forneceram "semente" para Fundos quando foram lançados ou de outra forma em transações de mercado secundário, e como o Acionista Vendedor pode ser considerado um afiliado de tais Fundos, as ações estão sendo registradas para permitir a revenda dessas ações de tempos em tempos após a compra. O Fundo não receberá nenhum dos recursos provenientes da revenda dessas ações pelos Acionistas Vendedores.

O Acionista Vendedor pretende vender a totalidade ou parte das ações de sua titularidade e ofertadas de tempos em tempos, diretamente ou por intermédio de uma ou mais corretoras, podendo também fazer hedge de tais posições. As ações podem ser vendidas em qualquer bolsa de valores nacional em que as ações possam ser cotadas ou cotadas no momento da venda, no mercado de balcão ou em transações que não sejam essas bolsas ou sistemas, a preços fixos, a preços de mercado prevalentes no momento da venda, a preços variáveis determinados no momento da venda, ou a preços negociados. Essas vendas podem ser realizadas em transações, que podem envolver cruzamentos ou transações em bloco. O Acionista Vendedor poderá utilizar qualquer um ou mais dos seguintes métodos na venda de ações:

- operações ordinárias de corretagem através de corretores ou dealers (que podem atuar como agentes ou comitentes) ou diretamente para um ou mais compradores;
- transações negociadas privadamente;
- através da escrita ou liquidação de opções ou outras operações de cobertura, quer essas opções estejam listadas numa bolsa de opções ou de outra forma; e
- qualquer outro método permitido de acordo com a lei aplicável.

O Acionista Vendedor também pode emprestar ou penhorar ações a corretoras que, por sua vez, podem vender tais ações, na medida permitida pela lei aplicável. O Acionista Vendedor também poderá celebrar opções ou outras transações com corretoras ou outras instituições financeiras ou a criação de um ou mais títulos derivativos que exijam a entrega a tal corretora ou outra instituição financeira de ações, cujas ações essa corretora ou outra instituição financeira possa revender.

O Acionista Vendedor e qualquer corretor ou agentes que participem da distribuição de ações podem ser considerados "subscritores" na acepção da Seção 2(11) da Lei de Valores Mobiliários em conexão com tais vendas. Nesse caso, quaisquer comissões pagas a qualquer corretor ou agente e qualquer lucro na revenda das ações adquiridas por eles podem ser consideradas comissões de subscrição ou descontos sob a Lei de Valores Mobiliários. O Acionista Vendedor que possa ser considerado um "subscritor" na acepção da Seção 2(11) da Lei dos Valores Mobiliários estará sujeito aos requisitos aplicáveis de entrega de prospectos da Lei dos Valores Mobiliários.

O Acionista Vendedor informou ao Fundo que não é uma corretora registrada e não tem qualquer acordo ou entendimento escrito ou oral, direta ou indiretamente, com qualquer pessoa para distribuir as ações. Após o Fundo ser notificado por escrito pelo Acionista Vendedor de que qualquer acordo material foi celebrado com um corretor para a venda de ações por meio de uma negociação em bloco, oferta especial, distribuição em bolsa ou distribuição secundária ou uma compra por um corretor ou distribuidor, um suplemento a esta SAI será arquivado, se necessário, nos termos da Regra 497 da Lei dos Valores Mobiliários, divulgar (i) o nome de cada Acionista Vendedor e do(s) corretor(es) participante(s), (ii) o número de ações envolvidas, (iii) o

preço pelo qual tais ações foram vendidas, (iv) as comissões pagas ou os descontos ou concessões permitidos a esse(s) corretor(es), quando aplicável, (v) que esse(s) corretor(es) não conduziram qualquer investigação para verificar as informações estabelecidas ou incorporadas por referência no Prospecto e na ISC do Fundo, e (vi) outros fatos relevantes para a transação.

O Acionista Vendedor e qualquer outra pessoa que participe de tal distribuição estarão sujeitos às disposições aplicáveis da Lei da Bolsa e às regras e regulamentos nela contidos, incluindo, sem limitação, na medida do aplicável, o Regulamento M da Lei da Bolsa, que pode limitar o momento das compras e vendas de qualquer uma das ações pelo Acionista Vendedor e qualquer outra pessoa participante. Na medida do possível, o Regulamento M pode igualmente restringir a possibilidade de qualquer pessoa envolvida na distribuição das ações exercer atividades de criação de mercado no que diz respeito às ações. Tudo o que precede pode afetar a negociabilidade das ações e a capacidade de qualquer pessoa ou entidade de se envolver em atividades de criação de mercado em relação às ações. Existe o risco de que o Acionista Vendedor possa resgatar seus investimentos no Fundo ou vender suas ações a terceiros que possam resgatar. Tal como acontece com os resgates por outros grandes acionistas, tais resgates podem ter um impacto negativo significativo no Fundo.

PARTICIPAÇÕES EM CARTEIRAS

Política de Divulgação de Participações em Carteiras

O Conselho de Curadores do Fundo adotou uma política de divulgação de participações em carteiras, que acredita ser do melhor interesse dos acionistas dos Fundos. A política destina-se a: (i) proteger a confidencialidade das informações não públicas sobre carteiras dos Fundos, (ii) impedir a divulgação seletiva de tais informações e (iii) assegurar o cumprimento pelo Consultor e pelos Fundos das leis federais de valores mobiliários, incluindo a Lei de 1940 e as regras promulgadas por ela e os princípios gerais do dever fiduciário. As participações em carteira dos Fundos, ou informações derivadas das participações em carteira dos Fundos, podem, a critério do Consultor, ser disponibilizadas a terceiros se (i) tal divulgação tiver sido incluída nos registros públicos de um Fundo junto à SEC ou for divulgada no Site publicamente acessível do Fundo, (ii) tal divulgação for determinada pelo Diretor de Conformidade ("CCO") como sendo do melhor interesse dos acionistas do Fundo e consistente com a lei aplicável; (iii) essa divulgação seja disponibilizada igualmente a qualquer pessoa que a solicite; e (iv) o Consultor determina que a divulgação não apresenta o risco de tais informações serem usadas para negociar contra os Fundos.

A cada dia útil, as informações sobre participações em carteiras serão fornecidas ao Agente de Transferência ou outro agente para disseminação por meio das instalações da National Securities Clearing Corporation ("NSCC") e/ou outros serviços de assinatura baseados em taxas para membros da NSCC e/ou assinantes desses outros serviços de assinatura baseados em taxas, incluindo Participantes Autorizados (definidos abaixo), e para entidades que publicam e/ou analisam tais informações em conexão com o processo de compra ou resgate Criação de Units ou negociação de Cotas dos Fundos no mercado secundário. As informações relativas às carteiras de cada Fundo também são divulgadas diariamente no site do Fundo.

O Distribuidor pode também disponibilizar informações sobre participações em carteira a outros participantes no mercado institucional e entidades que prestam serviços de informação. Essas informações normalmente refletem as participações antecipadas de cada Fundo no dia útil seguinte. "Participantes Autorizados" são geralmente grandes investidores institucionais que foram autorizados pelo Distribuidor a comprar e resgatar grandes blocos de Ações (conhecidos como Unidades de Criação) de acordo com os requisitos legais de acordo com os requisitos legais de acordo com os quais os Fundos oferecem e resgatam Ações ("Global X Order"). Além das informações de participações em carteiras disponibilizadas em conexão com o processo de criação/resgate, conforme discutido acima, as informações de participações em carteiras que não são arquivadas na SEC ou publicadas no site disponível publicamente podem ser fornecidas a terceiros apenas em circunstâncias limitadas, conforme descrito acima.

A divulgação aos provedores de auditoria, custódia, votação por procuração e outros serviços similares para os Fundos, bem como organizações de classificação e classificação, será geralmente permitida; no entanto, as informações podem ser divulgadas a terceiros (incluindo, sem limitação, indivíduos, investidores institucionais e Participantes Autorizados que vendem Cotas de um Fundo) somente após a aprovação do CCO. Os destinatários que podem receber informações sobre participações em carteiras não públicas são os seguintes: o Consultor e suas afiliadas, a empresa de contabilidade pública registrada independente dos Fundos,

o Distribuidor, administrador e custodiante, o consultor jurídico dos Fundos, a impressora financeira dos Fundos e o serviço de votação por procuração dos Fundos. Essas entidades são obrigadas a manter essas informações confidenciais. Prestadores terceirizados de serviços de custódia ou contabilidade para um Fundo podem liberar informações de participações em carteiras não públicas de um Fundo somente com a permissão do CCO.

As participações em carteira serão divulgadas por meio de registros obrigatórios na SEC. Cada Fundo arquiva suas participações em carteira na SEC para cada trimestre fiscal no Formulário N-CSR (com relação a cada período anual e semestral) e no Formulário N-PORT (com relação ao primeiro e terceiro trimestres do ano fiscal do Fundo). Os acionistas podem obter os Formulários N-CSR e N-PORT de um Fundo no site da SEC em sec.gov. Além disso, os formulários N-CSR e N-PORT dos Fundos podem ser revisados e copiados na sala de referência pública da SEC em Washington, DC. Você pode ligar para a SEC em 1-800-SEC-0330 para obter informações sobre o site da SEC ou o funcionamento da sala de referência pública.

De acordo com a política de divulgação de participações em carteiras, o Conselho de Curadores deve receber informações, trimestralmente, sobre quaisquer outras divulgações de informações não públicas sobre participações em carteiras que tenham sido permitidas durante o trimestre anterior.

GESTÃO DO TRUST

CONSELHO CURADOR E DIRETORIA

Os negócios e assuntos do Trust são supervisionados pelo Conselho de Curadores ("Conselho"). Sujeito às disposições da Declaração de Confiança e Estatutos do Trust e da lei de Delaware, o Conselho tem todos os poderes necessários e convenientes para realizar essa responsabilidade geral de supervisão, incluindo o poder de eleger e remover os diretores do Trust. O foco da supervisão do Conselho de Administração sobre os negócios e assuntos do Trust (e de cada um dos Fundos) é proteger os interesses dos acionistas dos Fundos.

O Conselho nomeia e supervisiona os diretores e prestadores de serviços do Trust. O Consultor é responsável pela gestão e operações diárias do Fundo e de cada um dos Fundos, com base no objetivo de investimento, estratégias, políticas e restrições de cada Fundo e acordos celebrados pelo Fundo e/ou pelo Consultor em nome do Fundo. No exercício da sua responsabilidade geral de supervisão, o Conselho interage regularmente e recebe relatórios do pessoal superior dos prestadores de serviços do Trust (incluindo, em particular, o Consultor) e do CCO do Trust. O Conselho é assistido pela empresa de contabilidade pública independente registrada do Trust (que se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria do Trust), pelo conselho independente dos Curadores Independentes (conforme definido abaixo), pelo advogado do Trust e do Conselheiro e por outros especialistas selecionados e aprovados pelo Conselho.

ESTRUTURA DO CONSELHO E ASSUNTOS RELACIONADOS. Os membros do Conselho que não são "pessoas interessadas" do Trust, conforme definido na Seção 2(a)(19) da Lei de 1940 ("Administradores Independentes"), constituem 100% do Conselho. O Sr. Charles A. Baker, um Administrador Independente, atua como Presidente Independente do Conselho. O Presidente Independente ajuda a facilitar a comunicação entre os Curadores Independentes, bem como a comunicação entre os Curadores Independentes e a administração do Trust. O Presidente Independente pode assumir outras funções e realizar as atividades que o Conselho possa, de tempos em tempos, determinar que devem ser tratadas pelo Presidente Independente.

Os curadores cumprem suas responsabilidades coletivamente como um Conselho, bem como por meio de comitês do Conselho, cada um dos quais opera de acordo com um estatuto que delinea as responsabilidades específicas desse comitê. O Conselho estabeleceu dois comitês permanentes: um Comitê de Auditoria e um Comitê de Nomeação e Governança. Atualmente, cada um dos Curadores Independentes atua em cada um desses comitês, que são compostos exclusivamente por Curadores Independentes.

O Conselho avalia periodicamente sua estrutura e composição, bem como diversos aspectos de suas operações. Anualmente, o Conselho conduz um processo de auto-avaliação que, entre outras coisas, considera (i) se o Conselho e seus comitês estão funcionando efetivamente, (ii) dado o tamanho e a composição do Conselho e de cada um de seus comitês, se os curadores são

capazes de supervisionar efetivamente o número de fundos no complexo e (iii) se a combinação de habilidades, perspectivas, qualificações, atributos, educação e experiência relevante dos curadores ajudam a aumentar a eficácia do Conselho.

Não há qualificações específicas exigidas para ser membro do Conselho. O Conselho acredita que as diferentes habilidades, perspectivas, qualificações, atributos, educação e experiência relevante de cada um dos Curadores fornecem ao Conselho uma variedade de habilidades complementares. Observe que (i) nenhum dos curadores é um "especialista" dentro do significado das leis federais de valores mobiliários e (ii) o Conselho não é responsável pelas operações diárias do Trust e dos Fundos.

O Conselho Curador reuniu-se 9 (nove) vezes durante o período fiscal encerrado em 31 de outubro de 2023. O Conselho de Administração poderá realizar reuniões extraordinárias, quando necessário, pessoalmente ou por telefone, para tratar de assuntos decorrentes de reuniões ordinárias.

Os curadores estão identificados na tabela abaixo, que fornece informações sobre suas principais ocupações de negócios realizadas nos últimos cinco anos e algumas outras informações. Cada administrador serve até sua morte, renúncia ou remoção e substituição. Em 1º de fevereiro de 2024, cada um dos curadores supervisionava 113 fundos (109 dos quais estavam operacionais). O endereço para todos os administradores e diretores é c/o Global X Funds®, 605 3rd Avenue, 43rd Floor, New York, New York 10158.

Curadores Independentes

Nome (Ano de Nascimento)	Cargo(s) Ocupado(s) com Fundos	Principais ocupações(ões) nos últimos 5 anos	Número de Carteiras em Fundo Complexo	Outras Diretorias Exercidas por Curadores durante o Últimos 5 Anos
Charles A. Baker (1953)	Administrador (desde 07/2018)	CEO da Investment Innovations LLC (consultoria de investimentos) (desde 2013); Diretor Geral da NYSE Euronext (2003 a 2012)	113 (109 dos quais operacionais)	Administrador da OSI ETF Trust (2016-2022)
Susan M. Ciccarone (1973)	Administrador (desde 09/2019)	Sócio, Further Global Capital Management (private equity) (desde 2017); ex-Diretor de Operações (2014-2016) e Diretor Financeiro (2012-2016), Emerging Global Advisors, LLC (emissor de ETF)	113 (109 dos quais operacionais)	Diretor da E78 Partners (desde 2022); Diretor da Coaction Global, Inc. Diretor da Casa Holdco LP, controladora da Celink (desde 2018); Presidente da Payment Alliance International, Inc.
Clifford J. Weber (1963)	Administrador (desde 07/2018)	Proprietário, Financial Products Consulting Group LLC (serviços de consultoria para instituições financeiras) (desde 2015); Anteriormente, Vice-Presidente Executivo de Índices Globais e Produtos Negociados em Bolsa, NYSE Market, Inc., uma subsidiária da Intercontinental Exchange (bolsa de listagem ETF/ETP) (2013-2015)	113 (109 dos quais operacionais)	Presidente e Administrador da Clayton Street Trust (desde 2016); Presidente e administrador da Janus Detroit Street Trust (desde 2016); Administrador do Clough Global Equity Fund (desde 2017); Administrador do Clough Global Dividend and Income Fund (desde 2017); Administrador do Clough Global Opportunities Fund (desde 2017); Presidente (2017-2023) e Administrador (2015-2023) da Clough Funds Trust; e Presidente e Administrador

Oficiais

Nome (Ano de Nascimento)	Cargo(s) Ocupado(s) com Fundos	Principais Ocupação(ões) Durante os últimos 5 anos	Número de Carteiras em Fundo Complexo supervisionado	Outras Diretorias Mantido por curadores durante os últimos 5 anos
Thomas Park (1978)	Presidente (desde 11/2023)	Diretor Presidente da GXMC (desde 11/2023); Co-CEO Mirae Asset Global Investments (EUA) (desde 12/2022); Presidente da Mirae Asset Global Investments (EUA) (1/2020-12/2022); e Diretor Executivo da Mirae Asset Global Investments (EUA) (2011- 2022)	n/d	n/d
Susan Lively (1981)	Secretária (desde 09/2020)	Diretor Jurídico, GXMC (desde 09/2020); Consultor Corporativo Sênior na Franklin Templeton (anteriormente, Diretor Executivo e Conselheiro Geral Associado na Legg Mason & Co., LLC) (2014-2020)	n/d	n/d
Eric Griffith ¹ (1969)	Secretária Adjunta (desde 02/2020)	Consultor da SEI Investimentos (desde 10/2019); Vice-Presidente e Conselheiro Geral Adjunto, JPMorgan Chase & Co.	n/d	n/d
Joe Costello (1974)	Diretor de Compliance (desde 09/2016)	Diretor de Compliance, GXMC (desde 09/2016)	n/d	n/d
Alex Ashby (1986)	Diretor de Operações (desde 11/2023)	Diretor de Operações da GXMC (desde 11/2023); Head de Desenvolvimento de Produtos, GXMC (2019-2024); Vice-Presidente, Diretor de Desenvolvimento de Produtos (2015 - 2019)	n/d	n/d
Érico Olsen ¹ (1970)	Tesoureiro Assistente (desde 05/2021)	Diretor de Contabilidade, SEI Investment Manager Services (março de 2021 até o presente); Chefe Adjunto de Operações de Fundos, Ativos Tradicionais, Aberdeen Standard Investments (2013-2021)	n/d	n/d

¹ *Esses diretores do Trust também atuam como diretores de um ou mais fundos para os quais a SEI Investments Company ou uma afiliada atua como gestora de investimentos, administradora ou distribuidora.*

Além das informações estabelecidas na tabela acima, cada Administrador possui outras habilidades, perspectivas, qualificações, atributos, educação e experiência relevantes. O seguinte fornece informações adicionais sobre certas qualificações e experiência de cada um dos curadores e a razão pela qual ele ou ela foi selecionado para servir como curador.

Charles A. Baker: O Sr. Baker tem amplo conhecimento e experiência no setor de serviços financeiros, inclusive atuando anteriormente como Diretor Executivo da NYSE Euronext. Além disso, o Sr. Baker tem experiência em servir como conselheiro independente para um fundo de ETF.

Susan M. Ciccarone: A Sra. Ciccarone tem amplo conhecimento e experiência nos setores de serviços financeiros e gestão de investimentos. Atualmente, ela é sócia da Further Global Capital Management, uma empresa de private equity, e anteriormente atuou como diretora de operações e diretora financeira de uma consultora de ETFs. A Sra. Ciccarone recebeu seu MBA da Wharton School da Universidade da Pensilvânia.

Clifford J. Weber: O Sr. Weber tem experiência anteriormente atuando como executivo sênior de bolsas de valores com responsabilidades incluindo questões de ETFs e produtos negociados em bolsa, experiência com a estrutura e operações de ETFs, experiência com transações de mercado secundário envolvendo ETFs e experiência atuando como conselheiro independente de fundos mútuos.

SUPERVISÃO DA GESTÃO DE RISCOS. Os Fundos estão sujeitos a uma variedade de riscos, incluindo (mas não limitado a) risco de investimento, risco financeiro, risco legal, regulatório e de conformidade e risco operacional. Consistente com sua responsabilidade pela supervisão geral dos negócios e assuntos do Trust e dos Fundos, o Conselho supervisiona a gestão diária do Consultor dos riscos aos quais o Trust e os Fundos estão sujeitos. O Conselho encarregou o Conselheiro de (i) identificar possíveis eventos e circunstâncias que poderiam ter efeitos adversos demonstráveis sobre os negócios e assuntos do Trust e dos Fundos; (ii) implementação de processos e controles para diminuir a possibilidade de que tais eventos ou circunstâncias ocorram ou mitigar os efeitos de tais eventos ou circunstâncias, caso ocorram; e (iii) criação e manutenção de um sistema destinado a avaliar continuamente as condições de negócios e de mercado para facilitar os processos descritos em (i) e (ii) acima. O Consultor procura abordar a gestão de risco diária do Trust e dos Fundos baseando-se nas políticas e procedimentos de conformidade do Trust (ou seja, no programa de conformidade do Trust), bem como nos programas de conformidade dos vários prestadores de serviços do Trust, mecanismos de controle interno e outros mecanismos de supervisão de risco, bem como na assistência do subadministrador do Trust. O Consultor também considera separadamente os riscos potenciais que podem afetar os Fundos individuais.

Conforme mencionado acima, em nome do Trust, o Conselho adotou e revisa periodicamente várias políticas e procedimentos de conformidade que são projetados para abordar certos riscos para o Trust e os Fundos. Além disso, sob a supervisão geral do Conselho de Administração, o Consultor e os outros prestadores de serviços do Trust adotaram uma variedade de processos, políticas, procedimentos e controles projetados para lidar com riscos específicos aos quais o Trust e os Fundos estão sujeitos. Diferentes processos, políticas, procedimentos e controles são empregados em relação aos diferentes tipos de riscos. Além disso, o Consultor supervisiona e monitora regularmente os investimentos, as operações e a conformidade dos investimentos dos Fundos com vários requisitos regulatórios e outros.

Como as operações diárias dos Fundos são realizadas pelo Consultor, a exposição ao risco do Trust e dos Fundos é mitigada, mas não eliminada pelos processos supervisionados pelo Conselho. Além dos processos, políticas, procedimentos e controles de gestão de riscos implementados pelo Conselheiro, o Conselho busca supervisionar a estrutura de gestão de riscos do Fundo e dos Fundos diretamente e por meio de seus comitês (conforme descrito abaixo). Nesse sentido, o Conselho solicitou que o Conselheiro, o CCO do Trust e do Advisor, os auditores independentes do Trust e o Counsel do Trust e do Adviser fornecessem ao Conselho relatórios periódicos sobre questões que deveriam ser focadas pelos membros do Conselho. Em grande parte, o Conselho supervisiona a gestão da estrutura de gestão de riscos do Trust pelo Conselheiro através da revisão pelo Conselho de relatórios regulares, apresentações e outras informações dos diretores do Trust e de outras pessoas. Os diretores seniores do Trust, incluindo o CCO do Trust, reportam regularmente ao Conselho de Administração uma série de assuntos, incluindo aqueles relacionados à gestão de riscos. Nesse sentido, o Conselho recebe periodicamente relatórios sobre os prestadores de serviços do Trust, diretamente ou por meio do CCO. Pelo menos trimestralmente, os curadores independentes se reúnem com o CCO para discutir assuntos relacionados ao programa de conformidade do Trust e, de acordo com a Regra 38a-1 sob a Lei de 1940, o Conselho recebe pelo menos anualmente um relatório escrito do CCO sobre a eficácia do programa de conformidade do Trust. Em conexão com o relatório anual de conformidade da Regra 38a-1 do CCO ao Conselho, os Curadores Independentes se reúnem com o CCO em sessão executiva para discutir o programa de conformidade do Trust.

Além disso, o Conselho recebe regularmente relatórios do Consultor com relação aos investimentos e negociação de valores mobiliários dos Fundos e, se necessário, quaisquer determinações de avaliação justa feitas pelo Consultor em relação a certos investimentos detidos pelos Fundos. Os diretores seniores do Trust e do Adviser reportam-se regularmente ao Conselho sobre

assuntos de avaliação, controles internos, políticas e práticas de relatórios contábeis e financeiros. Além disso, o Comitê de Auditoria recebe informações sobre os controles internos e relatórios financeiros dos Fundos da empresa de contabilidade pública independente registrada do Trust.

O Conselho reconhece que nem todos os riscos que possam afetar os Fundos podem ser identificados, nem podem ser desenvolvidos processos e controles para eliminar ou mitigar sua ocorrência ou os efeitos de determinados riscos. Alguns riscos estão simplesmente fora do controle razoável dos Fundos, da sua gestão e dos prestadores de serviços. Embora o processo de gestão de riscos, as políticas e os procedimentos dos Fundos, de seus gestores e prestadores de serviços sejam desenhados para serem eficazes, não há garantia de que eliminarão ou mitigarão todos esses riscos. Além disso, pode ser necessário assumir certos riscos para atingir o objetivo de investimento de cada Fundo.

COMITÊS PERMANENTES DO CONSELHO

Atualmente, o Conselho de Curadores conta com dois comitês permanentes: um Comitê de Auditoria e um Comitê de Nomeação e Governança. Atualmente, cada Administrador Independente atua em cada um desses comitês.

COMITÊ DE AUDITORIA. Os objetivos do Comitê de Auditoria são auxiliar o Conselho em (1) sua supervisão dos princípios e políticas de relatórios contábeis e financeiros do Trust e dos controles e procedimentos relacionados mantidos por ou em nome do Trust; (2) sua supervisão das demonstrações financeiras do Trust e sua auditoria independente; (3) selecionar, avaliar e, quando julgar apropriado, substituir a empresa de contabilidade pública registrada independente (ou nomear a empresa de contabilidade pública registrada independente a ser proposta para aprovação dos acionistas em qualquer declaração de procuração); e (4) avaliar a independência da empresa de contabilidade pública registrada independente. Durante o exercício social encerrado em 31 de outubro de 2023, o Comitê de Auditoria realizou 3 (três) reuniões.

COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA. Os objetivos do Comitê de Nomeação e Governança são, entre outras coisas, auxiliar o Conselho na (1) avaliação da adequação da aderência do Conselho às melhores práticas de governança corporativa do setor; (2) avaliação periódica do funcionamento do Trust e reuniões com a administração do Trust sobre as operações do Trust e a aplicação de políticas e procedimentos aos Fundos; (3) analisar, considerar e recomendar ao Conselho Pleno a remuneração do Administrador Independente; (4) identificação e avaliação de potenciais candidatos para preencher uma vaga no Conselho; e (5) seleção entre potenciais candidatos de um indicado a ser apresentado ao Conselho Pleno para sua consideração. O Comitê de Nomeação e Governança não considerará os indicados dos acionistas. Durante o período fiscal encerrado em 31 de outubro de 2023, o Comitê de Nomeação e Governança realizou 2 (duas) reuniões.

PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA E DIRETORA DAS COTAS DO FUNDO

Tanto quanto é do conhecimento do Trust, na data desta SAI, os Administradores e administradores do Trust, como um grupo, detinham menos de 1% das Cotas de cada Fundo.

Titularidade de Títulos e Valores Mobiliários

Listado abaixo para cada Trustee está uma faixa em dólares de títulos de propriedade benéfica em um Fundo, juntamente com a faixa agregada em dólares de títulos de ações em todas as empresas de investimento registradas supervisionadas por cada Trustee que estão na mesma família de empresas de investimento que o Trust, em 31 de dezembro de 2023.

Nome do Administrador	Fundo	Faixa em Dólar de Títulos de Ações em Fundo	Faixa agregada em dólares de títulos de ações em todos os fundos supervisionados pelo administrador em família de empresas de investimento
<i>Curadores</i>			
Charles A. Padeiro	Nenhum	Nenhum	\$10,001-\$50,000
Susana M. Ciccarone	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Clifford J. Weber	Nenhum	Nenhum	Nenhum

PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA DE VALORES MOBILIÁRIOS DO CONSULTOR E EMPRESAS COLIGADAS

Em 31 de dezembro de 2023, nenhum Administrador Independente (ou qualquer um de seus familiares diretos) possuía títulos de qualquer consultor de investimentos do Trust, seu principal subscritor ou qualquer pessoa, direta ou indiretamente, controlando, controlando ou sob controle comum com qualquer consultor de investimento do Trust ou subscritor principal.

Nome do Administrador Independente	Nome dos Proprietários e Relacionamento	Companhia	Título da Classe	Valor dos Títulos e Valores Mobiliários	Porcentagem de Classe
Charles A. Padeiro	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Susana M. Ciccarone	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Clifford J. Weber	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum

Nenhum Administrador Independente ou membro da família imediata teve, durante os dois anos civis mais recentemente completados: (i) qualquer interesse material, direto ou indireto, em qualquer transação ou série de transações semelhantes, em que o valor envolvido exceda US\$ 120.000; ou (ii) qualquer relação direta ou indireta de qualquer natureza, na qual o valor envolvido exceda US\$ 120.000, com:

- os Fundos;
- um diretor do Trust;
- uma sociedade de investimento, ou pessoa que seria uma sociedade de investimento, mas para as exclusões previstas nas secções 3(c)(1) e 3(c)(7) da Lei de 1940, que tenha o mesmo consultor de investimentos ou subscritor principal que os Fundos ou que tenha um consultor de investimento ou um subscritor principal que controle directa ou indirectamente, é controlada por, ou esteja sob controle comum com o Consultor ou subscritor principal dos Fundos;
- um administrador ou uma sociedade de investimento, ou uma pessoa que seria uma sociedade de investimento, mas para as exclusões previstas nas secções 3(c)(1) e 3(c)(7) da Lei de 1940, ter o mesmo consultor de investimentos ou subscritor principal que os Fundos ou ter um consultor de investimento ou um subscritor principal que controle directa ou indirectamente, seja controlado por, ou esteja sob controlo comum com o consultor ou subscritor principal dos Fundos;
- o Conselheiro ou subscritor principal dos Fundos;
- um funcionário do consultor ou subscritor principal dos fundos;

- Uma pessoa que controle, directa ou indirectamente, seja controlada por, ou esteja sob controlo comum com o consultor ou subscritor principal dos fundos; ou
- um funcionário de uma pessoa que controla direta ou indirectamente, controla ou está sob controle comum com o consultor ou subscritor principal dos fundos.

REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

Os honorários do Administrador Independente são pagos a partir da taxa unitária paga ao Consultor pelos Fundos. Todos os curadores independentes são reembolsados por suas despesas de viagem e outras despesas razoáveis do próprio bolso incorridas em conexão com a participação nas reuniões do Conselho (essas outras despesas estão sujeitas à revisão do Conselho para garantir que não sejam excessivas). O Trust não acumula benefícios de pensão ou aposentadoria como parte das despesas do Fundo, e os Trustees não têm direito a benefícios após a aposentadoria do Conselho. Os diretores do Trust não recebem nenhuma remuneração diretamente do Trust.

A seguir estão estabelecidas as taxas pagas a cada Administrador para o exercício social encerrado em 31 de outubro de 2023, salvo indicação em contrário.

Nome do Administrador Independente	Remuneração Agregada dos Fundos	Benefícios de pensão ou aposentadoria acumulados como parte das despesas do Fundo	Remuneração Total do Trust*
Charles A. Padeiro	US\$ 107.845	\$0	US\$ 190.000
Susana M. Ciccarone	US\$ 107.845	\$0	US\$ 190.000
Clifford J. Weber	US\$ 107.845	\$0	US\$ 190.000

* As informações são de 31 de dezembro de 2023.

CÓDIGO DE ÉTICA

O Trust, o Consultor e o Distribuidor adotaram um código de ética, conforme exigido pela lei aplicável, que é projetado para impedir que pessoas afiliadas do Trust, do Consultor e do Distribuidor se envolvam em atividades enganosas, manipuladoras ou fraudulentas em conexão com valores mobiliários detidos ou a serem adquiridos pelos Fundos (que também podem ser detidos por pessoas sujeitas a um código de ética). Não pode haver garantias de que os códigos de ética serão eficazes na prevenção de tais actividades. Os códigos de ética permitem que as pessoas a elas sujeitas invistam em valores mobiliários, incluindo valores mobiliários que possam ser detidos ou comprados pelos Fundos. Os códigos de ética estão arquivados na SEC e estão disponíveis ao público.

ASSESSOR DE INVESTIMENTOS

O Consultor, Global X Management Company LLC, atua como gestor de investimentos para os Fundos de acordo com um Acordo de Consultoria de Investimento entre o Trust e o Consultor. Está registrada como consultora de investimentos na SEC e está localizada em 605 3rd Avenue, 43rd Floor, New York, New York 10158. A Adviser foi organizada em Delaware em 28 de março de 2008 como uma empresa de responsabilidade limitada. Em 2 de julho de 2018, o Consultor consumou uma transação nos termos da qual o Consultor se tornou uma subsidiária integral indireta da Mirae Asset Global Investments Co., Ltd. ("Mirae"). Dessa forma, o Adviser é controlado pela Mirae, que é uma empresa líder em serviços financeiros na Coreia e é a sede do Grupo Mirae Asset Global Investments.

De acordo com um Acordo de Supervisão e Administração entre o Trust e o Consultor, o Consultor supervisiona o funcionamento dos Fundos, fornece ou faz com que sejam fornecidos os serviços de consultoria, supervisão, administrativo, distribuição, agência de transferência, custódia e todos os outros serviços necessários para o funcionamento dos Fundos, e exerce a supervisão diária sobre os prestadores de serviços dos Fundos. De acordo com o Contrato de Supervisão e Administração, o Consultor também

arca com todas as taxas e despesas incorridas em conexão com suas obrigações sob o Contrato de Supervisão e Administração, incluindo, mas não limitado a, os custos de vários serviços de terceiros exigidos pelos Fundos, incluindo auditoria, custódia certa, contabilidade de carteira, custos legais, de agência de transferência e impressão, exceto as taxas e despesas especificamente assumidas pelo Fundo em nome de cada Fundo.

De acordo com o Acordo de Consultoria de Investimento entre o Trust e o Consultor, o Consultor é responsável pela gestão da carteira de investimentos de cada Fundo. A capacidade do Consultor de implementar com sucesso as estratégias de investimento de cada Fundo influenciará significativamente o desempenho desse Fundo.

Cada Fundo paga ao Consultor uma taxa ("Taxa de Administração") pelos serviços de consultoria, supervisão, administrativos e outros que requer sob uma estrutura de taxas completa. Cada Fundo paga (ou pagará, para Fundos que ainda não iniciaram suas operações) uma Taxa de Administração mensal ao Consultor às taxas anuais estabelecidas na tabela abaixo (declarada como uma porcentagem dos respectivos ativos líquidos diários médios de cada Fundo).

Fundo	Taxa de Administração
ETF Global X MSCI Colômbia	0.61%
Global X MSCI China Consumidor Discricionário ETF	0.65%
ETF Global X MSCI Noruega	0.50%
ETF Global X FTSE Sudeste Asiático	0.65%
Global X MSCI Argentina ETF	0.59%
Global X MSCI Grécia ETF	0.55%
ETF Global X MSCI Nigéria	0.68%
Global X MSCI Next Emerging & ETF de fronteira	0.49%
ETF Global X DAX Alemanha	0.20%
Global X MSCI Vietnã ETF	0.50%
ETF Global X Mineradoras de Cobre	0.65%
Global X Silver Miners ETF	0.65%
Global X Gold Explorers ETF	0.65%
Global X Uranium ETF	0.69%
Global X Lithium & Battery Tech ETF	0.75%
ETF Global X SuperDividend®	0,58% ¹
Global X Social Media ETF	0.65%
ETF Global X Guru® Index	0.75%
ETF Global X SuperIncome™ Preferred	0.48%
Global X SuperDividend® ETF dos EUA	0.45%
ETF Global X MSCI SuperDividend® Mercados Emergentes	0.65%
ETF Global X SuperDividend® REIT	0.58%
ETF Global X Produtores de Energia Renovável	0.65%
Global X S&P 500® ETF Valores Católicos	0.29%
ETF Global X MSCI SuperDividend® EAFE	0.55%
Global X E-commerce ETF	0.50%
Global X S&P Catholic Values Desenvolvido ex-EUA ETF	0.35%
ETF Global X S&P 500® Tail Risk	0.25%
ETF Global X S&P 500® Collar 95-110	0.25%
Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF	0.25%
ETF Global X NASDAQ 100® Collar 95-110	0.25%
ETF Global X Materiais Disruptivos	0.59%
ETF de Chamadas Cobertas Global X S&P 500®	0.60%
ETF Global X NASDAQ 100® Covered Call	0.60%
Global X Russell 2000 Covered Call ETF	0,60% ²
Global X Nasdaq 100® Chamada Coberta & ETF de Crescimento	0.60%
Global X S&P 500® Covered Call & ETF de crescimento	0.60%
ETF Global X S&P 500® de Renda Gerenciada por Risco	0.60%
Global X NASDAQ 100® ETF de Renda Gerenciada por Risco	0.60%
ETF Global X Dow 30® Covered Call	0.60%
Global X Russell 2000 Chamada Coberta & ETF de Crescimento	0,60% ³
Global X Financials Covered Call & ETF de crescimento	0,60% ⁴
Global X Health Care Covered Call & Crescimento ETF	0,60% ⁵
Global X Tecnologia da Informação Chamada Coberta & ETF de Crescimento	0,60% ⁶
Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF	0.60%
Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF	0.60%
Global X Dow 30® Chamada Coberta & ETF de Crescimento	0.60%
Global X MSCI Mercados Emergentes Coberto Call ETF	0,60% ⁷

¹ De acordo com um Acordo de Limitação de Despesas, o Consultor concordou contratualmente em reembolsar ou renunciar taxas e/ou limitar despesas para o ETF Global X SuperDividend® na medida necessária para garantir que as despesas operacionais do ETF Global X SuperDividend® (excluindo impostos, taxas de corretagem, comissões e outras despesas de transação e despesas extraordinárias (como despesas de litígio e indenização)) não excederão 0,58% da média diária de ativos líquidos do Global X SuperDividend® ETF por ano até pelo menos 1º de março de 2025.

² De acordo com um Acordo de Limitação de Despesa, o Consultor concordou contratualmente em reembolsar ou renunciar taxas e/ou limitar as despesas do ETF Global X Russell 2000 Covered Call na medida do necessário para garantir que as despesas operacionais do Global X Russell 2000 Covered Call ETF (excluindo impostos, taxas de corretagem, comissões e outras despesas de transação, juros e despesas extraordinárias (como despesas de litígio e indenização)) não excederão 0,60% da média diária de ativos líquidos do Global X Russell 2000 Covered Call ETF por ano até pelo menos 1º de março de 2025.

³ De acordo com um Acordo de Limitação de Despesas, o Consultor concordou contratualmente em reembolsar ou renunciar taxas e/ou limitar as despesas do ETF Global X Russell 2000 Covered Call & Growth na medida do necessário para assegurar que as despesas operacionais do Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF (excluindo impostos, taxas de corretagem, comissões e outras despesas de transação, juros e despesas extraordinárias (como despesas de litígio e indenização)) não excederão 0,60% da média diária de ativos líquidos do Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF por ano até pelo menos 1º de março de 2025.

⁴ De acordo com um Acordo de Limitação de Despesas, o Consultor concordou contratualmente em reembolsar ou renunciar taxas e/ou limitar as despesas do ETF Global X Financials Covered Call & Growth na medida do necessário para garantir que as despesas operacionais do Global X Financials Covered Call & Growth ETF (excluindo impostos, taxas de corretagem, comissões e outras despesas de transação, juros e despesas extraordinárias (como despesas de litígio e indenização)) não excederão 0,60% da média diária de ativos líquidos do Global X Financials Covered Call & Growth ETF por ano até pelo menos 1º de março de 2025.

⁵ De acordo com um Acordo de Limitação de Despesas, o Consultor concordou contratualmente em reembolsar ou renunciar taxas e/ou limitar as despesas do ETF Global X Health Care Covered Call & Growth na medida do necessário para assegurar que as despesas operacionais do Global X Health Care Covered Call & Growth ETF (excluindo impostos, taxas de corretagem, comissões e outras despesas de transação, juros e despesas extraordinárias (como despesas de litígio e indenização)) não excederão 0,60% da média diária de ativos líquidos do Global X Health Care Covered Call & Growth ETF por ano até pelo menos 1º de março de 2025.

⁶ De acordo com um Acordo de Limitação de Despesa, o Consultor concordou contratualmente em reembolsar ou renunciar taxas e/ou limitar as despesas do ETF Global X Information Technology Covered Call & Growth na medida do necessário para assegurar que as despesas operacionais do Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF (excluindo impostos, taxas de corretagem, comissões e outras despesas de transação, juros e despesas extraordinárias (como despesas de litígio e indenização)) não excederão 0,60% da média diária de ativos líquidos do Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF por ano até pelo menos 1º de março de 2025.

⁷ De acordo com um Acordo de Limitação de Despesas, o Consultor concordou contratualmente em reembolsar ou renunciar taxas e/ou limitar despesas para o ETF Global X MSCI Emerging Markets Covered Call na medida do necessário para garantir que as despesas operacionais do Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF (excluindo impostos, taxas de corretagem, comissões e outras despesas de transação, juros e despesas extraordinárias (como despesas de litígio e indenização)) não excederão 0,60% da média diária de ativos líquidos do ETF Global X MSCI Emerging Markets Covered Call por ano até pelo menos 1º de março de 2025.

Além disso, cada Fundo arca com outras taxas e despesas que não são cobertas pelo Contrato de Supervisão e Administração, que podem variar e afetarão o índice de despesas totais de um Fundo, como impostos, taxas de corretagem, comissões e outras despesas de transação, juros e despesas extraordinárias (como despesas de litígio e indenização). Além disso, o Global X MSCI

Greece ETF, Global X MSCI Nigeria ETF e Global X MSCI Next Emerging & Frontier ETF podem pagar taxas de custódia baseadas em ativos que não são cobertas pelo Acordo de Supervisão e Administração. O Consultor pode auferir lucros sobre a Taxa de Administração paga pelos Fundos. Além disso, o Conselheiro, e não os acionistas dos Fundos, se beneficiaria de qualquer diminuição de preços em serviços de terceiros, incluindo diminuições resultantes de um aumento no ativo líquido.

O Conselho de Curadores do Trust votou para aprovar uma taxa de administração mais baixa para o ETF Global X SuperIncome™ Preferred de 0,48% a partir de 3 de abril de 2023. Antes disso, o Fundo estava sujeito a uma Taxa de Administração de 0,58%.

O Conselho de Curadores do Trust votou para aprovar uma taxa de administração mais baixa de 0,25% para o Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, Global X S&P 500® Tail Risk ETF, Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF e Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF a partir de 18 de agosto de 2023. Antes disso, os Fundos estavam sujeitos à Taxa de Administração de 0,60%.

O Consultor e suas afiliadas negociam, negociam e investem por suas próprias contas nos tipos de títulos nos quais um Fundo também pode investir. O Consultor não utiliza informações privilegiadas na tomada de decisões de investimento em nome dos Fundos.

Cada um dos Acordos de Supervisão e Administração e o respectivo Acordo de Consultoria de Investimento permanecem em vigor por dois (2) anos a partir de sua data de vigência e, posteriormente, continuam em vigor enquanto sua continuidade for especificamente aprovada pelo menos anualmente, pelo (i) Conselho de Curadores do Trust, ou pelo voto da maioria (conforme definido na Lei de 1940) das Ações em circulação do Fundo, e (ii) pelo voto da maioria dos Administradores do Trust que não sejam partes no Acordo de Consultoria de Investimento ou pessoas interessadas do Consultor, expressas pessoalmente em reunião convocada para fins de votação de tal aprovação. Cada um dos Acordos de Supervisão e Administração e o respectivo Acordo de Consultoria de Investimento prevêem que podem ser rescindidos a qualquer momento, sem o pagamento de qualquer penalidade, pelo Conselho de Curadores do Trust ou pelo voto da maioria dos acionistas dos Fundos, mediante notificação escrita de 60 dias corridos ao Conselheiro, e pelo Consultor na mesma notificação ao Trust, e que será automaticamente rescindido se for atribuído.

Cada um dos Acordos de Supervisão e Administração e o respectivo Acordo de Consultoria de Investimento prevêem que o Consultor não será responsável perante cada Fundo ou os seus acionistas por qualquer outra coisa que não seja dolo eventual, má-fé, negligência grave ou desrespeito imprudente das suas obrigações ou deveres. O Acordo de Assessoria de Investimentos também prevê que o Consultor pode se envolver em outros negócios, dedicar tempo e atenção a qualquer outro negócio, seja de natureza semelhante ou diferente, e prestar serviços de consultoria de investimento a terceiros.

As Taxas de Administração pagas por cada Fundo operacional ao Consultor e o valor agregado das Taxas de Administração reembolsadas ou dispensadas pelo Consultor (líquidas de despesas reembolsadas ao Consultor nos termos do Acordo de Limitação de Despesas aplicável) para os exercícios findos em 31 de outubro de 2021, 2022 e 2023 estão estabelecidas no gráfico abaixo. Com relação aos Fundos Predecessores, a taxa de consultoria de investimento agregada dispensada pelo Consultor Antecessor (despesas líquidas reembolsadas ao Consultor Antecessor sob o acordo de limitação de despesas que estava então em vigor) são estabelecidas abaixo.

Fundo	Taxas de Administração Pagas pelo Exercício Social Encerrado			Reembolsos ou Renúncias para o Exercício Social Findo			Data de Início de Operações de Investimento
	31 de outubro de 2021	31 de outubro de 2022	31 de outubro de 2023	31 de outubro de 2021	31 de outubro de 2022	31 de outubro de 2023	
ETF Global X MSCI Colômbia	251,254	201,989	164,157			—	02/05/2009
Global X MSCI China Consumidor Discricionário ETF	4,423,478	2,448,391	2,055,566			—	11/30/2009
ETF Global X Mineradoras de Cobre	4,862,889	9,981,710	10,865,689			—	04/19/2010
Global X Silver Miners ETF	7,754,578	6,192,399	6,022,025			—	04/19/2010
Global X Lithium & Battery Tech ETF	24,325,097	35,950,931	24,454,335			—	07/22/2010
Global X Gold Explorers ETF	362,911	268,941	239,503			—	11/03/2010
Global X Uranium ETF	3,942,004	10,500,338	11,095,324			—	11/04/2010
ETF Global X MSCI Noruega*	237,832	506,046	357,642			—	11/09/2010
ETF Global X FTSE Sudeste Asiático	212,302	248,178	293,642			—	02/16/2011
Global X MSCI Argentina ETF	253,795	175,705	302,439			—	03/02/2011
ETF Global X SuperDividend®	5,113,691	4,770,868	4,350,528			(78,019)	06/08/2011
Global X Social Media ETF	2,615,063	1,527,640	888,954			—	11/14/2011
Global X MSCI Grécia ETF	857,664	663,875	878,554			—	12/07/2011
ETF Global X Guru® Index	535,587	427,935	352,098			—	06/04/2012
ETF Global X SuperIncome™ Preferred	1,226,468	1,220,587	1,011,603			—	07/16/2012
Global X SuperDividend® ETF dos EUA	2,767,013	3,136,379	2,858,686			—	03/11/2013
ETF Global X MSCI Nigéria	293,234	297,850	255,912			—	04/02/2013
ETF de chamada coberta Global X S&P	1,701,201	8,472,002	15,335,780	(16)		—	06/21/2013
Global X MSCI Next Emerging & ETF de fronteira	92,761	101,497	110,306			—	11/06/2013
ETF Global X NASDAQ 100® Covered Call *	16,896,510	38,866,576	43,691,990	(40)		—	12/11/2013
ETF Global X DAX Alemanha*	103,075	66,212	106,017	(26,435)		—	10/22/2014
ETF Global X MSCI SuperDividend® Mercados Emergentes	294,228	429,924	279,717			—	03/16/2015
ETF Global X SuperDividend® REIT	2,618,112	2,142,347	1,554,093			—	03/16/2015
ETF Global X Produtores de Energia	754,490	763,510	464,410			—	05/27/2015
Global X S&P 500® ETF Valores Católicos	1,495,289	1,696,326	1,840,714			—	04/18/2016
ETF Global X MSCI SuperDividend® EAFE	64,424	61,466	60,962			—	11/14/2016
Global X E-commerce ETF	980,423	527,219	255,544			—	11/27/2018
Global X Russell 2000 Covered Call ETF	1,053,988	6,700,656	8,700,301	(175,662)	(719,490)	(467,311)	04/17/2019
Global X S&P Catholic Values Desenvolvido ex-EUA ETF	11,318	18,596	42,850			—	06/22/2020
Global X Nasdaq 100® Chamada Coberta & ETF de Crescimento	97,164	349,272	474,198			—	09/18/2020
Global X S&P 500® Covered Call & ETF de crescimento	50,636	227,859	319,872			—	09/18/2020
ETF Global X S&P 500® Tail Risk	3,166	19,622	15,762			—	08/25/2021
ETF Global X S&P 500® de Renda Gerenciada por Risco	3,585	115,866	156,122			—	08/25/2021
ETF Global X S&P 500® Collar 95-110	3,085	22,585	18,014			—	08/25/2021
Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF	3,155	17,228	8,067			—	08/25/2021
Global X NASDAQ 100® ETF de Renda Gerenciada por Risco	3,781	66,424	59,521			—	08/25/2021
ETF Global X NASDAQ 100® Collar 95-110	2,974	22,722	14,950			—	08/25/2021
Global X MSCI Vietnã ETF	—	26,577	30,762			—	12/07/2021
ETF Global X Materiais Disruptivos	—	17,940	32,635			—	01/24/2022
ETF Global X Dow 30® Covered Call	—	101,109	426,787			—	02/23/2022
Global X Russell 2000 Chamada Coberta & ETF de Crescimento	—	1,091	19,007		(184)	(3,203)	10/04/2022
Global X Financials Covered Call & ETF de crescimento	—	—	13,353			(1,234)	11/21/2022
Global X Health Care Covered Call & Crescimento ETF	—	—	14,682			(1,345)	11/21/2022
Global X Tecnologia da Informação Chamada Coberta & ETF de Crescimento	—	—	16,835			(1,541)	11/21/2022
Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF	—	—	10,681			—	02/21/2023

Fundo	Taxas de Administração Pagas pelo Exercício Social Encerrado			Reembolsos ou Renúncias para o Exercício Social Findo			Data de Início de Operações de Investimento
	31 de outubro de 2021	31 de outubro de 2022	31 de outubro de 2023	31 de outubro de 2021	31 de outubro de 2022	31 de outubro de 2023	
Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF	—	—	10,311			—	02/21/2023
Global X Dow 30® Chamada Coberta & ETF de Crescimento	—	—	4,004			—	07/26/2023
Global X MSCI Mercados Emergentes Coberto Call ETF	—	—	—			—	11/07/2023

**Reflete as taxas de consultoria de investimento pagas e a taxa de consultoria de investimento agregada dispensada pelo Consultor Antecessor (despesas líquidas reembolsadas ao Consultor Antecessor sob o acordo de limitação de despesas que estava então em vigor).*

GESTORES DE PORTFÓLIO

Os gerentes de portfólio Nam To, Wayne Xie, Vanessa Yang e Sandy Lu são funcionários do Advisor.

Remuneração do Gestor de Portfólio

A Adviser acredita que seu programa de remuneração está posicionado de forma competitiva para atrair e reter profissionais de investimento de alto gabarito. Os gestores de portfólio recebem um salário e são elegíveis para receber um bônus anual. A remuneração salarial de um gestor de carteiras é projetada para ser competitiva com o mercado e refletir a relativa experiência e contribuição do gestor de carteiras para os Fundos. A remuneração do salário base é revisada e ajustada anualmente para refletir os aumentos do custo de vida e das taxas de mercado. A oportunidade de bônus de incentivo anual fornece bônus em dinheiro com base em (a) desempenho individual nos aspectos funcionais da função de gerente de portfólio, (b) alcance de metas estratégicas relacionadas à melhoria de processos e tecnologia e (c) desempenho geral da empresa. A remuneração dos gestores de carteiras não está atrelada ao desempenho dos fundos individuais. Membros seniores da equipe de gerenciamento de portfólio podem ter opções de ações do Conselheiro.

Outras Contas Gerenciadas por Gestores de Portfólio

Prevê-se que um gestor de carteiras seja responsável por várias contas de investimento, incluindo outras empresas de investimento registradas ao abrigo da Lei de 1940. De um modo geral, podem surgir certos conflitos de interesses relacionados com a gestão de investimentos de um Fundo por um gestor de carteiras, por um lado, e os investimentos de outras contas pelas quais o gestor de carteiras é responsável, por outro. Por exemplo, é possível que as várias contas geridas possam ter diferentes estratégias de investimento que, por vezes, podem entrar em conflito entre si em possível detrimento de um Fundo. Alternativamente, na medida em que as mesmas oportunidades de investimento possam ser desejáveis para mais de uma conta, podem surgir possíveis conflitos na determinação da forma de as alocar. Outros conflitos potenciais podem incluir conflitos criados por acordos específicos de remuneração de gestores de carteiras e conflitos relacionados à seleção de corretores ou dealers para executar as negociações de um Fundo. O Consultor estruturou a remuneração de um gestor de carteiras de forma adequada, e os Fundos e o Consultor adotaram políticas, procedimentos e um código de ética, razoavelmente projetados para proteger os Fundos de serem afetados negativamente como resultado de quaisquer conflitos que possam surgir.

Os Gestores de Carteira eram responsáveis pela gestão das seguintes contas em 31 de outubro de 2023, salvo indicação em contrário:

Outras contas gerenciadas	Contas em relação às quais se baseia a taxa de consultoria Desempenho da Conta

Nome do Gerente de Portfólio	Categoria da Conta	Número de Contas na Categoria	Total de Ativos em Contas na Categoria	Número de Contas na Categoria	Total de Ativos em Contas na Categoria
Nam Para	Sociedades de investimento registradas	107	US\$ 38.206.406.013	0	\$0,00
	Outros instrumentos de investimento	30	US\$ 650.879.967	0	\$0,00
	Outras contas	0	\$0,00	0	\$0,00
Wayne Xie	Sociedades de investimento registradas	107	US\$ 38.206.406.013	0	\$0,00
	Outros instrumentos de investimento	30	US\$ 650.879.967	0	\$0,00
	Outras contas	0	\$0,00	0	\$0,00
Vanessa Yang	Sociedades de investimento registradas	107	US\$ 38.206.406.013	0	\$0,00
	Outros instrumentos de investimento	30	US\$ 650.879.967	0	\$0,00
	Outras contas	0	\$0,00	0	\$0,00
Sandy Lu	Sociedades de investimento registradas	107	US\$ 38.206.406.013	0	\$0,00
	Outros instrumentos de investimento	30	US\$ 650.879.967	0	\$0,00
	Outras contas	0	\$0,00	0	\$0,00

Embora os Fundos no Fundo que são geridos pelos Srs. To, Xie e Lu e Sra. Yang possam ter estratégias de investimento diferentes, cada um tem um objetivo de investimento de procurar replicar, antes de taxas e despesas, o seu respectivo índice subjacente. O Conselheiro não acredita que a gestão das várias contas apresente um conflito de interesses material para os Srs. To, Xie e Lu e para a Sra. Yang ou para o Conselheiro.

Divulgação de Títulos e Valores Mobiliários

Listado abaixo para cada Gestor de Carteiras está uma faixa em dólares de títulos de propriedade benéfica em um Fundo em 31 de outubro de 2023, salvo indicação em contrário:

Nome do Gerente de Portfólio	Fundo	Faixa de Renda Variável em Dólar Títulos em Fundo
Nam Para	Nenhum	Nenhum
Wayne Xie	Global X E-commerce ETF	\$1-\$10.000
	Global X Russell 2000 Covered Call ETF	Acima de US\$ 100.000
Vanessa Yang	Nenhum	Nenhum
Sandy Lu	ETF Global X NASDAQ 100® Covered Call	\$1-\$10.000
	Global X MSCI China Consumidor Discricionário	\$1-\$10.000

OPERAÇÕES DE CORRETAGEM

A política do Trust em relação às compras e vendas de títulos é que a principal consideração será dada à obtenção dos preços mais favoráveis e execuções eficientes das transações. De acordo com essa política, quando as transações de valores mobiliários são efetuadas em uma bolsa de valores, a política do Trust é pagar comissões consideradas justas e razoáveis sem necessariamente determinar que as menores comissões possíveis sejam pagas em todas as circunstâncias. Ao procurar determinar a razoabilidade das comissões de corretagem pagas em qualquer transação, o Consultor baseia-se em sua experiência e conhecimento sobre comissões geralmente cobradas por vários corretores e em várias jurisdições. O Consultor efetua transações para os Fundos com as corretoras e dealers que o Consultor acredita que fornecem os preços mais favoráveis e são capazes de fornecer a melhor e mais eficiente execução de negociações. A principal consideração do Consultor é buscar a pronta execução de ordens ao preço líquido mais favorável. A venda de Ações por uma corretora não é um fator na seleção de corretoras. O Consultor e suas afiliadas não participam atualmente de nenhuma transação em dólares suaves com relação aos Fundos, embora o Consultor se baseie na Seção 28(e) da Lei de 1934 para efetuar ou executar transações para os Fundos. Assim, ao selecionar corretores para executar uma transação específica, o Consultor pode considerar os serviços de corretagem e pesquisa (como esses termos são definidos na Seção 28(e) da Lei de 1934) fornecidos aos Fundos e/ou outras contas sobre as quais o Consultor ou suas afiliadas exercem discricionariedade de investimento. O Consultor pode fazer com que os Fundos paguem a um corretor que fornece serviços de corretagem e pesquisa uma comissão maior do que a que pode ser cobrada por outro corretor para efetuar a mesma transação, desde que o Consultor determine de boa fé que tal comissão é razoável em relação ao valor dos serviços de corretagem e pesquisa prestados por tal corretor, vistos em termos da operação específica ou das responsabilidades gerais do consultor dos fundos. Esses serviços de corretagem e pesquisa podem consistir em relatórios e estatísticas sobre empresas ou setores específicos ou em visões gerais dos mercados de valores mobiliários e da economia. Os acionistas dos Fundos devem entender que os serviços prestados por tais corretoras podem ser úteis para o Consultor em conexão com seus serviços a outros clientes.

O Consultor assume a supervisão geral sobre a colocação de ordens em nome dos Fundos para a compra ou venda de títulos de carteira. Se as compras ou vendas de títulos da carteira pelos Fundos forem consideradas ao mesmo tempo ou mais ou menos, as transações em tais títulos serão alocadas entre os Fundos de forma considerada equitativa aos Fundos pelo Consultor. A agregação ou agrupamento de transações para os Fundos destina-se a resultar em melhores preços para os títulos da carteira e menores comissões de corretagem, o que deve ser benéfico para os Fundos.

As comissões de corretagem agregadas pagas por cada Fundo durante os períodos fiscais encerrados em 31 de outubro de 2021, 2022 e 2023 estão estabelecidas no gráfico abaixo.

Fundo	Comissões de corretagem pagas pelo período fiscal			Data de Início de Operações de Investimento
	31 de outubro de 2021	31 de outubro de 2022	31 de outubro de 2023	
ETF Global X MSCI Colômbia	16,698	43,907	26,338	02/05/2009
Global X MSCI China Consumidor Discricionário ETF	349,533	119,607	75,849	11/30/2009

ETF Global X Mineradoras de Cobre	228,567	655,519	461,117	04/19/2010
Global X Silver Miners ETF	290,819	339,244	207,465	04/19/2010
Global X Lithium & Battery Tech ETF	3,132,832	2,290,944	844,662	07/22/2010
Global X Gold Explorers ETF	11,527	13,352	8,000	11/03/2010
Global X Uranium ETF	239,546	442,881	307,922	11/04/2010
ETF Global X MSCI Noruega*	4,432	16,255	6,900	11/09/2010
ETF Global X FTSE Sudeste Asiático	8,152	8,489	6,462	02/16/2011
Global X MSCI Argentina ETF	14,166	17,229	17,644	03/02/2011
ETF Global X SuperDividend®	887,609	1,050,139	849,278	06/08/2011
Global X Social Media ETF	112,793	38,163	29,601	11/14/2011
Global X MSCI Grécia ETF	99,958	54,004	84,725	12/07/2011
ETF Global X Guru® Index	21,688	16,118	9,303	06/04/2012
ETF Global X SuperIncome™ Preferred	102,203	44,887	112,665	07/16/2012
Global X SuperDividend® ETF dos EUA	260,645	279,648	306,147	03/11/2013
ETF Global X MSCI Nigéria	67,468	16,651	308,043	04/02/2013
ETF de chamada coberta Global X S&P 500®*	67,805	358,823	752,283	06/21/2013
Global X MSCI Next Emerging & ETF de fronteira	26,544	15,441	16,242	11/06/2013
ETF Global X NASDAQ 100® Covered Call *	236,352	528,031	2,129,269	12/11/2013
ETF Global X DAX Alemanha*	10,493	3,299	7,464	10/22/2014
ETF Global X MSCI SuperDividend® Mercados Emergentes	105,343	115,685	46,267	03/16/2015
ETF Global X SuperDividend® REIT	265,710	304,480	222,390	03/16/2015
ETF Global X Produtores de Energia Renovável	94,999	19,965	9,463	05/27/2015
Global X S&P 500® ETF Valores Católicos	6,747	4,093	5,388	04/18/2016
ETF Global X MSCI SuperDividend® EAFE	10,482	4,184	3,750	11/14/2016
Global X E-commerce ETF	14,403	15,097	6,022	11/27/2018
Global X Russell 2000 Covered Call ETF	65,255	683,913	780,297	04/17/2019
Global X S&P Catholic Values Desenvolvido ex-EUA ETF	598	695	2,226	06/22/2020
Global X Nasdaq 100® Chamada Coberta & ETF de Crescimento	2359	4,426	10,534	09/18/2020
Global X S&P 500® Covered Call & ETF de crescimento	8585	12,440	8,337	09/18/2020
ETF Global X S&P 500® Tail Risk	429	556	221	08/25/2021
ETF Global X S&P 500® de Renda Gerenciada por Risco	2,119	20,847	11,712	08/25/2021
ETF Global X S&P 500® Collar 95-110	670	1,451	483	08/25/2021
Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF	60	280	100	08/25/2021
Global X NASDAQ 100® ETF de Renda Gerenciada por Risco	355	4,856	3,623	08/25/2021
ETF Global X NASDAQ 100® Collar 95-110	137	509	384	08/25/2021
Global X MSCI Vietnã ETF	—	30,657	26,077	12/07/2021
ETF Global X Materiais Disruptivos	—	2,594	4,271	01/24/2022
ETF Global X Dow 30® Covered Call	—	26,593	89,411	02/23/2022
Global X Russell 2000 Chamada Coberta & ETF de Crescimento	—	80	1,257	10/04/2022
Global X Financials Covered Call & ETF de crescimento	—	—	12,002	11/21/2022
Global X Health Care Covered Call & Crescimento ETF	—	—	4,393	11/21/2022
Global X Tecnologia da Informação Chamada Coberta & ETF de	—	—	4,414	11/21/2022
Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF	—	—	286	02/21/2023
Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF	—	—	1,936	02/21/2023
Global X Dow 30® Chamada Coberta & ETF de Crescimento	—	—	448	07/26/2023
Global X MSCI Mercados Emergentes Coberto Call ETF	—	—	—	11/07/2023

* Reflete as comissões de corretagem agregadas pagas pelo fundo antecessor aplicável.

VOTAÇÃO POR PROCURAÇÃO

Os Fundos delegaram responsabilidades de voto por procuração ao Conselheiro, sujeito à supervisão do Conselho de Curadores. Ao delegar responsabilidades por procuração, o Conselho de Curadores determinou que as procurações sejam votadas de acordo com os melhores interesses de cada Fundo e de seus acionistas e em conformidade com todas as regras e regulamentos aplicáveis de votação por procuração. O Consultor adotou políticas e diretrizes de votação por procuração para este fim ("Políticas de Votação por Procuração") e o Consultor contratou uma empresa de solicitação de procuração terceirizada, a Glass Lewis & Co. As Políticas de Votação por Procuração foram adotadas pelo Trust como as políticas e procedimentos que o Consultor usará ao votar em procuradores em nome dos Fundos.

Além das Políticas Gerais de Votação por Procuração, o Conselheiro adotou o adendo à política de voto católico (o "Adendo à Política Católica") com relação ao Global X S&P 500® Catholic Values ETF e ao Global X S&P Catholic Values Developed ex-EUA. ETF e o adendo à política de votação ESG (Environmental, Social and Governance) para o Global X Renewable Energy Producers ETF, Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF e Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF.

I. Orientações Gerais

Exceto nos casos em que o Conselheiro forneceu a Glass Lewis uma direção diferente, a Glass Lewis concordou em votar em proxies de acordo com as recomendações desenvolvidas por Glass Lewis e supervisionadas pelo Conselheiro. As diretrizes da Glass Lewis abordam uma ampla variedade de tópicos individuais, incluindo, entre outros assuntos, direitos de voto dos acionistas, defesas anti-aquisição, estruturas do conselho, eleição de diretores, remuneração de executivos e diretores, reorganizações, fusões e várias propostas de acionistas. As diretrizes da Glass Lewis incentivam a maximização do retorno para os acionistas por meio da identificação e prevenção de riscos financeiros, de auditoria e de governança corporativa. Informações detalhadas sobre as diretrizes de votação por procuração da Glass Lewis estão disponíveis em "Proxy Paper Guidelines™" da Glass Lewis em www.glasslewis.com/guidelines.

As Políticas de Voto por Procuração visam garantir que todas as questões trazidas aos acionistas sejam analisadas à luz das responsabilidades fiduciárias do Conselheiro. As Políticas de Votação por Procuração abordam a supervisão do Conselheiro sobre Glass Lewis, bem como quando os títulos emprestados são chamados para participar de votações por procuração. Além disso, as Políticas de Votação por Procuração tratam de conflitos de interesse materiais que podem surgir entre os interesses dos Fundos e os interesses do Consultor. Em situações em que haja conflito de interesses entre os interesses do Consultor ou de suas afiliadas e os interesses dos acionistas do Fundo, o Consultor tomará as medidas necessárias para resolver o conflito e proteger os interesses dos acionistas.

II. Supervisão de Empresa de Solicitação de Terceiros

O Conselheiro revisou os princípios e procedimentos empregados pela Glass Lewis ao fazer recomendações sobre procurações de voto em cada questão apresentada, e se convenceu de que as recomendações da Glass Lewis são (i) baseadas em um nível apropriado de diligência e pesquisa, e (ii) projetadas para promover os interesses dos acionistas e não servir a outros interesses não relacionados ou impróprios. O Conselheiro deve rever as suas determinações quanto à Glass Lewis pelo menos uma vez por ano.

III. Registro do voto por procuração

Informações sobre como os Fundos votaram proxies relacionados a títulos de carteira durante o período de 12 meses mais recente encerrado em 30 de junho estão disponíveis (1) gratuitamente, mediante solicitação, ligando para 1-888-843-7824 e (2) no site da SEC em www.sec.gov.

SUBADMINISTRADOR

A SEI Investments Global Funds Services ("SEIGFS"), localizada em One Freedom Valley Drive, Oaks, PA 19456, atua como subadministradora dos Fundos. Como subadministrador, o SEIGFS fornece aos Fundos todos os serviços administrativos gerais necessários, incluindo, sem limitação, espaço de escritório, equipamento e pessoal; serviços de escritório administrativo e de retaguarda geral; serviços de escrituração, contabilidade interna e secretariado; o cálculo do NAV; e a coordenação ou preparação e arquivamento de todos os relatórios, declarações de registro, declarações de procuração e todos os outros materiais necessários para serem arquivados ou fornecidos pelos Fundos sob as leis federais e estaduais de valores mobiliários. Como compensação por esses serviços, o SEIGFS recebe certos custos do próprio bolso, taxas de transação e taxas baseadas em ativos que são acumuladas diariamente e pagas mensalmente pelo Consultor a partir de suas taxas.

DISTRIBUIDOR

O Trust celebrou um Acordo de Distribuição sob o qual a SEI Investments Distribution Co ("SIDCO"), com sede em One Freedom Valley Drive, Oaks, PA 19456, atua como subscriitora e distribuidora de Unidades de Criação dos Fundos. O distribuidor não tem obrigação de vender qualquer quantidade específica de Cotas dos Fundos. O SIDCO arca com os seguintes custos e despesas relativos à distribuição de Ações: (i) os custos de processamento e manutenção de registros de criações de Unidades de Criação; (ii) todos os custos de manutenção dos registros exigidos de um corretor/distribuidor registrado; (iii) as despesas de manutenção de seu registro ou qualificação como revendedor ou corretor nos termos de leis federais ou estaduais; (iv) taxas de arquivamento; e (v) todas as demais despesas incorridas em conexão com os serviços de distribuição previstos no Contrato de Distribuição. Nenhuma compensação é paga pelo Trust ao SIDCO por tais serviços de distribuição. O Contrato de Distribuição prevê que o Trust indenizará a SIDCO contra certas responsabilidades relacionadas a declarações inverídicas ou omissões de fato relevante, exceto aquelas resultantes da confiança em informações fornecidas ao Trust pela SIDCO, ou aquelas resultantes de má fé, má-fé ou negligência grave da SIDCO, ou desrespeito imprudente da SIDCO de seus deveres e obrigações sob o Contrato de Distribuição. A SIDCO, suas afiliadas e diretores não têm nenhum papel na determinação das políticas de investimento ou quais títulos devem ser comprados ou vendidos pelo Trust ou pelos Fundos. O Distribuidor não é afiliado ao Trust, ao Consultor ou a qualquer bolsa de valores.

Além disso, o Consultor ou suas afiliadas podem, de tempos em tempos, e com seus próprios recursos, pagar, custear ou absorver custos relacionados à distribuição, incluindo pagamentos de seus próprios recursos ao SIDCO ou promover a venda de ações.

CUSTODIANTE E AGENTES DE TRANSFERÊNCIA

Para todos os Fundos que não sejam o Global X MSCI Nigeria ETF, Global X Uranium ETF, Global X Lithium and Battery Tech ETF, Global X Guru® Index ETF, Global X SuperIncome™ Preferred ETF, Global X S&P 500® Catholic Values ETF, Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF, Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF, Global X S&P 500® Covered Call ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, Global X Russell 2000 Covered Call ETF e Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Bank of New York Mellon ("BNY Mellon"), localizado em 240 Greenwich Street, New York, New York 10286, é o custodiante dos títulos da carteira do Trust e do dinheiro em nome de cada Fundo. O BNY Mellon pode nomear subcustodiantes nacionais e estrangeiros e usar depositários de tempos em tempos para manter títulos e outros instrumentos comprados pelo Trust em países estrangeiros e para manter dinheiro e moedas para o Trust em nome de cada Fundo.

O BNY Mellon também atua como agente de transferência do Trust em nome de cada Fundo para o qual atua como custodiante. De acordo com seu contrato de agência de transferência com o Trust, o BNY Mellon se comprometeu com o Trust a fornecer os seguintes serviços com relação a cada Fundo: (i) realizar e facilitar a realização de compras e resgates de Unidades de Criação, (ii) preparar e transmitir por meio do sistema escritural da Depository Trust Company ("DTC") pagamentos de dividendos e distribuições sobre ou com relação às Ações declaradas pelo Trust em nome de cada Fundo, conforme aplicável, (iii) preparar e entregar relatórios, informações e documentos, conforme especificado no Contrato de Agência de Transferência, (iv) executar os serviços habituais de um agente de transferência e agente de desembolso de dividendos, e (v) prestar certos outros serviços diversos, conforme especificado no Contrato de Agência de Transferência ou conforme acordado de outra forma.

Para o Global X MSCI Nigeria ETF, Global X Uranium ETF, Global X Lithium and Battery Tech ETF, Global X Guru® Index ETF, Global X SuperIncome™ Preferred ETF, Global X S&P 500® Catholic Values ETF, Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF, Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF, Global X S&P 500® Covered Call ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, Global X Russell 2000 Covered Call ETF e Global X Dow 30® Covered Call ETF, Brown Brothers Harriman & Co ("BBH"), localizado em 50 Post Office Square, Boston, MA 02110, atua como custodiante dos ativos dos Fundos. Como custodiante, a BBH concordou em (1) fazer recebimentos e desembolsos de dinheiro em nome de cada Fundo, (2) coletar e receber todos os rendimentos e outros pagamentos e distribuições por conta dos investimentos da carteira de cada Fundo, (3) responder à correspondência de acionistas, corretores de valores mobiliários e outros relacionados às suas funções; e (4) fazer relatórios periódicos aos Fundos sobre as operações dos Fundos. A BBH não exerce qualquer função de supervisão sobre a compra e venda de valores mobiliários. Como compensação por esses serviços, a BBH recebe certos custos do próprio bolso, taxas de transação e taxas baseadas em ativos que são acumuladas diariamente e pagas mensalmente pelo Consultor a partir de suas taxas.

Como agente de transferência, a BBH concordou em (1) emitir e resgatar Cotas de cada Fundo, (2) fazer distribuições de dividendos e outras distribuições aos cotistas de cada Fundo, (3) responder à correspondência dos acionistas e outros relacionados às suas funções; (4) manter contas de acionistas e (5) fazer relatórios periódicos aos Fundos. Como compensação por esses serviços, a BBH recebe certos custos do próprio bolso, taxas de transação e taxas baseadas em ativos que são acumuladas diariamente e pagas mensalmente pelo Consultor a partir de suas taxas.

AGENTES DE CRÉDITO DE VALORES MOBILIÁRIOS

O Conselho de Curadores aprovou a participação de cada Fundo em um programa de empréstimo de títulos. Antes de 30 de junho de 2023, a BBH atuava como agente de empréstimo de títulos para os Fundos. De 30 de junho de 2023 até o presente, a BBH atua como agente de empréstimo de títulos para o ETF Global X Guru® Index, Global X SuperIncome™ Preferred ETF, Global X S&P 500® Catholic Values ETF e Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF.

De 30 de junho de 2023 até o presente, o BNY Mellon (juntamente com o BBH, cada um deles um "Agente de Empréstimo de Títulos") atua como agente de empréstimo de títulos para cada Fundo, exceto para o ETF Global X Guru® Index, Global X SuperIncome™ Preferred ETF, Global X S&P 500® Catholic Values ETF e o Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF. BBH e BNY Mellon atuam como agente de empréstimo de títulos para o Trust.

Para o exercício social encerrado em 31 de outubro de 2023, a receita total auferida pelos Fundos, bem como as taxas e/ou compensações pagas pelos Fundos (em dólares) de acordo com um contrato de empréstimo de títulos entre o Trust e cada Agente de Empréstimo de Valores Mobiliários foram os seguintes:

	ETF Global X MSCI Colômbia	Global X MSCI China Consumidor Discrecional ETF	ETF Global X FTSE Sudeste Asiático
Receita bruta obtida pelo Fundo com as atividades de empréstimo de títulos	\$15.301,05	\$212.189,05	\$14.426,36
Taxas pagas ao Agente de Empréstimo de Títulos a partir da divisão da receita	\$951,68	\$15.802,35	\$339,21
Taxas pagas por qualquer serviço de gestão de garantias em numerário (incluindo taxas deduzidas de um veículo de reinvestimento de garantias de numerário agrupado) não incluídas numa divisão de receitas	\$110,09	\$1.561,53	\$74,59
Taxas administrativas não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—
Taxas de indenização não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—
Desconto (pago ao mutuário)	\$7.655,58	90,632.69	11,747.55
Outras taxas não incluídas acima	—	—	—
Taxas/compensações agregadas pagas pelo Fundo por atividades de empréstimo de títulos	\$8.717,35	\$107.996,57	\$12.161,35
Resultado líquido das atividades de empréstimo de títulos	\$6.583,70	\$104.192,48	\$2.265,01

	ETF Global X MSCI Noruega	Global X MSCI Argentina ETF	Global X MSCI Grécia ETF
Receita bruta obtida pelo Fundo com as atividades de empréstimo de títulos	\$16.826,90	\$75.655,88	\$16.568,68
Taxas pagas ao Agente de Empréstimo de Títulos a partir da divisão da receita	\$692,25	\$6.630,79	\$746,40
Taxas pagas por qualquer serviço de gestão de garantias em numerário (incluindo taxas deduzidas de um veículo de reinvestimento de garantias de numerário agrupado) não incluídas numa divisão de receitas	—	\$568,86	\$126,48
Taxas administrativas não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—
Taxas de indenização não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—
Desconto (pago ao mutuário)	9,902.09	\$24.278,02	10,825.38
Outras taxas não incluídas acima	—	—	—
Taxas/compensações agregadas pagas pelo Fundo por atividades de empréstimo de títulos	\$10.594,34	\$31.477,67	\$11.698,26
Resultado líquido das atividades de empréstimo de títulos	\$6.232,56	\$44.178,21	\$4.870,42

	ETF Global X Mineradoras de Cobre	Global X Silver Miners ETF	Global X Gold Explorers ETF	Global X Uranium ETF	ETF Global X Lithium e Battery Tech
Receita bruta obtida pelo Fundo com as atividades de empréstimo de títulos	\$856.032,15	\$3.395.401,58	\$46.409,18	\$4.768.332,53	\$12.048.028,00
Taxas pagas ao Agente de Empréstimo de Títulos a partir da divisão da receita	\$72.506,99	\$113.597,60	\$1.758,32	\$432.292,85	\$1.040.861,18
Taxas pagas por qualquer serviço de gestão de garantias em numerário (incluindo taxas deduzidas de um veículo de reinvestimento de garantias de numerário agrupado) não	\$5.363,02	\$23.376,63	\$409,28	\$24.481,51	\$72.775,66
Taxas administrativas não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—	—	—
Taxas de indenização não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—	—	—
Desconto (pago ao mutuário)	286,483.19	2,509,659.41	32,866.07	\$1.442.945,78	4,041,341.72
Outras taxas não incluídas acima	—	—	—	—	—
Taxas/compensações agregadas pagas pelo Fundo por atividades de empréstimo de títulos	\$364.353,20	\$2.646.633,64	\$35.033,67	\$1.899.720,14	\$5.154.978,56
Resultado líquido das atividades de empréstimo de títulos	\$491.678,95	\$748.767,94	\$11.375,51	\$2.868.612,39	\$6.893.049,44

	Global X SuperDividend ETF	Global X Social Media ETF	Global X Guru Index ETF	Global X SuperIncome Preferred ETF	Global X SuperDividend ETF dos EUA	Global X SuperDividend REIT ETF
Receita bruta obtida pelo Fundo com as atividades de empréstimo de títulos	\$1.781.871,11	\$182.306,44	\$54.533,89	\$147.503,14	\$116.759,10	\$147.232,75
Taxas pagas ao Agente de Empréstimo de Títulos a partir da divisão da receita	\$129.909,25	\$8.051,63	\$4.968,50	\$11.419,81	\$8.808,58	\$3.607,20
Taxas pagas por qualquer serviço de gestão de garantias em numerário (incluindo taxas deduzidas de um veículo de reinvestimento de garantias de numerário agrupado)	\$9.132,92	\$1.026,52	\$301,33	\$1.067,64	\$817,66	\$1.347,11
Taxas administrativas não incluídas em uma divisão de	—	—	—	—	—	—
Taxas de indenização não incluídas em uma divisão de	—	—	—	—	—	—
Desconto (pago ao mutuário)	\$748.587,26	116,913.29	16,311.28	\$59.659,11	48,998.03	119,002.4
Outras taxas não incluídas acima	—	—	—	—	—	—
Taxas/compensações agregadas pagas pelo Fundo por atividades de empréstimo de títulos	\$887.629,43	\$125.991,44	\$21.581,11	\$72.146,56	\$58.624,27	\$123.956,71
Resultado líquido das atividades de empréstimo de	\$894.241,68	\$56.315,00	\$32.952,78	\$75.356,58	\$58.134,83	\$23.276,04

	ETF Global X SuperDividend® Mercados Emergentes	ETF Global X Produtores de Energia Renovável	Global X E-commerce ETF
Receita bruta obtida pelo Fundo com as atividades de empréstimo de títulos	\$5.556,31	\$76.663,60	\$46.264,56
Taxas pagas ao Agente de Empréstimo de Títulos a partir da divisão da receita	\$143,77	\$5.261,66	\$1.759,14
Taxas pagas por qualquer serviço de gestão de garantias em numerário (incluindo taxas deduzidas de um veículo de reinvestimento de garantias de numerário acumulado) não incluídas numa divisão de receitas	—	\$207,05	\$226,27
Taxas administrativas não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—
Taxas de indenização não incluídas em uma divisão de receita	—	—	—
Desconto (pago ao mutuário)	4,118,44	35,327,91	30,807,76
Outras taxas não incluídas acima	—	—	—
Taxas/compensações agregadas pagas pelo Fundo por atividades de empréstimo de títulos	\$4.262,21	\$40.796,62	\$32.793,17
Resultado líquido das atividades de empréstimo de títulos	\$1.294,10	\$35.866,98	\$13.471,39

Os valores do lucro líquido das atividades de empréstimo de títulos refletidos nas tabelas acima podem diferir dos valores refletidos nas Demonstrações Operacionais no relatório anual de 31 de outubro de 2023. Os valores refletidos no relatório anual de 31 de outubro de 2023 são considerados estimativas no momento da elaboração das demonstrações financeiras.

Cada Agente de Empréstimo de Valores Mobiliários presta os seguintes serviços aos Fundos em conexão com suas atividades de empréstimo de títulos: (i) celebração de empréstimos sujeitos a diretrizes ou restrições fornecidas pelos Fundos; ii) criação e manutenção de contas de garantia; (iii) acompanhamento diário do valor dos títulos e garantias emprestados; (iv) buscar garantias adicionais, conforme necessário, dos mutuários e devolver garantias aos mutuários; v) receber e deter garantias dos mutuários e facilitar o investimento e o reinvestimento de garantias em numerário; (vi) negociação de condições de empréstimo; (vii) selecionar títulos a serem emprestados sujeitos a diretrizes ou restrições fornecidas pelos Fundos; (viii) manutenção de registros e manutenção de contas; (ix) monitorar a atividade de dividendos e procuração relativa a títulos emprestados; e (x) providenciar a devolução dos títulos emprestados aos Fundos no momento da rescisão do empréstimo.

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

A Declaração de Fideicomisso ("Declaração") permite que o Conselho do Trust emita um número ilimitado de ações integrais e fracionárias de interesse benéfico de uma ou mais séries separadas que representem interesses em uma ou mais carteiras de investimento. O Conselho de Curadores ou o Trust pode criar séries adicionais e cada série pode ser dividida em classes.

De acordo com os termos da Declaração, cada Cota de cada Fundo representa um interesse proporcional no Fundo específico com outra parcela de sua classe no mesmo Fundo e tem direito a tais dividendos e distribuições dos rendimentos pertencentes ao Fundo que são autorizados pelos Fiduciários e declarados pelo Truste. Em qualquer liquidação de um Fundo, os cotistas de cada classe do Fundo têm o direito de compartilhar proporcionalmente os ativos líquidos pertencentes a essa classe disponíveis para distribuição. As ações não têm direito de preferência ou conversão. O direito de resgate está descrito no Prospecto. Além disso, de acordo com os termos da Lei de 1940, o direito de um acionista resgatar Ações e a data de pagamento por um Fundo podem ser suspensos por mais de sete dias (i) por qualquer período durante o qual a Bolsa de Valores de Nova York esteja fechada, exceto os fins de semana ou feriados habituais, ou a negociação nos mercados que o Fundo normalmente utiliza esteja fechada ou seja restrita, conforme determinado pela SEC, (ii) durante qualquer emergência, conforme determinado pela SEC, como resultado do qual não é razoavelmente praticável para tal Fundo dispor de instrumentos de sua propriedade ou determinar de forma justa o valor de seus ativos líquidos, ou (iii) por outro período que a SEC possa permitir por ordem para a proteção dos acionistas de tal Fundo. O Trust também pode suspender ou adiar o registro da transferência de suas ações mediante a ocorrência de qualquer uma das condições acima. Além disso, as Cotas de cada Fundo são resgatáveis por opção unilateral do Fundo. A Declaração permite ao Conselho alterar o número de Ações que constituem uma Unidade de Criação ou especificar que as ações de interesse benéfico do Trust podem ser resgatadas individualmente. As ações, quando emitidas conforme descrito no Prospecto, são validamente emitidas, integralmente integralizadas e não avaliáveis. Por razões de economia e conveniência, não são emitidos certificados representativos de Cotas dos Fundos.

Após a criação da(s) Unidade(s) de Criação inicial(is) de um Fundo e imediatamente antes do início da negociação das Cotas desse Fundo, um detentor de Ações pode ser uma "pessoa de controle" do Fundo, conforme definido na Lei de 1940. Um Fundo não pode prever o período de tempo pelo qual um ou mais cotistas podem permanecer como uma pessoa de controle do Fundo.

Os recursos recebidos por cada Fundo para cada emissão ou venda de suas Ações, e todos os rendimentos líquidos de investimentos, ganhos realizados e não realizados e seus proventos, sujeitos apenas aos direitos dos credores desse Fundo, serão especificamente alocados e constituirão os ativos subjacentes desse Fundo. Os ativos subjacentes de cada Fundo serão segregados nos livros contábeis e serão cobrados com os passivos em relação a esse Fundo e com uma parte dos passivos gerais do Fundo. As despesas relativas aos Fundos são normalmente repartidas proporcionalmente ao NAV do respectivo Fundo, excepto nos casos em que as dotações de despesas directas possam ser efectuadas de outra forma.

Os acionistas têm direito a um voto para cada Ação detida integralmente e votos fracionados proporcionais para as Ações fracionárias detidas. Os fundos do Trust com direito a voto em uma matéria votarão no agregado e não por fundo, exceto quando exigido por lei ou quando a matéria a ser votada afetar apenas os interesses dos acionistas de um determinado fundo ou classe.

A regra 18f-2 sob a Lei de 1940 prevê que qualquer matéria exigida pelas disposições da Lei de 1940 ou da lei estadual aplicável, ou de outra forma, a ser submetida aos detentores dos títulos votantes em circulação de uma empresa de investimento (como o Trust) não será considerada como tendo sido efetivamente atendida, a menos que aprovada pelos detentores da maioria das ações em circulação de cada carteira de investimento afetada por tal matéria. A regra 18f-2 prevê ainda que uma carteira de investimento será considerada afetada por uma questão, a menos que os interesses de cada carteira de investimento na matéria sejam substancialmente idênticos ou a matéria não afete qualquer interesse da carteira de investimento. Nos termos da Regra 18f-2, a aprovação de um Acordo de Consultoria de Investimento, de um plano de distribuição sujeito à Regra 12b-1 ao abrigo da Lei de 1940 ou de qualquer alteração na política de investimento fundamental só seria efetivamente aplicada em relação a uma carteira de investimentos se aprovada pela maioria das ações em circulação dessa carteira de investimentos. No entanto, a regra 18f-2 também prevê que a ratificação da nomeação de contabilistas independentes, a aprovação dos principais contratos de subscrição e a eleição de administradores estão isentas dos requisitos de votação em separado acima referidos.

O Trust não é obrigado a realizar reuniões anuais de acionistas e não pretende realizá-las. No caso de uma assembleia de acionistas, cada ação do Trust terá direito, conforme determinado pelos Administradores sem o voto ou consentimento dos acionistas, a um voto para cada ação representada por tais ações em todos os assuntos apresentados aos acionistas, incluindo a eleição de Administradores (este método de votação é referido como "voto baseado em dólares"). No entanto, na medida exigida pela Lei de 1940 ou determinada de outra forma pelos Administradores, as séries e classes do Trust votarão separadamente umas das outras. Os acionistas do Trust não têm direito de voto cumulativo na eleição de Trustees e, portanto, os detentores de mais de 50% do poder de voto agregado do Trust podem eleger todos os Trustees, independentemente do voto dos outros acionistas. As reuniões de acionistas do Trust, ou qualquer série ou classe destes, podem ser convocadas pelos Administradores, pelo Presidente ou Secretário do Trust ou mediante solicitação por escrito dos titulares de pelo menos a maioria das ações com direito a voto em tal reunião. Os acionistas do Trust terão direito a voto apenas com relação ao número limitado de assuntos especificados na Declaração e outros assuntos que os Administradores possam determinar ou possam ser exigidos por lei.

A Declaração autoriza os Fiduciários, sem aprovação dos acionistas (exceto conforme indicado no parágrafo seguinte), a fazer com que o Trust, ou qualquer série dele, se funda ou consolide com qualquer corporação, associação, trust ou outra organização ou venda ou permuta a totalidade ou substancialmente todos os bens pertencentes ao Trust, ou qualquer série deles. Além disso, os Administradores, sem aprovação dos acionistas, podem adotar uma estrutura "master-feeder", investindo substancialmente todos os ativos de uma série do Trust em títulos de outra empresa de investimento aberta ou carteira conjunta.

A Declaração também autoriza os Fiduciários, em conexão com a extinção ou outra reorganização do Trust ou de qualquer série ou classe por meio de fusão, consolidação, venda da totalidade ou substancialmente todos os ativos, ou de outra forma, a classificar os acionistas de qualquer classe em um ou mais grupos separados e a prever o tratamento diferenciado das ações detidas pelos diferentes grupos, desde que tal extinção ou reorganização seja aprovada pela maioria dos títulos com direito a voto em circulação (conforme definido na Lei de 1940) de cada grupo de acionistas assim classificados.

A Declaração permite que os Administradores alterem a Declaração sem o voto dos acionistas. No entanto, os acionistas do Trust têm o direito de votar em qualquer alteração: (i) que afete negativamente os direitos de voto dos acionistas especificados na Declaração; (ii) que seja obrigada por lei a ser aprovada pelos acionistas; (iii) à seção de alteração da Declaração; ou (iv) que os administradores decidam submeter aos acionistas.

A Declaração permite a rescisão do Trust ou de qualquer série ou classe do Trust: (i) pelo voto da maioria dos acionistas afetados em uma reunião de acionistas do Trust, série ou classe; ou (ii) pelo voto da maioria dos Administradores sem aprovação dos acionistas, se os Fiduciários determinarem que tal ação é do melhor interesse do Fideicomisso ou de seus acionistas. Os fatores e eventos que os Fiduciários podem levar em conta ao fazer tal determinação incluem: (i) a incapacidade do Trust ou de qualquer série ou classe de manter seus ativos em um tamanho apropriado; (ii) alterações nas leis ou regulamentos que regem o Trust, ou qualquer série ou classe destes, ou que afetem ativos do tipo em que investe; ou (iii) desenvolvimentos ou tendências econômicas que tenham um impacto adverso significativo em seus negócios ou operações.

No caso de uma rescisão do Trust ou de um Fundo, o Conselho, a seu exclusivo critério, poderia determinar permitir que as ações fossem resgatáveis em agregações menores do que as Agregações de Unidade de Criação ou que fossem resgatáveis individualmente. Em tal circunstância, o Trust pode fazer resgates em espécie, por dinheiro ou por uma combinação de dinheiro ou títulos.

A Declaração estabelece que os Fiduciários não serão responsáveis perante qualquer outra pessoa que não seja o Trust ou um acionista e que um Trustee não será responsável por qualquer ato como Trustee. Além disso, sujeito à lei federal aplicável, nenhuma pessoa que seja ou tenha sido um Administrador ou diretor do Trust será responsável perante o Trust ou qualquer acionista por danos em dinheiro, exceto por responsabilidade resultante de (a) recebimento efetivo de um benefício ou lucro indevido em dinheiro, propriedade ou serviços ou (b) desonestidade ativa e deliberada estabelecida por uma sentença final e que seja material para a causa da ação. No entanto, nada na Declaração protege um Administrador contra qualquer responsabilidade a que ele ou ela estaria sujeito por motivo de prevaricação intencional, má-fé, negligência grave ou desrespeito imprudente dos deveres envolvidos na condução de seu cargo. A Declaração prevê a indenização dos Fiduciários e diretores do Trust, a menos que o indenizado seja responsável perante o Trust ou qualquer acionista em razão de dolo eventual, má-fé, negligência grave ou desrespeito imprudente dos deveres envolvidos na condução do cargo de tal pessoa.

A Declaração prevê que cada acionista, em virtude de se tornar tal, será considerado como tendo expressamente concordado e concordado com os termos da Declaração.

A Declaração prevê que um acionista do Trust só pode propor uma ação derivativa em nome do Trust se as seguintes condições forem atendidas: (i) o acionista era acionista no momento da ação reclamada; (ii) o acionista era acionista no momento da demanda; (iii) o acionista deve exigir aos Fiduciários antes de iniciar uma ação derivativa em nome do Trust; (iv) quaisquer acionistas que detenham pelo menos 10% das ações em circulação do Trust (ou 10% das ações em circulação da série ou classe a que tal ação se refere) devem se juntar ao pedido para que os Administradores iniciem tal ação; e (v) os administradores devem ter um tempo razoável para considerar tal solicitação dos acionistas e investigar a base de tal reivindicação. A Declaração também prevê que nenhuma pessoa, além dos Fiduciários, que não seja acionista de uma determinada série ou classe terá o direito de mover qualquer ação derivada, ação ou outro processo em nome ou com relação a tal série ou classe. Os Fiduciários terão o direito de reter advogados ou outros consultores na consideração do mérito do pedido e exigirão um compromisso dos acionistas que fizerem tal solicitação de reembolsar o Trust pelas despesas de tais consultores no caso de os Curadores decidirem não mover tal ação.

O termo "maioria das ações em circulação" do Trust ou de um determinado fundo ou carteira de investimentos significa, no que diz respeito à aprovação de um Acordo de Consultoria de Investimento, um plano de distribuição ou uma mudança na política de investimento fundamental, o voto do menor de (i) 67% ou mais das ações do Trust ou de tal fundo ou carteira presentes em uma reunião, se os detentores de mais de 50% das ações em circulação do Trust ou de tal fundo ou carteira estiverem presentes ou representados por procuração, ou (ii) mais de 50% das ações em circulação do Trust ou de tal fundo ou carteira.

SISTEMA SOMENTE ESCRITURAL

As informações a seguir complementam e devem ser lidas em conjunto com a seção "Informações aos Acionistas" no Prospecto. A Depository Trust Company ("DTC") atua como Depositária de Valores Mobiliários para as ações do Trust. As cotas de cada Fundo são representadas por títulos registrados em nome da DTC ou de seu indicado e depositados com, ou em nome da, DTC.

A DTC, uma sociedade fiduciária de propósito limitado, foi criada para deter valores mobiliários de seus participantes ("Participantes DTC") e para facilitar a compensação e liquidação de transações de valores mobiliários entre os Participantes DTC em tais valores mobiliários por meio de alterações escriturais eletrônicas nas contas dos Participantes DTC, eliminando assim a necessidade de movimentação física de certificados de valores mobiliários. Os participantes do DTC incluem corretores e negociadores de valores mobiliários, bancos, empresas fiduciárias, corporações de compensação e algumas outras organizações, algumas das quais (e/ou seus representantes) possuem a DTC. Mais especificamente, a DTC é uma subsidiária da Depository Trust and Clearing Corporation ("DTCC"), que pertence às suas firmas-membro, incluindo corretoras/dealers internacionais, correspondentes e bancos de compensação, empresas de fundos mútuos e bancos de investimento. O acesso ao sistema DTC também está disponível para outros, como bancos, corretoras, revendedores e empresas fiduciárias que limpam ou mantêm um relacionamento de custódia com um Participante DTC, direta ou indiretamente ("Participantes Indiretos").

A propriedade efetiva de ações é limitada a Participantes da DTC, Participantes Indiretos e pessoas que detenham interesses por meio de Participantes da DTC e Participantes Indiretos. A propriedade de interesses benéficos em ações (os proprietários de tais interesses benéficos são aqui referidos como "Beneficiários Efetivos") é mostrada, e a transferência de propriedade é efetuada apenas por meio de registros mantidos pela DTC (com relação aos Participantes da DTC) e nos registros dos Participantes da DTC (com relação aos Participantes Indiretos e Beneficiários Efetivos que não são Participantes da DTC). Os Beneficiários Efetivos receberão de ou através do Participante do CDC uma confirmação por escrito relativa à sua compra de ações. As leis de algumas jurisdições podem exigir que certos compradores de títulos façam a entrega física de tais títulos em forma definitiva. Tais leis podem prejudicar a capacidade de certos investidores de adquirir participações benéficas em ações.

Os beneficiários efetivos de ações não têm direito a ter ações registradas em seu nome, não receberão ou terão direito a receber a entrega física de certificados em forma definitiva e não são considerados o titular registrado dos mesmos. Assim, cada Beneficiário Efetivo deve confiar nos procedimentos da DTC, do Participante da DTC e de qualquer Participante Indireto através do qual tal Beneficiário Efetivo detém seus interesses, para exercer quaisquer direitos de um titular de ações. O Trust entende que, de acordo com a prática existente do setor, no caso de o Trust solicitar qualquer ação dos detentores de ações, ou um Beneficiário Efetivo desejar tomar qualquer ação que a DTC, como a proprietária recorde de todas as ações em circulação, tenha o direito de tomar, a DTC autorizaria os Participantes da DTC a tomar tal ação e que os Participantes da DTC autorizariam os Participantes Indiretos e os Beneficiários Efetivos agindo por meio de tais Participantes da DTC a tomar tal ação e, de outra forma, agiria de acordo com as instruções dos Beneficiários Efetivos que possuem através deles. Conforme descrito acima, o Trust reconhece a DTC ou seu indicado como o proprietário de todas as ações para todos os fins.

A transmissão de todos os avisos, declarações e outras comunicações aos Beneficiários Efetivos é efetuada da seguinte forma. De acordo com o Acordo de Depositário entre o Trust e o DTC, o DTC é obrigado a disponibilizar ao Trust mediante solicitação e por uma taxa a ser cobrada do Trust uma listagem das participações acionárias de cada Participante do DTC. O Trust deve perguntar a cada um desses Participantes da CDC sobre o número de Beneficiários Efetivos que detêm ações dos Fundos, direta ou indiretamente, por meio desse Participante da CDC. O Fideicomisso fornecerá a cada Participante do CDC cópias de tal aviso, declaração ou outra comunicação, em tal forma, número e no local em que tal Participante do CDC possa razoavelmente solicitar, a fim de que tal aviso, declaração ou comunicação possa ser transmitido por tal Participante do CDC, direta ou indiretamente, a tais Beneficiários Efetivos. Além disso, o Trust pagará a cada um desses Participantes do CDC um valor justo e razoável como reembolso pelas despesas decorrentes de tal transmissão, tudo sujeito aos requisitos estatutários e regulamentares aplicáveis.

As distribuições de ações serão feitas à DTC ou ao seu indicado, Cede & Co., como titular nominativo de todas as ações do Trust. A DTC ou seu indicado, após o recebimento de tais distribuições, creditará imediatamente as contas dos Participantes da DTC com pagamentos em valores proporcionais aos seus respectivos interesses benéficos em ações, conforme mostrado nos registros da DTC ou de seu indicado. Os pagamentos pelos Participantes do CDC aos Participantes Indiretos e Beneficiários Efetivos de

ações detidas por meio desses Participantes do CDC serão regidos por instruções permanentes e práticas habituais, como é agora o caso dos títulos mantidos para as contas de clientes em forma de portador ou registrados em um "nome de rua", e serão de responsabilidade de tais Participantes do CDC. O Trust não tem qualquer responsabilidade por quaisquer aspectos dos registros relacionados ou avisos aos Beneficiários Efetivos, ou pagamentos efetuados por conta de interesses de beneficiários efetivos em tais ações, ou por manter, supervisionar ou rever quaisquer registros relacionados com tais interesses de beneficiários efetivos ou por qualquer outro aspecto da relação entre a DTC e os Participantes da DTC ou a relação entre esses Participantes da DTC e os Participantes Indiretos e Beneficiários Efetivos que detêm através de tais Participantes DTC.

A DTC pode determinar a interrupção da prestação de seu serviço com relação a ações do Trust a qualquer momento, dando aviso razoável ao Trust e cumprindo suas responsabilidades com relação a ele de acordo com a lei aplicável. Em tais circunstâncias, o Trust tomará medidas para encontrar um substituto para a DTC desempenhar suas funções a um custo comparável ou, se tal substituição não estiver disponível, para emitir e entregar certificados impressos representando a propriedade de ações, a menos que o Trust faça outros acordos com relação a eles satisfatórios para a Bolsa na qual as ações estão listadas.

COMPRA E RESGATE DE UNIDADES DE CRIAÇÃO

TRANSAÇÕES EM UNIDADES DE CRIAÇÃO

O Fundo pode emitir ou resgatar Unidades de Criação em troca de uma "cesta personalizada" ou uma "cesta padrão" de dinheiro e/ou títulos que o Fundo especificar em qualquer Dia Útil (definido abaixo). Uma cesta personalizada é definida como (i) uma cesta que é composta por uma seleção não representativa das participações em carteira do fundo negociado em bolsa; ou (ii) uma cesta representativa diferente da cesta inicial utilizada nas transações no mesmo dia útil. Uma cesta padrão é uma cesta de títulos, ativos ou outras posições que geralmente é representativa da carteira do Fundo em troca da qual um fundo negociado em bolsa emite (ou em troca do qual ele resgata) unidades de criação.

Todas as cestas padrão e personalizadas serão regidas pelas políticas e procedimentos escritos do Trust para a criação de cestas, incluindo (com relação a cestas personalizadas): (i) parâmetros detalhados para a construção e aceitação de cestas personalizadas que sejam do melhor interesse do Fundo e de seus acionistas, incluindo o processo para quaisquer revisões ou desvios de, esses parâmetros; e (ii) uma especificação dos títulos ou funções dos funcionários do Conselheiro (e do Suborientador) que são obrigados a revisar cada cesta personalizada para conformidade com esses parâmetros.

AGREGAÇÕES DE UNIDADES DE CRIAÇÃO

O Trust emite e vende Cotas de cada Fundo apenas em Agregações de Unidade de Criação. O Conselho reserva-se o direito de declarar um desdobramento ou uma consolidação no número de ações em circulação de qualquer fundo do Trust, e de fazer uma alteração correspondente no número de ações que constituem uma Unidade de Criação, no caso de o preço por ação no mercado secundário subir (ou diminuir) para um montante que esteja fora do intervalo considerado desejável pelo Conselho.

COMPRA E EMISSÃO DE AGREGAÇÕES DE UNIDADES DE CRIAÇÃO

Geral. O Trust emite e vende Cotas de cada Fundo apenas em Unidades de Criação de forma contínua através do Distribuidor, sem carga de vendas, no NAV do Fundo determinado após o recebimento, em qualquer Dia Útil (conforme definido neste documento), de um pedido em forma adequada.

Um "Dia Útil" em relação a cada Fundo é qualquer dia em que a NYSE esteja aberta para negócios. A partir da data desta SAI, a NYSE observa os seguintes feriados: Dia de Ano Novo, Dia de Martin Luther King Jr., Dia dos Presidentes, Sexta-feira Santa, Dia do Memorial, Dia da Independência Nacional de Juneteenth, Dia da Independência, Dia do Trabalho, Dia de Ação de Graças e Dia de Natal.

Depósito em Carteira. A contraprestação para a compra de uma Unidade de Criação de Cotas de um Fundo geralmente consiste no depósito em espécie de uma carteira designada de títulos (os "Títulos de Depósito") constituindo uma representação otimizada

do Índice Subjacente do Fundo e uma quantia de dinheiro em dólares americanos calculada conforme descrito abaixo (o "Componente de Caixa"). Juntos, os Títulos de Depósito e o Componente Caixa constituem o "Depósito em Carteira", que representa o valor mínimo de investimento inicial e subsequente para uma Unidade de Criação desse Fundo. O Componente Caixa é um valor igual ao Valor de Balanceamento (conforme definido abaixo). O "Valor de Equilíbrio" é um valor igual à diferença entre (x) o valor patrimonial líquido (por Unidade de Criação) de um Fundo e (y) o "Valor de Depósito" que é o valor de mercado (por Unidade de Criação) dos Títulos de Depósito. O Balanceamento tem a função de compensar eventuais diferenças entre o valor patrimonial líquido por Unidade de Criação e o Valor do Depósito. Se o Valor do Balanceamento for um número positivo (*ou seja*, o valor patrimonial líquido por Unidade de Criação for maior que o Valor do Depósito), o Participante Autorizado entregará o Valor do Saldo. Se o Valor do Balanceamento for um número negativo (*ou seja*, o valor patrimonial líquido por Unidade de Criação for menor que o Valor do Depósito), o Participante Autorizado receberá o Valor do Saldo. O pagamento de qualquer imposto de selo ou outras taxas e despesas similares a pagar aquando da transferência da propriedade efetiva dos Títulos de Depósito será da exclusiva responsabilidade do Participante Autorizado que adquiriu a Unidade de Criação. O Participante Autorizado deve assegurar que todos os Títulos de Depósito denotem adequadamente a alteração na propriedade efetiva.

O Consultor disponibiliza através do NSCC em cada Dia Útil, antes da abertura dos negócios na Bolsa relevante (atualmente 9:30 a.m., Horário do Leste), a lista dos nomes e o número necessário de cotas de cada Título de Depósito a serem incluídos no Depósito de Carteira atual (com base em informações no final do Dia Útil anterior) para cada Fundo. Tais Títulos de Carteira são aplicáveis, sujeitos a quaisquer ajustes conforme descrito abaixo, às compras de Unidades de Criação de um determinado Fundo até que a próxima composição de Títulos de Depósito anunciada seja disponibilizada.

A identidade e o número de cotas dos Títulos de Depósito necessários para um Depósito em Carteira para cada Fundo mudam de acordo com mudanças na composição da carteira do Fundo e à medida que ajustes de reequilíbrio e eventos de ação corporativa são refletidos de tempos em tempos pelo Consultor com vistas ao objetivo de investimento do Fundo. A composição dos Títulos de Depósito também pode sofrer alterações em resposta a ajustes na ponderação ou composição dos títulos que constituem o Índice Subjacente.

Além disso, o Trust reserva-se o direito de permitir ou exigir a substituição de uma quantia em dinheiro (que é um montante de "dinheiro em substituição") a ser adicionada ao Componente de Caixa para substituir qualquer Garantia de Depósito que possa não estar disponível em quantidade suficiente para entrega ou que possa não ser elegível para transferência através dos sistemas da DTC ou do processo de compensação ou por outras razões semelhantes. O Trust também se reserva o direito de permitir ou exigir um valor em dinheiro em vez de dinheiro quando a entrega de Títulos de Depósito pelo Participante Autorizado for restrita sob as leis de valores mobiliários ou quando a entrega de Títulos de Depósito ao Participante Autorizado resultar na disposição de Títulos de Depósito pelo Participante Autorizado tornando-se restrita sob as leis de valores mobiliários, e em algumas outras situações. Os ajustes descritos acima refletirão alterações, conhecidas pelo Consultor na data do anúncio, a vigorar até o momento da entrega do Depósito da Carteira, na composição do Índice Subjacente, ou resultantes de desdobramentos de ações e outros atos societários.

Além da relação de nomes e números de títulos que constituem os Títulos de Depósito Corrente de um Depósito em Carteira, em cada Dia Útil, será disponibilizado o Componente Caixa vigente até e incluindo o Dia Útil anterior, por Unidade de Criação em circulação de cada Fundo.

Papel do Participante Autorizado. As Unidades de Criação de ações somente poderão ser adquiridas por ou por meio de um Participante DTC que tenha celebrado um Contrato de Participante Autorizado com o Distribuidor. Tal Participante Autorizado concordará de acordo com os termos de tal Acordo de Participante Autorizado em seu nome ou de qualquer investidor em cujo nome agirá, conforme o caso, de acordo com certas condições, incluindo que tal Participante Autorizado disponibilizará antecipadamente a cada compra de Unidades de Criação uma quantia em dinheiro suficiente para pagar o Componente de Caixa, uma vez que o NAV de uma Unidade de Criação é determinado em seguida após o recebimento da ordem de compra em forma adequada, juntamente com a taxa de transação descrita abaixo. O Participante Autorizado pode exigir que o investidor entre em um acordo com esse Participante Autorizado com relação a certos assuntos, incluindo o pagamento do Componente em Dinheiro. Os investidores que não são Participantes Autorizados devem tomar as devidas providências com um Participante Autorizado. Os

investidores devem estar cientes de que sua corretora em particular pode não ser um Participante DTC ou pode não ter assinado um Contrato de Participante Autorizado, e que, portanto, as ordens de compra de Unidades de Criação podem ter que ser colocadas pela corretora do investidor por meio de um Participante Autorizado. Como resultado, as ordens de compra feitas por meio de um Participante Autorizado podem resultar em encargos adicionais para esse investidor. O Fundo não espera celebrar um Contrato de Participante Autorizado com mais de um pequeno número de Participantes do CDC que tenham recursos internacionais. Uma lista dos atuais Participantes Autorizados pode ser obtida junto ao Distribuidor.

Ordem de compra. Para iniciar um pedido de uma Unidade de Criação de cotas de um Fundo, o Participante Autorizado deve enviar ao Distribuidor uma ordem irrevogável de compra de Cotas de um Fundo. Com relação a um Fundo, o Distribuidor notificará o Consultor e o Custodiante de tal ordem. O Custodiante fornecerá essas informações ao(s) subguardião(s) local(is) apropriado(s). O Custodiante fará com que o(s) subcustodiante(s) local(is) apropriado(s) de um Fundo mantenha uma conta na qual o Participante Autorizado entregará, em seu nome ou da parte em nome da qual está atuando, os títulos incluídos no Depósito de Carteira designado (ou o valor em dinheiro da totalidade ou de parte de tais títulos, no caso de uma compra em dinheiro permitida ou exigida ou quantia em dinheiro em vez disso), com quaisquer ajustes apropriados, conforme aconselhado pelo Trust. Os Títulos de Depósito devem ser entregues em uma conta mantida no subcustodiante local aplicável. Aqueles que fizerem pedidos para comprar Unidades de Criação por meio de um Participante Autorizado devem dar tempo suficiente para permitir o envio adequado da ordem de compra ao Distribuidor até o horário limite (conforme descrito abaixo) em tal Dia Útil.

O Participante Autorizado também deve disponibilizar na data de liquidação contratual ou antes dela, por meios satisfatórios para o Trust, fundos imediatamente disponíveis ou no mesmo dia em dólares americanos estimados pelo Trust como suficientes para pagar o Componente de Caixa próximo determinado após a aceitação da ordem de compra, juntamente com a taxa de transação de compra aplicável. Quaisquer fundos excedentes serão devolvidos após a liquidação da emissão da Unidade de Criação. Aqueles que efetuam ordens devem determinar o prazo aplicável para transferências de dinheiro contactando o departamento de operações da corretora ou instituição depositária que efetua a transferência da Componente de Numerário. É provável que esse prazo seja significativamente anterior ao horário de fechamento do pregão regular na Bolsa.

Os investidores devem estar cientes de que um Participante Autorizado pode exigir que as ordens de compra de ações colocadas com ele sejam na forma específica exigida pelo Participante Autorizado individual.

Momento de Envio de Ordens de Compra. Para o Global X S&P 500® Covered Call ETF, o Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call ETF, o Global X S&P 500® Covered Call & Growth ETF, o Global X NASDAQ 100® Covered Call & Growth ETF, o Global X S&P 500® Tail Risk ETF, o Global X S&P 500® Risk Managed Income ETF, o Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF, o Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, o Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, o Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, o Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF, o Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF, o Global X Dow 30® Covered Call & Growth ETF e o Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF, um Participante Autorizado deve enviar uma ordem de compra irrevogável até as 14:00, horário do leste ou (ii) duas horas antes do horário de fechamento da sessão de negociação na Bolsa do Fundo relevante, em qualquer Dia Útil, a fim de receber o NAV desse Dia Útil. Para o ETF Global X MSCI Colômbia e o ETF Global X MSCI Argentina, um Participante Autorizado deve enviar uma ordem de compra irrevogável até (i) 13:00, horário do leste ou (ii) duas horas antes do horário de fechamento do pregão na Bolsa do Fundo relevante, em qualquer Dia Útil, a fim de receber o NAV desse Dia Útil. Para todos os Fundos que não sejam o Global X MSCI Colômbia ETF, Global X MSCI Argentina ETF, Global X S&P 500® Covered Call ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, Global X Russell 2000 Covered Call ETF, Global X S&P 500® Covered Call & Growth ETF, Global X NASDAQ 100® Covered Call & Growth ETF, o Global X S&P 500® Tail Risk ETF, o Global X S&P 500® Risk Managed Income ETF, o Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF, o Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, o Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, o Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, o Global X Dow 30® Covered Call ETF, o Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, o Global X Financials Covered Call & Growth ETF, o Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, o Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, o Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF, o Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF, o Global X Dow 30® Covered Call & Growth ETF e o Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF, um Participante Autorizado deve enviar uma ordem de compra irrevogável o mais tardar antes das (i) 16:00, horário do leste ou (ii) o horário de fechamento da sessão de negociação na Bolsa do Fundo relevante, em qualquer Dia Útil para receber o NAV desse Dia Útil.

Aceitação de Ordem de Compra. Sujeito às condições de que (i) uma ordem de compra irrevogável tenha sido apresentada pelo Participante Autorizado (por conta própria ou em nome de outro investidor) e (ii) estejam em vigor acordos satisfatórios para o Trust para o pagamento do Componente de Caixa e quaisquer outros valores em dinheiro que possam ser devidos, o Trust aceitará a ordem, sujeito ao seu direito (e ao direito do Distribuidor e do Consultor) de rejeitar qualquer pedido até a aceitação.

Uma vez que o Trust tenha aceitado uma ordem, após a próxima determinação do NAV das ações, o Trust confirmará a emissão de uma Unidade de Criação do Fundo, contra recebimento de pagamento, em tal NAV. O Distribuidor transmitirá então uma confirmação de aceitação ao Participante Autorizado que fez o pedido.

A SEC expressou a opinião de que uma suspensão de criações que prejudique o mecanismo de arbitragem aplicável à negociação de ações de ETF no mercado secundário é inconsistente com a Regra 6c-11 sob a Lei de 1940. A posição da SEC não proíbe a suspensão ou rejeição de criações em todas as instâncias. O Trust reserva-se o direito, na medida em que seja consistente com as disposições da Regra 6c-11 sob a Lei de 1940 e a posição da SEC, de rejeitar ou revogar a aceitação de uma ordem de compra transmitida a ele pelo Distribuidor em relação a qualquer Fundo, incluindo casos em que: (a) a ordem não esteja em forma adequada; (b) o(s) investidor(es), ao obter as ações ordenadas, passaria a deter 80% ou mais das cotas atualmente em circulação de qualquer Fundo; (c) os Títulos de Depósito entregues não estão em conformidade com a identificação e o número de ações divulgadas através das instalações do NSCC para essa data pelo Consultor, conforme descrito acima; (d) a aceitação do Depósito em Carteira seria, na opinião do advogado, ilegal; ou (e) no caso de circunstâncias fora do controle do Trust, do Distribuidor e do Consultor impossibilitarem, para todos os fins práticos, o processamento de ordens de compra. Exemplos de tais circunstâncias incluem atos de Deus; problemas de serviço público ou de utilidade pública que resultem em falhas de telefone, telecópia ou computador; incêndios, inundações ou condições meteorológicas extremas; condições de mercado ou atividades que causem paralisações de negociação; falhas de sistemas que envolvam computadores ou outros sistemas de informação que afetem o Trust, o Distribuidor, o DTC, o NSCC, o Consultor, o Custodiante, um subcustodiante ou qualquer outro participante no processo de criação; e eventos extraordinários semelhantes. O Fideicomisso notificará um potencial comprador e/ou o Participante Autorizado agindo em nome de tal pessoa de sua rejeição do pedido de tal pessoa. O Trust, o Custodiante, qualquer subcustodiante e o Distribuidor não têm o dever, no entanto, de notificar quaisquer defeitos ou irregularidades na entrega de Depósitos em Carteira, nem incorrerão em qualquer responsabilidade pela falta de tal notificação.

Emissão de uma Unidade de Criação. Exceto conforme disposto neste documento, uma Unidade de Criação de cotas de um Fundo não será emitida até que a transferência de boa titularidade para o Trust dos Títulos de Depósito e o pagamento do Componente de Caixa tenham sido concluídos. Quando o(s) subcustodiante(s) local(is) aplicável(is) tiver confirmado ao Custodiante que os títulos necessários incluídos no Depósito da Carteira (ou o valor em dinheiro do mesmo) foram entregues na conta do subcustodiante ou subcustodiantes locais aplicáveis, o Distribuidor e o Consultor serão notificados de tal entrega, e o Trust emitirá e causará a entrega da Unidade de Criação. As Unidades de Criação normalmente são emitidas em uma base "T+2" (ou seja, dois Dias Úteis após a data de negociação). No entanto, conforme discutido nesta SAI, o Fundo reserva-se o direito de liquidar transações de resgate e entregar proventos de resgate relacionados a "investimentos estrangeiros" (ou seja, qualquer título, ativo ou outra posição do Fundo emitida por um emissor estrangeiro que seja negociada em um mercado de negociação fora dos Estados Unidos) em mais de sete dias com liquidação assim que possível, mas o mais tardar 15 dias após a oferta de ações para resgate, a fim de acomodar feriados do mercado local, ou séries de feriados consecutivos, ou os ciclos de entrega prolongados para a transferência de investimentos estrangeiros.

Na medida prevista pelo acordo de um Participante Autorizado com o Distribuidor, o Trust emitirá Unidades de Criação para tal Participante Autorizado, não obstante o fato de que os Depósitos de Carteira correspondentes não tenham sido recebidos em parte ou no todo, com base no compromisso do Participante Autorizado de entregar os Títulos de Depósito ausentes o mais rápido possível, cujo compromisso será garantido pela entrega e manutenção por parte do Participante Autorizado de garantias de valor igual a 110%, que o Consultor pode alterar de tempos em tempos, do valor dos Títulos de Depósito em falta, de acordo com os procedimentos então vigentes do Trust. Essa garantia deve ser entregue até às 14h00, horário do leste, na data de liquidação contratual. A única garantia que é aceitável para o Trust é dinheiro em dólares americanos ou uma carta de crédito irrevogável em forma, e sacado em um banco, que é satisfatório para o Trust. A garantia em dinheiro lançada pelo Participante Autorizado poderá ser investida por conta e risco do Participante Autorizado, e os rendimentos, se houver, em garantia em dinheiro investido

serão pagos a esse Participante Autorizado. Informações sobre os procedimentos atuais do Trust para garantia de Títulos de Depósito em falta estão disponíveis na Distribuidora. O Acordo de Participante Autorizado permitirá que o Trust compre os Títulos de Depósito ausentes a qualquer momento e sujeitará o Participante Autorizado à responsabilidade por qualquer déficit entre o custo para o Trust de comprar tais títulos e a garantia em dinheiro ou o valor que possa ser sacado sob qualquer carta de crédito.

Em certos casos, os Participantes Autorizados criarão e resgatarão Unidades de Criação na mesma data de negociação. Nestes casos, o Trust reserva-se o direito de liquidar estas transações numa base líquida. Todas as questões relativas ao número de ações de cada título nos Títulos de Depósito e à validade, forma, elegibilidade e aceitação para depósito de quaisquer títulos a serem entregues serão determinadas pelo Trust, e a determinação do Trust será final e vinculante.

Método de compra à vista. Quando as compras em dinheiro de Unidades de Criação estiverem disponíveis ou especificadas para um Fundo, elas serão efetuadas essencialmente da mesma maneira que as compras em espécie das mesmas. Além disso, o Trust pode, a seu critério, disponibilizar Unidades de Criação de qualquer um dos outros fundos para compra e resgate em dólares americanos. No caso de uma compra em dinheiro, o investidor deve pagar o equivalente em dinheiro dos Títulos de Depósito que seria obrigado a fornecer por meio de uma compra em espécie, mais o mesmo Componente de Caixa exigido para ser pago por um comprador em espécie. Além disso, para compensar a corretagem do Trust e outros custos de transação associados ao uso do dinheiro para comprar os Títulos de Depósito necessários, o investidor será obrigado a pagar uma taxa de transação de compra fixa, mais um encargo variável adicional para compras em dinheiro, que é expresso como uma porcentagem do valor dos Títulos de Depósito. As taxas de transação para compras em espécie e em dinheiro de Unidades de Criação são descritas abaixo.

Taxa de transação de compra. Uma taxa de transação de criação padrão é imposta para compensar a transferência, processamento e outros custos de transação associados à emissão de Unidades de Criação. A taxa de transação de criação padrão é cobrada em cada Unidade de Criação criada por um Participante Autorizado no dia da transação. A taxa de transação de criação padrão é geralmente fixada no valor mostrado na tabela, independentemente do número de Unidades de Criação que estão sendo compradas, mas pode ser reduzida por cada Fundo se as despesas de transferência e processamento associadas à criação forem menores do que a taxa declarada. No caso de criações de caixa ou quando um Fundo permite ou exige que um Participante Autorizado substitua dinheiro em vez de depositar uma parte dos Valores Mobiliários de Depósito, o Participante Autorizado pode ser avaliado como um encargo variável adicional para compensar os Fundos pelos custos associados à compra dos Valores Mobiliários aplicáveis. Como resultado, a fim de procurar replicar o processo de ordem de criação em espécie, os Fundos esperam comprar, no mercado secundário ou de outra forma ganhar exposição a, os títulos da carteira que poderiam ter sido entregues como resultado de uma ordem de criação em espécie de acordo com a lei local ou convenção de mercado, ou por outros motivos ("Compras de Mercado"). Nesses casos em que um Fundo faz Compras no Mercado, o Participante Autorizado reembolsará o Fundo por, entre outras coisas, qualquer diferença entre o valor de mercado pelo qual os títulos e/ou instrumentos financeiros foram comprados pelo Fundo e o valor em dinheiro em vez (cujo montante, a critério do Consultor, pode ser limitado), taxas de registro aplicáveis, comissões de corretagem e certos impostos. O Consultor pode ajustar a taxa de transação na medida em que a composição dos títulos de criação, mudanças ou caixa em vez é adicionado ao Componente de Caixa para proteger os acionistas em andamento. Os Participantes Autorizados também são responsáveis pelos custos de transferência dos Títulos de Depósito para os Fundos. Os investidores que usam os serviços de uma corretora ou outro intermediário financeiro para adquirir cotas do Fundo podem ser cobrados por tais serviços. A tabela a seguir estabelece as taxas de transação de criação padrão de cada Fundo. As taxas podem ser dispensadas para um Fundo até que ele atinja um determinado tamanho de ativo.

Fundo	Taxa padrão para Em espécie e Compras à vista
ETF Global X MSCI Colômbia	\$700
Global X MSCI China Consumidor Discricionário ETF	\$800
ETF Global X Mineradoras de Cobre	\$300
Global X Silver Miners ETF	\$250
Global X Lithium & Battery Tech ETF	\$600
Global X Gold Explorers ETF	\$400

Fundo	Taxa padrão para Em espécie e Compras à vista
Global X Uranium ETF	\$600
ETF Global X MSCI Noruega	\$400
ETF Global X FTSE Sudeste Asiático	\$600
Global X MSCI Argentina ETF	\$250
ETF Global X SuperDividend®	\$900
Global X Social Media ETF	\$250
Global X MSCI Grécia ETF	\$400
ETF Global X Guru® Index	\$250
ETF Global X SuperIncome™ Preferred	\$250
Global X SuperDividend® ETF dos EUA	\$150
ETF Global X MSCI Nigéria	US\$ 1.300
ETF de Chamadas Cobertas Global X S&P 500®	US\$ 1.700
Global X MSCI Next Emerging & ETF de fronteira	US\$ 7.200
ETF Global X NASDAQ 100® Covered Call	\$300
ETF Global X DAX Alemanha	\$250
ETF Global X MSCI SuperDividend® Mercados Emergentes	\$900
ETF Global X SuperDividend® REIT	\$250
ETF Global X Produtores de Energia Renovável	\$400
Global X S&P 500® ETF Valores Católicos	\$1,400
Global X MSCI SuperDividend® EAFE ETF	\$300
Global X E-commerce ETF	\$250
Global X Russell 2000 Covered Call ETF	\$250
Global X S&P Catholic Values Developed ex-U.S. ETF	\$2,700
Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF	\$250
Global X S&P 500® Covered Call & Growth ETF	\$800
Global X S&P 500® Tail Risk ETF	\$800
Global X S&P 500® Risk Managed Income ETF	\$800
Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF	\$1,700
Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF	\$250
Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF	\$250
Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF	\$300
Global X MSCI Vietnam ETF	\$1,000
Global X Disruptive Materials ETF	\$400
Global X Dow 30® Covered Call ETF	\$250
Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF	\$250
Global X Financials Covered Call & Growth ETF	\$250
Global X Health Care Covered Call & Growth ETF	\$250
Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF	\$250
Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF	\$250
Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF	\$500
Global X Dow 30® Covered Call & Growth ETF	\$250
Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF	\$50
Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF	\$300

REDEMPTION OF CREATION UNITS

Shares of a Fund may be redeemed only in Creation Units at its NAV next determined after receipt of a redemption request in proper form by the Distributor. The Trust will not redeem shares in amounts less than Creation Units. Beneficial owners also may sell Shares in the secondary market, but must accumulate enough Shares to constitute a Creation Unit in order to have such Shares redeemed by the Trust. There can be no assurance, however, that there will be sufficient liquidity in the public trading market at any time to permit assembly of a Creation Unit. Investors should expect to incur brokerage and other costs in connection with assembling a sufficient number of Shares to constitute a redeemable Creation Unit.

With respect to each Fund the Adviser makes available through the NSCC prior to the opening of business on the Exchange (currently 9:30 a.m., Eastern Time) on each Business Day, the identity and number of shares that will be applicable (subject to possible amendment or correction) to redemption requests received in proper form (as defined below) on that day ("Portfolio Securities"). Portfolio Securities received on redemption may not be identical to Deposit Securities that are applicable to creation of Creation Units. Unless cash redemptions are available or specified for a Fund, the redemption proceeds for a Creation Unit generally consist of Portfolio Securities on the Business Day of the request for redemption, plus cash in an amount equal to the difference between the NAV of the shares being redeemed, as next determined after a receipt of a request in proper form, and the value of the Portfolio Securities, less the redemption transaction fee described below. The redemption transaction fee described below is deducted from such redemption proceeds.

A fixed redemption transaction fee payable to the custodian is imposed on each redemption transaction. Redemptions of Creation Units for cash are required to pay an additional variable charge to compensate the relevant Fund for brokerage and market impact expenses relating to disposing of portfolio securities. The redemption transaction fee for redemptions in-kind and for cash and the additional variable charge for cash redemptions (when cash redemptions are available or specified) are listed in the table below. Investors will also bear the costs of transferring the Portfolio Deposit from the Trust to their account or on their order. Investors who use the services of a broker or other such intermediary may be charged a fee for such services.

Fund	Standard Fee for In-Kind and Cash Redemptions	Maximum Additional Variable Charge for Cash Redemptions*
Global X MSCI Colombia ETF	\$700	2%
Global X MSCI China Consumer Discretionary ETF	\$800	2%
Global X Copper Miners ETF	\$300	2%
Global X Silver Miners ETF	\$250	2%
Global X Lithium & Battery Tech ETF	\$600	2%
Global X Gold Explorers ETF	\$400	2%
Global X Uranium ETF	\$600	2%
Global X MSCI Norway ETF	\$400	2%
Global X FTSE Southeast Asia ETF	\$600	2%
Global X MSCI Argentina ETF	\$250	2%
Global X SuperDividend® ETF	\$900	2%
Global X Social Media ETF	\$250	2%
Global X MSCI Greece ETF	\$400	2%
Global X Guru® Index ETF	\$250	2%
Global X SuperIncome™ Preferred ETF	\$250	2%
Global X SuperDividend® U.S. ETF	\$150	2%
Global X MSCI Nigeria ETF	\$1,300	2%
Global X S&P 500® Covered Call ETF	\$1,700	2%
Global X MSCI Next Emerging & Frontier ETF	\$7,200	2%
Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF	\$300	2%
Global X DAX Germany ETF	\$250	2%
Global X MSCI SuperDividend® Emerging Markets ETF	\$900	2%
Global X SuperDividend® REIT ETF	\$250	2%

Fund	Standard Fee for In-Kind and Cash Redemptions	Maximum Additional Variable Charge for Cash Redemptions*
Global X Renewable Energy Producers ETF	\$400	2%
Global X S&P 500® Catholic Values ETF	\$1,400	2%
Global X MSCI SuperDividend® EAFE ETF	\$300	2%
Global X E-commerce ETF	\$250	2%
Global X Russell 2000 Covered Call ETF	\$250	2%
Global X S&P Catholic Values Developed ex-U.S. ETF	\$2,700	2%
Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF	\$250	2%
Global X S&P 500® Covered Call & Growth ETF	\$800	2%
Global X S&P 500® Tail Risk ETF	\$800	2%
Global X S&P 500® Risk Managed Income ETF	\$800	2%
Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF	\$1,700	2%
Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF	\$250	2%
Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF	\$250	2%
Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF	\$300	2%
Global X MSCI Vietnam ETF	\$1,000	2%
Global X Disruptive Materials ETF	\$400	2%
Global X Dow 30® Covered Call ETF	\$250	2%
Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF	\$250	2%
Global X Financials Covered Call & Growth ETF	\$250	2%
Global X Health Care Covered Call & Growth ETF	\$250	2%
Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF	\$250	2%
Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF	\$250	2%
Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF	\$500	2%
Global X Dow 30® Covered Call & Growth ETF	\$250	2%
Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF	\$50	2%
Global X S&P Catholic Values U.S. Aggregate Bond ETF	\$300	2%

* As a percentage of the net asset value per Creation Unit, inclusive of the standard redemption transaction fee.

Redemption requests in respect of Creation Units must be submitted to the Distributor by or through an Authorized Participant. Investors other than Authorized Participants are responsible for making arrangements for a redemption request through an Authorized Participant. For the Global X S&P 500® Covered Call ETF, the Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, the Global X Russell 2000 Covered Call ETF, the Global X S&P 500® Covered Call & Growth ETF, the Global X NASDAQ 100® Covered Call & Growth ETF, the Global X S&P 500® Tail Risk ETF, the Global X S&P 500® Risk Managed Income ETF, the Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF, the Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, the Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, the Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, the Global X Dow 30® Covered Call ETF, the Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, the Global X Financials Covered Call & Growth ETF, the Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, the Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF, the Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF, the Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF, the Global X Dow 30® Covered Call & Growth ETF and the Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF, an Authorized Participant must submit an irrevocable redemption request no later than the earlier of (i) 2:00 p.m., Eastern Time or (ii) two hours prior to the closing time of the trading session on the relevant Fund's Exchange, on any Business Day in order to receive that Business Day's NAV. For all Funds other than the Global X S&P 500® Covered Call ETF, the Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF, the Global X Russell 2000 Covered Call ETF, the Global X S&P 500® Covered Call & Growth ETF, the Global X NASDAQ 100® Covered Call & Growth ETF, the Global X S&P 500® Tail Risk ETF, the Global X S&P 500® Risk Managed Income ETF, the Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF, the Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF, the Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF, the Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF, the Global X Dow 30® Covered Call ETF, the Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF, the Global X Financials Covered Call & Growth ETF, the Global X Health Care Covered Call & Growth ETF, the Global X Information

Technology Covered Call & Growth ETF, the Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF, the Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF, the Global X Dow 30[®] Covered Call & Growth ETF and the Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF, an Authorized Participant must submit an irrevocable redemption request no later than the earlier of (i) 4:00 p.m., Eastern Time or (ii) the closing time of the trading session on the relevant Fund's Exchange, on any Business Day in order to receive that Business Day's NAV.

The Distributor will provide a list of current Authorized Participants upon request. The Authorized Participant must transmit the request for redemption, in the form required by the Trust, to the Distributor in accordance with procedures set forth in the Authorized Participant Agreement. Investors should be aware that their particular broker may not have executed an Authorized Participant Agreement, and that, therefore, requests to redeem Creation Units may have to be placed by the investor's broker through an Authorized Participant who has executed an Authorized Participant Agreement. At any given time there will be only a limited number of broker-dealers that have executed an Authorized Participant Agreement. Investors making a redemption request should be aware that such request must be in the form specified by such Authorized Participant. Investors making a request to redeem Creation Units should allow sufficient time to permit proper submission of the request by an Authorized Participant and transfer of the shares to the Trust's Transfer Agent; such investors should allow for the additional time that may be required to effect redemptions through their banks, brokers or other financial intermediaries if such intermediaries are not Authorized Participants.

Orders to redeem Creation Unit Aggregations of Funds based on foreign indexes must be delivered through an Authorized Participant that has executed an Authorized Participant Agreement. Investors other than Authorized Participants are responsible for making arrangements for a redemption request to be made through an Authorized Participant. An order to redeem Creation Unit Aggregations of a Fund is deemed received by the Trust on the Business Day if: (i) such order is received by the Fund's distributor not later than the closing time of the applicable Exchange on the applicable Business Day; (ii) such order is accompanied or followed by the requisite number of Shares of the Fund specified in such order, which delivery must be made through DTC to the Fund's custodian no later than 10:00 a.m., Eastern Time, on the next Business Day following the day the order was transmitted; and (iii) all other procedures set forth in the Authorized Participant Agreement are properly followed. Deliveries of Fund securities to redeeming investors generally will be made within two Business Days. Due to the schedule of holidays in certain countries, however, the delivery of in-kind redemption proceeds for a Fund may take longer than two Business Days after the day on which the redemption request is received in proper form. In such cases, settlement will occur as soon as practicable, but in any event no longer than fifteen days after the tender of Shares is received in proper form.

A redemption request is considered to be in "proper form" if (i) an Authorized Participant has transferred or caused to be transferred to the Trust's Transfer Agent the Creation Unit of Shares being redeemed through the book-entry system of DTC so as to be effective by the relevant Exchange closing time on any Business Day and (ii) a request in form satisfactory to the Trust is received by the Distributor from the Authorized Participant on behalf of itself or another redeeming investor within the time periods specified above. If the Transfer Agent does not receive the investor's shares through DTC's facilities by 10:00 a.m., Eastern Time, on the Business Day next following the day that the redemption request is received, the redemption request shall be rejected. Investors should be aware that the deadline for such transfers of Shares through the DTC system may be significantly earlier than the close of business on the relevant Exchange. Those making redemption requests should ascertain the deadline applicable to transfers of shares through the DTC system by contacting the operations department of the broker or depository institution effecting the transfer of the shares.

Upon receiving a redemption request, the Distributor shall notify the Trust and the Trust's Transfer Agent of such redemption request. The tender of an investor's Shares for redemption and the distribution of the cash redemption payment in respect of Creation Units redeemed will be effected through DTC and the relevant Authorized Participant to the beneficial owner thereof as recorded on the book-entry system of DTC or the DTC Participant through which such investor holds, as the case may be, or by such other means specified by the Authorized Participant submitting the redemption request.

In connection with taking delivery of shares of Portfolio Securities upon redemption of shares of a Fund, a redeeming Beneficial Owner, or Authorized Participant acting on behalf of such Beneficial Owner, must maintain appropriate security arrangements with a qualified broker-dealer, bank or other custody providers in each jurisdiction in which any of the Portfolio Securities are customarily traded, to which account such Portfolio Securities will be delivered.

Deliveries of redemption proceeds by a Fund generally will be made within two Business Days (that is "T+2"). However, the Fund reserves the right, including under stressed market conditions, to take up to seven days after the receipt of a redemption request to pay an Authorized Participant, all as permitted by the 1940 Act. The Fund further reserves the right to settle redemption transactions and deliver redemption proceeds related to foreign investments in excess of seven days with settlement as soon as practicable, but in no event later than 15 days after the tender of shares for redemption in order to accommodate local market holidays, or series of consecutive holidays, or the extended delivery cycles for transferring foreign investments. The ability of the Trust to effect in-kind creations and redemptions within two business days of receipt of an order in good form is subject, among other things, to the condition that, within the time period from the date of the order to the date of delivery of the securities, there are no days that are holidays in the applicable foreign market. For every occurrence of one or more intervening holidays in the applicable foreign market that are not holidays observed in the U.S. equity market, the redemption settlement cycle will be extended by the number of such intervening holidays, subject to a maximum of 15 days as permitted by rule. In addition to holidays, other unforeseeable closings in a foreign market due to emergencies may also prevent the Trust from delivering securities within the normal settlement period. The securities delivery cycles currently practicable for transferring portfolio securities to redeeming investors, coupled with foreign market holiday schedules, will require a delivery process longer than seven calendar days in certain circumstances.

If neither the redeeming Beneficial Owner nor the Authorized Participant acting on behalf of such redeeming Beneficial Owner has appropriate arrangements to take delivery of the portfolio securities in the applicable jurisdiction and it is not possible to make other such arrangements, or if it is not possible to effect deliveries of the Portfolio Securities in such jurisdiction, the Trust may in its discretion redeem such shares in cash (i.e., U.S. dollars or non U.S. currency), and the redeeming Beneficial Owner will be required to receive its redemption proceeds in cash. In addition, an investor may request a redemption in cash that the Trust may, in its sole discretion, permit. In either case, the investor will receive a cash payment equal to the net asset value of its Shares based on the NAV of shares of the relevant Fund next determined after the redemption request is received in proper form (minus a redemption transaction fee and additional variable charge for cash redemptions specified above, to offset the Trust's brokerage and other transaction costs associated with the disposition of Portfolio Securities). The Trust may also, in its sole discretion, upon request of a shareholder, provide such redeemer a portfolio of securities that differ from the exact composition of the Portfolio Securities but does not differ in NAV. Redemptions of shares for Deposit Securities will be subject to compliance with applicable U.S. federal and state securities laws and each Fund (whether or not it otherwise permits cash redemptions) reserves the right to redeem Creation Units for cash to the extent that the Fund could not lawfully deliver specific Deposit Securities upon redemptions or could not do so without first registering the Deposit Securities under such laws.

In the event that cash redemptions are permitted or required by the Trust, proceeds will be paid to the Authorized Participant redeeming shares on behalf of the redeeming investor as soon as practicable after the date of redemption (within seven calendar days thereafter, except for the instances involving foreign investments in which payment may be delayed in order to accommodate local market holidays, or series of consecutive holidays, or the extended delivery cycles for transferring foreign investments. In such instances, the Fund reserves the right to settle redemption transactions and deliver redemption proceeds as soon as practicable, but in no event later than 15 days after the tender of shares for redemption.

To the extent contemplated by an Authorized Participant's agreement with the Distributor, in the event the Authorized Participant that has submitted a redemption request in proper form is unable to transfer all or part of the Creation Units to be redeemed to the Trust, at or prior to 10:00 a.m., Eastern Time, on the Business Day after the date of submission of such redemption request, the Distributor will nonetheless accept the redemption request in reliance on the undertaking by the Authorized Participant to deliver the missing shares as soon as possible. Such undertaking shall be secured by the Authorized Participant's delivery and maintenance of collateral consisting of cash having a value equal to 110%, which the Adviser may change from time to time, of the value of the missing shares in accordance with the Trust's then-effective procedures. The only collateral that is acceptable to the Trust is cash in U.S. dollars or an irrevocable letter of credit in form, and drawn on a bank, that is satisfactory to the Trust. The Trust's current procedures for collateralization of missing shares require, among other things, that any cash collateral shall be held by the Trust's custodian, and that the fees of the custodian and any sub-custodians in respect of the delivery, maintenance and redelivery of the cash collateral shall be payable by the Authorized Participant. The cash collateral posted by the Authorized Participant may be invested at the risk of the Authorized Participant, and income, if any, on invested cash collateral will be paid

to that Authorized Participant. The Authorized Participant Agreement permits the Trust to purchase the missing shares or acquire the portfolio securities and the Cash Component underlying such shares at any time and subjects the Authorized Participant to liability for any shortfall between the cost to the Trust of purchasing such shares, Portfolio Securities or Cash Component and the cash collateral or the amount that may be drawn under any letter of credit.

Because the portfolio securities of a Fund may trade on the relevant Exchange(s) on days that the Exchange is closed or are otherwise not Business Days for such Fund, shareholders may not be able to redeem their shares of such Fund, or to purchase or sell shares of such Fund on the Exchange, on days when the NAV of such Fund could be significantly affected by events in the relevant foreign markets.

The right of redemption may be suspended or the date of payment postponed with respect to any Fund (1) for any period during which the Exchange is closed (other than customary weekend and holiday closings); (2) for any period during which trading on the Exchange is suspended or restricted; (3) for any period during which an emergency exists as a result of which disposal of the shares of the Fund's portfolio securities or determination of its net asset value is not reasonably practicable; or (4) in such other circumstance as is permitted by the SEC.

TAXES

The following summarizes certain additional tax considerations generally affecting the Funds and their shareholders that are not described in the Prospectus. No attempt is made to present a detailed explanation of the tax treatment of the Funds or their shareholders, and the discussions here and in the Prospectus are not intended as a substitute for careful tax planning. Potential investors should consult their tax advisers with specific reference to their own tax situations.

The discussions of the federal tax consequences in the Prospectus and this SAI are based on the Code and the regulations, rulings and decisions under it, as in effect on the date of this SAI. Future legislative or administrative changes or court decisions may significantly change the statements included herein, and any such changes or decisions may have a retroactive effect with respect to the transactions contemplated herein. This discussion does not address all aspects of U.S. federal income taxation that may be relevant to shareholders in light of their particular circumstances or to shareholders subject to special treatment under U.S. federal income tax laws (e.g., certain financial institutions, insurance companies, dealers in stock or securities, tax-exempt organizations, persons who have entered into hedging transactions with respect to Shares of a Fund, persons who borrow in order to acquire Shares, and certain foreign taxpayers). Furthermore, this discussion does not reflect possible application of the alternative minimum tax ("AMT"). Unless otherwise noted, this discussion assumes Shares of each Fund are held by U.S. shareholders and that such Shares are held as capital assets. No representation is made as to the tax consequences of the operation of any Fund.

U.S. SHAREHOLDER

A U.S. shareholder is a beneficial owner of Shares of a Fund that is for U.S. federal income tax purposes:

- a citizen or individual resident of the United States (including certain former citizens and former long-term residents);
- a domestic corporation or other entity treated as a corporation for U.S. federal income tax purposes, created or organized in or under the laws of the United States or any state thereof or the District of Columbia;
- an estate, the income of which is subject to U.S. federal income taxation regardless of its source; or
- a trust if a court within the United States is able to exercise primary supervision over its administration and one or more U.S. persons have the authority to control all of its substantial decisions or the trust has made a valid election in effect under applicable Treasury Regulations to be treated as a U.S. person.

A "Non-U.S. shareholder" is a beneficial owner of Shares of a Fund that is an individual, corporation, trust or estate and is not a U.S. shareholder. If a partnership (including any entity treated as a partnership for U.S. federal income tax purposes) holds Shares

of a Fund, the tax treatment of a partner in the partnership generally depends upon the status of the partner and the activities of the partnership. A prospective shareholder who is a partner of a partnership holding Shares should consult its tax advisors with respect to the purchase, ownership and disposition of its Shares.

FUND TAXATION

Each Fund is treated as a separate corporation for federal income tax purposes. Losses in one fund do not offset gains in another fund and the requirements (other than certain organizational requirements) for qualifying for regulated investment company status as described below are determined at the Fund level rather than the Trust level.

Each Fund has elected and intends to qualify as a regulated investment company ("RIC") under Subchapter M of Subtitle A, Chapter 1, of the Code. As a RIC, each Fund generally will be exempt from federal income tax on its net investment income and realized capital gains that it distributes to shareholders, provided that it distributes an amount equal to at least the sum of 90% of its tax-exempt income and 90% of its investment company taxable income (net investment income and the excess of net short-term capital gain over net long-term capital loss), if any, for the year (the "Distribution Requirement") and satisfies certain other requirements of the Code that are described below. Each Fund intends to make sufficient distributions or deemed distributions each year to avoid liability for corporate income tax. If a Fund were to fail to make sufficient distributions, it could be liable for corporate income tax and for excise tax in respect of the shortfall or, if the shortfall is large enough, such Fund could be disqualified as a RIC.

In addition to satisfaction of the Distribution Requirement, a Fund must derive with respect to a taxable year at least 90% of its gross income from dividends, interest, certain payments with respect to securities loans and gains from the sale or other disposition of stock or securities or foreign currencies, or from other income derived with respect to its business of investing in such stock, securities, or currencies or net income derived from an interest in a qualified publicly traded partnership (the "Income Requirement"). A "qualified publicly traded partnership" ("QPTP") is generally defined as a publicly traded partnership under Section 7704 of the Code, which is generally a partnership the interests in which are "traded on an established securities market" or are "readily tradable on a secondary market (or the substantial equivalent thereof)". However, for these purposes, a QPTP does not include a publicly traded partnership if 90% or more of its income is as described above.

Also, at the close of each quarter of its taxable year, at least 50% of the value of a Fund's assets must consist of cash and cash items, U.S. government securities, securities of other regulated investment companies and securities of other issuers (as to which the Fund does not hold more than 5% of the value of its total assets in securities of such issuer and as to which the Fund does not hold more than 10% of the outstanding voting securities (including securities of a QPTP of such issuer), and no more than 25% of the value of the Fund's total assets may be invested in the securities of (i) any one issuer (other than U.S. government securities and securities of other regulated investment companies), (ii) two or more issuers which such Fund controls and which are engaged in the same or similar trades or businesses or (iii) one or more QPTPs (the "Asset Diversification Requirement"). Each Fund intends to comply with these requirements.

If a RIC fails this asset-diversification test, such RIC, in addition to other cure provisions previously permitted, has a 6-month period to correct any failure without incurring a penalty if such failure is "de minimis," meaning that the failure does not exceed the lesser of 1% of the RIC's assets, or \$10 million.

If for any taxable year a Fund does not qualify as a RIC, all of its taxable income will be subject to tax at the corporate income tax rate without any deduction for distributions to shareholders. In such event, the shareholders would recognize dividend income on distributions to the extent of such Fund's current and accumulated earnings and profits. Failure to qualify as a regulated investment company would thus have a negative impact on the Fund's income and performance. Subject to savings provisions for certain failures to satisfy the Income Requirement or Asset Diversification Requirement, which, in general, are limited to those due to reasonable cause and not willful neglect, it is possible that the Fund will not qualify as a regulated investment company in any given tax year. Even if such savings provisions apply, the Fund may be subject to a monetary sanction of \$50,000 or more.

The Code imposes a nondeductible 4% excise tax on regulated investment companies that fail to currently distribute an amount equal to specified percentages of their ordinary taxable income and capital gain net income (excess of capital gains over capital losses). Each Fund intends to make sufficient distributions or deemed distributions of its ordinary taxable income and capital gain net income each calendar year to avoid liability for this excise tax.

Each Fund intends to distribute annually to its shareholders all or substantially all of its investment company taxable income, and any net realized long-term capital gains in excess of net realized short-term capital losses (including any capital loss carryovers). However, if a Fund retains for investment an amount equal to all or a portion of its net long-term capital gains in excess of its net short-term capital losses (including any capital loss carryovers), it will be subject to a corporate tax on the amount retained. In that event, a Fund may designate such retained amounts as undistributed capital gains in a notice to its shareholders who (a) will be required to include in income for U.S. federal income tax purposes, as long-term capital gains, their proportionate shares of the undistributed amount, (b) will be entitled to credit their proportionate shares of the tax paid by the Fund on the undistributed amount against their U.S. federal income tax liabilities, if any, and to claim refunds to the extent their credits exceed their liabilities, if any, and (c) will be entitled to increase their tax basis, for U.S. federal income tax purposes, in their Shares by an amount equal to the difference between the amount of undistributed capital gains included in the shareholder's income and the tax deemed paid by the shareholder. Organizations or persons not subject to U.S. federal income tax on such capital gains will be entitled to a refund of their pro rata share of such taxes paid by such Fund upon filing appropriate returns or claims for refund with the Internal Revenue Service ("IRS").

Investors considering buying shares just prior to a dividend or capital gain distribution should be aware that, although the price of Shares just purchased at that time may reflect the amount of the forthcoming distribution, such dividend or distribution may nevertheless be taxable to them. If a Fund is the holder of record of any stock on the record date for any dividends payable with respect to such stock, such dividends will be included in such Fund's gross income not as of the date received but as of the later of (a) the date such stock became ex-dividend with respect to such dividends (that is, the date on which a buyer of the stock would not be entitled to receive the declared, but unpaid, dividends) or (b) the date such Fund acquired such stock. Accordingly, to satisfy its income distribution requirements, a Fund may be required to pay dividends based on anticipated earnings, and shareholders may receive dividends in an earlier year than would otherwise be the case.

For investors that hold their Fund Shares in a taxable account, a high portfolio turnover rate may result in higher taxes. This is because a Fund with a high turnover rate is likely to accelerate the recognition of capital gains and more of such gains are likely to be taxable as short-term rather than long-term capital gains in contrast to a comparable fund with a low turnover rate. Any such higher taxes would reduce the Fund's after-tax performance.

A RIC is permitted to carry forward net capital losses to offset capital gains realized in later years, and the losses carried forward retain their original character as either long-term or short-term losses.

SECTIONS 351 AND 362

The Trust on behalf of each Fund has the right to reject an order for a purchase of Shares of a Fund if the purchaser (or group of purchasers) would, upon obtaining the Shares so ordered, own 80% or more of the outstanding Shares of the Fund and if, pursuant to Sections 351 and 362 of the Code, the Fund would have a basis in the securities different from the market value of such securities on the date of deposit. If a Fund's basis in such securities on the date of deposit was less than market value on such date, such Fund, upon disposition of the securities, would recognize more taxable gain or less taxable loss than if its basis in the securities had been equal to market value. It is not anticipated that the Trust will exercise the right of rejection except in a case where the Trust determines that accepting the order could result in material adverse tax consequences to a Fund or its shareholders. The Trust also has the right to require information necessary to determine deemed and beneficial share ownership for purposes of the 80% determination.

FOREIGN TAXES

It is expected that certain income of the Funds will be subject to foreign withholding taxes and other taxes imposed by countries in which the Funds invest. If a Fund is liable for foreign income taxes, including such withholding taxes and more than 50% of the value of a Fund's total assets at the close of the taxable year consists of stock or securities of foreign corporations, such Fund may file an election with the IRS to "pass through" to the Fund's shareholders the amount of foreign income taxes paid by the Fund. The Funds expect to be able to make this election, though no assurance can be given that they will be able to do so. Pursuant to this election, a shareholder (a) will include in gross income (in addition to taxable dividends actually received) the shareholder's pro rata share of the foreign income taxes paid by a Fund; (b) will treat the shareholder's pro rata share of such foreign income taxes as having been paid by the shareholder; and (c) may, subject to certain limitations, be entitled either to deduct the shareholder's pro rata share of such foreign income taxes in computing the shareholder's taxable income or to use it as a foreign tax credit against U.S. income taxes. Shortly after any year for which a Fund makes such a pass-through election, the Fund will report to its shareholders, in writing, the amount per Share of such foreign tax that must be included in each shareholder's gross income and the amount which will be available for deduction or credit.

If a Fund does not make the election, any foreign taxes paid or accrued will represent an expense to such Fund, which will reduce its net investment income. Absent this election, shareholders will not be able to claim either a credit or deduction for their pro rata shares of such taxes paid by the Fund, nor will shareholders be required to treat their pro rata shares of such taxes as amounts distributed to them.

The rules governing foreign tax credits are complex and, therefore, shareholders should consult their own tax advisors regarding the availability of foreign tax credits in their particular circumstances.

TAXATION OF FUND DISTRIBUTIONS

Distributions. Distributions by a Fund of its net short-term capital gains will be taxable as ordinary income. Distributions of net realized long-term capital gains, if any, that a Fund designates as capital gains dividends are taxable as long-term capital gains, whether paid in cash or in shares and regardless of how long a shareholder has held shares of such Fund. All other dividends of a Fund (including dividends from short-term capital gains) from its current and accumulated earnings and profits ("regular dividends") are generally subject to tax as ordinary income except as described below for qualified dividends.

Return of Capital. Distributions in excess of a Fund's current and accumulated earnings and profits will, as to each shareholder, be treated as a tax-free return of capital to the extent of a shareholder's basis in his shares of such Fund, and as a capital gain thereafter (if the shareholder holds his Shares of such Fund as capital assets). Shareholders receiving dividends or distributions in the form of additional Shares should be treated for U.S. federal income tax purposes as receiving a distribution in an amount equal to the amount of money that the shareholders receiving cash dividends or distributions will receive, and should have a cost basis in the Shares received equal to such amount. Dividends paid by a Fund that are attributable to dividends received by the Fund from domestic corporations may qualify for the federal dividends-received deduction for corporations.

Extraordinary Dividends. If an individual, trust or estate receives a regular dividend or qualified dividends qualifying for the long-term capital gains rates and such dividend constitutes an "extraordinary dividend," and the individual subsequently recognizes a loss on the sale or exchange of stock in respect of which the extraordinary dividend was paid, then the loss will be long-term capital loss to the extent of such extraordinary dividend. An extraordinary dividend on common stock for this purpose is generally a dividend (i) in an amount greater than or equal to 10% of the taxpayer's tax basis (or trading value) in a share of stock, aggregating dividends with ex-dividend dates within an 85-day period or (ii) in an amount greater than 20% of the taxpayer's tax basis (or trading value) in a share of stock, aggregating dividends with ex-dividend dates within a 365-day period.

Qualified Dividend Income. Distributions by a Fund of investment company taxable income (excluding any short-term capital gains) whether received in cash or shares will be taxable either as ordinary income or as qualified dividend income, eligible for the reduced maximum rate to individuals of 20% to the extent the Fund receives qualified dividend income on the securities it holds and the Fund designates the distribution as qualified dividend income. Qualified dividend income is, in general, dividend income from taxable domestic corporations and certain foreign corporations (e.g., foreign corporations incorporated in a possession of the United States or in certain countries with a comprehensive tax treaty with the United States, or the stock of

which is readily tradable on an established securities market in the United States). A dividend will not be treated as qualified dividend income to the extent that (i) the shareholder has not held the shares on which the dividend was paid for more than 60 days during the 121-day period that begins on the date that is 60 days before the date on which the shares become ex dividend with respect to such dividend (and the Fund also satisfies those holding period requirements with respect to the securities it holds that paid the dividends distributed to the shareholder), (ii) the shareholder is under an obligation (whether pursuant to a short sale or otherwise) to make related payments with respect to substantially similar or related property, or (iii) the shareholder elects to treat such dividend as investment income under section 163(d)(4)(B) of the Code.

Qualified REIT Dividends and Income from QPTPs. Under the 2017 Tax Cuts and Jobs Act, "qualified REIT dividends" (i.e., ordinary REIT dividends other than capital gain dividends and portions of REIT dividends designated as qualified dividend income) are treated as eligible for a 20% deduction by noncorporate taxpayers. This deduction, if allowed in full, equates to a maximum effective tax rate of 29.6% (37% top rate applied to income after 20% deduction). A Fund may choose to report the special character of "qualified REIT dividends". A noncorporate shareholder receiving such dividends would treat them as eligible for the 20% deduction, provided Fund shares were held by the shareholder for more than 45 days during the 91-day period beginning on the date that is 45 days before the date on which the shares become ex-dividend with respect to such dividend). The amount of a RIC's dividends eligible for the 20% deduction for a taxable year is limited to the excess of the RIC's qualified REIT dividends for the taxable year over allocable expenses. The IRS continues to study whether conduit treatment of income from QPTPs (income from MLPs) for purposes of the 20% deduction by noncorporate taxpayers is appropriate in the context of publicly traded partnerships.

Corporate Dividends-Received Deduction. A Fund's dividends that are paid to its corporate shareholders and are attributable to qualifying dividends it received from U.S. domestic corporations may be eligible, in the hands of such shareholders, for the corporate dividends-received deduction, subject to certain holding period requirements and debt financing limitations.

Medicare Tax. Certain U.S. shareholders, including individuals and estates and trusts, are subject to an additional 3.8% Medicare tax on all or a portion of their "net investment income," which includes dividends from a Fund and net gains from the disposition of shares of a Fund. U.S. shareholders are urged to consult their own tax advisors regarding the implications of the additional Medicare tax resulting from an investment in a Fund.

EXCESS INCLUSION INCOME

Certain types of income received by a Fund from REITs, real estate mortgage investment conduits ("REMICs"), taxable mortgage pools ("TMPs") or other investments may cause a Fund to designate some or all of its distributions as "excess inclusion income." Such excess inclusion income may (1) constitute taxable income, as "unrelated business taxable income" ("UBTI") for Fund shareholders who would otherwise be tax-exempt, such as individual retirement accounts, 401(k) accounts, Keogh plans, pension plans and certain charitable entities; (2) as UBTI, cause a charitable remainder trust to be subject to a 100% excise tax on its UBTI; (3) not be offset against net operating losses for tax purposes; (4) not be eligible for reduced U.S. withholding for non-U.S. shareholders even from tax treaty countries; and (5) cause a Fund to be subject to tax if certain "disqualified organizations" as defined by the Code are Fund shareholders.

TAXATION OF INCOME FROM CERTAIN FINANCIAL INSTRUMENTS AND PFICS

The tax principles applicable to transactions in financial instruments and futures contracts and options that may be engaged in by a Fund including the effect of fluctuations in the value of foreign currencies, and investments in passive foreign investment companies, are complex and, in some cases, uncertain. Such transactions and investments may cause a Fund to recognize taxable income prior to the receipt of cash, thereby requiring such Fund to liquidate other positions, or to borrow money, so as to make sufficient distributions to shareholders to avoid corporate-level tax. Moreover, some or all of the taxable income recognized may be ordinary income or short-term capital gain, so that the distributions may be taxable to shareholders as ordinary income.

Options, Futures, Forward Contracts, Swap Agreements, Hedges, Straddles and Other Transactions. In general, option premiums received by a Fund are not immediately included in the income of the Fund. Instead, the premiums are recognized (i) when the

option contract expires, (ii) the option is exercised by the holder, or (iii) the Fund transfers or otherwise terminates the option (e.g., through a closing transaction). If a call option written by a Fund is exercised and the Fund sells or delivers the underlying stock, the Fund generally will recognize capital gain or loss equal to (a) sum of the strike price and the option premium received by the Fund minus (b) a Fund's basis in the stock. Such gain or loss generally will be short-term or long-term depending upon the holding period of the underlying stock. If securities are purchased by a Fund pursuant to the exercise of a put option written by it, the Fund generally will subtract the premium received for purposes of computing its cost basis in the securities purchased. The gain or loss that may arise in respect of any termination of a Fund's obligation under an option other than through the exercise of the option will be short-term gain or loss, depending on whether the premium income received by the Fund is greater or less than the amount paid by the Fund (if any) in terminating the transaction. Thus, for example, if an option written by a Fund expires unexercised, the Fund generally will recognize short-term gain equal to the premium received.

Certain covered call writing activities of a Fund may trigger the U.S. federal income tax straddle rules of section 1092 of the Code, requiring that losses be deferred and holding periods be tolled on offsetting positions in options and stocks deemed to constitute substantially similar or related property. Options on single stocks that are not "deep in the money" may constitute qualified covered calls, which generally are not subject to the straddle rules; the holding period on stock underlying qualified covered calls that are "in the money" although not "deep in the money" will be suspended during the period that such calls are outstanding. Thus, the straddle rules and the rules governing qualified covered calls could cause gains that would otherwise constitute long-term capital gains to be treated as short-term capital gains, and distributions that would otherwise constitute "qualified dividend income" or qualify for the dividends-received deduction to fail to satisfy the holding period requirements and therefore to be taxed as ordinary income or fail to qualify for the 50% dividends-received deduction, as the case may be.

The tax treatment of certain futures contracts entered into by a Fund as well as listed non-equity options written or purchased by a Fund on U.S. exchanges (including options on futures contracts, equity indices and debt securities) will be governed by Section 1256 of the Code ("Section 1256 Contracts"). Gains or losses on Section 1256 Contracts generally are considered 60% long-term and 40% short-term capital gains or losses ("60/40"), although certain foreign currency gains and losses from such contracts may be treated as ordinary in character. Also, Section 1256 Contracts held by a Fund at the end of each taxable year (and, for purposes of the 4% excise tax, on certain other dates as prescribed under the Code) are "marked to market" with the result that unrealized gains or losses are treated as though they were realized and the resulting gain or loss is treated as ordinary or 60/40 gain or loss, as applicable.

In addition to the special rules described above in respect of futures and options transactions, a Fund's transactions in other derivative instruments (e.g., forward contracts and swap agreements) as well as any of its other hedging, short sale or similar transactions, may be subject to one or more special tax rules (e.g., notional principal contract, straddle, constructive sale, wash sale and short sale rules). These rules may affect whether gains and losses recognized by a Fund are treated as ordinary or capital or as short-term or long-term, accelerate the recognition of income or gains to the Fund, defer losses to the Fund, and cause adjustments in the holding periods of the Fund's securities. These rules could therefore affect the amount, timing and/or character of distributions to shareholders. Because these and other tax rules applicable to these types of transactions are in some cases uncertain under current law, an adverse determination or future guidance by the IRS with respect to these rules (which determination or guidance may be retroactive) may affect whether a Fund has made sufficient distributions, and otherwise satisfied the relevant requirements, to maintain its qualification as a RIC and avoid Fund-level tax. Each Fund will monitor its transactions, will make appropriate tax elections and will make appropriate entries in its books and records in order to mitigate the effect of these rules.

Certain of a Fund's investments in derivative instruments and foreign currency-denominated instruments, and any of a Fund's transactions in foreign currencies and hedging activities, are likely to produce a difference between a Fund's book income and the sum of its taxable income and net tax-exempt income (if any). If there is a difference between a Fund's book income and the sum of its taxable income and net tax-exempt income (if any), the Fund may be required to distribute amounts in excess of its book income or a portion of Fund distributions may be treated as a return of capital to shareholders. If a Fund's book income exceeds the sum of its taxable income (including realized capital gains) and net tax-exempt income (if any), the distribution (if any) of such excess generally will be treated as (i) a dividend to the extent of the Fund's remaining earnings and profits (including earnings and profits arising from tax-exempt income), (ii) thereafter, as a return of capital to the extent of the recipient's basis in

the shares, and (iii) thereafter, as gain from the sale or exchange of a capital asset. If a Fund's book income is less than the sum of its taxable income and net tax-exempt income (if any), the Fund could be required to make distributions exceeding book income to qualify as a RIC that is accorded special tax treatment.

Commodities. Gains from the disposition of commodities, including precious metals, will neither be considered qualifying income for purposes of satisfying the Income Requirement nor qualifying assets for purposes of satisfying the Asset Diversification Requirement. Also, the IRS has issued a revenue ruling which holds that income derived from commodity-linked swaps is not qualifying income for purposes of the Income Requirement. In a subsequent revenue ruling, as well as in a number of follow on private letter rulings (upon which only the fund that received the private letter ruling may rely), the IRS provides that income from certain alternative investments which create commodity exposure, such as certain commodity-linked or structured notes or a corporate subsidiary that invests in commodities, may be considered qualifying income under the Code. However, the portion of such rulings relating to the treatment of a corporation as a RIC that require a determination of whether a financial instrument or position is a security under section 2(a)(36) of the 1940 Act was revoked because of changes in the IRS's position. (A financial instrument or position that constitutes a security under section 2(a)(36) of the 1940 Act generates qualifying income for a corporation taxed as a regulated investment company). Accordingly, a Fund may decide to invest in certain commodity-linked notes only to the extent it obtains an opinion of counsel confirming that income from such investments should be qualifying income. In addition, a RIC may gain exposure to commodities through investment in a QPTP, such as an exchange-traded fund or ETF that is classified as a partnership and which invests in commodities. Accordingly, the extent to which a Fund invests in commodities or commodity-linked derivatives may be limited by the Income Requirement and the Asset Diversification Requirement, which the Fund must continue to satisfy to maintain its status as a RIC. A Fund also may be limited in its ability to sell its investments in commodities, commodity-linked derivatives, and certain ETFs or be forced to sell other investments to generate income due to the Income Requirement. If a Fund does not appropriately limit such investments or if such investments (or the income earned on such investments) were to be recharacterized for U.S. tax purposes, the Fund could fail to qualify as a RIC. In lieu of potential disqualification, a Fund is permitted to pay a tax for certain failures to satisfy the Asset Diversification Test or Income Requirement, which, in general, are limited to those due to reasonable cause and not willful neglect.

Original Issue Discount, Pay-In-Kind Securities, Market Discount and Commodity-Linked Notes. Some debt obligations with a fixed maturity date of more than one year from the date of issuance (and zero-coupon debt obligations with a fixed maturity date of more than one year from the date of issuance) that may be acquired by a Fund may be treated as debt obligations that are issued originally at a discount. Generally, the amount of the original issue discount ("OID") is treated as interest income and is included in a Fund's taxable income (and required to be distributed by the Fund) over the term of the debt obligation, even though payment of that amount is not received until a later time, upon partial or full repayment or disposition of the debt security.

Some debt obligations (with a fixed maturity date of more than one year from the date of issuance) that may be acquired by a Fund in the secondary market may be treated as having "market discount." Very generally, market discount is the excess of the stated redemption price of a debt obligation (or in the case of an obligations issued with OID, its "revised issue price") over the purchase price of such obligation. Generally, any gain recognized on the disposition of, and any partial payment of principal on, a debt obligation having market discount is treated as ordinary income to the extent the gain, or principal payment, does not exceed the "accrued market discount" on such debt obligation. Alternatively, a Fund may elect to accrue market discount currently, in which case the Fund will be required to include the accrued market discount in the Fund's income (as ordinary income) and thus distribute it over the term of the debt security, even though payment of that amount is not received until a later time, upon partial or full repayment or disposition of the debt security. The rate at which the market discount accrues, and thus is included in a Fund's income, will depend upon which of the permitted accrual methods the Fund elects. In the case of higher-risk securities, the amount of market discount may be unclear. See "Higher-Risk Securities."

Some debt obligations (with a fixed maturity date of one year or less from the date of issuance) that may be acquired by a Fund may be treated as having "acquisition discount" (very generally, the excess of the stated redemption price over the purchase price), or OID in the case of certain types of debt obligations. A Fund will be required to include the acquisition discount, or OID, in income (as ordinary income) over the term of the debt obligation, even though payment of that amount is not received until a later time, upon partial or full repayment or disposition of the debt security. A Fund may make one or more of the elections

applicable to debt obligations having acquisition discount, or OID, which could affect the character and timing of recognition of income.

In addition, payment-in-kind securities will, and commodity-linked notes may, give rise to income that is required to be distributed and is taxable even though the Fund holding the security receives no interest payment in cash on the security during the year.

If a Fund holds the foregoing kinds of securities, it may be required to pay out as an income distribution each year an amount that is greater than the total amount of cash interest the Fund actually received. Such distributions may be made from the cash assets of a Fund or by liquidation of portfolio securities, if necessary (including when it is not advantageous to do so). A Fund may realize gains or losses from such liquidations. In the event a Fund realizes net capital gains from such transactions, its shareholders may receive a larger capital gain distribution than they would in the absence of such transactions.

Higher-Risk Securities. To the extent such investments are permissible for a Fund, a Fund may invest in debt obligations that are in the lowest rating categories or are unrated, including debt obligations of issuers not currently paying interest or who are in default. Investments in debt obligations that are at risk of or in default present special tax issues for a Fund. Tax rules are not entirely clear about issues such as when a Fund may cease to accrue interest, OID or market discount, when and to what extent deductions may be taken for bad debts or worthless securities and how payments received on obligations in default should be allocated between principal and income. In limited circumstances, it may also not be clear whether a Fund should recognize market discount on a debt obligation, and if so, what amount of market discount the Fund should recognize. These and other related issues will be addressed by a Fund when, as and if it invests in such securities, in order to seek to ensure that it distributes sufficient income to preserve its status as a RIC and does not become subject to U.S. federal income or excise tax.

Issuer Deductibility of Interest. A portion of the interest paid or accrued on certain high yield discount obligations owned by a Fund may not be deductible to (and thus, may affect the cash flow of) the issuer. If a portion of the interest paid or accrued on certain high yield discount obligations is not deductible, that portion will be treated as a dividend for purposes of the corporate dividends-received deduction. In such cases, if the issuer of the high yield discount obligations is a domestic corporation, dividend payments by a Fund may be eligible for the dividends-received deduction to the extent of the deemed dividend portion of such accrued interest.

Interest paid on debt obligations owned by a Fund, if any, that are considered for U.S. tax purposes to be payable in the equity of the issuer or a related party will not be deductible to the issuer, possibly affecting the cash flow of the issuer.

Securities Lending. While securities are loaned out by a Fund, the Fund generally will receive from the borrower amounts equal to any dividends or interest paid on the borrowed securities. For federal income tax purposes, payments made "in lieu of" dividends are not considered dividend income. These distributions will neither qualify for the reduced rate of federal income taxation for individuals on qualified dividends income, if otherwise available, nor the 50% dividends-received deduction for corporations. Also, any foreign tax withheld on payments made "in lieu of" dividends or interest may not qualify for the passthrough of foreign tax credits to shareholders.

Tax-Exempt Shareholders. A tax-exempt shareholder could recognize UBTI by virtue of its investment in a Fund if Shares in the Fund constitute debt-financed property in the hands of the tax-exempt shareholder within the meaning of section 514(b) of the Code. Furthermore, a tax-exempt shareholder may recognize UBTI if a Fund recognizes "excess inclusion income" derived from direct or indirect investments in residual interests in REMICs or equity interests in TMPs if the amount of such income recognized by the Fund exceeds the Fund's investment company taxable income (after taking into account deductions for dividends paid by the Fund).

In addition, special tax consequences apply to charitable remainder trusts ("CRTs") that invest in RICs that invest directly or indirectly in residual interests in REMICs or equity interests in TMPs. Under legislation enacted in December 2006, a CRT (as defined in Section 664 of the Code) that realizes any UBTI for a taxable year must pay an excise tax annually of an amount equal to such UBTI. Under IRS guidance issued in October 2006, a CRT will not recognize UBTI solely as a result of investing in a regulated investment company that recognizes "excess inclusion income." Rather, if at any time during any taxable year a CRT (or one of certain other tax-exempt shareholders, such as the United States, a state or political subdivision, or an agency or

instrumentality thereof, and certain energy cooperatives) is a record holder of a share in the regulated investment company that recognizes "excess inclusion income," then the RIC will be subject to a tax on that portion of its "excess inclusion income" for the taxable year that is allocable to such shareholders, at the corporate income tax rate. The extent to which this IRS guidance remains applicable in light of the December 2006 legislation is unclear. To the extent permitted under the 1940 Act, a Fund may elect to specially allocate any such tax to the applicable CRT, or other shareholder, and thus reduce such shareholder's distributions for the year by the amount of the tax that relates to such shareholder's interest in the Fund. Each Fund has not yet determined whether such an election will be made. CRTs and other tax-exempt investors are urged to consult their tax advisers concerning the consequences of investing in a Fund.

Passive Foreign Investment Companies. A passive foreign investment company ("PFIC") is any foreign corporation: (i) 75% or more of the gross income of which for the taxable year is passive income, or (ii) the average percentage of the assets of which (generally by value, but by adjusted tax basis in certain cases) that produce or are held for the production of passive income is at least 50%. Generally, passive income for this purpose means dividends, interest (including income equivalent to interest), royalties, rents, annuities, the excess of gains over losses from certain property transactions and commodities transactions, and foreign currency gains. Passive income for this purpose does not include rents and royalties received by the foreign corporation from an active business and certain income received from related persons.

Equity investments by a Fund in certain PFICs could potentially subject the Fund to a U.S. federal income tax or other charge (including interest charges) on the distributions received from the PFIC or on proceeds received from the disposition of shares in the PFIC. This tax cannot be eliminated by making distributions to Fund shareholders. However, a Fund may elect to avoid the imposition of that tax. For example, if a Fund is in a position to and elects to treat a PFIC as a "qualified electing fund" (i.e., make a "QEF election"), the Fund will be required to include its share of the PFIC's income and net capital gains annually, regardless of whether it receives any distribution from the PFIC. Alternatively, a Fund may make an election to mark the gains (and to a limited extent losses) in its PFIC holdings "to the market" as though it had sold and repurchased its holdings in those PFICs on the last day of the Fund's taxable year. Such gains and losses are treated as ordinary income and loss. The QEF and mark-to-market elections may accelerate the recognition of income (without the receipt of cash) and increase the amount required to be distributed by a Fund to avoid taxation. Making either of these elections therefore may require a Fund to liquidate other investments (including when it is not advantageous to do so) to meet its distribution requirement, which also may accelerate the recognition of gain and affect the Fund's total return. Dividends paid by PFICs will not be eligible to be treated as "qualified dividend income."

Because it is not always possible to identify a foreign corporation as a PFIC, a Fund may be liable for corporate-level tax on any ultimate gain or distributions on the shares if such Fund fails to make an election to recognize income annually during the period of its ownership of the shares.

Foreign Currency Transactions. A Fund's transactions in foreign currencies, foreign currency-denominated debt obligations and certain foreign currency options, futures contracts and forward contracts (and similar instruments) may give rise to ordinary income or loss to the extent such income or loss results from fluctuations in the value of the foreign currency concerned. Any such net gains could require a larger dividend toward the end of the calendar year. Any such net losses will generally reduce and potentially require the re-characterization of prior ordinary income distributions. Such ordinary income treatment may accelerate a Fund's distributions to shareholders and increase the distributions taxed to shareholders as ordinary income. Any net ordinary losses so created cannot be carried forward by a Fund to offset income or gains earned in subsequent taxable years.

Investments in partnerships and QPTPs. For purposes of the Income Requirement, income derived by a Fund from a partnership that is not a QPTP will be treated as qualifying income only to the extent such income is attributable to items of income of the partnership that would be qualifying income if realized directly by such Fund. While the rules are not entirely clear with respect to a Fund investing in a partnership outside a master feeder structure, for purposes of testing whether a Fund satisfies the Asset Diversification Requirement, the Fund generally is treated as owning a pro rata share of the underlying assets of a partnership. In contrast, different rules apply to a partnership that is a QPTP. All of the net income derived by a Fund from an interest in a QPTP will be treated as qualifying income but the Fund may not invest more than 25% of its total assets in one or more QPTPs. However, there can be no assurance that a partnership classified as a QPTP in one year will qualify as a QPTP in the next year. Any such

failure to annually qualify as a QPTP might, in turn, cause a Fund to fail to qualify as a RIC. Although, in general, the passive loss rules of the Code do not apply to RICs, such rules do apply to a Fund with respect to items attributable to an interest in a QPTP. Fund investments in partnerships, including in QPTPs, may result in the fund being subject to state, local or foreign income, franchise, or withholding tax liabilities.

If an MLP is treated as a partnership for U.S. federal income tax purposes (whether or not a QPTP), all or portion of the dividends received by a Fund from the MLP likely will be treated as a return of capital for U.S. federal income tax purposes because of accelerated deductions available with respect to the activities of such MLPs. Further, because of these accelerated deductions, on the disposition of interests in such an MLP, a Fund likely will realize taxable income in excess of economic gain with respect to those MLP interests (or if the Fund does not dispose of the MLP, the Fund could realize taxable income in excess of cash flow with respect to the MLP in a later period), and the Fund must take such income into account in determining whether the Fund has satisfied its Distribution Requirement. A Fund may have to borrow or liquidate securities to satisfy its Distribution Requirement and to meet its redemption requests, even though investment considerations might otherwise make it undesirable for the Fund to sell securities or borrow money at such time. In addition, any gain recognized, either upon the sale of a Fund's MLP interest or sale by the MLP of property held by it, including in excess of economic gain thereon, treated as so-called "recapture income," will be treated as ordinary income. Therefore, to the extent a Fund invests in MLPs, Fund shareholders might receive greater amounts of distributions from the Fund taxable as ordinary income than they otherwise would in the absence of such MLP investments.

Although MLPs are generally expected to be treated as partnerships for U.S. federal income tax purposes, some MLPs may be treated as PFICs or "regular" corporations for U.S. federal income tax purposes. The treatment of particular MLPs for U.S. federal income tax purposes will affect the extent to which a Fund can invest in MLPs and will impact the amount, character, and timing of income recognized by the Fund.

SALES OF SHARES

Sales, exchanges and redemptions (including redemptions in-kind) of Fund Shares are taxable transactions for federal and state income tax purposes. A redemption of Shares by a Fund will be treated as a sale. An Authorized Participant who exchanges securities for Creation Units generally will recognize a gain or a loss. The gain or loss will be equal to the difference between the market value of the Creation Units at the time of purchase (plus any cash received by the Authorized Participant as part of the issue) and the Authorized Participant's aggregate basis in the securities surrendered (plus any cash paid by the Authorized Participant as part of the issue). An Authorized Participant who exchanges Creation Units for securities generally will recognize a gain or loss equal to the difference between the Authorized Participant's basis in the Creation Units (plus any cash paid by the Authorized Participant as part of the redemption) and the aggregate market value of the securities received (plus any cash received by the Authorized Participant as part of the redemption). The IRS, however, may assert that a loss realized upon an exchange of securities for Creation Units cannot be deducted currently under the rules governing "wash sales," or on the basis that there has been no significant change in economic position. Persons exchanging securities should consult their own tax advisor with respect to whether the wash sale rules apply and when a loss might be deductible.

Under current federal tax laws, any capital gain or loss realized upon redemption of Creation Units is generally treated as long-term capital gain or loss if the Shares have been held for more than one year and as a short-term capital gain or loss if the Shares have been held for one year or less assuming that such Creation Units are held as a capital asset.

If a Fund redeems Creation Units in cash, it may recognize more capital gains than it will if it redeems Creation Units in-kind.

Any loss realized on a sale or exchange will be disallowed to the extent the shares disposed of are replaced, including replacement through the reinvesting of dividends and capital gains distributions in a Fund, within a 61-day period beginning 30 days before and ending 30 days after the disposition of the shares. In such a case, the basis of the shares acquired will be increased to reflect the disallowed loss. Any loss realized by a shareholder on the sale of the Fund Shares held by the shareholder for six months or less will be treated for U.S. federal income tax purposes as a long-term capital loss to the extent of any distributions or deemed distributions of long-term capital gains received by the shareholder with respect to such Shares.

COST BASIS REPORTING

Federal law requires that mutual fund companies or intermediaries report their shareholders' cost basis, gain/loss, and holding period to the IRS on the shareholders' Consolidated Form 1099s when "covered" securities are sold. Covered securities are any RIC and/or dividend reinvestment plan shares acquired on or after January 1, 2012.

Each Fund or intermediaries (broker) will choose or has chosen a standing (default) tax lot identification method for all shareholders. A tax lot identification method is the way the broker will determine which specific shares are deemed to be sold when there are multiple purchases on different dates at differing net asset values, and the entire position is not sold at one time. A broker's standing tax lot identification method is the method covered Shares will be reported on your Consolidated Form 1099 if you do not select a specific tax lot identification method. You may choose a method different than the standing method and will be able to do so at the time of your purchase or upon the sale of covered Shares. Please refer to the appropriate IRS regulations or consult your tax advisor with regard to your personal circumstances. Shareholders will be notified as to which default tax lot identification method their broker will use.

For those securities defined as "covered" under current IRS cost basis tax reporting regulations, a Fund is responsible for maintaining accurate cost basis and tax lot information for tax reporting purposes. A broker is not responsible for the reliability or accuracy of the information for those securities that are not "covered." A Fund and its service providers do not provide tax advice. You should consult independent sources, which may include a tax professional, with respect to any decisions you may make with respect to choosing a tax lot identification method.

REPORTING

If a shareholder recognizes a loss with respect to a Fund's Shares of \$2 million or more for an individual shareholder or \$10 million or more for a corporate shareholder, the shareholder may be required to file with the IRS a disclosure statement on Form 8886. Direct shareholders of portfolio securities are in many cases exempted from this reporting requirement, but under current guidance, shareholders of a RIC are not exempted. The fact that a loss is reportable under these regulations does not affect the legal determination of whether the taxpayer's treatment of the loss is proper. Shareholders should consult their tax advisors to determine the applicability of these regulations in light of their individual circumstances. Under recently enacted legislation, certain tax-exempt entities and their managers may be subject to excise tax if they are parties to certain reportable transactions.

The foregoing discussion is a summary only and is not intended as a substitute for careful tax planning. Purchasers of Shares should consult their own tax advisers as to the tax consequences of investing in such shares, including under state, local and foreign tax laws. Finally, the foregoing discussion is based on applicable provisions of the Code, regulations, judicial authority and administrative interpretations in effect on the date of this SAI. Changes in applicable authority could materially affect the conclusions discussed above, and such changes often occur.

BACKUP WITHHOLDING

Withholding is required on dividends and gross sales proceeds paid to any shareholder who: (1) has failed to provide a correct taxpayer identification number; (2) is subject to backup withholding by the IRS; (3) has failed to certify to a Fund that such shareholder is not subject to backup withholding; or (4) has not certified that such shareholder is a U.S. person (including a U.S. resident alien)." When withholding is required, the amount will be 24% of any distributions or proceeds paid.

OTHER TAXES

Dividends, distributions and redemption proceeds may also be subject to additional state, local and foreign taxes depending on each shareholder's particular situation.

TAXATION OF NON-U.S. SHAREHOLDERS

Dividends paid to non-U.S. shareholders are generally subject to withholding tax at a 30% rate or a reduced rate specified by an applicable income tax treaty to the extent derived from investment income and short-term capital gains. In order to obtain a reduced rate of withholding, a non-U.S. shareholder will be required to provide an IRS Form W-8BEN or W-8BEN-E certifying its entitlement to benefits under a treaty. The withholding tax does not apply to regular dividends paid to a non-U.S. shareholder who provides a Form W-8ECI, certifying that the dividends are effectively connected with the non-U.S. shareholder's conduct of a trade or business within the United States. Instead, the effectively connected dividends will be subject to regular U.S. income tax as if the non-U.S. shareholder were a U.S. shareholder. A non-U.S. corporation receiving effectively connected dividends may also be subject to additional "branch profits tax" imposed at a rate of 30% (or lower treaty rate). A non-U.S. shareholder who fails to provide an IRS Form W-8BEN or other applicable form may be subject to backup withholding at the appropriate rate.

In general, capital gain dividends reported shareholders as paid from its net long-term capital gains, other than long-term capital gains realized on disposition of U.S. real property interests (see the discussion below), are not subject to U.S. withholding tax unless you are a nonresident alien individual present in the U.S. for a period or periods aggregating 183 days or more during the calendar year. Generally, dividends reported to shareholders as interest-related dividends paid from the Fund's qualified net interest income from U.S. sources and short-term capital gain dividends reported to shareholders as paid from its net short-term capital gains, other than short-term capital gains realized on disposition of U.S. real property interests (see the discussion below), are not subject to U.S. withholding tax unless you were a nonresident alien individual present in the U.S. for a period or periods aggregating 183 days or more during the calendar year. The Fund reserves the right to not report interest-related dividends or short-term capital gain dividends. Additionally, the Fund's reporting of interest-related dividends or short-term capital gain dividends may not be passed through to shareholders by intermediaries who have assumed tax reporting responsibilities for this income in managed or omnibus accounts due to systems limitations or operational constraints.

For foreign shareholders of a Fund, a distribution attributable to such Fund's sale of a REIT or other U.S. real property holding company will be treated as real property gain subject to withholding tax at the corporate income tax rate if 50% or more of the value of such Fund's assets are invested in REITs and other U.S. real property holding corporations and if the foreign shareholder has held more than 5% of a class of stock at any time during the one-year period ending on the date of the distribution. A distribution from a Fund will be treated as attributable to a U.S. real property interest only if such distribution is attributable to a distribution received by such Fund from a REIT. Restrictions apply regarding wash sales and substitute payment transactions. Because each Fund expects to invest less than 50% of its assets at all times, directly or indirectly, in U.S. real property interests, each Fund expects that neither gain on the sale or redemption of Fund shares nor Fund dividends and distributions would be subject to FIRPTA reporting and tax withholding.

Under the Foreign Account Tax Compliance Act ("FATCA"), a 30% withholding tax is imposed on income dividends paid by the Fund to certain foreign entities, referred to as foreign financial institutions or nonfinancial foreign entities, that fail to comply (or be deemed compliant) with extensive reporting and withholding requirements designed to inform the U.S. department of the Treasury of U.S.-owned foreign investment accounts. After December 31, 2018, FATCA withholding also would have applied to certain capital gain distributions, return of capital distributions and the proceeds arising from the sale of Fund Shares, however based on proposed regulations issued by the IRS, which can be relied upon currently, such withholding is no longer required unless final regulations provide otherwise (which is not expected). Information about a shareholder in a Fund may be disclosed to the IRS, non-U.S. taxing authorities or other parties as necessary to comply with FATCA. Withholding also may be required if a foreign entity that is a shareholder of a Fund fails to provide the appropriate certifications or other documentation concerning its status under FATCA.

Each prospective shareholder is urged to consult its tax adviser regarding the applicability of FATCA and any other reporting requirements with respect to the prospective shareholder's own situation, including investments through an intermediary.

NET ASSET VALUE

The NAV for each Fund is calculated by deducting all of the Fund's liabilities (including accrued expenses) from the total value of its assets (including the securities held by the Fund plus any cash or other assets, including interest and dividends accrued but

not yet received) and dividing the result by the number of shares outstanding, and generally rounded to the nearest cent, although each Fund reserves the right to calculate its NAV to more than two decimal places. The NAV for each Fund will generally be determined by SEIGFS once daily Monday through Friday generally as of the regularly scheduled close of business of the Exchange (normally 4:00 p.m. Eastern Time) on each day that the Exchange is open for trading, based on prices at the time of closing, provided that (a) any assets or liabilities denominated in currencies other than the U.S. dollar shall be translated into U.S. dollars at the prevailing market rates on the date of valuation as quoted by one or more major banks or dealers that makes a two-way market in such currencies (or a data service provider based on quotations received from such banks or dealers); and (b) U.S. fixed-income assets may be valued as of the announced closing time for trading in fixed-income instruments on any day that the Bond Market Association announces an early closing time.

In calculating a Fund's NAV, the Fund's investments are generally valued using market valuations. In the event that current market valuations are not readily available or such valuations do not reflect current market values, the affected investments will be valued using fair value pricing pursuant to the pricing policy and procedures approved by the Board. A market valuation generally means a valuation (i) obtained from an exchange, or a major market maker (or dealer), (ii) based on a price quotation or other equivalent indication of value supplied by an exchange, a pricing service, or a major market maker (or dealer) or (iii) based on amortized cost. In the case of shares of funds that are not traded on an exchange, a market valuation means such fund's published NAV per share. SEIGFS may use various pricing services or discontinue the use of any pricing service.

In the event that current market valuations are not readily available or such valuations do not reflect current market values, the affected investments will be valued using fair value pricing pursuant to the pricing policy and procedures approved by a Fund's Board of Trustees. A price obtained from a pricing service based on such pricing service's valuation matrix may be used to fair value a security. The frequency with which a Fund's investments are valued using fair value pricing is primarily a function of the types of securities and other assets in which the Fund invests pursuant to its investment objective, strategies and limitations.

Investments that may be valued using fair value pricing include, but are not limited to: (i) an unlisted security related to corporate actions; (ii) a restricted security (i.e., one that may not be publicly sold without registration under the Securities Act of 1933, as amended (the "Securities Act")); (iii) a security whose trading has been suspended or which has been de-listed from its primary trading exchange; (iv) a security that is thinly traded; (v) a security in default or bankruptcy proceedings for which there is no current market quotation; (vi) a security affected by currency controls or restrictions; and (vii) a security affected by a significant event (i.e., an event that occurs after the close of the markets on which the security is traded but before the time as of which the Fund's NAV is computed and that may materially affect the value of the Fund's investments). Examples of events that may be "significant events" are government actions, natural disasters, armed conflict, acts of terrorism, and significant market fluctuations.

Valuing a Fund's investments using fair value pricing will result in using prices for those investments that may differ from current market valuations. Use of fair value prices and certain current market valuations could result in a difference between the prices used to calculate a Fund's net asset value and the prices used by the Fund's Underlying Index, which, in turn, could result in a difference between the Fund's performance and the performance of the Fund's Underlying Index.

The value of assets denominated in foreign currencies is converted into U.S. dollars using exchange rates deemed appropriate by the Adviser as investment adviser. Any use of fair value prices, current market valuations or exchange rates different from the prices and rates used by the Index Providers may adversely affect a Fund's ability to track its Underlying Index.

Each Fund will publish the following information on the Fund's website for each portfolio holding that will form the basis of the next calculation of current net asset value per share: (A) the ticker symbol (if available); (B) CUSIP or other identifier; (C) a description of the holding; (D) quantity of each security or other asset held; and (E) the percentage weight of the holding in the portfolio.

DISTRIBUTION AND SERVICE PLAN

The Board of Trustees of the Trust has adopted a distribution and services plan ("Plan") pursuant to Rule 12b-1 under the 1940 Act. Under the Plan, each Fund is authorized to pay distribution fees in connection with the sale and distribution of its Shares and pay service fees in connection with the provision of ongoing services to shareholders of each class and the maintenance of shareholder accounts in an amount up to 0.25% of its average daily net assets each year.

No Rule 12b-1 fees are currently paid by the Funds, and there are no current plans to impose these fees. However, in the event Rule 12b-1 fees are charged in the future, because these fees are paid out of each Fund's assets on an ongoing basis, these fees will increase the cost of your investment in the Funds. By purchasing Shares subject to distribution fees and service fees, you may pay more over time than you would by purchasing Shares with other types of sales charge arrangements. Long-term shareholders may pay more than the economic equivalent of the maximum front-end sales charge permitted by the rules of FINRA. The net income attributable to Shares will be reduced by the amount of distribution fees and service fees and other expenses.

DIVIDENDS AND DISTRIBUTIONS

GENERAL POLICIES

Dividends from net investment income, including any net foreign currency gains, are declared and paid at least annually and any net realized securities gains are distributed at least annually. To improve tracking error or comply with the distribution requirements of the Code, dividends may be declared and paid more frequently than annually for certain funds. Dividends and securities gains distributions are distributed in U.S. dollars and cannot be automatically reinvested in additional Shares of the Funds. The Trust reserves the right to declare special distributions if, in its reasonable discretion, such action is necessary or advisable to preserve the status of each Fund as a RIC or to avoid imposition of income or excise taxes on undistributed income.

Dividends and other distributions of shares are distributed on a pro rata basis to Beneficial Owners of such shares. Dividend payments are made through DTC Participants and Indirect Participants to Beneficial Owners then of record with proceeds received from the Funds.

DIVIDEND REINVESTMENT SERVICE

No dividend reinvestment service is provided by the Trust. Broker-dealers may make available the DTC book-entry Dividend Reinvestment Service for use by Beneficial Owners of the Funds for reinvestment of their dividend distributions. Beneficial Owners should contact their broker to determine the availability and costs of the service and the details of participation therein. Brokers may require Beneficial Owners to adhere to specific procedures and timetables. If this service is available and used, dividend distributions of both income and realized gains will be automatically reinvested in additional whole shares of the same Fund purchased in the secondary market.

FINANCIAL STATEMENTS

Audited financial statements and financial highlights for the Trust as of October 31, 2023, including the notes thereto, and the reports of PricewaterhouseCoopers LLP, an independent registered public accounting firm, are incorporated herein by reference from the Trust's October 31, 2023 Annual Report to shareholders

https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1432353/000093041324000064/c107641_ncsr.htm

https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1432353/000093041324000065/c107642_ncsr.htm

https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1432353/000093041324000066/c107592_ncsr.htm. The Annual Report will be delivered upon request.

OTHER INFORMATION

CONTROL PERSONS AND PRINCIPAL HOLDERS OF SECURITIES

Although the Trust does not have information concerning the beneficial ownership of shares held in the names of Authorized Participants, as of February 1, 2024, the following persons owned, of record or beneficially, 5% or more of the following Funds.

Global X MSCI Colombia ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	14.72%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	12.19%
State Street Bank & Trust Company 1776 Heritage Drive, North Quincy, MA 02171	10.27%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	9.65%
Brown Brothers Harriman & Co. 525 Washington Blvd., Jersey City, NJ 07310	9.63%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	7.63%

Global X MSCI China Consumer Discretionary ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	22.23%
Euroclear Bank SA/NV 1 Boulevard du Roi Albert II, Brussels, BE 01210	22.08%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	6.61%
The Bank of New York Mellon One Wall Street, 5th Floor, New York, NY 10286-0001	6.29%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	5.67%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	5.18%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	5.14%

Global X MSCI Norway ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	34.94%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	14.35%
RBC Dominion Securities Inc./CDS Commerce Court South, P.O. Box 50, Toronto, Ontario, Canada M5J 2W7	6.86%
Vanguard Marketing Corporation 100 Vanguard Boulevard, Malvern, PA 19355	5.30%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	5.03%

Global X FTSE Southeast Asia ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	23.13%

National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	13.55%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	8.25%
The Bank of New York Mellon One Wall Street, 5th Floor, New York, NY 10286-0001	7.03%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	6.16%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	5.62%
Brown Brothers Harriman & Co. 525 Washington Blvd., Jersey City, NJ 07310	5.03%

Global X MSCI Argentina ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	18.85%
Morgan Stanley & Co. LLC 1 Pierrepont Plaza, 5th Floor, Brooklyn, NY 11201-2766	12.13%
The Bank of New York Mellon One Wall Street, 5th Floor, New York, NY 10286-0001	10.47%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	8.88%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	8.13%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	7.80%

Global X MSCI Greece ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	15.33%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	11.46%
State Street Bank & Trust Company 1776 Heritage Drive, North Quincy, MA 02171	11.19%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	9.79%
Brown Brothers Harriman & Co. 525 Washington Blvd., Jersey City, NJ 07310	7.64%
The Bank of New York Mellon One Wall Street, 5th Floor, New York, NY 10286-0001	6.70%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	6.28%

Global X MSCI Nigeria ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	19.28%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	11.31%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	10.86%

Vanguard Marketing Corporation 100 Vanguard Boulevard, Malvern, PA 19355	9.99%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	7.97%
TD Ameritrade Clearing, Inc. 200 S 108th Ave, Omaha, NE 68154	7.21%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	7.14%

Global X MSCI Next Emerging & Frontier ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
J.P. Morgan Securities LLC/JPMC 383 Madison Ave, New York, NY 10179	25.93%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	13.63%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	13.24%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	10.24%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	7.57%
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	6.02%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	5.31%
LPL Financial LLC LPL Financial 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	5.12%

Global X DAX Germany ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	49.28%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	13.80%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	5.87%

Global X MSCI Vietnam ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Citibank, N.A. 3800 Citicorp Center, Tampa, FL 33610-9122	37.87%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	12.50%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	9.45%
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	8.77%
Vanguard Marketing Corporation 100 Vanguard Boulevard, Malvern, PA 19355	5.23%

Global X Copper Miners ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	25.89%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	8.69%
HSBC Bank USA, National Association/Clearing 452 Fifth Avenue, New York, NY 10018	6.99%
The Bank of New York Mellon One Wall Street, 5th Floor, New York, NY 10286-0001	6.52%
JPMorgan Chase Bank, National Association 14201 Dallas Parkway, Chase International Plaza, Dallas, TX 75254-2916	6.50%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	6.32%
Brown Brothers Harriman & Co. 525 Washington Blvd., Jersey City, NJ 07310	5.21%

Global X Silver Miners ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	16.88%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	13.12%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	7.77%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	7.22%

Global X Gold Explorers ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	18.90%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	15.31%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	13.72%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	8.44%
Vanguard Marketing Corporation 100 Vanguard Boulevard, Malvern, PA 19355	6.83%

Global X Uranium ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	11.33%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	9.13%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	8.78%
J.P. Morgan Securities LLC/JPMC 383 Madison Ave, New York, NY 10179	8.32%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	7.07%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	6.11%

Global X Lithium & Battery Tech ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	15.04%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	14.51%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	14.28%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	7.01%

Global X SuperDividend® ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	19.75%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	17.19%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	7.63%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	7.23%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	6.40%

Global X Social Media ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
JPMorgan Chase Bank, National Association 14201 Dallas Parkway, Chase International Plaza, Dallas, TX 75254-2916	20.56%
PNC Bank, N.A. 8800 Tincicum Boulevard, Philadelphia, PA 19153-3198	10.07%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	9.35%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	8.18%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	7.45%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	5.19%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	5.01%

Global X Guru® Index ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Apex Clearing Corporation 1155 Long Island Ave, Edgewood, NY 11717	32.80%
JPMorgan Chase Bank, National Association 14201 Dallas Parkway, Chase International Plaza, Dallas, TX 75254-2916	13.78%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	9.92%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	7.08%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	5.76%

Global X SuperIncome™ Preferred ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	25.78%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	17.14%
LPL Financial LLC LPL Financial, 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	7.70%
Wells Fargo Clearing Services, LLC 1 North Jefferson Ave, St. Louis, MO 63103	7.44%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	6.48%

Global X SuperDividend® U.S. ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	19.60%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	17.96%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	8.69%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bvrvant Park, New York, NY 10036	6.90%
Wells Fargo Clearing Services, LLC 1 North Jefferson Ave, St. Louis, MO 63103	6.18%

Global X MSCI SuperDividend® Emerging Markets ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Goldman Sachs International 133 Peterborough Court, 4th Floor, London, UK ECY A2BB	17.65%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	14.67%
HSBC Bank USA, National Association/Clearing 452 Fifth Avenue, New York, NY 10018	13.18%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	9.62%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	9.35%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	5.36%

Global X SuperDividend® REIT ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	14.24%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	12.97%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	11.71%
JPMorgan Chase Bank, National Association 14201 Dallas Parkway, Chase International Plaza, Dallas, TX 75254-2916	8.95%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bvrvant Park, New York, NY 10036	6.67%
LPL Financial LLC LPL Financial, 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	6.09%

Global X Renewable Energy Producers ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	29.19%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	18.10%
BNYMellon/RE MIDCAP SPDRS 2 Hanson Place 12th floor, Brooklyn, NY 11217	7.54%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	6.14%

Global X S&P 500® Catholic Values ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	21.68%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	16.35%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	8.10%
Citibank, N.A. 3800 Citicorp Center, Tampa, FL 33610-9122	7.13%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Brvant Park, New York, NY 10036	5.93%
Vanguard Marketing Corporation 100 Vanguard Boulevard, Malvern, PA 19355	5.15%

Global X MSCI SuperDividend® EAFE ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	25.04%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	19.34%
LPL Financial LLC LPL Financial, 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	10.82%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	7.51%
J.P. Morgan Securities LLC/JPMC 383 Madison Ave, New York, NY 10179	5.65%

Global X E-commerce ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
JPMorgan Chase Bank, National Association 14201 Dallas Parkway, Chase International Plaza, Dallas, TX 75254-2916	49.68%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	9.00%
UBS Financial Services Inc. 1000 Harbor Boulevard, Weehawken, NJ 07086-6790	8.50%
Axos Clearing LLC 1200 Landmark Center, Suite 800, Omaha, NE 68102-1916	5.20%

Global X S&P Catholic Values Developed ex-U.S. ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	68.18%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	9.42%

Global X NASDAQ 100® Collar 95-110 ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
BofA Securities, Inc. 1 Bvryant Park, New York, NY 10036	49.35%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	25.67%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	8.01%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	6.47%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	6.17%

Global X NASDAQ 100® Tail Risk ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	41.45%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	27.17%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	11.15%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	6.89%
Altruist Financial LLC 3030 S La Cienega Blvd, Culver City, CA 90232	5.07%

Global X S&P 500® Collar 95-110 ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
BofA Securities, Inc. 1 Bvryant Park, New York, NY 10036	61.88%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	14.81%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	10.20%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	9.00%

Global X S&P 500® Tail Risk ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
BofA Securities, Inc. 1 Bvryant Park, New York, NY 10036	57.11%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	19.93%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	7.03%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	6.47%

Global X Disruptive Materials

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
BNYMellon/RE MIDCAP SPDRS 2 Hanson Place 12th floor, Brooklyn, NY 11217	46.45%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	14.17%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	7.77%
Citibank, N.A./S.D. Inveval Institucion para el Deposito de Valores, S.A. de C.V. Av. Paseo de la Reforma 255, Mexico City, Mexico 06500	6.70%
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	5.26%

Global X S&P 500® Covered Call ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	17.28%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	11.44%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	10.82%
State Street Bank & Trust Company 1776 Heritage Drive, North Quincy, MA 02171	6.62%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	6.46%
LPL Financial LLC LPL Financial, 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	5.36%
Wells Fargo Clearing Services, LLC 1 North Jefferson Ave, St. Louis, MO 63103	5.11%

Global X NASDAQ 100® Covered Call ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	21.55%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	14.13%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	8.81%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	5.16%
Citibank, N.A. 3800 Citigroup Center, Tampa, FL 33610-9122	5.03%

Global X Russell 2000 Covered Call ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	21.78%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	15.64%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	11.02%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	6.34%

Global X Nasdaq 100® Covered Call & Growth ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	17.89%
LPL Financial LLC LPL Financial, 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	17.64%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	16.78%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	10.79%
Raymond James & Associates, Inc. 880 Carillon Parkway, St. Petersburg, FL 33733-2749	5.34%

Global X S&P 500® Covered Call & Growth ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	20.42%
Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated One Bryant Park, New York, NY 10036	18.93%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	15.40%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	13.71%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	5.37%

Global X NASDAQ 100® Risk Managed Income ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	27.17%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	21.11%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	14.07%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	9.35%
Morgan Stanley Smith Barney LLC 1 Harborside Financial Center, Plaza II, Jersey City, NJ 07311	5.59%

Global X S&P 500® Risk Managed Income ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	26.17%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	22.58%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	14.65%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	9.72%

Global X Dow 30® Covered Call ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	27.35%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	18.21%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	10.86%
Wells Fargo Clearing Services, LLC 1 North Jefferson Ave, St. Louis, MO 63103	8.51%
LPL Financial LLC LPL Financial, 4707 Executive Dr., San Diego, CA 92121-3091	5.60%

Global X Russell 2000 Covered Call & Growth ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	25.32%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	18.76%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	16.75%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	14.69%
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	9.92%

Global X Financials Covered Call & Growth ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	83.96%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	9.39%

Global X Health Care Covered Call & Growth ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	63.03%
Pershing LLC One Pershing Plaza, Jersey City, NJ 07399	9.27%
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	8.44%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	5.38%

Global X Information Technology Covered Call & Growth ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	43.25%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	28.37%
National Financial Services LLC 200 Liberty Street, New York, NY 10281	8.13%
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	5.19%

Global X Nasdaq 100 ESG Covered Call ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	50.50%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	31.70%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	12.31%

Global X S&P 500 ESG Covered Call ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	49.04%
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	44.46%

Global X Dow 30[®] Covered Call & Growth ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	84.68%
Goldman, Sachs & Co. LLC 180 Maiden Lane, New York, NY 10038	6.06%

Global X MSCI Emerging Markets Covered Call ETF

<i>Name and Address of Beneficial Owner</i>	<i>Percentage of Outstanding Shares of Fund Owned</i>
Interactive Brokers, LLC/Retail Clearance Two Pickwick Plaza, 2nd Floor, Greenwich, CT 06830	71.29%
Charles Schwab & Co., Inc. 101 Montgomery Street, San Francisco, CA 94104	17.84%
BofA Securities, Inc. 1 Bryant Park, New York, NY 10036	9.76%

INDEPENDENT TRUSTEE COUNSEL

Stradley Ronon Stevens & Young, LLP, with offices at 2000 K Street N.W. Suite 700, Washington, DC 20006, is Fund Counsel and Counsel to the Independent Trustees of the Trust.

INDEPENDENT REGISTERED PUBLIC ACCOUNTING FIRM

PricewaterhouseCoopers LLP serves as the Funds' independent registered public accounting firm.

SECURITIES LENDING AGENTS

The Bank of New York Mellon and Brown Brothers Harriman & Co. serve as the securities lending agents for the Trust.

ADDITIONAL INFORMATION

The Prospectus and this SAI do not contain all the information included in the registration statement filed with the SEC under the Securities Act with respect to the securities offered by the Trust's Prospectus. Certain portions of the registration statement have been omitted from the Prospectus and this SAI pursuant to the rules and regulations of the SEC. The registration statement, including the exhibits filed therewith, may be examined at the office of the SEC in Washington, D.C.

Statements contained in the Prospectus or in this SAI as to the contents of any contract or other documents referred to are not necessarily complete, and in each instance reference is made to the copy of such contract or other document filed as an exhibit to the registration statement of which the Prospectus and this SAI form a part, each such statement being qualified in all respects by such reference.

APPENDIX A DESCRIPTION OF CORPORATE BOND RATINGS

Following are expanded explanations of the ratings shown in the Prospectus and this SAI.

Description of Moody's Investors Service, Inc. - Global Long-Term Obligation Ratings

Ratings assigned on Moody's global long-term rating scale are forward-looking opinions of the relative credit risks of financial obligations issued by non-financial corporates, financial institutions, structured finance vehicles, project finance vehicles, and public sector entities. Long-term ratings are assigned to issuers or obligations with an original maturity of one year or more and reflect both on the likelihood of a default on contractually promised payments and the expected financial loss suffered in the event of default. Such ratings have been published by Moody's Investors Service, Inc. and Moody's Analytics Inc.

Aaa: Obligations rated Aaa are judged to be of the highest quality, subject to the lowest level of credit risk.

Aa: Obligations rated Aa are judged to be of high quality and are subject to very low credit risk.

A: Obligations rated A are judged to be upper-medium grade and are subject to low credit risk.

Baa: Obligations rated Baa are judged to be medium-grade and subject to moderate credit risk and as such may possess certain speculative characteristics.

Ba: Obligations rated Ba are judged to be speculative and are subject to substantial credit risk.

B: Obligations rated B are considered speculative and are subject to high credit risk.

Caa: Obligations rated Caa are judged to be speculative of poor standing and are subject to very high credit risk.

Ca: Obligations rated Ca are highly speculative and are likely in, or very near, default, with some prospect of recovery of principal and interest.

C: Obligations rated C are the lowest rated and are typically in default, with little prospect for recovery of principal or interest.

Note: Moody's appends numerical modifiers 1, 2, and 3 to each generic rating classification from Aa through Caa. The modifier 1 indicates that the obligation ranks in the higher end of its generic rating category; the modifier 2 indicates a mid-range ranking; and the modifier 3 indicates a ranking in the lower end of that generic rating category. Additionally, a "(hyb)" indicator is appended to all ratings of hybrid securities issued by banks, insurers, finance companies, and securities firms.*

* By their terms, hybrid securities allow for the omission of scheduled dividends, interest, or principal payments, which can potentially result in impairment if such an omission occurs. Hybrid securities may also be subject to contractually allowable write-downs of principal that could result in impairment. Together with the hybrid indicator, the long-term obligation rating assigned to a hybrid security is an expression of the relative credit risk associated with that security.

Description of Moody's Investors Service, Inc. - National Long-Term Scale Ratings

Moody's long-term National Scale Ratings (NSRs) are opinions of the relative creditworthiness of issuers and financial obligations within a particular country. NSRs are not designed to be compared among countries; rather, they address relative credit risk within a given country. Moody's assigns national scale ratings in certain local capital markets in which investors have

found the global rating scale provides inadequate differentiation among credits or is inconsistent with a rating scale already in common use in the country. In each specific country, the last two characters of the rating indicate the country in which the issuer is located (e.g., Aaa.br for Brazil).

Aaa.n: Issuers or issues rated Aaa.n demonstrate the strongest creditworthiness relative to other domestic issuers.

Aa.n: Issuers or issues rated Aa.n demonstrate very strong creditworthiness relative to other domestic issuers.

A.n: Issuers or issues rated A.n present above-average creditworthiness relative to other domestic issuers.

Baa.n: Issuers or issues rated Baa.n represent average creditworthiness relative to other domestic issuers.

Ba.n: Issuers or issues rated Ba.n demonstrate below-average creditworthiness relative to other domestic issuers.

B.n: Issuers or issues rated B.n demonstrate weak creditworthiness relative to other domestic issuers.

Caa.n: Issuers or issues rated Caa.n demonstrate very weak creditworthiness relative to other domestic issuers.

Ca.n: Issuers or issues rated Ca.n demonstrate extremely weak creditworthiness relative to other domestic issuers.

C.n: Issuers or issues rated C.n demonstrate the weakest creditworthiness relative to other domestic issuers.

Note: Moody's appends numerical modifiers 1, 2, and 3 to each generic rating classification from Aa through Caa. The modifier 1 indicates that the obligation ranks in the higher end of its generic rating category; the modifier 2 indicates a mid-range ranking; and the modifier 3 indicates a ranking in the lower end of that generic rating category. National scale long-term ratings of D.ar and E.ar may also be applied to Argentine obligations.

Description of S&P Global Ratings' - Long-Term Issue Credit Ratings*

Issue credit ratings are based, in varying degrees, on S&P Global Ratings' analysis of the following considerations:

- Likelihood of payment—capacity and willingness of the obligor to meet its financial commitment on an obligation in accordance with the terms of the obligation;
- Nature and provisions of the obligation, and the promise S&P Global Ratings imputes.
- Protection afforded by, and relative position of, the financial obligation in the event of a bankruptcy, reorganization, or other arrangement under the laws of bankruptcy and other laws affecting creditors' rights.

Issue ratings are an assessment of default risk, but may incorporate an assessment of relative seniority or ultimate recovery in the event of default. Junior obligations are typically rated lower than senior obligations, to reflect the lower priority in bankruptcy, as noted above. (Such differentiation may apply when an entity has both senior and subordinated obligations, secured and unsecured obligations, or operating company and holding company obligations.)

AAA: An obligation rated 'AAA' has the highest rating assigned by S&P Global Ratings. The obligor's capacity to meet its financial commitment on the obligation is extremely strong.

AA: An obligation rated 'AA' differs from the highest-rated obligations only to a small degree. The obligor's capacity to meet its financial commitment on the obligation is very strong.

A: An obligation rated 'A' is somewhat more susceptible to the adverse effects of changes in circumstances and economic conditions than obligations in higher-rated categories. However, the obligor's capacity to meet its financial commitment on the obligation is still strong.

BBB: An obligation rated 'BBB' exhibits adequate protection parameters. However, adverse economic conditions or changing circumstances are more likely to lead to a weakened capacity of the obligor to meet its financial commitment on the obligation.

BB; B; CCC; CC; and C: Obligations rated 'BB', 'B', 'CCC', 'CC', and 'C' are regarded as having significant speculative characteristics. 'BB' indicates the least degree of speculation and 'C' the highest. While such obligations will likely have some quality and protective characteristics, these may be outweighed by large uncertainties or major exposures to adverse conditions.

BB: An obligation rated 'BB' is less vulnerable to nonpayment than other speculative issues. However, it faces major ongoing uncertainties or exposure to adverse business, financial, or economic conditions which could lead to the obligor's inadequate capacity to meet its financial commitment on the obligation.

B: An obligation rated 'B' is more vulnerable to nonpayment than obligations rated 'BB', but the obligor currently has the capacity to meet its financial commitment on the obligation. Adverse business, financial, or economic conditions will likely impair the obligor's capacity or willingness to meet its financial commitment on the obligation.

CCC: An obligation rated 'CCC' is currently vulnerable to nonpayment, and is dependent upon favorable business, financial, and economic conditions for the obligor to meet its financial commitment on the obligation. In the event of adverse business, financial, or economic conditions, the obligor is not likely to have the capacity to meet its financial commitment on the obligation.

CC: An obligation rated 'CC' is currently highly vulnerable to nonpayment. The 'CC' rating is used when a default has not yet occurred, but S&P Global Ratings expects default to be a virtual certainty, regardless of the anticipated time to default.

C: An obligation rated 'C' is currently highly vulnerable to nonpayment, and the obligation is expected to have lower relative seniority or lower ultimate recovery compared to obligations that are rated higher.

D: An obligation rated 'D' is in default or in breach of an imputed promise. For non-hybrid capital instruments, the 'D' rating category is used when payments on an obligation are not made on the date due, unless S&P Global Ratings believes that such payments will be made within five business days in the absence of a stated grace period or within the earlier of the stated grace period or 30 calendar days. The 'D' rating also will be used upon the filing of a bankruptcy petition or the taking of similar action and where default on an obligation is a virtual certainty, for example due to automatic stay provisions. A rating on an obligation is lowered to 'D' if it is subject to a distressed exchange offer.

*The ratings from 'AA' to 'CCC' may be modified by the addition of a plus (+) or minus (-) sign to show relative standing within the major rating categories.

Description of DBRS - Long Term Obligation Ratings:

The DBRS® long-term rating scale provides an opinion on the risk of default. That is, the risk that an issuer will fail to satisfy its financial obligations in accordance with the terms under which an obligation has been issued. Ratings are based on quantitative and qualitative considerations relevant to the issuer, and the relative ranking of claims. All rating categories other than AAA and D also contain subcategories "(high)" and "(low)". The absence of either a "(high)" or "(low)" designation indicates the rating is in the middle of the category.

AAA: Highest credit quality. The capacity for the payment of financial obligations is exceptionally high and unlikely to be adversely affected by future events.

AA: Superior credit quality. The capacity for the payment of financial obligations is considered high. Credit quality differs from AAA only to a small degree. Unlikely to be significantly vulnerable to future events.

A: Good credit quality. The capacity for the payment of financial obligations is substantial, but of lesser credit quality than AA. May be vulnerable to future events, but qualifying negative factors are considered manageable.

BBB: Adequate credit quality. The capacity for the payment of financial obligations is considered acceptable. May be vulnerable to future events.

BB: Speculative, non-investment grade credit quality. The capacity for the payment of financial obligations is uncertain. Vulnerable to future events.

B: Highly speculative credit quality. There is a high level of uncertainty as to the capacity to meet financial obligations.

CCC, CC, C: Very highly speculative credit quality. In danger of defaulting on financial obligations. There is little difference between these three categories, although CC and C ratings are normally applied to obligations that are seen as highly likely to default, or subordinated to obligations rated in the CCC to B range. Obligations in respect of which default has not technically taken place but is considered inevitable may be rated in the C category.

D: When the issuer has filed under any applicable bankruptcy, insolvency or winding up statute or there is a failure to satisfy an obligation after the exhaustion of grace periods, a downgrade to D may occur. DBRS may also use SD (Selective Default) in cases where only some securities are impacted, such as the case of a "distressed exchange."